

# Resgate

VOL. XXIII, N. 29 - JAN./JUN. 2015

## REVISTA INTERDISCIPLINAR DE CULTURA

CENTRO DE MEMÓRIA 30 ANOS



Centro de Memória  
UNICAMP





# Apresentação

## CMU 30 anos. Histórias e memórias construídas com base em seu acervo

Este número da *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura* celebra os 30 anos do Centro de Memória-UNICAMP. Um projeto político que se consolidou ao longo destes anos e hoje conta com um vasto e valioso acervo, distribuído em aproximadamente 150 conjuntos documentais, composto por documentos textuais, fotográficos, cartográficos, sonoros e filmográficos, datados entre o final do século XVIII e início do século XXI. São documentos de interesse histórico, que possibilitam retratar as transformações ocorridas na região de Campinas desde os ciclos da cana-de-açúcar e do café, até a industrialização, constituindo uma matriz de informações para estudos e pesquisas multidisciplinares relativas à questão da memória e da história.

Celebramos, sobretudo, o valioso e indispensável trabalho cotidiano de funcionários técnicos administrativos, pesquisadores, docentes e estagiários da UNICAMP que atuaram e atuam com seus saberes na construção e consolidação do CMU. Por outro lado, o acervo ganha sentido e visibilidade com a atuação de investigadores que enfrentam a árdua e, ao mesmo tempo, prazerosa tarefa de remexer, revirar as longas séries documentais, perguntando, desconfiando das evidências, das provas, à primeira vista consolidadas. Assim, o arquivo deixa de ser um repositório fechado de informações sobre o passado e assinala para um porvir prenhe de instigantes histórias que, de acordo com as indagações do pesquisador, podem adquirir significados em escalas distintas.

Desse modo, o presente número da *Resgate* tem a satisfação de apresentar a seus leitores um conjunto de trabalhos cujos textos têm em comum as fontes documentais do acervo do CMU. O trabalho de autoria de Ricardo Pirola, *Desafios e estratégias na construção de biografias de escravos*, abre o número com uma instigante história de escravos. Para a escritura do texto, o autor partiu de um plano de insurreição descoberto em Campinas no ano de 1832, e aborda os desafios enfrentados na narrativa de trajetórias de “gente comum”, no caso, escravos e forros. Na sequência, Maria Alice Rosa Ribeiro, em seu artigo intitulado *Açúcar, café, escravos e dinheiro a prêmio: Campinas, 1817-1861*, analisa, por meio do inventário *post mortem*, a riqueza amealhada pelo cafeicultor Francisco Egydio e evidencia as três dimensões das atividades empreendidas por ele: como grande proprietário de terras com lavouras de cana de açúcar e de café, como senhor de engenho e cafeicultor, como grande proprietário de escravos e, ainda, como um “emprestador de dinheiro a prêmio”. O artigo de Juliana Gesuelli Meirelles, *Histórias de Campinas no período colonial (1775-1822): historiografia e documentação*, expõe as potencialidades do acervo do CMU para as pesquisas relativas ao período colonial da região de Campinas, fontes ainda pouco exploradas pelos pesquisadores. *Divórcio e Desquite na Cidade de Campinas (1890-1938)*, texto de Cristiane Fernandes Lopes Veiga, a partir das ações de divórcio e desquite do fundo do Tribunal de Justiça da Comarca de Campinas, sugere que muitas mulheres não mais estavam apenas preocupadas em cumprir o papel de mãe e esposa e revela os conflitos de um momento importante para a reelaboração das identidades de gênero, no contexto do final do século XIX. O artigo elaborado por João Paulo Berto, intitulado *Práticas e Representações Fúnebres: preparações para a morte na Campinas oitocentista*, e construído a partir de fontes distintas, como jornais e testamentos, traz à tona os rituais fúnebres situados no século XIX e as maneiras como as liturgias institucionais da Igreja Católica, relativas a estes rituais, foram ressignificadas ao longo do tempo. Eliane Morelli Abrahão, com o texto *Morar em Campinas, usos e costumes (1850-1900)*, analisa os hábitos alimentares, os modos de morar e os protocolos de recepção para jantares e reuniões da elite cafeeira campineira, entre 1850 e 1900. Por fim, o texto *Cidade, memória e sensibilidade*, de Maria Sílvia Duarte Hadler, nos leva a adentrar na cidade para compreender os processos socioculturais que constituíram uma educação urbana das sensibilidades, localizada nos anos finais de 1950 e de 1960, marcada pelos ritmos acelerados dos automóveis.

Na seção recém-criada *Notas de Pesquisa*, na qual apresentamos trabalhos em fase inicial de investiga-

ção, o texto *Criminosos, Fugitivos e Litigantes pela Liberdade: os Escravos Traficados para Campinas, 1860-1888*, de Letícia Graziela de Freitas Lemes, apresenta alguns dados de transações de compra e venda de escravos e a experiência do tráfico na vida desses cativos, arrolados por meio do cruzamento de processos criminais envolvendo escravos, ações de liberdade e anúncios de fugas no jornal *Gazeta de Campinas*, cotejadas com os registros do pagamento do imposto da Meia Sisa na Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas.

Finalmente, três resenhas apresentam obras recém-lançadas. As duas primeiras têm em comum as fontes do acervo do CMU em suas pesquisas e a última reúne uma coletânea de textos apresentados no VII Seminário Nacional do Centro de Memória, realizado em 2012. Adriana Koyama resenha o livro *O Almanaque, a locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880*, de autoria de Maria Carolina Bovério Galzerani, que será publicado pelo CMU ainda este ano. À Olga von Simson coube resenhar as obras de Jorge Alves de Lima, *O Ovo da serpente - Campinas 1889* e *O Retorno da Serpente – Campinas 1890*; e Cláudia Fortuna resenha *Memória, Cidade e educação das Sensibilidades*, organizada por Maria Elena Bernardes e Maria Carolina Bovério Galzerani.

Boa leitura e fica o convite ao leitor/pesquisador para explorar o potencial de pesquisa dos 150 conjuntos documentais do acervo sob a guarda do CMU, dos quais outras instigantes histórias podem emergir.

# Desafios e estratégias na construção de biografias de escravos: o caso dos rebeldes envolvidos no plano de insurreição de Campinas (1832)

Challenges and strategies in the process of writing slave biographies: the case of the rebels involved in Campinas uprising plan (1832)

*Ricardo Pirola*<sup>1</sup>

ricardopirola@yahoo.com

## Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as questões que envolvem a pesquisa e a narrativa de biografias de escravos e forros, tomando como ponto de partida o estudo de um plano de insurreição, descoberto na cidade de Campinas no ano de 1832. A intenção é destacar os desafios que implicam a construção de trajetórias de “gente comum” e ainda algumas das estratégias que podem ser adotadas. Chamaremos a atenção para o método de ligação nominativa de fontes e para a análise quantitativa dos dados como possíveis caminhos para a elaboração dessas biografias.

**Palavras-chave:** Biografias de escravos; Rebeldia escrava; História de Campinas.

## Abstract

The purpose of this article is analyze the issues surrounding the research and the historical narrative of slave biographies, taking as its starting point the study of a plan for rebellion, discovered in the city of Campinas in 1832. Our intention is to highlight some of the challenges involving the reconstruction of ordinary people trajectories and to present some of the strategies that can be adopted. It is also our purpose to pay attention to the “nominative record linkage” method and to the quantitative analysis as possible ways to write historical biographies of slaves.

**Keywords:** Slaves Biographies; Slave Rebellion; History of Campinas.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (SP). Doutor em história pela mesma instituição. Pesquisador do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult).

A historiografia da escravidão no Brasil nos últimos anos tem se destacado pelo aparecimento de um grande número de trabalhos dedicados a reconstruir biografias de escravos e forros (FURTADO, 2003; FRANK, 2004; GRAHAM, 2005; REIS, 2008; XAVIER, 2008; REIS, GOMES E CARVALHO, 2010; MACHADO, 2010; SWEET, 2011). De fato, esse tipo de pesquisa se tornou uma verdadeira febre acadêmica, com resultados bastante reveladores da sociedade escravista colonial e Imperial. Ligado tradicionalmente a nomes da grande política ou a personagens que ganharam fama nas áreas artísticas, literárias ou científicas, o gênero biográfico, voltado agora para pessoas comuns, aparece como uma importante perspectiva de pesquisa e de narrativa histórica, levantando novas questões a respeito das relações entre o particular e o geral, o público e privado e ainda entre as ações individuais e as intervenções coletivas. O estudo das trajetórias de vida de escravizados e de forros tem colaborado também na ampliação do debate sobre os processos de construção de identidades entre os grupos subalternos (e suas várias conexões atlânticas) e no alargamento do entendimento das estratégias adotadas por tais indivíduos diante dos sistemas de dominação em que estavam inseridos.

Apesar das heterogêneas linhas teóricas que envolvem a produção dos estudos biográficos, autores como Carlo Ginzburg (1987), Natalie Zemon Davis (1987; 1997), Emmanuel Le Roy Ladurie (1997) e Giovanni Levi (2000) desde a década de 1980 tornaram-se referência neste tipo de produção historiográfica. Inspirados nesses autores, cujos métodos consistiam, entre outras coisas, na redução da escala de análise e na pesquisa sistemática em fontes seriais, surgiram diversos trabalhos dedicados aos mundos da escravidão e liberdade no Brasil, que se voltaram especialmente para os arquivos regionais e para a utilização de documentos eclesiásticos (a exemplo dos registros de nascimento, casamento e óbito), cartoriais (tais como os inventários e testamentos), inquisitoriais e judiciários (como no caso dos processos-crime e processos-cível). Outra marca destes trabalhos dedicados à história do Brasil foi a incorporação dos procedimentos de pesquisa na narrativa historiográfica a exemplo do que faz Natalie Davis (1987) em *O retorno de Martin Guerre*. A intenção dos autores é a de explicitar ao leitor as fontes e métodos utilizados, delineando os contornos de suas conclusões.

Foi justamente inspirado por essas perspectivas de análise que nasceu o livro *Senzala Insurgente*, no qual elaboro uma biografia coletiva dos 32 escravos e de um liberto acusados de planejarem uma revolta na cidade de Campinas no ano de 1832 (PIROLA, 2011). A partir do processo-crime instaurado para investigar a trama rebelde, recorri a diversos outros documentos a fim de acompanhar a trajetória dos acusados de envolvimento no plano de insurreição. O objetivo agora é revisitar esse caso de 1832, buscando destacar as questões e desafios que envolveram o processo de pesquisa e de narrativa de biografias de escravos e forros. Pretendo, ao mesmo tempo, chamar a atenção para algumas das possibilidades de análise do passado escravista de Campinas, a partir do acervo do Centro de Memória – Unicamp. Com uma coleção de fontes que vai desde documentos cartoriais (inventários, testamentos, registros de transferência de propriedades, alforrias), passando por documentos oriundos do judiciário local (processos-crime e processos-cível) e abrangendo ainda periódicos e registros iconográficos, o Centro de Memória representa um dos arquivos mais importantes para a pesquisa da história da escravidão. O grande destaque, em comparação com outras instituições similares, é o fato de que boa parte de suas séries documentais se encontram completas, podendo ser consultadas por várias décadas seguidas (estando alguns dos seus fundos catalogados digitalmente). De fato, o reconhecimento da qualidade de sua documentação pode ser medido pela grande número de pesquisas já realizadas a partir de seu acervo<sup>2</sup>.

Assim, inicio minhas análises com uma descrição do plano de insurreição de 1832, produzida a partir dos depoimentos de escravos apresentados no processo crime instaurado para investigar a trama, visando em seguida mostrar a maneira pela qual minha pesquisa buscou encarar os desafios impostos pela escrita do gênero biográfico voltada para o estudo de trajetórias de escravos. Buscarei discutir as implicações de se acompanhar as trajetórias dos revoltosos a partir do método de ligação nominativa de fontes e chamarei a atenção para a importância da pesquisa se voltar para a análise serial dos documentos levantados.

---

2 Ver, por exemplo, o catálogo dos trabalhos publicados pelo Centro de Memória - Unicamp. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/publicacoes/catalogo>>. Acesso em: 03 maio 2015.

## O processo-crime de 1832 e o plano dos escravos

Em carta datada de 3 de fevereiro de 1832, o senhor de engenho Antônio Francisco de Andrade relatou ao juiz de paz de Campinas a descoberta de um plano de insurreição escrava. Contou que desde meados do mês de janeiro andava desconfiado do comportamento de seus cativos que já não tinham mais a mesma presteza na execução de tarefas e abandonavam a fazenda durante a noite, apesar de suas repreensões. Disse ainda que suas suspeitas só aumentaram quando seus irmãos e vizinhos de propriedade relataram um comportamento semelhante de suas escravarias. Decidiu então reunir aqueles cativos que lhe pareciam mais propensos a se rebelarem e, por meio de castigos físicos a alguns e promessas de perdão a outros, conseguiu que um deles confessasse. Envolvendo quinze engenhos produtores de cana-de-açúcar e a participação de um liberto conhecido como João Barbeiro, morador da cidade de São Paulo, preparava-se na região de Campinas uma grande rebelião.

O plano de revolta de 1832 estava muito bem organizado em termos de comando e divisão de tarefas. Em cada uma das quinze fazendas envolvidas na trama existia um escravo intitulado “capitão”, que tinha a função de convidar outros parceiros para a revolta e também de arrecadar dinheiro para ser investido na compra de armas. Das quinze fazendas, onze estavam localizadas em um mesmo bairro rural de Campinas, facilitando a circulação e o contato entre os escravos. As reuniões dos revoltosos ocorriam sempre durante a noite, mudando de tempos em tempos o local de encontro para evitar a suspeita senhorial.

O escravo apontado como a liderança principal do plano de 1832 era Diogo Rebolo. Chamado de pai pelos revoltosos, Diogo Rebolo era o responsável por comandar todas as reuniões noturnas dos cativos e também por exercer a função de caixa principal do dinheiro arrecadado pelos capitães. As funções de Diogo Rebolo no plano de insurreição, contudo, iam muito além de um líder político ou militar. Segundo os revoltosos, ele era o responsável por preparar uma bebida a base de raízes que servia para fechar o corpo dos escravos durante a revolta e tornar mais lenta a reação senhorial. O escravo Bento, por exemplo, diz em seu testemunho que a bebida servia para “animar, livrar de chumbo e das facas dos brancos”. Já o escravo Joaquim comentara que a bebida deixaria lenta a reação senhorial quando tivesse início a rebelião. Bento disse ainda que a bebida ajudava no combate a feitiçaria. As habilidades sobrenaturais do Diogo Rebolo, contudo, não paravam por aí. Nos depoimentos recolhidos no processo-crime, um dos escravos envolvidos na elaboração da trama, revelara que o líder dos rebeldes tinha também a capacidade de fazer adivinhações.

O dinheiro entregue a Diogo Rebolo pelos capitães do plano era enviado ao liberto João Barbeiro em São Paulo, que tinha a função de comprar armas e munições para a revolta. As ligações entre o Diogo Rebolo e João Barbeiro eram feitas por um cativo tropeiro que fazia frequentes viagens para a capital da província, comprando e vendendo mercadorias para seu senhor. A relação entre o liberto e os escravos em Campinas não nasceu, contudo, com o plano de insurreição de 1832. João Barbeiro morou em Campinas até o ano de 1830, quando foi acusado de estar envolvido em outro plano de insurreição escrava. Poucas fontes sobraram para os historiadores de hoje sobre a suspeita de rebelião de 1830, sabemos apenas que o liberto foi acusado de ser um dos principais líderes, sendo por isso mandado para a cadeia em São Paulo. A medida, porém, não foi suficiente para apagar o ímpeto revolucionário do liberto. João Barbeiro fugiu da prisão e restabeleceu contatos com os cativos do interior. Não chegou a voltar para Campinas, mas sabemos que, além de estar envolvido na organização da revolta de 1832, o liberto também ajudava a esconder escravos fugidos. As ligações de João Barbeiro com a população escravizada tornavam real um dos piores pesadelos senhoriais, a união de escravos e libertos.

As investigações do plano de 1832 revelaram ainda que a obtenção de armas para a revolta não era tarefa exclusiva de João Barbeiro. Segundo o depoimento dos revoltosos, o escravo Benedito Ferreiro fabricou lanças de ferro para a utilização durante a revolta. Apesar do escravo ferreiro ter negado essa acusação, provavelmente com o intuito de evitar uma condenação mais severa, o fato é que muitos cativos confessaram já terem suas próprias lanças e armas prontas para a insurreição.

A data prevista para o início da rebelião era o dia 22 de Abril de 1832, domingo de Páscoa, uma das mais importantes festas religiosas no Brasil do século XIX. O início da revolta coincidindo com feriados religiosos não é uma particularidade do caso campineiro. Estudos sobre as insurreições escravas no Brasil

têm mostrado que os dias santos eram os que mais frequentemente registravam levantes de escravos. Nessas datas, os cativos eram dispensados de suas funções nas propriedades senhoriais e aproveitavam o momento para trabalhar em suas próprias roças ou para participar das celebrações locais. Também os senhores costumavam se dirigir à igreja matriz da cidade, onde ouviam a missa e participavam das festividades organizadas pela comunidade. Tratava-se, portanto, de um momento de menor vigilância senhorial nos engenhos e de folga dos escravos.

As investigações mostraram também que o liberto João Barbeiro convidara outros escravos moradores da cidade de São Paulo para se juntarem ao levante. Na véspera da insurreição, João Barbeiro e os cativos arregimentados na capital percorreriam o trajeto entre as duas localidades durante a noite para não despertar a desconfiança das autoridades. Chegando a Campinas, eles se juntariam aos demais revoltosos para iniciar a rebelião. Para infelicidade dos escravos, porém, nem tudo saiu como o esperado, o comportamento de alguns dos envolvidos acabou despertando a atenção senhorial e levou à descoberta da trama de 1832.

## Biografias de escravos: questões e métodos de análise

Suely Robles Reis de Queirós (1977) em *a Escravidão negra em São Paulo* foi a primeira autora a chamar a atenção para o projeto de insurreição de 1832 em Campinas. Utilizando o processo-crime e a correspondência trocada entre as autoridades do interior e da capital, Queirós interpretou a trama como uma das reações dos cativos diante do sistema repressor montado pelos senhores. Interessava à autora mostrar a rigidez do modelo escravista no Brasil e as respostas violentas dos escravos, em contraponto às teses ainda presentes em diversos trabalhos sobre o caráter ameno da escravidão em nosso país (especialmente quando comparada com os Estados Unidos). Se, por um lado, as análises de Queirós desempenharam um papel fundamental no debate sobre as características do escravismo no Brasil, por outro, ainda se mostrava necessário avançar na compreensão da organização do plano de insurreição e das relações estabelecidas entre os cativos das 15 propriedades que dele participaram. Nesse sentido, a análise das trajetórias dos escravos rebeldes antes do envolvimento na trama de 1832 se apresentava como uma possibilidade de avançar nessas questões. Assim, ao me centrar no estudo das trajetórias dos escravos ao longo das três primeiras décadas do oitocentos, busquei perceber quais elementos estiveram presentes na base das relações sociais que deram origem ao plano.

Uma das questões fundamentais que envolvem o trabalho de construção de biografias de escravos e forros se relaciona com o fato de não encontrarmos fontes que nos permitam acompanhar suas trajetórias por vários anos seguidos (como é o caso, por exemplo, de livros de memórias ou diários que contam a trajetória de indivíduos livres). Os documentos que nos foram legados sobre a escravidão geralmente revelam momentos específicos das vidas dos cativos como, por exemplo, a época em que um determinado escravo conquistou a alforria (registrado em documentos como cartas de alforria, testamentos, registros de batismos), a período do casamento na Igreja (registrado nos livros paroquiais) ou mesmo o momento de uma ação diante da Justiça, seja como réu ou como vítima (resultado, por exemplo, de participação em um determinado crime ou pela representação em uma ação de liberdade). No caso dos envolvidos no plano de insurreição de 1832, por exemplo, nossa primeira imagem registrava suas ações na organização da trama, mas pouco se podia saber de suas trajetórias anteriores.

Para tentar contornar esses desafios e recuperar a trajetória dos rebeldes antes de se envolverem na revolta foi importante a adoção de duas estratégias simultâneas: 1) recorrer a uma série variada de documentos, a exemplo dos registros eclesiásticos, dos censos populacionais e dos inventários em busca de localizar os réus indiciados no processo-crime em diferentes momentos de suas vidas (por meio de um processo de ligação nominativa de fontes); 2) buscar reconstruir o ambiente em que os biografados estavam inseridos. Isto é, interessava conhecer o contexto mais amplo que os envolvia, a fim de entender suas particularidades em meio a outros escravos e forros que moravam em Campinas no mesmo período. Para melhor delinear tais caminhos percorridos pelo trabalho, passo a explicar detalhadamente esses dois pontos.

No que se refere ao processo de ligação nominativa de fontes, a primeira tarefa foi a de construir uma lista com o nome do liberto indiciado, dos 32 escravos e de seus respectivos senhores, para tentar encontrá-los em outros documentos. O fato dos escravos não terem sobrenome tornava essencial começar a busca

sobre suas trajetórias a partir dos nomes de seus senhores. Assim, o processo-crime de 1832 se transformou no ponto de início do trabalho, uma vez que permitia obter as primeiras informações sobre os personagens a serem biografados. Nesse momento foi criada uma ficha para cada um dos envolvidos no plano de revolta com os dados sobre o papel por eles desempenhado na trama e o nome dos seus respectivos senhores. Com essas fichas em mãos, voltei-me, inicialmente, para os inventários *post-mortem* dos proprietários da cidade de Campinas no século XIX, que se encontram guardados no Centro de Memória - Unicamp. Ao arrolar todos os bens pertencentes a um determinado indivíduo, os inventários incluíam, é claro, os escravos (que geralmente eram os pertences mais valiosos encontrados nesse tipo de documentação). As listas de escravos presentes em tais fontes apresentam informações importantes como o nome, a idade, descrições gerais da saúde, preço e, por vezes, as relações de parentesco existente entre os cativos. Ou seja, os inventários representavam um valioso documento para o trabalho de levantamento de dados sobre rebeldes de 1832.

A primeira dificuldade ligada à pesquisa com os inventários, porém, se relacionou com o fato de que muitos senhores que tiveram cativos envolvidos no plano de insurreição faleceram muitos anos depois de 1832 (o que não nos dava informações sobre a trajetória dos cativos anterior à revolta, nem possibilitava entender a própria configuração das fazendas em que eles moravam no momento de organização da trama rebelde)<sup>3</sup>. Dessa maneira, foi necessário ampliar o escopo analítico da pesquisa para incluir os cônjuges dos senhores com escravos mencionados no processo-crime, recorrendo às genealogias e aos catálogos de fontes do Centro de Memória - Unicamp, com o objetivo de identificar seus nomes. Foi dessa forma, por exemplo, que conseguimos localizar o inventário de Dona Paula Joaquina Andrade, esposa de Floriano de Camargo Penteado (proprietário que mais teve cativos envolvidos no projeto de insurreição). Dona Paula faleceu em 1830, o que levou à feitura de seu inventário naquele mesmo ano com a descrição de todos os bens pertencentes a ela e ao marido (a legislação previa que metade dos bens de um casal deveria ficar com o cônjuge vivo e a outra metade era repartida entre os herdeiros). Essa fonte nos permitiu identificar diversos cativos envolvidos no plano de insurreição, nos dando uma visão de suas trajetórias momentos antes de 1832. O mesmo procedimento adotado na localização do inventário de Dona Paula Joaquina Andrade foi repetido com outros proprietários, favorecendo a identificação de mais 2 documentos. Ao final, foi possível juntar esses vários fragmentos de informações na composição da biografia dos rebeldes de 1832.

A segunda série documental pesquisada foi o censo populacional da cidade de Campinas para as três primeiras décadas do oitocentos<sup>4</sup>. Produzidos quase que anualmente entre 1767 e 1829, os censos populacionais registravam o nome, idade e condição matrimonial tanto de livres quanto de escravos. Novamente, a maneira de localizar os escravos envolvidos na trama rebelde de 1832 nesse tipo de fonte se dava por meio dos nomes dos seus proprietários. Por exemplo, a localização do Diogo Rebolo, a principal liderança do plano de insurreição em Campinas, no censo populacional, passou inicialmente pela identificação de seu senhor nessa documentação, chamado Joaquim José dos Santos. Assim, percorri as diversas páginas do levantamento de 1829 (censo mais próximo da data do plano de revolta) até encontrar o nome de Joaquim José dos Santos. Ao encontrá-lo, pude então acessar as informações sobre os seus escravos naquele mesmo ano. O trabalho foi repetido para os anos anteriores, retornando ao período em que esse senhor apareceu pela primeira vez no censo populacional de Campinas (1804). Assim, ao seguir ano após ano os passos de Joaquim José dos Santos no censo local, pude perceber as transformações que o tempo imprimiu em sua vida e na dos seus escravos ao longo das primeiras décadas do século XIX. Todas essas informações, cruzadas ainda com os dados encontrados no processo-crime e nos inventários, colaboraram para ampliar minhas informações sobre os rebeldes de 1832.

Por fim, a terceira fonte utilizada de maneira sistemática em busca dos escravos rebeldes foram os registros eclesiásticos<sup>5</sup>. O trabalho com esses documentos se baseou no ato de rastrear os nomes dos cativos envolvidos no projeto de insurreição nos livros de casamento e nascimento da Igreja Matriz de Campinas para as três primeiras décadas do oitocentos. A pesquisa com esse tipo de fonte teve que ser ampliada con-

3 Os inventários de Campinas do século XIX estão guardados no Centro de Memória - Unicamp.

4 Os censos populacionais de Campinas estão guardados no Arquivo do Estado de São Paulo. O Arquivo Edgar Leuenroth possui cópia em microfilme dessa documentação (ver Fundo Peter Eisenberg)

5 Os registros eclesiásticos ficam guardados no arquivo da Igreja Matriz de Campinas. O Arquivo Edgar Leuenroth possui cópia em microfilme dessa documentação (ver Fundo Peter Eisenberg).

forme identifiquei que alguns dos escravos rebeldes eram casados e tinham filhos, me levando a buscar dados sobre esses indivíduos. No que se refere aos escravos crioulos, a tarefa envolveu também o levantamento de informações sobre seus pais e irmãos. Um dos principais desafios envolvendo esse trabalho de acompanhar certos nomes ao longo do tempo utilizando essa documentação relacionou-se ao fato de, frequentemente, um mesmo senhor possuir mais de um escravo com o mesmo nome. Floriano de Camargo Penteado, por exemplo, teve 5 escravos chamados Antônio ao longo das primeiras décadas do século XIX. Nessas situações, o acúmulo de outras informações sobre os biografados, retiradas das fontes indicadas acima, permitia, por vezes, identificar qual dos “Antônios” encontrados nos registros eclesiásticos era aquele que se envolvera na revolta de 1832. Em certas ocasiões, entretanto, a coincidência das informações impedia a identificação dos biografados. De qualquer maneira, para a grande maioria dos casos, foi possível levantar uma gama grande de dados, que foram analisados para conseguir *flashes* valiosos das trajetórias dos revoltosos de 1832.

Para exemplificar o método de ligação nominativa de fontes e o tipo de informações possíveis de serem identificadas, descrevo um pouco da trajetória Diogo Rebolo. O principal líder da revolta de 1832 foi também um dos primeiros cativos a desembarcar em Campinas. Chegou nessas terras no ano de 1811 e foi mandado para a fazenda de Joaquim José dos Santos<sup>6</sup>. Lá passou a conviver, em meio à produção do açúcar, com mais vinte escravos, quase todos africanos como ele. Desde muito cedo, Diogo Rebolo percebeu como a alta proporção de homens nas senzalas (característica fundamental do tráfico atlântico) interferia diretamente na existência de famílias escravas. Naquele ano de 1811, por exemplo, existiam apenas 3 casais na fazenda, sendo um deles formado pelos cativos Joana e José. Com a morte de José, ocorrida anos mais tarde, a escrava Joana viria a se juntar a Diogo Rebolo. Mas não nos antecipemos.

O casal Joana e José chegou em Campinas no ano de 1804, quando Joaquim José dos Santos, natural de Cotia, migrou para a região a fim de fazer riqueza com o açúcar<sup>7</sup>. Logo no ano de 1806, Joana registrou na Igreja da Nossa Senhora da Conceição o batismo de seu primeiro filho, o crioulinho Luís. Os padrinhos foram João dos Santos e Dona Maria Francisca Gouveia – parentes de Joaquim José dos Santos e pessoas com importante prestígio social, a julgar pelo título de Dona<sup>8</sup>. Alguns anos mais tarde, quando Luís já tinha quatro anos de idade, a união de José e Joana foi oficializada na igreja da cidade. A cerimônia ocorreu em 5 de agosto de 1810, tendo como testemunhas dois homens livres, Lourenço Soares e João Gomes<sup>9</sup>. O casal permaneceu unido e junto ao pequeno Luís até o ano de 1814, quando, então, o escravo José veio a falecer. Não sabemos ao certo qual foi a causa da sua morte, mas, nessa data, ele era ainda relativamente novo, tendo perto de 25 anos de idade<sup>10</sup>.

Viúva e com o pequeno Luís ao seu lado, Joana continuou lutando e trabalhando para a sua sobrevivência e também para a do seu filho. Não estava sozinha, é claro. Tinha outros escravos e escravas com quem partilhava as agruras da escravidão. Porém, a ausência de um companheiro mais próximo para enfrentar o dia a dia não durou muito tempo. A partir de 1817, o censo populacional começa a indicar que Joana e Diogo Rebolo haviam se unido. O resultado dessa união logo se refletiu nos registros de batismo da igreja local. Diogo e Joana tiveram, ao todo, três crianças batizadas na matriz da cidade: Ignácia, nascida no ano de 1819, sendo padrinhos Joaquim e Maria, escravos de Luís Antônio de Souza; José, em 1824, tendo como padrinho o escravo Joaquim, pertencente a Antônio da Rocha, e madrinha a escrava Maria, do famoso Regente Diogo Antônio Feijó; por último, Maximiano, sendo padrinhos os escravos Salvador e Thereza, de Joaquim José Teixeira.<sup>11</sup>

Foi possível perceber ainda, por meio dos registros de batismo, que Diogo Rebolo e Joana apadri-

6 Censo Populacional de Campinas, Lista de escravos de Joaquim José dos Santos, 1811, Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), Fundo Peter Eisenberg (FPE), rolo 1.3, 2ª companhia, número 54.

7 Censo Populacional de Campinas, Lista de escravos de Joaquim José dos Santos, 1804, AEL, FPE, rolo 2.3, 1ª companhia, número 36.

8 Registro de batismo do escravo Caetano na igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 21 set. 1806, AEL, FPE, rolo 18.

9 Registro de casamento dos escravos José e Joana na igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 05 ago. 1810, AEL, FPE, rolo 37, livro 2, folha 55v.

10 Censo Populacional de Campinas, Lista de escravos de Joaquim José dos Santos, 1814, AEL, FPE, rolo 1.2, 2ª companhia, número 3.

11 Registro de batismo da escrava Ignácia na igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 23 maio 1819, AEL, FPE, rolo 18. Registro de batismo do escravo José na igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 26 ago. 1824, AEL, FPE, rolo 18. Registro de batismo do escravo Maximiano na igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 15 jul. 1827, AEL, FPE, rolo 18.

nharam os filhos de alguns de seus parceiros de escravidão. No ano de 1830, por exemplo, o casal batizou a crioulinha Lucrecia, filha de Felizardo e Luzia.<sup>12</sup> Também identifiquei que Joana batizou ainda outra criança no ano de 1809, quando era casada com o José. Nesse caso, a mãe era a escrava Mariana e o pai incógnito.<sup>13</sup> No ano de 1829, Diogo Rebolo e Joana ainda são identificados juntos, um após o outro, no censo populacional da cidade. Consegui perceber também que praticamente todos os seus filhos estavam morando na mesma propriedade, à exceção apenas da jovem Inácia, a primeira filha do casal, que nunca chegou a ser registrada nessa documentação. Podemos dizer, todavia, que o pai Diogo Rebolo, como era chamado pelos seus parceiros conspiradores do plano de revolta de 1832, estabeleceu importantes laços de parentesco e companheirismo antes de liderar a conspiração.

Assim, se, por um lado, o método de ligação nominativa de fontes nos permite conhecer vários aspectos da trajetória dos rebeldes de 1832, por outro, ele ganha maior densidade quando inserimos os dados dos biografados dentro de um contexto maior. Nesse sentido, ao analisar os inventários, censos populacionais e registros paroquiais não me interessei apenas em olhar para os escravos citados no plano de insurreição, mas conhecer também as características dos demais que viveram em Campinas na mesma época. Tal estratégia me parecia fundamental para conseguir delinear melhor quem eram os cativos rebeldes, buscando entender que elementos os tornavam semelhantes aos demais escravos e quais atributos os singularizavam. Nesse sentido, em todas as fontes pesquisadas, procurei desenvolver uma análise estatística de seus dados, a fim de cruzar com as informações individuais dos biografados. É justamente sobre essa segunda estratégia adotada pela minha pesquisa (a de tentar reconstruir o cenário em que viveram os revoltosos de 1832) que passo a analisar a partir de agora.

Com relação aos inventários *post-mortem*, por exemplo, além de localizar aqueles documentos específicos que pertenciam aos senhores e seus respectivos cônjuges com escravos envolvidos na trama de 1832, realizei ainda um levantamento sistemático desse tipo de fonte para os anos compreendidos entre 1800 até 1835. A intenção foi a de conhecer um pouco mais do perfil demográfico dos escravos que moravam em Campinas, sempre atento a informações como a proporção de homens e mulheres, suas idades e origens. Além disso, interessava conhecer a distribuição da propriedade em escravos entre os livres e suas alterações ao longo do tempo. Esse tipo de análise me permitiu acompanhar, por exemplo, o processo de concentração de cativos nas mãos de um número reduzido de senhores em Campinas e flagrar o florescimento de proprietários que passaram a ter mais de uma centena de escravos, a exemplo do próprio Floriano de Camargo Penteado. Do ponto de vista dos escravos, por sua vez, essa pesquisa favoreceu a percepção de que todo esse processo resultou na formação de senzalas cada vez mais afastadas do controle exercido diretamente pela figura senhorial, no qual a ideologia paternalista poderia ser sentida de maneira próxima. No final do século XVIII, 100% dos cativos em Campinas moravam em propriedades com menos de 10 escravos; já no começo da década de 1830, cerca de 50% dos escravos de todo o município vivia em fazendas com 50 ou mais escravos (PIROLA, 2011, p. 60-61). Ou seja, quanto mais crescia e se concentrava a população escrava em Campinas, mais os cativos (nas grandes fazendas) passavam a ficar distantes do contato direto com os senhores, sendo governados por feitores e administradores. Um dos resultados desse processo foi o reforço das próprias ligações e relações horizontais entre os cativos.

Outro elemento que a análise sistemática de todos os inventários abertos em Campinas nas três primeiras décadas do oitocentos me permitiu saber se relaciona com a origem dos cativos. Em primeiro lugar, foi possível perceber o processo de africanização dos escravos nessa região. Se no ano de 1801 os africanos representavam por volta de 50% dos escravizados em Campinas, em 1835 eles compreendiam 70% do total. A alta proporção de africanos também se repete no próprio plano de insurreição, fazendo com que 90% dos rebelados indiciados fossem provenientes do outro lado do atlântico. Os inventários nos permitiram avançar também na questão das origens africanas dos cativos, favorecendo análises sobre as procedências daqueles que para cá vieram nas primeiras décadas do oitocentos. Assim, se no começo do século XIX o predomínio era de africanos provenientes do sul Angola, chamados por aqui de Benguelas, na década de 1830 a preponderância passou a ser de escravos provenientes do norte de Angola e do Congo norte. É curioso perceber como as origens dos envolvidos no plano de insurreição acompanharam tais mudanças, sendo a maioria

12 Registro de batismo da escrava Lucrecia na igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 16 maio 1830, AEL, FPE, rolo 18.

13 Registro de batismo da escrava Maria na igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 11 maio 1809, AEL, FPE, rolo 18.

dos rebeldes proveniente do Congo norte, com uma participação minoritária de escravos do sul de Angola. Como a grande maioria dos rebeldes de 1832 chegou nessas terras entre 1815 e 1820, suas procedências já refletiram as alterações gerais das correntes do tráfico e do próprio perfil demográfico de Campinas. Assim, percebe-se que nas três primeiras décadas do século XIX os fluxos do tráfico atlântico direcionadas para Campinas favoreceram a reunião de gente proveniente de uma mesma grande área da África, facilitando a identificação cultural e a construção de pontes para a formação de movimentos coletivos.

Também os censos populacionais representaram uma importante fonte para a tarefa de construção do cenário que envolveu a trajetória dos rebeldes de 1832. Se com os inventários pude configurar um contexto mais amplo sobre a população cativa em Campinas, com os censos populacionais foi possível olhar para as 15 propriedades com uma lupa de aumento ainda mais poderosa. Isto é, por meio dos censos pude conhecer melhor a própria história das fazendas em que os rebeldes habitavam. Os censos nos permitiram, por exemplo, identificar o momento em que essas propriedades foram criadas, com a chegada de seus fundadores (e de suas famílias) à Campinas no final do século XVIII e primeiros anos do XIX.

Desde o expressivo aumento do preço do açúcar no mercado mundial, decorrente, entre outras coisas, do declínio da produção haitiana (devido às instabilidades trazidas pela insurreição escrava que levou à independência daquele país), Campinas viu suas terras serem tomadas pelas plantações de cana e sua população crescer significativamente. Os proprietários com cativos envolvidos em 1832 prosperaram ao longo dos anos em que viveram em Campinas, contribuindo para a própria transformação do cenário local, comprando escravos africanos e expandindo suas produções agrícolas. No ano de 1832, todos eles já possuíam mais de duas dezenas de cativos, sendo que alguns estavam entre as maiores fortunas da cidade, com mais de uma centena de escravos e diversas fazendas produtoras de cana-de-açúcar. Dentre os proprietários que tiveram cativos envolvidos no plano de insurreição, aquele com menos posses no começo da década de 1830 tinha 21 cativos, enquanto que o mais afortunado deles tinha perto de cinco centenas de escravos.

Os censos populacionais foram fundamentais ainda na identificação do perfil demográfico dos cativos moradores das propriedades citadas na trama de 1832. De fato, foram com os dados dos censos que pude, entre outras coisas, comparar a situação matrimonial dos rebeldes com aquela da população escravizada que vivia nas 15 propriedades citadas no plano de insurreição. Apesar desse tipo de informação aparecer nos inventários *post-mortem*, nem sempre ela se apresenta de forma sistemática, diferentemente do caso dos censos populacionais em que, ano após ano, esse tipo de dado vinha registrado. A comparação, nesse sentido, permitiu reconhecer que a porcentagem de cativos casados envolvidos na trama de 1832 era bastante significativa. Se na média geral das fazendas os casados e viúvos representavam 23% da população escravizada, no plano de insurreição esse número é de 38%. Foi fundamental perceber ainda que entre as lideranças do plano, esse número chegava a 57% do total (PIROLA, 2011, p.107-108). Tais informações nos permitiram dialogar com parte da historiografia atual que tende a ver na conquista de um casamento e na formação da família escrava um processo estrutural de estabelecimento de paz nas senzalas. No caso da revolta de Campinas, ocorrida em 1832, essa tese esteve longe de ser confirmada. De fato, muitos dos rebeldes não só eram casados como ainda mantinham laços de parentesco ritual (compadrio) com diversos outros escravos – ponte fundamental para ligar as 15 senzalas da trama de 1832. Tal constatação, porém, só foi possível de ser feita graças ao procedimento de comparar as características dos rebeldes com o cenário maior em que eles estavam inseridos. Isto é, foi justamente a ampliação da análise para além dos envolvidos em 1832 que permitiu dimensionar suas características fundamentais e avançar no debate a respeito da relação entre formação de famílias escravas e rebeldia.

Já os registros eclesiásticos tiveram papel importante no trabalho de delinear um quadro mais geral das relações de parentesco escravo entre as 15 propriedades citadas em 1832. Se, por um lado, a busca individualizada dos rebeldes nos registros de batismo e casamento da Igreja Matriz de Campinas revelou informações fundamentais sobre suas trajetórias, por outro, uma análise ampliada de todos os registros das 15 propriedades ajudou a mostrar que as relações entre os escravos ultrapassavam as cercas das fazendas já há muito tempo. Através dessa pesquisa foi possível perceber, por exemplo, certos padrões na conformação de relações de compadrio ligando os cativos de diversas propriedades inseridas na trama rebelde. De maneira geral, os cativos dessas 15 propriedades estabeleciam relações de compadrio dentro da fazenda em que viviam, mas adotavam também certas fazendas como as

preferidas para o estabelecimento de relações de parentesco ritual. No caso das fazendas de Floriano de Camargo Penteadado, por exemplo, os escravos tinham como primeira escolha dos padrinhos de seus filhos outros cativos pertencentes ao mesmo senhor, mas arregimentavam também com grande frequência parceiros nas propriedades de Ana de Campos. A propriedade dessa senhora ficava geograficamente próxima às fazendas de Floriano de Camargo, tendo contribuído para o plano de insurreição de 1832 com o segundo maior número de cativos. Assim, foi cruzando as informações de todos os registros eclesiásticos dos senhores citados no processo-crime que conseguimos notar que várias das fazendas da revolta estavam ligadas por meio desses laços de parentesco, criando uma comunidade de senzalas que esteve na base da organização do plano de insurreição.

## Considerações Finais

A utilização dos métodos da micro história e da biografia nas pesquisas sobre a escravidão no Brasil tem mostrado seu vigor por meio da publicação anual de diversos artigos e livros. Mesmo com os vários desafios que esse método impõe à realização da pesquisa histórica e à construção da narrativa, os resultados que dele pode se obter têm incentivado muitos historiadores a se aventurarem nesse campo. Ao longo deste texto busquei demonstrar alguns dos problemas que o método implica para o trabalho do historiador e algumas das soluções que encontrei ao procurar reconstruir a trajetória dos escravos envolvidos no plano de insurreição de 1832 em Campinas. O processo de ligação nominativa de fontes e a busca por reconstruir o cenário em que viveram os rebeldes antes da organização do plano foram os dois principais caminhos trilhados por meu trabalho. A intenção foi justamente a de criar uma base para cruzar análises de trajetórias particulares com um contexto mais geral e, a partir daí, tirar conclusões para serem debatidas com a bibliografia. Difícil dizer sobre as perspectivas futuras da biografia e micro história para o estudo da escravidão no Brasil. Contudo, fato é que até agora ela tem trazido novas perspectivas para fomentar o debate acadêmico.

## Fontes Manuscritas

### CENTRO DE MEMÓRIA - UNICAMP (CMU)

Inventários *Post-mortem* para os anos de 1801 – 1835: pesquisa sistemática.

### ARQUIVO EDGARD LEUENROTH (AEL)

Livro de Batizados de escravos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 1797-1835.

Livro de Casamentos de escravos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, 1775-1835.

Lista de Habitantes - Levantamentos Populacionais da Vila de São Carlos (Campinas), 1806-1829.

Maços de População, Caixa 24-24, Anos de 1792 a 1797.

### ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO (AESP)

Correspondência dos Capitães Gerais 1721-1822, Vila de São Carlos (Campinas).

Ofícios Diversos de Campinas 1822-1835, Anos pesquisados 1822 até 1832.

## Referências

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANK, Zephyr L. *Dutra's world: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Albuquerque: Editora da Universidade de New Mexico, 2004.

- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillon, povoado occitânico de 1294 a 1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MACHADO, Maria Helena. Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: a história de Benedicta Maria Albina da Ilha ou Ovídia, escrava (sudeste, 1880). *Revista Afro-Ásia*, v. 42, UFBA (Bahia), 2010, p. 157-193.
- QUEIRÓS, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos & CARVALHO, Marcos. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SWEET, James H. *Domingos Álvares: african healing, and the intellectual history of the Atlantic World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.
- XAVIER, Regina Célia. *Religiosidade e escravidão, século XIX: mestre Tito*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

# Açúcar, café, escravos e dinheiro a prêmio: Campinas, 1817-1861<sup>1</sup>

Sugar, coffee, slavery and money-lending: Campinas, 1817-1861

*Maria Alice Rosa Ribeiro*<sup>2</sup>

marr@terra.com.br

## Resumo

O objetivo deste artigo é examinar a composição da riqueza de um pioneiro na cafeicultura na vila de São Carlos, Campinas, Francisco Egydio de Sousa Aranha (1778/9-1860). Para realizar o estudo, recorro ao inventário *post mortem*, que retrata, em um ponto do tempo, a riqueza que Francisco Egydio amou ao longo de sua vida. Para recuar no tempo e fazer um acompanhamento mais dinâmico das atividades realizadas por Francisco Egydio, utilizo as listas nominativas ou os maços de população, para o período de 1779 a 1836, e relatos de viajantes. Na análise procuro pôr em evidência três dimensões das atividades empreendidas por Francisco Egydio ao longo de sua vida – grande proprietário de terras com lavouras de cana-de-açúcar e de café; produtor de açúcar, senhor de engenho e cafeicultor, grande proprietário de escravos; e, finalmente, mas, nada desprezível, grande possuidor de dinheiro a prêmio.

**Palavras-chave:** Riqueza; Escravos; Economia Açucareira; Cafeicultura; Dinheiro a prêmio.

## Abstract

This paper examines the composition of the wealth of a pioneering coffee-crop farmer in the village of São Carlos, Campinas, Francisco Egydio de Sousa Aranha (1778/9-1860). The study recurs to the *post mortem* inventory of Francisco Egydio, which depicts, in a point in time, the wealth he amassed along his life. In order to obtain a dynamic account of Francisco Egydio's activities, I have used the population censuses (Listas Nominativas), for the 1779-1836 period, as well as travelers memories. I have tried to put in evidence three dimension of the activities carried on by Francisco Egydio along his life – great sugar cane and coffee planter; sugar manufacturer and big slave owner; and, finally (and relevantly), money-lender.

**Keywords:** Wealth; Slavery; Sugar economy; Coffee economy; Money-lending.

1 Este texto é dedicado aos professores e pesquisadores inspiradores: José Roberto do Amaral Lapa, Tamás Szmrecsányi e Peter Eisenberg (*in memoriam*).

2 Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1974), mestrado em História (1980) e doutorado em História Econômica (1991), ambos pela Universidade Estadual de Campinas. É pesquisadora colaboradora no Centro de Memória - Unicamp desde 2009.

## Introdução

Recompor e analisar a riqueza do pioneiro na cafeicultura na Vila de São Carlos, Francisco Egydio de Sousa Aranha (1778/9 – 1860), é o objetivo deste artigo. Para dimensionar a riqueza recorro ao inventário *post mortem*, que fixa num ponto do tempo específico o acervo patrimonial que Francisco Egydio acumulou ao longo de sua vida. Visando imprimir algum dinamismo na construção da riqueza, utilizo as listas nominativas, os registros de terra e as narrativas dos viajantes.

Embora o pai de Francisco Egydio, Pedro de Souza Campos, [1751 -18--], pertencesse a uma das famílias fundadoras da freguesia N. S. da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, José de Souza Siqueira e Margarida Soares de Campos<sup>3</sup>, Pedro não fixou residência na localidade. Provavelmente deixou a freguesia por volta de 1777, quando do falecimento do seu pai. Alferes em Iguatemi, Pedro de Souza Campos mudou-se para Santos, onde se tornou morador. Casou-se com Maria Francisca Aranha de Camargo, iniciando a família Sousa Aranha. A consolidação dos laços familiares e da riqueza veio em decorrência do casamento de seu filho Francisco Egydio, nascido em Santos, com a prima, Maria Luzia (1797-1879), nascida em Ponta Grossa, filha do seu tio, tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, senhor de engenho na Vila de São Carlos e irmão de sua mãe.

O período analisado no artigo inicia-se com o casamento de Francisco Egydio e Maria Luzia, em 16 de junho de 1817, realizado no sítio do Mato Dentro<sup>4</sup>. No registro matrimonial constavam a portaria de dispensa de impedimento de segundo grau de consanguinidade, a licença do vigário e mais a procuração do noivo, apresentada pelo pai da noiva. Compareceram à cerimônia o tio da noiva e do noivo, reverendo José Francisco de Aranha Barreto de Camargo<sup>5</sup>, e as testemunhas – o capitão-mor João Francisco de Andrade e o capitão Theodoro Ferraz Leite, duas pessoas de grande prestígio na vila. Os noivos receberam as bênçãos nupciais do vigário Joaquim José Gomes<sup>6</sup>. Encerra-se o período analisado com o falecimento de Francisco Egydio, em 9 de julho de 1860, no sítio do Mato Dentro, onde morava, e com a abertura do inventário.

O texto está dividido em seis seções, nas quais se examinam as atividades açucareiras e a implantação da cultura do café; o testamento e o inventário; a composição da riqueza: bens de raiz (fazendas, engenhos e imóveis urbanos); os escravos; a atividade como “capitalista”, prestador de dinheiro a prêmio, exercida por Francisco Egydio; e as considerações finais. Na análise procuro pôr em evidência três dimensões das atividades empreendidas por Francisco Egydio ao longo de sua vida – grande proprietário de terras com lavouras de cana-de-açúcar e de café; produtor de açúcar, senhor de engenho e cafeicultor; grande proprietário de escravos; e, finalmente, mas, nada desprezível, grande possuidor de dinheiro a prêmio.

### Engenho de açúcar e as primeiras plantações de café nas terras da sesmaria do Mato Dentro

O tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo chegou à Vila de São Carlos por volta de 1806, vindo, provavelmente, de Castro ou Ponta Grossa, que faziam parte da Capitania de São Paulo. Acompanhavam o tenente-coronel sua esposa, Eufrosina Matilde Silva Botelha, e os três filhos do casal: Maria Luzia, com 10 anos; Joaquim, com 8 anos; e José, com 6 anos. Provavelmente, o tenente-coronel vinha com recursos, pois seu nome não constava da lista de sesmeiros e posseiros<sup>7</sup>; entretanto, imediatamente adquiriu

3 Em 1775, um ano após a criação da freguesia, José de Sousa e Siqueira era proprietário de 10 alqueires de terra com milho, feijão, arroz e cana, empregada na produção de aguardente, 40 canadas. Possuía 11 escravos no “sítio que houve por arrematação em praça”. Era um dos sítiantes mais ricos da freguesia. Seu filho Pedro morou com o pai e a mãe até a morte do pai em 1777 (PUPO, 1969, p.31, 32, 33, 319).

4 A Fazenda Mato Dentro foi adquirida pelo Estado de São Paulo em 15 de janeiro de 1937 (Lei nº 2903). Possuía 112,5 alqueires de terra, com casa de morada e de máquinas, terreiro de café, duas cocheiras, câmara de expurgo, 29 casas de colonos e 2.600 pés de laranja (RIBEIRO, 1997, p.81). Em 1987, o Estado cedeu uma parte para a fundação do Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim.

5 Proprietário da fazenda Atibaia – Solar dos Aranha de Camargo –, com área de 2.247 alqueires de terras (1818), que foram herdadas por Joaquim Policarpo Aranha (Barão de Itapura) e Manoel Carlos Aranha (Barão de Anhumas), prováveis filhos de José Francisco, que casaram com duas filhas de Francisco Egydio e Maria Luzia, D. Libânia e D. Ana Tereza.

6 FAMILYSEARCH. Matrimônios: 1806-1818.

7 Consultei a lista organizada por João Baptista de Campos Aguirra (1938).

as terras da sesmaria do Mato Dentro, limpou o mato para fazer roças de milho, feijão e arroz e a lavoura de cana e, ao mesmo tempo, iniciou a construção de um engenho<sup>8</sup>.

A inserção social da família Aranha de Camargo foi rápida: logo após sua chegada a Campinas, Joaquim foi convidado para servir de testemunha no casamento da filha de um dos homens mais respeitáveis da vila, o capitão Felipe Néri Teixeira. O casamento foi celebrado na capela da casa dos pais da noiva, Felipe Néri e sua esposa Maria Leite de Camargo, no dia 8 de outubro de 1807.<sup>9</sup>

Neste ano, o registro no recenseamento foi feito pela 2ª Cia de Ordenanças no Bairro de Atibaia. O senhor de engenho tenente-coronel Joaquim Aranha de Camargo, 45 anos, “não fez açúcar com seus escravos plantou mantimentos p/ seu gasto”. Moravam no fogo nº. 60 sua mulher, D. Eufrosina Matilde, e seus três filhos: Maria, 11, Joaquim, 9, e José, 7, e 18 escravos (MAÇOS, 1807, p. 053). Quatro anos após a chegada à vila, Eufrosina Matilde faleceu, deixando os três filhos menores.

No recenseamento do ano de 1812, o tenente-coronel de milícias, Joaquim Aranha Barreto do Camargo, era dito viúvo. Era classificado como senhor de engenho, porém produziu somente aguardente (50 canadas). Continuou a não produzir açúcar. Produziu milho e feijão: 150 alq. da primeira e 12 alq. da segunda: “Tudo p/seu gasto”, afirmava o recenseador. Joaquim era proprietário de 26 escravos, sendo 12 casados, e 5 cativos com menos de 10 anos de idade. No fogo de número 57 moravam com o tenente-coronel, natural de Santos, de 50 anos, seus filhos: Joaquim, com 14 anos; José, 12 anos; e Maria Luzia, de 16 anos. Somente um agregado foi registrado: Manuel, de 18 anos (MAÇOS, 1812, p. 043).

Para o ano de 1817, o recenseamento registrou o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, morador do Bairro do Mato Dentro, onde possuía engenho, tendo produzido 850 @ de açúcar (alvo, 400@; redondo, 300@ e mascavo, 150@) e mantimentos (milho, 900 alq.; feijão, 70 alq.; e arroz, 40 alq). A produção de aguardente foi de 30 canadas. Na lavoura e no engenho trabalhavam 22 escravos, número menor do que o registrado em 1812. Os filhos Maria Luzia, 19 anos, Joaquim, 15 anos e José<sup>10</sup> moravam no mesmo fogo com o pai (MAÇOS, 1817, p.040).

Nesse mesmo ano, Maria Luzia casou-se com seu primo Francisco Egydio Sousa Aranha, filho de uma irmã do tenente-coronel, Maria Francisca Aranha de Camargo, e do alferes Pedro de Sousa Campos. Como presente de casamento o tenente-coronel ofereceu ao jovem casal o engenho do Mato Dentro<sup>11</sup>.

Entretanto, no recenseamento de 1818, o fogo onde está registrado o senhor de engenho tenente-coronel Joaquim Aranha continuava com os moradores d. Maria, solteira, de 19 anos, e seu irmão Joaquim, solteiro, com 15. Não constava José, o irmão caçula. A produção de açúcar foi de 1.700 @ (branco, 1.000@; redondo, 400@; mascavo, 300@); e aguardente, 90 canadas. Plantava mantimentos para o gasto e possuía 22 escravos (MAÇOS, 1818, p. 045).

Sob a administração de Francisco Egydio, o engenho prosperou e a cultura do café consolidou-se, como mostraram os dados dos recenseamentos para os anos seguintes.

No censo dos habitantes da Vila de São Carlos do ano de 1825, Francisco e sua família apareciam na lista organizada pela 3ª Cia de Ordenanças e não mais pela 2ª Cia. de Ordenanças. Provavelmente, as

8 Pupo (1983, p.145 e p.184) afirmou que a área do latifúndio do Mato Dentro foi adquirida pelo tenente-coronel, que ali fundou um engenho e passou a residir a partir de 1806. Porém, não se pode comprovar a compra, pois o Livro de Notas IV do Tabelionato com as escrituras de imóveis referentes a 1804 a 1896 está, de acordo com o autor, perdido ou desaparecido.

9 Maria Angela Teixeira casou-se com Joaquim Ferreira da Silva, natural de Congonhas do Campo. Foram testemunhas o tio da noiva, o vigário da vara José Teixeira Vilela, e o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto Camargo.

10 O número está ilegível. O registro das idades nos Maços de População é sempre problemático. Pelo recenseamento do ano de 1812, Maria Luzia tinha 16 anos; no de 1817, 19 anos. Não é apenas um problema de mês no qual o recenseamento foi feito, mas há diferenças de anos. Seguindo o primeiro registro, ela nasceu em 1796; já pelo segundo, em 1798. No recenseamento de 1822, sua idade era de 25 anos, logo seu nascimento foi em 1797. No mínimo apareceram três anos diferentes para o nascimento de Maria Luzia. Este problema não é exclusivo, ele se estende a todos os habitantes recenseados.

11 Pupo afirma que o pai de Maria Luzia presenteou o jovem casal com o engenho. Fica a dúvida. Maria Luzia tinha mais dois irmãos, que deveriam também receber bens no valor correspondente como adiantamento de legítima. Infelizmente, não tive oportunidade consultar o inventário do tenente-coronel Joaquim Aranha de Camargo, que faleceu em 1844 em Santos (PUPO, 1983, p. 184).

áreas-limite entre as companhias de ordenanças foram alteradas em seus nomes e em abrangência. A família Souza Aranha cresceu, contava cinco filhos. Fora acrescida de dois filhos, Francisco Egydio, 2 anos, e Pedro Egydio, 6 meses, além dos três filhos, já registrados em 1822 (MAÇOS, 1822, n. 97, p. 079): Maria Brandina, 6 anos, e os gêmeos, José Egydio e Joaquim Egydio, 4 anos. Seu engenho continuava a produzir a mesma quantidade de açúcar: 1.800 @ de açúcar (branco, 1000@; redondo, 500@; e mascavo, 300@). A diferença dos recenseamentos anteriores foi o registro, pela primeira vez, da produção de café: 300@, quantidade significativa que conferia ao produto o seu caráter comercial, destinado ao mercado e não mais ao consumo doméstico. Além do açúcar e do café, a propriedade continuou a produzir mantimentos e aguardente, 38 canadas. Nos três anos que separaram os recenseamentos de 1822 e 1825, o número de escravos aumentou, passando de 31 para 59, ou seja, quase dobrou (MAÇOS, n. 78, p.164, 1825). Talvez o plantel tenha sido aumentado para atender às novas tarefas exigidas pela produção cafeeira.

Francisco Egydio foi um dos primeiros senhores de engenho a cultivar comercialmente café em Campinas. A cultura do café, segundo o botânico Joaquim Correia de Melo<sup>12</sup>, foi consolidada na propriedade de Francisco Egydio e de Maria Luzia, no engenho Mato Dentro. Antes da década de 1820, algumas tentativas foram feitas para introduzir a cultura cafeeira em Campinas, mas permaneceram restritas à produção de caráter doméstico, destinada ao consumo da família e dos escravos. Por isso, a produção era em pequena escala; algumas vezes, as plantações se localizavam nos jardins ou em chácaras, mas logo eram abandonadas. Pelo relato de Correia de Melo, a transição para a cultura comercial do café foi realizada por Francisco Egydio, que expandiu a pequena plantação de café realizada pelo seu sogro no engenho do Mato Dentro. Afirmava Correia de Melo:

[...] começou aquele [Francisco Egydio], ou porque o preço que alcançava o açúcar fosse extremamente baixo ou porque fosse mais audacioso e empreendedor do que os seus comúncipes, a beneficiar e aumentar a plantação feita pelo seu sogro; no que não devia encontrar dificuldades, atenta a grande quantidade de mudas que deviam existir no velho cafezal (CAMPOS JÚNIOR, 1952, p. 236, grifo do original).

No recenseamento de 1829, a propriedade de Francisco Egydio produzia 3.500@ de açúcar; 500@ de café, além de milho e feijão para o gasto da casa e da senzala. Foram registrados 94 escravos, todos maiores de 10 anos. A prole de Francisco Egydio e Maria Luzia continuou a crescer, sendo acrescida por mais dois filhos, Antonio e João. Afora esses dois, constavam da lista os filhos: José Egydio e Joaquim Egydio, 9 anos; Francisco Egydio, 7 anos. Maria Brandina, a filha mais velha, com 10 anos, e Pedro Egydio, com 3 anos, não foram recenseados (MAÇOS, 1829, n. 43, p. 070).

Em termos de produção açucareira, Francisco Egydio ocupava a lista dos maiores produtores da Vila de São Carlos, embora se situasse bem longe das arrobas produzidas por Francisco Ignácio Sousa Queiroz e por Antonio Manoel Teixeira, como mostra a Tabela 1 abaixo.

**TABELA 1 - MAIORES PRODUTORES DE AÇÚCAR EM VILA DE SÃO CARLOS (1829)**

Nome do senhor de engenho	Produção de açúcar @*	Número de escravos
Antonio Manoel Teixeira	11.400	226
Francisco Ignácio Sousa Queiroz	12.000	215
Florianio Camargo Penteadó	4.062	132
Theodoro Ferras Leite	4.000	84
Francisco Egydio Sousa Aranha	3.500	94

Fonte: Maços de População, 1829. \*A informação disponível mais próxima ao ano de 1829 sobre a quantidade produzida de açúcar é de 1826: a produção de açúcar de Campinas foi de 124.767 @; o número de escravos, em 1829, era de 4.323 (EISENBERG, 1989, p. 329). Diante destes dados, conclui-se que os cinco engenheiros, ou seja, donos de engenhos, produziam 28% da produção campineira de açúcar e eram proprietários de 17% de todos os escravos da vila.

<sup>12</sup> Joaquim Correia de Melo nasceu em São Paulo em 10 de abril de 1816, residiu em Campinas, onde faleceu em 20 de dezembro de 1877. Foi botânico e estudou florestas tropicais. Recebeu a medalha *vermeil* da *Société Imperiale et Centrale d'Horticulture*, da França, pela introdução de 21 espécies de *Begoniaceas* nos jardins de Paris. Em 1872 escreveu o documento intitulado *Café-Campinas*, transcrito por Teodoro de Sousa Campos Junior (MONOGRAFIA, 1952, p. 234).

No recenseamento de 1829/1830, o tenente-coronel reformado Joaquim Aranha Barreto de Camargo foi registrado com a idade de 66 anos. O recenseador anotou que o tenente-coronel “Vive com os escravos empregados no serviço da nova matriz”. Ao todo eram 38 escravos, sendo dois menores de 10 anos. Além de viver do aluguel de seus escravos, Joaquim Aranha de Camargo cultivava mantimentos para consumo. Classificado pelo recenseador como senhor de engenho, não constava do recenseamento a produção de açúcar; a classificação de senhor de engenho permaneceu apenas como um título (MAÇOS, 1829, p.118)<sup>13</sup>. Seu fogo estava localizado na 7ª. Companhia de Ordenanças, área que provavelmente correspondia ao espaço mais urbanizado do município, pois há inúmeros habitantes descritos em relatos como “vivem dos jornais de seus escravos”, “vive de cirurgia”, “de costuras”, “de vendas” etc.

Na mesma região, residia o alferes Querubim Uriel de Camargo, natural de São Paulo, com a idade de 25 anos, professor de primeiras letras. Casado com Maria Gertrudes dos Santos, de 19 anos, natural da Vila de São Carlos. O casal possuía seis escravos. Nessa área residia Manoel José Gomes, mais conhecido como Maneco Gomes, mestre de capela e de música, e pai de Santana Gomes e de Antonio Carlos Gomes. Não possuía escravos, apenas um agregado.

Na área da 7ª. Cia também se encontravam mulheres sós, vivendo de costuras, de vendas e homens vivendo de negócios e ofícios. À exceção de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, os demais moradores possuíam poucos escravos, todos empregados “a jornal”, o que vale dizer “escravos a ganho” (MAÇOS, 1829, p. 112-142).

No último recenseamento da Vila de São Carlos, em 1836, Francisco Egydio de Sousa Aranha habitava no terceiro Distrito de Paz, primeiro quarteirão. Estava com a idade de 60 anos e sua esposa Maria Luzia com 38 anos. Foram registrados apenas quatro filhos: José Egydio, com 12 anos; Joaquim Egydio, gêmeo com José; Francisco Egydio, 8 anos; e Pedro Egydio, 6 anos. O engenho do Mato Dentro produzia 4.000@ de açúcar, 1.000 @ de café e 200@ de algodão e possuía 75 escravos (MAÇOS, 1836, n. 30, p. 085). Não há informação sobre o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Provavelmente, ele teria ido morar em Santos, onde faleceu em 1844.

Após esse último recenseamento, somente o Registro de Terras de 1854 mostrou o patrimônio e as atividades de Francisco Egydio: proprietário de quatro fazendas, todas compradas, juntas totalizavam 2.475 alqueires<sup>14</sup>, com engenho, plantações de cana-de-açúcar, café e roças de gêneros alimentícios (TEIXEIRA, 2011, p. 193).

Os próximos documentos que descreveram o patrimônio e as atividades de Francisco Egydio foram o seu testamento e o seu inventário *post mortem*. A análise desses documentos será objeto da próxima seção.

## Testamento e inventário

Francisco Egydio faleceu em 9 de julho de 1860, na cidade de Campinas. No inventário, a viúva, os herdeiros e coerdeiros requereram lavrar o termo de aceitação da partilha amigável dos bens deixados pelo falecido. Declararam a existência do testamento escrito por Francisco Egydio, em 19 de maio de 1856 (TESTAMENTO, 1861)<sup>15</sup>. Eram ao todo 11 herdeiros (seis filhos e cinco filhas) residentes em Campinas, adultos e casados. O ANEXO II mostra a ascendência e a descendência do casal Francisco Egydio e Maria Luzia. O testamenteiro foi seu filho, tenente-coronel José Egydio de Sousa Aranha (irmão gêmeo de Joaquim Egydio) e a inventariante, a viúva e meeira, Maria Luzia de Sousa Aranha. Dizia o testamento<sup>16</sup>:

Em nome da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo tem um só Deus verdadeiro. Eu, Francisco Egydio de Souza Aranha estando são em meu perfeito juízo faço este meu testamento na maneira e forma seguinte: primeira-

13 A lista dos habitantes da vila, realizada pela 7ª. Cia de Ordenanças, aquartelada na Vila de São Carlos, foi feita no ano de 1830, apesar de constar nos Maços de População do ano anterior, 1829 (p.111).

14 Um alqueire paulista é igual 24.200m<sup>2</sup> ou 2,42 hectares.

15 De agora em diante vou usar a referência simplificada: número do processo, ano, páginas.

16 O testamento foi redigido pelo Vigário Antonio Candido de Mello e assinado por Francisco Egydio. Foi feito na casa de morada do testador e foram testemunhas presentes: José de Sousa Campos, Joaquim Alves de Almeida Salles Júnior, José Maria Lamaneres, Antonio Pompeu de Camargo e Antonio Carlos Pacheco e Silva (Proc. nº 1859, 1861, p. 11v).

mente encomendo minha alma a Santíssima Trindade e ao eterno Pai que pela morte de seu filho, [...] a Virgem Maria Senhora Nossa, ao anjo da minha guarda e a todos os santos que queiram ser meus interceptores para que já gozando da bem aventurança, como verdadeiro católico protesto, que quero viver e morrer na Santa Fé Católica e creio em tudo quanto crê [...] a Santa Madre Igreja de Roma. Peço humildemente perdão a todos de qualquer escândalo ou ofensa que de mim tiveram e perdão a todos meus próximos [...] declaro para meus testamentários os meus três filhos em primeiro lugar o filho José Egydio; em segundo o filho Pedro Egydio e terceiro o filho Antonio Egydio (Proc. n° 1859, 1861, p. 10).

Nas disposições testamentárias, Francisco Egydio descreveu as instruções quanto às cerimônias fúnebres:

(...) ser enterrado no Cemitério sem pompa alguma (...) meu corpo será envolto em habito que tenho já bento e será conduzido por doze pobres aos quais será dada a esmola. (...) Digam Missa de corpo presente para minha alma por todos os sacerdotes que se acham na cidade no dia do meu falecimento (Op cit.).

Pedia ao testamentário que providenciasse três capelas de missa<sup>17</sup>: “Por minha alma, por meus parentes vivos e mortos e por todos que comigo negociaram” (Proc. n° 1859, 1861, p.10v.). Para o pagamento das três capelas, o inventário orçou a importância de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis)<sup>18</sup>.

Quanto às esmolas para os pobres, o testador determinou que o testamentário desse 400\$000 (quatrocentos mil réis) a eles, sendo menos de 1\$000 (mil réis) a cada pobre. Para os 12 pobres que conduziram o corpo do senhor, o testamentário destinou a importância de 153\$000 (cento e cinquenta e três mil réis), que constava do orçamento do inventário. Cada pobre recebeu a quantia de 12\$750 (doze mil e setecentos réis).

Quanto à terça testamentária, Francisco Egydio determinou que a metade fosse dividida entre seus três filhos testamentários: José Egydio, Pedro Egydio e Antonio Egydio “porque são os que mais me vem trabalhando para aumentar a casa”.

Quanto à outra metade da terça, Francisco Egydio destinou para libertar alguns escravos sem vícios, mas, no momento em que esses escravos adquirissem qualquer vício, retornariam ao cativo. Mais, ainda, determinou que, enquanto sua mulher e seu testamentário vivessem, os escravos libertos não poderiam abandonar o município.

(...) Outra metade para serem forros meus crioulos principiando por Firmino, Generozo, Benedito, outros crioulos como Augustinho e Antonio e [...] os escravos mais velhos que tenho no sitio (...) que não tenham vícios e quando algum desses primeiros crioulos peguem em algum vício, minha mulher e mesmo o testamentário os puxará para o serviço por três meses (...) não poderão estes escravos que ficam forros se apartarem deste município (Proc. n° 1859, 1861, p. 10v. e p.11).

No inventário abateu-se da terça a quantia referente ao valor dos escravos que foram libertos pelo seu senhor no testamento. A quantia total abatida foi de 12:000\$000 (doze contos de réis), que correspondeu ao valor dos cinco escravos. Todos exerciam um ofício e eram considerados como “bons” naquilo que faziam. Eram escravos com experiência, com a média de 37 anos de idade. Foram avaliados no inventário com valores bastante elevados em relação ao conjunto da escravaria, como será visto a seguir. Todos eram casados, à exceção de Antonio Jutico (?) que era solteiro, mas tinha uma filha, Hortência, de 13 anos. Aparentemente o critério de escolha dos escravos foi o reconhecimento dos “bons” serviços prestados ao senhor. Entretanto, a liberdade era condicional e limitada, pois todos tinham família, mulher e filhos que não foram alforriados. Provavelmente, eles continuariam na propriedade do seu senhor, prestando os mesmos serviços, porém teriam a possibilidade de se empregar a terceiros e receber pagamento pelos seus serviços, o que viabilizaria a compra da liberdade dos seus familiares no futuro. A Tabela 2, montada com base nas informações do assentamento de escravos do inventário, mostra os libertos.

17 Uma capela era composta por 50 missas pagas ao sacerdote responsável pela cerimônia. Normalmente, o sacerdote expedia um recibo do pagamento para efeitos de comprovar que as disposições testamentárias foram cumpridas, de acordo com as últimas vontades do testador. O pagamento de capelas, de missas de corpo presente e cerimônias religiosas, como casamentos, eram importantes fontes de receita da igreja e de seus sacerdotes.

18 Isto é, cada capela com 50 missas correspondia ao valor de 50\$000, ou cada missa, a 1\$000 (mil réis).

**TABELA 2- ESCRAVOS LIBERTOS NO TESTAMENTO (1861)**

Nome	Idade	Ocupação	Cônjuge	Prole	Valor (\$000)
Firmino	39	Feitor, bom	Maria mulata	Sinfonimo(?)	2.500
Benedito	39	Sapateiro	Thomazia	Sem prole	2.500
Generoso	36	Ferreiro, bom	Anna mulata	Irineu, João, Eliseu	3.000
Antonio Jutico(?)	30	Feitor, bom	Sem cônjuge	Hortência	2.200
Jorge	40	Pedreiro, bom	Angélica	Rufino	1.800

Fonte: Proc. nº 1859, 1861, p. 16v. – 19; p. 31v.

As alforrias feitas por Francisco Egydio no seu testamento não seguiram o padrão encontrado por Eisenberg (1989) para as alforrias em Campinas no século XIX. O autor pesquisou 2.093 cartas de alforria registradas nos cartórios de Campinas e chegou à conclusão de que, para o período até a década de 1870, as alforrias foram “desproporcionalmente distribuídas entre escravas mulatas, crioulas, muito jovens ou, em grau menor, muito velhas e empregadas no serviço doméstico” (p. 299). Segundo Eisenberg, dois terços dos escravos foram alforriados com o dever de prestar serviços por determinado tempo, ou seja, a alforria onerosa ou condicional predominava entre as formas de concessão da liberdade. A alforria gratuita ou livre de qualquer obrigação apareceu mais frequentemente no período final da década de 1880: “[...] agora o senhor usava a alforria gratuita como um instrumento político para lidar com a crise social da escravidão” (p. 301). Para o autor, ao longo do século XIX, a alforria mudou de características, segundo os interesses dos senhores.

Diante desta afirmação, pergunto-me: qual o interesse de Francisco Egydio ao libertar os seus escravos mais qualificados, mais valiosos e em idade produtiva? A alforria foi gratuita, ou seja, sem contrapartida em serviços ou dinheiro, porém impôs cláusulas de controle de “comportamento moral”, não aquisição de “vício” e controle de mobilidade: não era possível abandonar o município. No caso de infringir as cláusulas, o liberto perdia sua condição de liberdade e retornava ao cativo.

Na parte final do inventário, na elaboração do orçamento, mais cinco escravos foram incluídos pelo testamenteiro, seu filho tenente-coronel José Egydio de Sousa Aranha, para serem libertados. No grupo havia escravos mais velhos e um casal, cujo valor ainda refletia alguma capacidade de trabalho, ao passo que os outros tinham preço depreciado em função da idade e da perda de capacidade produtiva. Manoel, mais conhecido por Manoelzinho, 65 anos, “rendido”; Antonio Crioulo, doente com pústulas; e Bento Velho, 70 anos, não tinham mais utilidade na lavoura e valiam muito pouco para os seus proprietários, que os libertaram. O único casal libertado foi Luis, 50 anos, “meio carpinteiro”, e sua mulher, Fabiana, apesar de todos os outros cativos serem casados e com filhos. Fabiana, 45 anos, tinha cinco filhos, com idades que variavam entre 15 e um ano e meio. Ursulina tinha uma filha, Antonia, de 10 anos, e constava como observação sobre a menina a palavra: “simplória”. Para os casais Manoelzinho e Maria Congo e Bento Velho e Joaquina Cabinda não há informação sobre filhos. Segue a Tabela 2.1 com a nova lista dos libertos.

### O inventário

Depois de trasladado o testamento, o inventário começou a ser elaborado pelo juiz e pelos louvados ou avaliadores dos bens do acervo do casal. Do arrolamento de bens chegou-se à composição do patrimônio e a sua distribuição entre diversos ativos, sendo três em destaque: os escravos, que representavam 45% do acervo patrimonial; os bens raiz (imóveis, engenhos, fazendas, terras e plantações, imóveis urbanos), 25%; e, finalmente, as dívidas ativas ou o dinheiro a prêmio, 21%. A Tabela 3 sintetiza a composição do patrimônio e dos ativos deixados pelo falecido.

**TABELA 2.1- ESCRAVOS LIBERTOS NO ORÇAMENTO (1861)**

Nome	Idade	Ocupação	Cônjuge	Valor (\$000)
Manoel Manoelzinho	65		Maria congo	400
Luis	50	Meio carpinteiro	Fabiana	1.600
Fabiana	45		Luis	1.200
Antonio crioulo	40		Ursulina	400
Bento velho	70		Joaquina cabinda	200

Fonte: Proc. nº 1859, 1861, p. 31v.

**TABELA 3 - COMPOSIÇÃO DA RIQUEZA DE FRANCISCO EGYDIO DE SOUSA ARANHA (1861)**

Composição da riqueza	Valor (\$000)	Participação no Monte-Mor	Participação no Monte-Mor partível
Utensílios e obras de ferro, ferramentas de produção	2.783	0,27%	0,26%
Animais	11.518	1,11%	1,09%
Escravos	468.500	45,22%	44,53%
Bens Imóveis de raiz	269.000	25,97%	25,57%
Móveis, ouro, prata e joias.	12.622	1,22%	1,20%
Frutos pendentes	4.000	0,39%	0,38%
Importância oferecida pelos herdeiros pelas fazendas	4.833	0,47%	0,46%
Dívidas Ativas	219.084*	21,15%	20,82%
Dinheiro em moeda existente em mãos da viúva e inventariante	43.659	4,21%	4,15%
Monte-mor calculado pela autora	1.035.999		
diferença do monte-mor registrado	18.216		
Monte-mor registrado no inventário	1.054.215		
Perdas de escravos duas crianças falecidas e um escravo fugido e despesas funerárias	2.082		
Monte-mor líquido ou partível	1.052.134		
Meação da viúva	526.067		
Herdeiros	526.067		

Fonte: Proc. nº 1859,1861. \*Nas dívidas ativas totais estão incluídos empréstimos feitos aos filhos.

### **Bens de raiz: fazendas, engenhos e imóveis urbanos.**

O bem de raiz de maior valor era o sítio do Mato Dentro, herdado do sogro-tio, tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. No inventário a descrição do sítio dizia:

Sítio do Matto Dentro em que morava o inventariado com casas de morada, senzalas, máquinas de pilões, moinho e ventilador e tocador para água, máquina de carretão, duas tulhas de aguardar café, paiol com milho, armazém de guardar mantimentos, enfermaria, sala de escolha de café, chiqueiro; estrebaria, cômodos cobertos de telhas, terreiro murado de enxugar café, tanque, dois pastos valados; sendo um chamado do sitio das éguas, com 250 mil pés de café de idade de ano até vinte e cinco anos, parte em bom e outra em mau estado, sendo porção plantada em terras (...) e terras do mesmo sitio cujas divisas constam do respectivo registro em poder da inventariante (Proc. nº 1859,1861, p. 20-21v).

No sítio do Mato Dentro predominava a lavoura cafeeira, com 250 mil pés de café e mais benfeitorias (casas de morada, senzala, máquinas de beneficiamento do café, máquinas de pilões, máquina de carretão, tulhas, terreiro murado para enxugar o café e sala para selecionar seus frutos). Outras benfeitorias atendiam a demanda dos gêneros alimentícios: paiol de milho, armazém para mantimentos, chiqueiro para 80 cabeças de porcos de criar, entre machos e fêmeas. No Registro de Terras de 1854, Francisco Egydio registrou que as terras do Mato Dentro, onde se achava sua casa e a fábrica de café, tinha a extensão de “meia légua em quadra mais ou menos”, possuída por título de compra<sup>19</sup>.

Não existia a estrada de ferro Santos-Jundiaí, inaugurada apenas em 1867. Portanto, o café, para che-

19 Francisco Egydio mencionava que por estar incomodado mandou seu filho José Egydio de Sousa Aranha fazer o referido registro e ele somente assinou em 15 de outubro de 1854 (REGISTRO DE TERRAS, 1854-1857, n.7, p. 4v e p.5).

gar a Santos, dependia do transporte de tropas de muares. No inventário havia um arrolamento de muares, o que significava a existência de uma tropa própria.

Constava entre os edifícios uma enfermaria para atender os acidentes e as doenças dos escravos. O sítio do Mato Dentro, conforme descrito, foi avaliado em 130:000\$000 (cento e trinta contos de réis). Somente os 241 escravos do Mato Dentro foram avaliados em 295:650\$000 (duzentos e noventa e cinco contos e seiscentos e cinquenta mil réis).

Além do sítio do Mato Dentro, Francisco Egydio possuía mais três propriedades rurais. A primeira, de menor valor, foi adquirida do finado alferes José Marcelino de Campos, no valor de 25:000\$000 (vinte e cinco contos). O sítio denominava-se Marcelino e tinha pasto valado e terras de cultura. A propriedade media 100 alqueires, uma parte em pastos, capoeira e matos, outra com cafezais do genro, ajudante Álvaro Xavier de Camargo e Silva, casado com Maria Brandina, filha primogênita. Não há descrição de escravos específicos nos trabalhos no sítio; possivelmente, os cativos eram de propriedade de seu genro<sup>20</sup>.

Já a fazenda São Francisco<sup>21</sup>, destinada ao cultivo da cana-de-açúcar e à fabricação de açúcar, foi descrita do seguinte modo:

Fazenda denominada de São Francisco com casas boas de morada assoalhadas, forradas e envidraçadas, 18 lanços de senzalas, paiol, armazém e quartos de despejo, casa de depósito de bagaço, fábrica boa de cilindro de fazer açúcar e moinho tocado por água, casa de lenhas com 103 formas de tábua e 22 de pau, coxo de aparar garapa, esfriadeira, coxos de azedar, 2 caixões de guardar açúcar, 3 lagares para aguardente, pastos fechados (...) com cerca de guarantã e em valo e as terras do sítio ou fazenda, cujas divisas constam do registro em poder da inventariante ficando compreendendo nas mesmas terras 3 cilindros de ferro avaliados com os competentes aguilhões, e a situação denominada Lajeado com casa ordinária de morada, serra d'água com a competente casa e um moinho ordinário (Proc. n.º 1859, 1861, p. 20-21v).

Pela descrição percebe-se que a fazenda possuía as benfeitorias e as máquinas típicas de um bom engenho: sede de morada do proprietário ou do seu administrador, senzala, fábrica de fazer açúcar e aguardente, casa de depósito de bagaço, coxo de aparar garapa, lagar de aguardente etc. A fazenda São Francisco era administrada pelo filho, Pedro Egydio de Sousa Aranha, que no orçamento final do inventário atualizou o valor da propriedade em 2.000\$000 (dois contos de réis)<sup>22</sup>. A fazenda foi avaliada em 56.000\$000 (cinquenta e seis contos de réis). Os 18 lanços de senzala abrigavam um plantel de 58 escravos avaliados em 90.050\$000 (noventa contos e cinquenta mil réis). Pedro Egydio ofereceu à herança uma quantia a mais para ficar como proprietário da fazenda. Quando de sua estadia de quase dois meses em Campinas, por volta do ano de 1861, o viajante Zaluar visitou o sítio S. Francisco, sobre o qual escreveu o seguinte comentário:

(...) pitorescamente colocado à margem do rio Atibaia, e tão agradável pela sua posição topográfica como produtivo pela cultura da cana, de que aí existem as mais bonitas plantações que tenho visto. Vizinha deste fica a fazenda do Sr. Tenente-coronel José Egydio, montada com uma excelente serraria de madeira, com cujo auxílio seu dono tira das soberbas matas que possui lucrativa vantagem (ZALUAR, 1953, p. 140).

Por fim, a última propriedade rural descrita no inventário era a fazenda do Campo<sup>23</sup>, também um engenho de açúcar e aguardente com as respectivas benfeitorias que caracterizavam esse tipo de empresa. Está descrita como segue:

20 Essas terras foram registradas como tendo a extensão de “quarto em quadra mais ou menos”. A propriedade foi posse de Rafael Antunes de Campos, e, em 1854, era de Francisco Egydio que a possuiu por título de compra, sendo o quarto proprietário (REGISTRO DE TERRAS, 1854-1857, n. 8, p. 5v).

21 Constava no registro de terras que esta fazenda tinha a extensão de “três quartos em quadra mais ou menos”. Estas terras “são de sesmarias feitas por Nicolau Gonsalves da Silva e hoje se acham em terceiro possuidor e eu as possuo por título de compra que fez do major Pedroso da Silva e Reginaldo de Moraes Salles” (REGISTRO DE TERRAS, 1854-1857, n. 93, p. 44v-45).

22 Valor correspondente aos serviços na plantação de 40 quartéis de cana realizados após a avaliação.

23 A extensão das terras do engenho do Campo e Cavalheiro registrada foi de “uma légua de cumprimento e meia de largo mais ou menos”. As terras acham-se no bairro da Boa Vista, estrada de Limeira, Francisco Egydio as possui por título de compra (REGISTRO DE TERRAS, 1854-1857, n. 9, p. 6).

Sítio denominado fazenda do Campo, com casa velha de morar, quadrado com senzalas, fábrica (...) boa de cilindros de fazer açúcar, tocada por água, com casas de lenhas, de purgar, contendo 126 formas de taboa e 20 de pau, caixas de guardar açúcar, 2 lagares para aguardente, coxo para aparar garapa, esfriadeiras, coxos de azedar, casa de dormitório de porcos, e um cilindro de ferro avulso, um moinho, um monjolo, açude, rego d'água, pastos fechados por vale ou por cerca de guarantã, e as terras do sítio, cujas divisas constam de respectivo registro em poder da inventariante. Compreendendo elas a situação chamada do Pari com casas velhas de morar, serra d'água, um monjolo velho e pastos cercado e a situação denominado de Cavalheiro com casas velhas de morar (...) (Proc. nº 1859, 1861, p. 23).

Pela descrição é possível julgar que a fazenda do Campo possuía uma casa de morar em condições precárias ou não tão boas quanto as das propriedades anteriormente descritas. Foi avaliada pela importância integral de 40:000\$000 (quarenta contos de réis). O quadrado com senzalas abrigava um plantel de 57 escravos avaliados em 82:800\$000 (oitenta e dois contos e oitocentos mil réis). Ela era administrada pelo filho do tenente-coronel, José Egidio de Sousa Aranha, que ofereceu à herança a importância de 4:138\$000 (quatro contos cento e trinta e oito mil réis) para se tornar o proprietário pleno (Proc. nº 1859, 1861, p. 30).

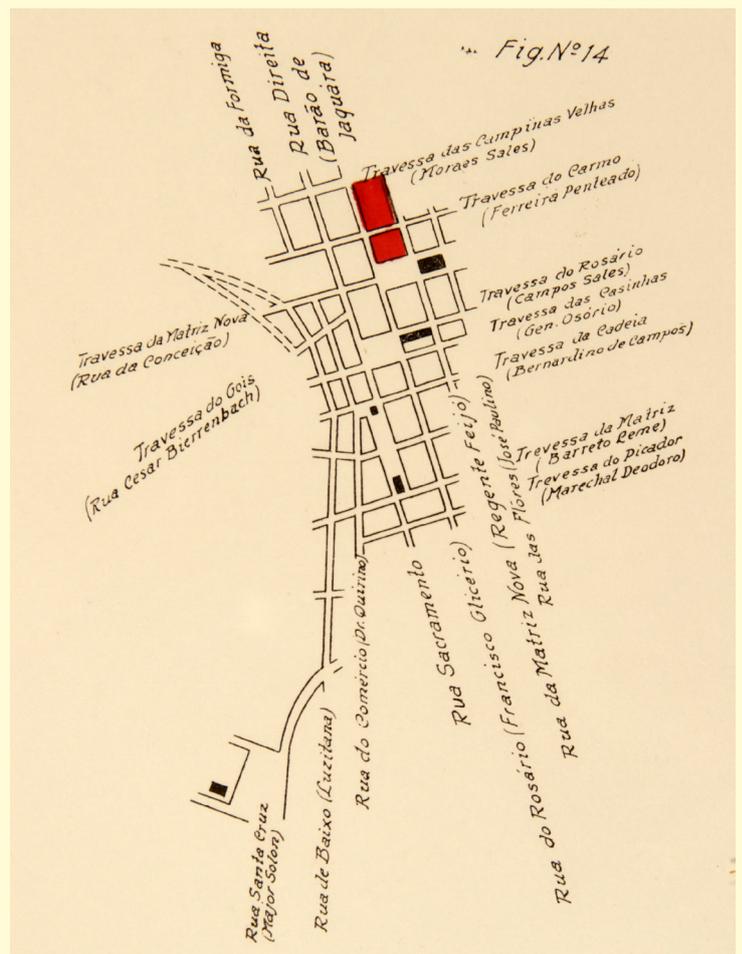
Os bens de raiz, imóveis localizados na cidade de Campinas, foram descritos como sendo:

Uma morada de casas velhas e grandes sitas no Pátio da Matriz Nova fazendo frente para a mesma e para esquina da rua do Rosário com quintal divisando por um lado pelos fundos com Joaquim Ferreira Penteado (...) 14:000\$000. Mais moradas pequenas de casa sita no Pátio da Matriz Nova. 2:500\$000. Outra pequena morada de casas sita rua do Rosário com terreno anexo e murado até a rua do Pórtico. 500\$000 (Proc. nº 1859, 1861, p. 23v).

O conjunto de casas de moradas pertencentes ao acervo patrimonial de Francisco Egidio estava localizado na área mais valorizada da cidade, que correspondia ao segundo núcleo da formação do espaço urbano, no entorno da Nova Matriz, o qual substituiu o primeiro, que girava em torno da Matriz Velha, Nossa Senhora do Carmo<sup>24</sup>. O local ao redor da Matriz Nova, Nossa Senhora da Conceição, possuía uma topografia mais elevada do que o núcleo original, protegendo as moradias das inundações. Em traçado quadricular foram abertas novas ruas acima da Rua Direita (atual Barão de Jaguará) mais protegidas das enxurradas do córrego do Tanquinho (BITTENCOURT, 2009, p. 32-34). A planta desenhada por Pupo (1969, p. 114) mostrava a cidade habitada por volta de 1840<sup>25</sup>; nela localizei os terrenos e as casas dos Sousa Aranha.

É importante lembrar que o pai de Maria Luzia, tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, participou ativamente da construção da Matriz Nova, por meio do aluguel dos seus 38 escravos para a execução das obras. O período da construção foi bastante longo. Começou em 1808 e só terminou em 1883. Assim, o tenente-coronel detinha privilégios na aquisição dos quarteirões, situados na parte mais alta, plana e próxima ao novo núcleo urbano que se formava, portanto valorizada. E mais valorizada se tornaria no futuro. Pela descrição feita no inventário dos prédios e dos terre-

**FIGURA 1 – PLANTA DA CIDADE DE CAMPINAS**  
**FONTE: PUPO (1969, P.114)**



<sup>24</sup> Na basílica do Carmo foi realizada a primeira missa pelo frei Antonio de Pádua Teixeira, quando da fundação da freguesia da N. S. da Conceição das Campinas do Mato Grosso, em 1774, e onde se aglomeraram os primeiros moradores urbanos.

<sup>25</sup> Rua do Pórtico ou Rua do Carmo para a estrada de Itu ou do Carmo para Campinas Velha, hoje Moraes Sales; rua do Rosário, hoje Francisco Glicério (PUPO, 1969, p. 115).

nos, colorida na Figura 1, as propriedades eram casas de morada velhas e grandes, que foram sendo reformadas para dar lugar ao Solar dos Aranha ou da Viscondessa de Campinas. Na Figura 2, a fotografia mostra o solar (quando já havia sido adaptado para se tornar o 2º Grupo Escolar de Campinas), com frente para o largo da Catedral e lateral direita para a atual Av. Francisco Glicério. Era uma das casas mais imponentes de Campinas, onde foram hospedados membros da família real (LAPA, 1996, p.89-97).

**FIGURA 2 – ANTIGO SOLAR DOS ARANHA (2º GRUPO ESCOLAR, CAMPINAS, SP, [1923]).**



Fonte: Coleção Cartões Postais Antonio Miranda/Centro de Memória – Unicamp.

## Escravos: a riqueza de maior valor

O patrimônio de maior valor do cafeicultor e senhor de engenho Francisco Egydio eram os escravos. No monte-mor partível ou líquido, equivalente a 1.052:134\$210 (um mil e cinquenta e dois contos cento e trinta e quatro mil e duzentos e dez réis), o valor dos escravos correspondia a 468:500\$000 (quatrocentos e oitenta contos e quinhentos mil réis), ou seja, 44,5%. Esse dado evidencia a extraordinária elevação do preço do escravo após a abolição do tráfico internacional. Passados mais de dez anos sem o abastecimento africano do mercado de trabalho, dois movimentos surgiram para empurrar os preços dos escravos para cima: por um lado, a expansão das plantações de café demandava cada vez mais mão de obra; de outro, a oferta de mão de obra era reprimida, em decorrência não só da interrupção do comércio africano de mão de obra escrava, mas também da ausência do crescimento natural positivo da população cativa. Como era de se esperar, a expansão da economia cafeeira se fez com escravos cada vez mais caros, pelo menos até 1885.

Na Tabela 4, sintetizo a distribuição dos escravos entre as três propriedades rurais de Francisco Egydio. Essa distribuição demonstrou que a atividade cafeeira dominava. Eram 241 escravos na fazenda do Mato Dentro, produtora de café, contra 115 escravos nas atividades açucareiras das fazendas S. Francisco e do Campo.

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS PELAS PROPRIEDADES**

Propriedade	Total de escravos	Valor (\$000)
Sítio do Mato Dentro	241	295.650
Fazenda São Francisco	58	90.050
Fazenda do Campo	57	82.800
<b>Total</b>	<b>356</b>	<b>468.500</b>

Fonte: Proc. nº 1859, 1861, p. 16-22v.

Para aprofundar a análise da composição da escravaria, vou fragmentar o contingente de escravos total pelas propriedades e analisar as características da escravaria por sexo, idade, estado conjugal, filhos, famílias, ocupações, preços e doenças e males de que sofriam os cativos em cada fazenda. O propósito é evidenciar a existência de alguma estratégia para organizar o trabalho e a escravaria, de modo a enfrentar o período de crise do trabalho. Infelizmente não é possível verificar se Francisco Egydio recorreu ao tráfico interno de

cativos<sup>26</sup>. Com certeza, ele não recorreu à imigração de trabalhadores europeus, a exemplo de cafeicultores de Campinas da época, tais como: Joaquim Bonifácio do Amaral (Visconde de Indaiatuba), fazenda Sete Quedas; Hercule Florence, fazenda Soledade; Floriano de Camargo Pentead, fazenda Boa Vista; e Luciano Teixeira Nogueira, fazenda Laranjal (TSCHUDI, 1953, p.157-162).

### Escravos e escravas do sítio do Mato Dentro

A Tabela 5 provoca surpresa pelo número elevado de escravos na faixa de 0-14 anos, correspondendo a 34% do total. De 82 escravos, 76 possuíam idade igual – e menor – a 12 anos. Considerando os escravos e as escravas nesta faixa etária, foram identificados mãe, pai ou ambos, e construídas as tabelas apresentadas no Anexo I, que mostram a presença de casais, filhos e filhas no plantel. A Tabela 6 mostra que 59 escravos menores de 14 anos, ou seja, 72%, estavam juntos com seus pais e mães na mesma fazenda.

**TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS DO SÍTIO DO MATO DENTRO POR FAIXA ETÁRIA, SEXO E RAZÃO DE SEXO, IDADE MÉDIA E VALOR MÉDIO**

Faixa Etária	Escravos	Escravas	Total	Participação %	Razão de sexo	Idade média	Preço médio (\$000)
0-14	46	36	82	34	128	6	691
15-29	26	26	52	22	100	22	1.890
30- 44	58	19	77	32	305	36	1.592
45 +	18	12	30	12	150	53	602
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>93</b>	<b>241</b>	<b>100</b>	<b>159</b>	<b>25</b>	<b>1.227</b>

Fonte: Proc. nº 1859, 1861, p. 16-19.

**TABELA 6 – FILIAÇÃO IDENTIFICADA NO PLANTEL DO MATO DENTRO**

Escravos	Filiação no plantel do Mato Dentro			Pais fora do plantel	Sem informação
Faixa 0-14	Pai e Mãe	Mãe	Pai	Mãe	Nem pai, nem mãe
<b>82</b>	<b>59</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>12</b>

Fonte: Proc. nº 1859, 1861, p. 16-19.

Dez menores moravam somente com seu pai ou com sua mãe na mesma fazenda. Neste caso, um esclarecimento adicional é importante: três dos pais dos quatro menores que viviam somente com o pai eram viúvos e um era solteiro; logo, as mães dessas crianças poderiam ter sido escravas na fazenda Mato Dentro. No caso dos seis menores que viviam somente com a mãe, quatro eram filhos da mesma cativa, Efigênia, mulher de Gervásio. Embora o cônjuge fosse identificado, ele não pertencia ao plantel do Mato Dentro. Dois dos outros menores eram filhos de Romana, viúva. Por fim, dos 12 menores sem informação sobre os pais, 6 tinham a idade de 14 anos completos e foram classificados como solteiros. Normalmente, no assentamento dos escravos para efeitos de inventário, não havia o registro da informação sobre os pais dos cativos com mais de 14 anos. Parece evidente que, para os avaliadores, a idade de 14 anos era considerada como uma passagem para a fase adulta, de separação definitiva dos laços de família; assim, raramente registravam a filiação<sup>27</sup>. Esse é o caso de Antonia, de 14 anos, casada com Antonio Baiano, cujos pais não foram identificados. De fato, dos 12 escravos que apareciam sem pai e sem mãe identificados, cinco menores de 12 anos realmente estavam apartados da mãe e/ou pai ou, talvez, pudessem ser simplesmente órfãos. Pelos dados apresentados, pode-se concluir que a morte foi a razão principal para desfazer famílias.

Logo, não há no plantel a situação de famílias desfeitas por interesses ligados à comercialização ou aos negócios em geral. Parece persistir, por parte do proprietário, a intenção de manter unidos os casais e a prole. Uma política que, de certa forma, estimula a procriação.

<sup>26</sup> Os dados do assentamento de escravos do inventário não permitem saber a origem dos escravos, portanto, se Francisco Egydio recorreu ao tráfico interno de cativos. Sobre este tema ver Motta (2012) para avaliar a participação no tráfico interno seria preciso consultar as escrituras ou contratos de compra e venda de escravos, que ficará para um próximo estudo.

<sup>27</sup> Somente após a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, a filiação seria mais frequentemente registrada nos inventários.

Para efeitos de uma melhor avaliação da procriação, vou usar a razão filhos menores de 10 anos sobre mulheres entre 15 e 49, como uma *proxi* da taxa de fertilidade, como fizeram Klein e Luna (2009, p.185-195) para estimar o crescimento natural negativo da população escrava africana e o crescimento natural positivo da nativa. Na fazenda do Mato Dentro existiam 49 mulheres na faixa de 15-49 anos de idade e 66 menores de 10 anos; portanto, a razão era de 1.347 filhos de menos de 10 anos para cada mil mulheres entre 15 e 49 anos.<sup>28</sup> Isso demonstra um crescimento natural positivo da escravaria de propriedade de Francisco Egydio na sua principal fazenda produtora de café.

O estímulo à procriação de escravos no interior da fazenda pode ter sido a estratégia adotada para enfrentar a elevação dos preços dos cativos. O casamento ou a manutenção de uma relação estável entre os escravos era um estímulo, assim como a boa alimentação, os cuidados com as crianças entre 0 e 2 anos, cujo risco de morte era maior. A Tabela 7 permite verificar a forte presença do casamento entre as escravas. De uma total de 58 escravas com idade acima de 14 anos, 51 eram casadas – 88%.

**TABELA 7 – ESTADO CONJUGAL DOS ESCRAVOS DO SÍTIO DO MATO DENTRO**

Faixa etária	Escravos				Escravas			
	Solt.	Cas.	Viúvo	s/d	Solt.	Cas.	Viúva	s/d
14	6	0	0	0	0	1	0	0
15-29	19	6	0	1	4	20	2	0
30-44	25	31	2	0	0	19	0	0
45 +	4	11	1	2	0	11	1	0
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>48</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>51</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

Fonte: Proc. nº 1859, p.186.

No assentamento das escravas e de seus filhos, foi observado pelos louvados que a filha de Quirina, Isabel, de 4 meses, estava “muito doente”. No encerramento do inventário na seção referente ao orçamento, na qual se faziam os ajustes finais entre os bens arrolados e seus respectivos valores para se proceder a partilha e a meação, abateu-se o valor de 50\$000 (cinquenta mil réis) devido ao falecimento da menina, anteriormente arrolada e avaliada. O mesmo ocorreu com o filho de Verônica, Mathias, de 1 ano, que faleceu depois da avaliação, tendo sido abatida a importância de 100\$00 (cem mil réis). Por motivo diverso, foi abatido o valor de 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) referente ao valor do escravo Cypriano, do sítio do Mato Dentro, de 30 anos, solteiro, que “se acha fugido” (Proc. nº 1859, 1861, p. 30-31).

### Ofícios, preços, males e “fujões”

No assentamento de escravos foi empregada uma forma particular de registrar as informações. Os avaliadores não discriminaram a origem ou a naturalidade dos escravos. Não há qualquer menção a escravos vindos da África (“da nação”) ou de outras províncias. Para 130 cativos (54%), não havia informação; para 101 (42%), constava a informação de “creolos”; e, finalmente, a classificação “mulato” ou “mulata” estava registrada para 4%. Esse procedimento tornou-se comum depois de 1850. A omissão denotava claramente uma manobra para evitar demandas jurídicas em decorrência do não cumprimento da legislação de proibição do tráfico internacional de escravos de 1831 e de 1850.

Outra particularidade no arrolamento foi o sub-registro dos ofícios e das ocupações, para os escravos maiores de 14 anos. Somente foram indicados os ofícios de sete escravos, como mostra a Tabela 8, e para 73 deles foi registrado um breve comentário, uma espécie de avaliação da qualidade do serviço prestado, mostrada na Tabela 8.1.

<sup>28</sup> Klein e Luna (2009, p. 188) afirmam que, nos Estados Unidos, a taxa geral entre a população escrava residente era de 1.484 filhos com menos de 10 anos para cada mil mulheres.

**TABELAS 8 – OFÍCIOS DOS ESCRAVOS DO SÍTIO DO MATO DENTRO**

Ofício e avaliação	Escravos	Idade	Preço (\$000)
Meio carpinteiro	Luis	50	1.600
Meio carpinteiro	Bento/Bentinho	22	2.200
Feitor, bom	Firmino	39	2.500
Feitor, bom	Antonio jutico	39	2.200
Sapateiro, bom	Benedito	39	2.500
Ferreiro, bom	Generozo	36	3.000
Pedreiro, bom	Jorge	40	1.800

Fonte: Proc. nº 1859, 1861.

**TABELA 8.1 – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ESCRAVOS DO SÍTIO MATO DENTRO**

Avaliação	Escravos	Idade Média	Preço médio (\$000)
Bom serviço	55	31	1.947
Regular	11	30	1.482
Fraco	1	40	1.200
Ordinário	4	45	575
Ruim	2	35	300
<b>Total</b>	<b>73</b>		

Fonte: Idem.

Quanto aos preços, como era de se esperar, os escravos portadores de ofício atingiram preços mais elevados. Alguns exemplos da Tabela 8 indicam que o preço mais elevado foi atribuído a um ferreiro, considerado “bom” executor do seu serviço. O mesmo, entretanto, não foi feito para as escravas mulheres que não receberam a avaliação.

No registro das escravas não há muitas referências aos ofícios exercidos. Foram encontrados 11 registros de ofícios, de um total de 57 escravas maiores de 15 anos. Costureiras sobressaíam entre as ocupações. Seis escravas exerciam essa função com exclusividade, sendo Bernardina, 28 anos, viúva, considerada “boa”, o que, talvez, refletisse no seu preço mais elevado – 2:000\$000 (dois contos de réis). A idade média dessas escravas era de 25 anos, e o preço médio de 1:900\$000 (um conto novecentos mil réis) era mais elevado do que o preço médio do plantel total das cativas de 1:320\$175 (um conto trezentos e vinte mil cento e setenta e cinco réis), conforme Tabela 5. Outras escravas foram registradas nos afazeres de dois ofícios simultaneamente. Por exemplo, as três engomadeiras cuidavam dos afazeres de cozinha, lavadeira e doceira, e apesar de qualificadas em dois ofícios, isso não se traduziu em preços mais elevados. Outras duas eram cozinheira “prestimosa” e “boa” mucama. O preço máximo das escravas com ocupação determinada foi de 2:000\$000 (dois contos de réis). Esse valor era superior à média do valor atribuído às escravas de 15-40 anos e sem doenças e deficiências físicas, o qual foi calculado em 1:719\$000 (um conto setecentos e dezenove mil réis).

Para ajudar a entender o comportamento dos preços, faço uma comparação entre os valores atribuídos na avaliação da escravaria de Antonio Manoel Teixeira (1795-1850), falecido três meses antes da abolição do tráfico, e os registrados no inventário de Francisco Egydio. Os escravos do senhor de engenho Antonio Manoel Teixeira foram avaliados duas vezes: no inventário por ocasião do assentamento dos escravos e no momento da sua arrematação no mercado, ocorrida em 1851. Portanto, depois de aprovada a lei Eusébio de Queirós, de 28 de setembro de 1850, os preços sofreram um enorme aumento – que prosseguiu pelas décadas seguintes –, sob o impacto da lei da abolição do tráfico. Esse movimento ascendente pode ser observado nos dados constantes da Tabela 9.

**TABELA 9 - PREÇOS DOS ESCRAVOS MAIS PRODUTIVOS DO ENGENHO DA CACHOEIRA, 1850 E 1851, E DO MATO DENTRO, 1860**

Escravos mais produtivos sem doenças e deficiências físicas	Engenho da Cachoeira Antonio Manoel Teixeira			Sítio Mato Dentro Francisco Egydio de Sousa Aranha	
	Idade Média	Preço médio da avaliação 1850 (\$000)	Preço médio da arrematação 1851 (\$000)	Idade média	Preço Médio 1860 (\$000)
15-40					
	<b>26</b>	<b>511</b>	<b>787</b>	<b>31</b>	<b>1.937</b>

Fonte: Proc. nº 2899, 1852; Proc. nº 1859, 1861.

Três momentos são mostrados na Tabela 9: antes da abolição do tráfico; logo após, em 1851; e, por fim, na avaliação dos escravos de Francisco Egydio, em 1860. Para efeito da comparação, tomei os escravos da faixa etária mais produtiva de homens de 15 a 40 anos, sem doenças e deficiências físicas, conforme definição de Versiani e Vergolino (2002, 2003). Logo após a abolição do tráfico internacional, o preço do escravo mais produtivo estava 54% mais elevado do que meses antes. Depois de 10 ou 11 anos sem a entrada de africanos no mercado, o preço estava 146% mais elevado do que o de 1851 e 279% mais elevado do que em 1850. Nota-se que os escravos dessa faixa etária possuíam idade média mais elevada do que em 1850, o que era de se esperar, dada a interrupção da entrada de escravos africanos para renovar o estoque. Uma boa parte dos últimos africanos havia envelhecido ou morrido.

Um breve comentário sobre os males e as doenças que faziam penar os escravos. Ao todo foram feitas observações quanto às doenças ou aos males para 12 escravas, o que representa 13% do total delas; e para 21 escravos, que representam 14% do total presente no plantel. Nas observações havia uma diferença nítida entre os males sofridos pelos escravos homens e pelas escravas mulheres. No caso delas, eram de maior frequência as doenças mentais ou de comportamento: cinco escravas eram consideradas “idiotas”, “loucas”, “mal-humoradas”, “simplórias”; três sofriam de gota, “gatoza”; “com cravos de bobas nos pés”<sup>29</sup>, “renga”; três escravas apresentavam problemas em órgãos específicos: “muito doente da barriga”, “muito doente do estomago” e “muito doente do peito” e uma era reumática. Por exemplo, Mariazinha, 40 anos, casada com Gabriel, doceira e engomadeira, era “rendida e muito doente do estomago” (Proc. nº 1859, 1861, p. 18v).

Com os escravos, os males frequentemente referiam-se a problemas físicos relacionados aos membros inferiores: pés, calcanhars, joelho e pernas; ou superiores: braços, mãos etc. Sete deles sofriam de males nos membros inferiores. Por exemplo, Bentinho, 22 anos, meio carpinteiro, avaliado em 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil réis), tinha “uma perna meio dura proveniente de um golpe”. Provavelmente, sua condição física prejudicou seu desempenho na ocupação, pois foi classificado como “meio carpinteiro” (Proc. nº 1859, 1861, p. 16v). O que chama atenção é o registro de dez escravos como “rendidos”. Não sei o que podia significar, naquele tempo e lugar, a palavra. No dicionário de Antonio de Moraes Silva (1813, p. 598), o vocábulo *rendido* significava “a paciência rendida aos trabalhos vencida delles”, mas ainda, o sentido é impreciso. Hoje em dia, a palavra significa, segundo Houaiss (2001, p. 2427), “q. não tem vontade própria, lassitude, absor-to, contemplativo; q tem hérnia (...)”. Parece que esse mal era disseminado entre os escravos e consistia em uma espécie de depressão ou hérnia. Por fim, uma observação um pouco bizarra foi escrita sobre o escravo Ambrozio, 38 anos, solteiro, “serviço regular”, “meio morphetico”. O que realmente os avaliadores queriam dizer é difícil de imaginar.

### Os escravos dos engenhos: fazendas São Francisco e do Campo

As duas fazendas de Francisco Egydio de Sousa Aranha, São Francisco e do Campo, tinham suas atividades principais relacionadas ao cultivo de cana e à fabricação de açúcar. A natureza da atividade, pro-

<sup>29</sup> A expressão “cravos de bouba” pode significar uma “eflorescência verrugosa da bouba”, mais frequente nos pés, segundo Houaiss (p. 2001, p.863). Triste, porque a escrava que sofria desse mal era apelidada de “ferreira”, numa alusão às deformidades dos pés: “Anna ferreira, 30 anos, mulher de Albano, valor 800\$000” (Proc. no. 1859, 1861, p. 18v)

vavelmente, influenciou a organização do trabalho e a composição do plantel. As tarefas relacionadas à produção cafeeira pareciam ser menos pesadas do que aquelas da cana de açúcar e do engenho, as quais exigiam muito mais esforço físico, quer na colheita, quer no transporte e no engenho, embora não fossem exigidos outros cuidados com a cana, como os cuidados da capina, feitas até cinco vezes ao ano para a eliminação das ervas daninhas por entre os pés do cafeeiro, por exemplo. As exigências de mão de obra no cafezal eram bem maiores na colheita dos frutos, do que no corte da cana. Ainda que os menores de 12 anos não tivessem sido apontados como exercendo ocupação, é provável que muitos ajudassem na colheita do café, principalmente, colhendo os frutos dos galhos mais baixos, à altura das crianças, ou rente ao chão<sup>30</sup>. Assim, no sítio do Mato Dentro, onde se cultivava, preferencialmente, o café, existiam muitos menores, mulheres e famílias. Em resumo, a lavoura cafeeira propiciava a manutenção da família escrava, enquanto a cana de açúcar e o engenho, dada a natureza das tarefas, propiciavam a presença de escravos-homens, na faixa mais produtiva, 15-40 anos, e solteiros.

**TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS DAS FAZENDAS SÃO FRANCISCO E DO CAMPO POR FAIXA ETÁRIA, SEXO E RAZÃO DE SEXO, IDADE MÉDIA E PREÇO MÉDIO**

Faixas etárias	Fazenda S. Francisco						Fazenda do Campo					
	M	F	T	Razão de sexo	Idade Média	Preço Médio (\$000)	M	F	T	Razão de sexo	Idade média	Preço Médio (\$000)
0-14	1	1	2	100	4	400	0	0	0	-	-	-
15-29	6	0	6	-	21	1.967	7	1	8	700	20	1.900
30-44	34	5	39	680	40	1.812	33	2	35	1650	41	1.628
45 +	10	1	11	1000	54	754	11	3	14	366	49	757
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>7</b>	<b>58</b>	<b>729</b>	<b>40</b>	<b>1.552</b>	<b>51</b>	<b>6</b>	<b>57</b>	<b>850</b>	<b>38</b>	<b>1.453</b>

Fonte: Proc. nº 1859,1861, p. 20-21v. M= masculino; F= feminino.

A Tabela 10 evidencia de forma bastante clara que a orientação adotada para distribuir o plantel de escravos nas fazendas açucareiras era muito semelhante em todas elas, mas radicalmente distinta da empregada na fazenda cafeeira, como pode ser observado na Tabela 5, apresentada anteriormente. As fazendas açucareiras concentravam os cativos-homens, que representavam 88% do plantel da S. Francisco, sendo 67% pertencente à faixa etária de 30 a 44 anos, e 88% às duas faixas etárias de cativos mais velhos: 30 a 44 anos e 45 anos ou mais.

Na fazenda do Campo verificou-se a mesma situação, com pouca diferença, uma vez que a quantidade de escravos era muito semelhante: 89% do plantel era composto por cativos-homens, sendo 65% na faixa de 30-44 anos, e 86% pertencente às duas últimas: 30-44 anos e 45 anos ou mais.

A idade média do plantel, quer da S. Francisco, quer da fazenda do Campo, era bastante elevada, de 38 a 40 anos, enquanto no Mato Dentro era de 25 anos.

Esse conjunto de informações permite concluir que existia um forte direcionamento na forma de organizar o trabalho, fazendo com que a distribuição dos escravos e das escravas seguisse uma lógica racional, baseada na natureza do processo de trabalho e no objetivo de estimular a procriação interna no plantel. Daí decorre a concentração de jovens escravos e escravas na fazenda de café, mais apropriada à reprodução e ao convívio de famílias. A razão de sexo mais equilibrada, 159 escravos para 100 escravas, no Mato Dentro é outro elemento a apontar para o propósito reprodutivo. Nas outras fazendas, o desequilíbrio entre os sexos era significativo: na São Francisco, 729 escravos-homens para 100 escravas-mulheres e na fazenda Campo, 850 escravos-homens para 100 escravas-mulheres (Tabelas 5 e 10).

Em termos do estado conjugal, a Tabela 11 mostra a predominância de escravos solteiros na fazenda S. Francisco (88%) e na do Campo (90%). Todas as cativas casadas tinham seus cônjuges no próprio plantel. Havia apenas uma viúva e um escravo Reginaldo casado, cuja mulher não foi possível encontrar no plantel. Um casal de escravos – Esmenia, 30 anos, e Fortunato, 42, alambiqueiro – tinha um casal de filhos: Emydio,

<sup>30</sup> Isso faz pensar na vinda de imigrantes para substituir os escravos a partir de 1847, mas, principalmente, depois de 1884. Os fazendeiros preferiam famílias, pois as crianças poderiam ajudar seus pais na colheita e em outras tarefas.

4 anos, e Francelina, de 8 meses. Na fazenda moravam mais quatro casais, mas sem filhos. As únicas crianças eram os filhos de Esmenia. Duas escravas eram cozinheiras: Ana Monjolo, 40 anos, casada com João Congo, 42; e Luisa, 40 anos, casada com Demetrio, 39. Elas foram avaliadas em 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) e 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis), respectivamente.

**TABELA 11 - ESTADO CONJUGAL DOS ESCRAVOS DAS FAZENDAS S. FRANCISCO E DO CAMPO**

Fazendas	Escravos				Escravas			
	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Solteiras	Casadas	Viúvas	Total
S. Francisco	44	6	0	50*	0	5	1	6*
Campo	45	5	0	50**	0	5	1	6

Fonte: Proc. nº 1859, 1861, p. 20, 21v. \*um menor de 15; \*\*um sem dado.

Quanto aos preços dos escravos dos engenhos e quanto aos ofícios, é possível fazer uma análise comparativa entre o engenho de propriedade de Antonio Manoel Teixeira e de Francisco Egydio. No assentamento de escravos do inventário de Francisco Egydio foram discriminados alguns ofícios típicos das tarefas da fabricação do açúcar, como mostra a Tabela 12.

**TABELA 12 – PREÇOS DOS ESCRAVOS POR OFÍCIOS AÇUCAREIROS**

Ofícios	Preços médios (\$000)			
	S. Francisco	Campo	Engenho da Cachoeira	
	1860	1860	1850	1851
Alambiqueiro	2.400	1.400*	450**	724
Banqueiro	2.080	2.000	600	961
Carreiro	2.120	2.200	575	926

Fonte: Proc. nº 1859, 1861, p. 20-22v. e Proc. nº 2899, 1852. \*dado à embriaguez; só aparece um escravo como alambiqueiro; \*\*já tem 40 anos.

Os preços dos escravos, entre 1850 e 1860, sofreram uma elevação expressiva, como já havia sido mostrado na Tabela 9. O impacto da abolição do tráfico, a ausência de um crescimento natural positivo e, por fim, a expansão da cultura cafeeira no Sudeste e, em especial, em São Paulo, favoreceram o movimento ascendente. Entre os ofícios açucareiros, o alambiqueiro sofreu um aumento no preço de 433%; o de banqueiro, 247%; e, por fim, o de carreiro, 282%. Portanto, a atividade açucareira tornou-se bastante onerosa, com custo do escravo muito caro, e somente os elevados preços do açúcar poderiam recompensar os preços do escravo, para manter a atividade lucrativa.

Por fim, um breve comentário sobre os males que faziam penar os escravos. Os mesmos problemas de deficiência física entre os escravos das fazendas açucareiras foram apontados na fazenda de café. No entanto, uma diferença significativa foi notada, e pode estar relacionada às peculiaridades de cada processo produtivo. Na cana, havia mais casos de deficiências nas mãos e nos braços: “aleijado da mão”; “com uma mão encolhida” ou como o caso da escrava Marcelina, 50 anos, casada com Joaquim Santana “aleijada de ambas as munhecas e de pouca serventia”. Outro problema antes não registrado – a cegueira – foi observado pelos avaliadores no assentamento dos escravos: “cego de um olho”, “com um olho meio branco”, como o escravo José Prateado, 35 anos, solteiro e “fujão”. Há a observação sobre o escravo Antonio Candimba, 38 anos, “morpético sem valor”. O registro de “rendidos” pareceu mais frequente e com intensidade crescente: “começo de rendedura”; “muito rendido”; “bastante rendido”, principalmente, na fazenda do Campo. Entre as mulheres há poucas observações sobre o estado da saúde ou o estado de precariedade das condições de saúde. Diferentemente de Mato Dentro, não havia enfermaria para os escravos das fazendas açucareiras.

Chamaram a atenção as observações quanto ao comportamento fugitivo dos escravos, embora fossem poucos – apenas três – em relação aos 272 escravos de todas as propriedades rurais com idade acima de 14 anos. Na fazenda do Campo, Joaquim Rebolo, 40 anos, solteiro, “ruim de serviço”, foi registrado como “fujão”; na S. Francisco, a observação referente a Modesto, 39 anos, solteiro, tinha um tom mais depreciativo: “fujão, muito ordinário”; no sítio do Mato Dentro, Sebastião, 30 anos, solteiro, “ruim de serviços” e também “fujão”. No final do inventário, constatou-se que quem fugiu mesmo foi Cypriano, do sítio do Mato Dentro, cujos avaliadores não o classificaram como “fujão”.

## As dívidas ativas ou o dinheiro a prêmio

Por fim, as dívidas ativas, responsáveis por 21% do patrimônio de Francisco Egydio, evidenciavam a importância da atividade de prestador de dinheiro a juros ou, como se dizia à época, de capitalista. O conceito de capitalista era comumente empregado para designar uma pessoa que emprestava dinheiro a prêmio. Nos almanaques das cidades do século XIX normalmente constava uma lista de lavradores, comerciantes e também de capitalistas atuantes na localidade.

Em 30 de março de 1872, foi decretada pela Assembleia Legislativa Provincial a Resolução nº 27 (SÃO PAULO, 1872, p.55-57), em atenção à proposta da Câmara Municipal da Cidade de Campinas, que instituía o imposto para as obras da Matriz Nova da freguesia da Conceição. Os impostos lançados, arbitrados e arrecadados seguiam a orientação determinada por uma junta nomeada pela Câmara, que deveria arrolar todos os contribuintes, classificando-os em duas grandes categorias, “os lavradores e os capitalistas”, e classes internas de cada categoria. Assim, os lavradores de algodão, café e cana deveriam ser distribuídos em 12 classes, de acordo com o que colheram no ano; e os capitalistas em seis classes, de acordo com o montante de dinheiro dado a prêmio. No caso dos capitalistas:

a 1ª classe compreenderá os que derem dinheiro a prêmio, de 10:000\$000 a 20:000\$000. A 2ª, os de 20:000\$000 a 50:000\$000. A 3ª, os de 50:000\$000 a 100:000\$000. A 4ª, os de 100:000\$000 a 200:000\$000. A 5ª, os de 200:000\$000 a 400:000\$000. A 6ª, os de 400:000\$000 a mais (SÃO PAULO, 1872, p.55).

Após dez anos do falecimento de Francisco Egydio, a aprovação do imposto para as obras da Matriz Nova demonstrou que o montante de dinheiro emprestado pelas seis classes de capitalistas era bastante elevado, o que, portanto, subentende que as necessidades de dinheiro de empréstimo aumentaram muito na cidade e, mais ainda, que havia pessoas com recursos disponíveis nessa quantidade para prover os que necessitavam. Ao todo eram 57 indivíduos classificados como capitalistas e, apenas, uma instituição financeira, Mauá e Cia (GAZETA, 1872, p.2). Três filhos de Francisco Egydio foram classificados como capitalistas: Antonio Egydio, na 3ª classe; Pedro Egydio, na 5ª classe; e, na 6ª e última classe, José Egydio de Sousa Aranha. Assim, a atividade de prestador privado de dinheiro a juros era bastante corriqueira, em especial, como era o caso, por ser uma sociedade em que inexistiam bancos ou outras instituições que atuassem como ofertantes de dinheiro ou de seu adiantamento, mediante o pagamento de um preço – o juro ou prêmio.

Como se pode observar na Tabela 3, a participação das dívidas ativas no patrimônio de Francisco Egydio era bastante elevada<sup>31</sup> para a época, o que significava que a atividade capitalista tinha um papel importante nos seus negócios. A diversificação desses tornou-se uma característica das atividades de Francisco Egydio: açúcar, café, escravaria e dinheiro a prêmio, todas tiveram relevância na formação e na consolidação da riqueza da família Sousa Aranha. Nenhuma delas exerceu papel secundário ou de menor importância: as atividades, juntas, se complementavam. Portanto, Francisco Egydio estava longe de representar o típico latifundiário, escravista e monocultor de um produto primário-exportador.

Antes de examinar os empréstimos concedidos por Francisco Egydio, é importante caracterizar a década de 1850, em termos de mercado de crédito. No período compreendido entre o Código Comercial de 1850 e a reforma da legislação hipotecária<sup>32</sup>, pouco ou quase nada foi feito em termos da institucionalização do financiamento de médio e de longo prazo das atividades econômicas. No Código Comercial (BRASIL, 1850, p.13-14), Título IV, “Dos Banqueiros”, a atuação dos banqueiros e dos bancos era tratada de forma lacônica, mais como instituições de depósito e crédito comercial do que de depósito-empréstimo de dinheiro. Definiram-se, no Art. 119, os banqueiros como “os comerciantes que tem por profissão habitual do seu comércio as operações chamadas de Banco”. Quanto à definição das operações de Banco, o Código manteve-se mais hermético. O artigo 120 indicava que “as operações de Banco serão decididas e julgadas pelas regras

31 Para um dos senhores de engenho mais prósperos de Campinas, Antonio Manoel Teixeira, encontrei uma dívida ativa de 4% do patrimônio deixado quando do seu falecimento em 1850. Para este senhor de engenho, a atividade capitalista era secundária, irrelevante como forma de obter lucro (RIBEIRO, 2015). Eisenberg (1989, p. 383-385) encontrou, para o período de 1819-1829, uma participação de 4,6% das dívidas ativas no monte-mor de 84 inventários.

32 Lei nº 1.237, de 24 de setembro de 1864, e, em seguida, seu regulamento, Decreto nº 3453, de 26 de abril de 1865.

gerais dos contratos estabelecidas neste Código, que forem aplicáveis segundo a natureza de cada uma das transações que se operarem”.

Em seguida, no Título V – *Dos contratos e obrigações mercantis*, o Código definiu os contratos e as obrigações ligadas às operações mercantis. Após listar os seis tipos de contratos comprovados por meio de escrituras públicas, por escritos particulares, por certidões, por correspondência epistolar, por livros de comerciantes e por testemunhas, impõe a esta última uma restrição: “A prova de testemunhas, (...) só é admissível em Juízo Comercial, nos contratos cujo valor não exceder a quatrocentos réis” (BRASIL, 1850, p.14).

Francisco Egydio atuou como capitalista sob o regime legal do Código Comercial, que previa a concessão de crédito para as transações de compra e venda de mercadorias ou o crédito comercial. Não havia, de fato, a institucionalização do mercado de dinheiro a prêmio. Na realidade existia uma crônica escassez de dinheiro para empréstimo, de um lado, e, de outro, uma demanda crescente por financiamento decorrente da expansão da economia cafeeira. Assim, o crédito restrito e a ausência de instituições bancárias levaram à formação de um mercado local de crédito privado, envolvendo um restrito grupo de pessoas com laços de parentesco e de amizade, em que a confiança era a melhor garantia do cumprimento dos contratos (MARCONDES, 2002; RIBEIRO, 2015).

As transações realizadas por Francisco Egydio estavam comprovadas por escrito e constavam documentadas no inventário. Não houve contestação ou abertura de processos contra a cobrança das dívidas no decorrer do processo do inventário. Com base nas informações ali constantes, é possível construir o padrão do mercado local de empréstimo privado, por meio do exame das variáveis: tipo de instrumento de crédito, valor do dinheiro emprestado, número de devedores, juros, prazos, saldo credor e possíveis quitações. Este exame será objeto dos próximos parágrafos.

O primeiro contrato de empréstimo datava de sete de setembro de 1850: tratava-se de uma escritura de dívida e hipoteca, no valor de 2:600\$000 (dois contos e seiscentos mil réis), com “juros de 1% ao mês desde a data com acumulação anual do premio corrido e vencimento de igual premio até o embolso”. Juros de 1% ao mês era a regra em quase todos os contratos. Quebrou-se a regra apenas para alguns tomadores do empréstimo: Benedito Gonçalves Aranha, empréstimo no valor de 2:000\$000 (dois contos de réis); Manoel Damião Pestana, cujo valor do empréstimo era muito baixo, de 160\$000 (cento e sessenta mil réis); empréstimos para as obras da Matriz Nova, no valor de 634\$000 (seiscentos e trinta e quatro mil réis) e para o senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, no valor de 869\$000 (oitocentos sessenta e nove mil réis), inferior a 1 conto de réis. À exceção desses, o padrão de juros de 1% ao mês e acumulado anualmente foi estipulado para 52 de 56 contratos.

O instrumento do empréstimo empregado em 45 dos contratos foi o *vale*, que, normalmente, correspondia a um valor mais baixo: em média, em torno de 3:400\$000 (três contos e quatro mil réis). Para valores mais altos, utilizou-se a *escritura de dívida e hipoteca*, que foi empregada em 4 contratos, com valor médio de 7:800\$000 (sete contos e oitocentos mil réis). A *obrigação* também foi empregada para valores médios elevados, em torno de 7:600\$000 (sete contos e seiscentos mil réis). Por fim, a *letra*, usada somente numa única operação, cujo valor não atingiu 1:000\$000 (um conto de réis) (Proc. nº 1859, 1861, p.26-29v.).

A Tabela 13 descreve os contratos por ano, seus valores (o principal, o prêmio), e o saldo credor, este calculado para a data de 8 de dezembro de 1860, correspondendo ao encerramento do inventário. Para esta data, o saldo credor da escritura de dívida e hipoteca de Antonio Pio Correa Bittencourt totalizava a importância de 7:099\$460 (sete contos noventa e nove mil quatrocentos e sessenta réis). Essa dívida, entretanto, somente foi quitada e levantada a hipoteca em 2 de janeiro de 1877, quando o devedor titular, Antonio, já havia falecido. Ou seja, somente 17 anos depois do encerramento do inventário e 27 anos após a emissão da escritura de contrato, a dívida foi quitada. No termo de quitação da importância, a baronesa de Campinas, Maria Luzia de Sousa Aranha, os herdeiros e coerdeiros davam ao capitão Carlos de Almeida Nogueira, atual proprietário da fazenda Rozeira, quitação da hipoteca, que estava sujeita ao pagamento por escritura pública passada em 7 de novembro de 1850. Encerravam o termo de quitação as assinaturas: “arogo da excelentíssima baronesa de Campinas, por não saber escrever”, assinava o tenente-coronel José Egydio de Sousa Aranha e, em seguida, os demais herdeiros e coerdeiros assinavam. Este é o último documento constante do processo de inventário de Francisco Egydio (Proc. nº 1859, 1861, p. 70-72).

Observa-se, na Tabela 13, uma concentração dos empréstimos nos anos finais da década de 1850, o

que denotava que os devedores da primeira metade da década já haviam quitado e que restavam três transações não quitadas. Pelos contratos, os empréstimos tinham prazo que variava entre 2 e 4 anos, mas poucos cumpriam as determinações contratuais, e a dívida continuava a acumular juros.

**TABELA 13 – CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS POR ANO (PRINCIPAL E SALDO CREDOR)**

Ano de Emissão	N. Contratos	Valor Principal (\$000)	Saldo Credor (\$000) 08/12/1860
1850	1	2.600	7.099
1851	1	533	666
1854	1	6.080	8.326
1856	8	38.063	54.523
1857	4	5.500	6.908
1858	7	27.202	32.180
1859	14	43.851	45.794
1860	18	48.438*	52.971
S/D	2	400*	784
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>172.667</b>	<b>209.251</b>

Fonte: Proc. nº 1859, 1861, p. 26-29. \*Sem o dado do valor do principal. Os arredondamentos provocaram alterações nos valores.

Na Tabela 14 apresenta-se a distribuição dos empréstimos por faixas de valores, número dos tomadores do dinheiro a juros, o valor do principal e, por fim, o saldo credor: 73% dos tomadores de dinheiro a juros estavam nas faixas de valores mais baixos, e as quantias emprestadas não chegavam a 5:000\$000 (cinco contos de réis), ou seja, 41 indivíduos eram responsáveis por 34% do saldo credor. Em contrapartida, a concentração dos empréstimos nas faixas superiores mostrava-se mais intensa: apenas seis devedores das faixas de 10:000\$000 (dez contos de réis) ou mais eram responsáveis por 36% do saldo credor da herança.

**TABELA 14 – VALORES EMPRESTADOS, DEVEDORES, PRINCIPAL E SALDO CREDOR**

Faixas de Valores Emprestados (\$000)	Devedores	Principal (\$000)	Saldo Credor 08/12/1860 (\$000)
< 999	15	7.424	8.213
1.000 a 4.999	26	53.344	63.200
5.000 a 9.999	9	53.035	63.001
10.000 a 14.999	5	48.997	57.668
> 15.000	1	10.500	16.709
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>173.300</b>	<b>208.791</b>

Fonte: Proc. nº 1859, 1861, p. 26-29.

Para a análise do mercado de dinheiro a juros tornar-se mais completa, é preciso conhecer os devedores. Que atividades exerciam? Por que tomaram dinheiro a juros? Enfim, quem eram os devedores?

Alguns deles foi possível identificar, porque o próprio inventário trazia as indicações. Esses foram os casos dos empréstimos para as obras da Matriz Nova; para o padre Januário Máximo de Castro Camargo, em cujo contrato ficou acertado que ele deveria “ir pagando em missas de sua capelaria a 500\$000 por ano”. Entretanto, uma cláusula de garantia foi adicionada: no caso de deixar de ser capelão do credor, Francisco Egydio, o padre deveria pagar prêmio de 1 % ao mês (Proc. nº 1859, 1861, p. 26v). O empréstimo ao padre Januário era um vale no valor de 2:702\$000 (dois contos e setecentos e dois mil réis). Também, no caso do tropeiro Francisco de Sousa Campos, o contrato previa o pagamento com os serviços que prestava “para pagar com aluguel de sua tropa pelo melhor preço dos arredores d’ esta cidade” (Idem). Por fim, o empréstimo feito ao senador Francisco Antonio de Sousa Queiroz (1806-1891), filho do brigadeiro Luis Antonio, tornado barão de Sousa Queiroz em 1874. É difícil compreender por que o senador Queiroz, um dos homens mais ricos de S. Paulo, teve de recorrer a uma letra no valor de 869\$040 (oitocentos e sessenta e nove mil e quarenta, réis) concedida por Francisco Egydio, em contrato que previa o não pagamento de juros. Sem dúvida, uma concessão feita a um amigo.

Afora esses contratos, foi possível identificar 11 devedores dos 50 restantes. Percebe-se a constituição de grupos de devedores pertencentes a duas famílias tradicionais de Campinas, que, por sua vez, tinham laços com o credor, por meio de casamentos de seus filhos. Dois filhos de Francisco Egydio, Martim Egydio e Francisco Egydio (filho), casaram-se com duas descendentes dos Teixeira Nogueira. Talvina C. de Andrade Nogueira casou-se com Martim Egydio e Maria Luiza Nogueira, com Francisco Egydio, enquanto o filho Antonio Egydio se casou com uma filha de Joaquim Bonifácio do Amaral, Elisma do Amaral (ANEXO II).

Quatro dos devedores pertenciam à família Teixeira Nogueira Camargo, descendentes de Joaquim José Teixeira Nogueira (1759-1832) e de Filipe Néri Teixeira (1754-1812). Em primeiro, a devedora Anna Eufrosina Almeida Nogueira (1800-1879) era viúva de José Teixeira Nogueira de Camargo (1787-1844), primogênito do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira e Angela Isabel Maria de Sousa, proprietário da fazenda Taubaté (PUPPO, 1969, p.257). Em 1872, Anna Eufrosina foi classificada como “Lavradora de 2ª classe”. Sua colheita foi de 1.000 a 3.000 @. (SÃO PAULO; GAZETA, 1872, p. 2). O segundo devedor era Joaquim Teixeira Nogueira de Almeida (1830-1918), filho primogênito da própria Anna Eufrosina e de José. Foi classificado como “Lavrador de 4ª classe”, tendo colhido entre 5.000 a 7.000 @ (GAZETA, 1872, p.2; PUPPO, 1969, p.258; SÃO PAULO, 1872). O terceiro descendente dos Teixeira Nogueira era Joaquim Theodoro Teixeira Nogueira (1829-1877), filho primogênito de Luciano Teixeira Nogueira (1803-1884) e Francisca de Paula Ferraz (1814-1852). Casou-se em primeiras núpcias com Angela Isabel Nogueira (1833-1855), filha do mesmo casal Anna Eufrosina e José – portanto, era sua prima – e, em segundas, com Ana Bernardina de Almeida Nogueira (PUPPO, 1969, p. 260-270; FALCÃO, 2009, p. 16-20). Joaquim Theodoro foi classificado como “Lavrador de 3ª classe”, tendo colhido entre 3.000 e 5.000 @ (GAZETA, 1872, p.2; PUPPO, 1969, p. 260-270; SÃO PAULO, 1872). Um descendente indireto dos Teixeira Nogueira, o capitão Cândido José Leite Bueno, que era casado com Umbelina Teixeira de Moraes (1834-), neta do capitão Filipe Néri Teixeira (1754-1812) e de Maria Leite de Camargo (-1811), filha de Maria Angela Teixeira (1795-) e Manoel Joaquim de Moraes (PUPPO, 1969, p.243-247)<sup>33</sup>, em 1859 tomou um vale no valor de 7:425\$000 (sete contos e quatrocentos e vinte e cinco mil réis), quantia bastante expressiva para época.

Da família Joaquim Bonifácio do Amaral, futuro visconde de Indaiatuba, constavam na lista três devedores da herança de Francisco Egydio: o próprio Joaquim Bonifácio, com dois vales no valor de 5:520\$000 (cinco contos e quinhentos e vinte mil réis), tomados no ano de 1860. O tenente-coronel Antonio Carlos Pacheco e Silva (1832-1916), sobrinho de Joaquim Bonifácio, filho de sua irmã Ana Cândida (1808-1883) com o guarda-mor Antonio Carlos Pacheco e Silva (1802-), proprietário da fazenda Três Pedras, e casado com Francisca de Camargo Andrade, filha Joaquim Ferreira Pentado e Francisca de Paula Camargo, barão e baronesa de Itatiba (BROTERO, 1948, p. 377). Constava como “Lavrador de 2ª classe”, tendo colhido de 1.000 a 3.000@ (GAZETA, 1872; SÃO PAULO, 1872). O terceiro era Antonio Pompêo de Camargo (1828-1884), sobrinho e cunhado, filho da irmã e sogra de Joaquim Bonifácio, com o capitão Antonio Pompêo de Camargo – este classificado como “Lavrador de 4ª classe”, colheu de 5.000 a 7.000@ (Idem).

Antonio Pompêo de Camargo e Antonio Carlos Pacheco e Silva solicitaram o empréstimo juntos, um Contrato de Obrigação, o único da lista, tomado em 1858 no valor de 8:412\$315 (oito contos quatrocentos e doze mil e trezentos e quinze réis), com prazo de um ano e juro de 1% ao ano com acumulação anual, mas o não pagamento no prazo acabou gerando um saldo credor para a herança de 10:035\$890 (dez contos e trinta e cinco mil e quatrocentos e noventa réis).

Esse contrato era um dos quatro feitos por mais de uma pessoa como tomadoras do dinheiro a prêmio. Outro contrato coletivo envolveu membros da família Campos Salles, e constavam da lista de devedores: Estanislau de Campos Salles, José de Campos Salles e Francisco Campos Salles (Proc. n.º 1859, 1861, p. 25v.). Estanislau de Campos Salles pertencia à 4ª classe de lavradores, com uma produção agrícola de 5.000 a 7.000@, e o alferes José de Campos Salles constava também da mesma classe (GAZETA, 1872; SÃO PAULO, 1872).

Em síntese, uma análise mais detalhada dos tomadores de dinheiro a juros leva à conclusão de que uma parte expressiva era formada por lavradores<sup>34</sup> que possuíam propriedades em Campinas. Além disso, mostra que fortes laços familiares existiam entre três famílias – Sousa Aranha, Teixeira Nogueira e Amaral – que cimentavam a confiança na concessão do crédito. Além dos laços de família, uma rede de conhecidos e de amigos, tais como a família Campos Salles, sustentava o crédito privado de dinheiro a prêmio, como um mercado restrito, uma ação entre poucos.

33 Em primeiras núpcias, o capitão Cândido José Leite Bueno (1809-1878) foi casado com outra filha de Maria Angela, do seu primeiro matrimônio com Joaquim Ferreira da Silva (-1828), Ana Esméria da Silva (1813-1846) (PUPPO, 1969, p. 246).

34 Generoso Pires Barbosa e Pedro José dos Santos Camargo eram lavradores de 2ª e 3ª classes. Francisco Raymundo de Souza Barros era parente indireto da família Teixeira Nogueira: sua irmã, Ana Joaquina de Camargo, casou com Manoel Joaquim Teixeira Nogueira, filho de Joaquim José Teixeira Nogueira e Angela Isabel (GAZETA, 1872; PUPPO, 1969, p. 267; SÃO PAULO, 1872).

## Considerações finais

Ao longo de sua vida, Francisco Egydio construiu um patrimônio constituído por três propriedades agrícolas as quais administrou com três dos seus filhos, José Egydio, Pedro Egydio e Antonio Egydio, de forma a concentrar em uma – o sítio do Mato Dentro – a produção cafeeira e, nas outras duas fazendas, S. Francisco e do Campo, a produção açucareira. Todas eram fazendas mistas, pois produziam alimentos para o sustento dos 356 escravos e da família do proprietário. De acordo com a natureza das atividades produtivas, cultivos, colheitas, beneficiamentos e engenhos, a escravaria foi distribuída entre as propriedades. Na administração dos plantéis, a orientação de Francisco Egydio fez-se no sentido de estimular a procriação da população escrava, por meio de casamentos estáveis, de cuidados com as crianças e de melhor alimentação, o que se refletiu em uma taxa de crescimento natural positiva do seu plantel. Esta pareceu ser a estratégia que Francisco Egydio adotou para enfrentar a crise de braços deflagrada desde a abolição do tráfico internacional de africanos.

Longe de ser um exemplo de latifundiário, escravista, monocultor para o mercado internacional, Francisco Egydio foi um grande proprietário que diversificou sua produção e seus negócios, chegando a se tornar atuante “capitalista”: um prestador de dinheiro a prêmio, cujo montante representou 21% da riqueza amealhada. Por meio dos registros dos seus devedores foi possível caracterizar o mercado de crédito privado da época, baseado na rede familiar e de amizade, um mercado de poucos para poucos, diante da ausência de capital-dinheiro e de instituições, normas e regras que garantissem a confiança e reduzissem o risco. O “capitalista” Francisco Egydio deu origem a uma tradição da família Sousa Aranha: “prestadores de dinheiro a prêmio”. Em 1872, três dos seus filhos integravam a lista dos capitalistas atuantes em Campinas, sendo Antonio Egydio classificado na 3ª. Classe, a dos que emprestavam entre 50:000\$ e 100:000\$; Pedro Egydio, classificado na 5ª. classe, emprestadores de 200:000\$ a 400:000\$; e José Egydio, na 6ª e última classe, dos emprestadores de 400:000\$ ou mais. Em 1893, seu filho Joaquim Egydio, então, Marquês de Três Rios, era o maior prestador privado de dinheiro a juros de São Paulo e tinha um patrimônio avaliado em dívidas ativas em mais de 9.000:000\$000 (nove mil contos de réis). Por fim, a experiência e o capital acumulados nessa esfera da atividade fizeram que a família ingressasse na fundação de bancos e instituições financeiras. Mas essa é outra história, para um próximo estudo.

## Fontes

- BROTERO, Frederico de Barros. *A família Jordão*. Aditamentos a Silva Leme. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1948.
- FAMILYSEARCH. Brasil, São Paulo, Registros da Igreja Católica, 1640-2012. Campinas, N. S. Conceição. Matrimônios: 1806-1818. Disponível em: <<http://www.familysearch.org>>. Acesso em: 02 mar. 2015.
- GAZETA DE CAMPINAS, 31 de outubro de 1872, p. 2-3. Disponível em: <<http://www.memoria.bn.br>>. Acesso em: 29 ago. 2013.
- BRASIL. *Código Comercial do Império*. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-556-25-junho-1850-501245-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- MAÇOS de População de São Paulo. 1779-1836. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>>. Acesso em: mar. 2013.
- REGISTRO de Terras, Campinas, nº 114, 1854-1857.
- SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Resolução nº 27, de 30 de março de 1872. Estabelece o modo pelo qual os impostos criados para as obras da Matriz Nova da Freguesia da Conceição, no município de Campinas, serão lançados, arbitrados e arrecadados. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1872/resolucao-27-30.03.1872.html>>. Acesso em: 27 mar. 2015.
- TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE ANTONIO MANOEL TEIXEIRA 1º Of., Cx. 162, Proc. nº 2899, 1852.

- TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE FRANCISCO EGYDIO DE SOUSA ARANHA 1º. Of., Cx. 76, Proc. nº 1859, 1861.
- TSCHUDI, J. J. Von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo*. São Paulo: Biblioteca Histórica Paulista [Dir. Afonso de E. Taunay]. Publicações Comemorativas sob o Alto Patrocínio da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1953.
- ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Publicações comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1953.

## Referências

- AGUIRRA, João Baptista de Campos. Sesmeiros e posseiros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 24, p. 259-339, 1938.
- BITTENCOURT, Luiz Cláudio. *Riscando a cidade*. Cartografia histórica e desenho urbano de Campinas. Campinas: UNICAMP/CMU; Arte Escrita, 2009.
- CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Sousa. A cultura do café. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. p. 233-241.
- EISENBERG, Peter L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos*. Escravos e trabalhadores livres no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989. p. 255-309.
- FALCÃO, Anna Luiza Mello. *Minhas memórias, minha história*. Campinas, 2009.
- HOUSAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. Escravos africanos na economia de São Paulo (1804-1850). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero; KLEIN, Herbert S. [colaboradores Horacio Gutiérrez et al.] *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. Campinas: 1850-1900. São Paulo: USP, 1996.
- MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87). *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 147-170, jan./mar. 2002.
- MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além*. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda, 2012.
- PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969. (Publicações da Academia Campinense de Letras, v. 20).
- \_\_\_\_\_. *Campinas, município no Império*. Fundação e Constituição; usos familiares. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História, Ciência e Tecnologias – 70 anos do Instituto Biológico de São Paulo na defesa da agricultura (1927-1997)*. São Paulo: Instituto Biológico de São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. O visconde imigrantista e sua escravaria. Campinas, 1887. *História e Economia. Revista interdisciplinar*, São Paulo, v. 12, n. 1, p.105-125, jan./jul. 2014.
- \_\_\_\_\_. Riqueza e endividamento na economia de *plantation* açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 45, n.3, jul./set. 2015. (No prelo).
- SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Recopilado dos vocabulários impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Natural do Rio de Janeiro. Offerecido ao muito alto, e muito poderoso Príncipe Regente N. Senhor. Lisboa, Na Typographia Lacerdina, anno de 1813, com licença da meza do Desembarque do Paço.

TEIXEIRA, Paulo Roberto. *A formação das famílias livres. Campinas, 1774-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e serão de Pernambuco. 1777-1887. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n.2, p. 353-393, abr./jun. 2003.

\_\_\_\_\_. *Preços de escravos em Pernambuco no século XIX*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Economia, out. 2002. (Série Textos para discussão n. 252).

## Anexo I

Tabela 1

SÍTIO DO MATO DENTRO - MULHERES ESCRAVAS CASADAS SEM FILHOS -1860					
Mulheres			Cônjuge		
Nome	Idade	Valor (\$000)	Nome	Idade	Valor (\$000)
Ana Ferreira	30	800	Albano*		
Angelica	40	1.200	Jacinto benguela	50	1.600
Antonia	14	1.800	Manoel baiano	30	2.000
Antonia	42	1.800	Salvador benguela	45	1.600
Caetana	30	1.600	Antonio pedreiro	45	1.200
Caetana	46	100	Viúva		
Clara	28	1.800	Estanislau	36	2.000
Enirtanda	16	2.000	Germano	34	2.000
Felizarda	40	400	Custodio	55	500
Francisca	62	200	Ignacio	40	2.000
Francisca creola	25	1.800	Elias	38	2.000
Joana	40	1.200	Francisco mossambique*		
Joaquina	50	200	Joaquim cassange	65	0 **
Joaquina cabinda	60	50	Bento velho	70	200
Luisa congo	50	500	Felipe monjolo	55	800
Maria Conceição	22	2.000	Elizario	27	2.200
Maria conga	50	400	Manoelzinho	65	400
Maria rebolo	32	1.400	Domingos casacão	40	1.400
Marizinha	40	500	Gabriel	30	2.200
Roza	64	400	casada com forro*		
Theresa	50	500	José mulato	50	400
Thomazia	30	2.000	Benedito sapateiro	39	2.500
Ursula	25	1.200	Cypriano	40	800
Victoria	45	600	Lino	38	2.000

Fonte: Proc. nº 1859, 1861. \*Não encontrei no assentamento de escravos e nem no inventário. \*\*Não trabalha, sem valor.

Tabela 2

SÍTIO DO MATO DENTRO - CASAIS COM UM (A) FILHO (A) - 1860								
Mãe			Cônjuge			Filhos e Filhas		
Nome	Idade	Valor (\$000)	Nome	Idade	Valor (\$000)	Nome	Idade	Valor (\$000)
Alexandrina	20	2.000	Fortunato	24	2.200	Jesuina	2	200
Angela*						Candido/Candinho	12	2.000
Josepha	45	400	Lucas	48	400	Miguel	12	2.000
Luisa mina	34	1.800	Manoel	38	2.000	Benedito	3	300
Rita	50	400	Felisberto	50	400	Amancio	11	1.500
Ursulina	26	1.800	Antonio creolo	40	400	Antonia	10	1.200
Veronica	25	1.600	Pacifico	28	2.000	Mathias	1	100

Tabela 3

SÍTIO DO MATO DENTRO - CASAIS COM 2 FILHOS(AS) - 1860							
Mãe			Cônjuge			Filhos e Filhas	
Nome	Idade	Valor (\$000)	Nome	Idade	Valor (\$000)	Nome	Idade
Angelica	25	1.600	Jorge	40	1.800	Rufino	3
						Monica	4 m
Anna creola	25	1.600	Andre	40	2.200	Eugenio	5
						Justino	3
Celestina	25	1.800	Barnabé	35	2.000	Germana	8
						Elisario	5
Domingas	20	1.600	Felix	32	2.000	Cornelio	2
						Ezequiel	6 m
Esperança	20	1.800	Manoel mossambique	40	1.200	Gabriel	3
						Francisca	1
Firmina	35	1.800	Manoel Ignacio	38	2.200	Maria	5
						Brasília	2
Florencia	30	1.000	Crispim	36	1.800	Elena	3
						Felicidade	1
Luzia	35	1.800	Bernardo	35	1.800	Frederico Camargo	12
						Inez	2
Maria Gertrudes	40	1.000	Antonio	45	1.200	Livino	10
						Elizia	4
Maria mulata	20	2.000	Firmino	39	2.500	Delfina	4
						Sinfonimo	2
Romana	25	1.800	Salvadorzinho	37	600	Ursula	4
						Simão	1
Romana	25	1.600	Viúva			Fidelis	7
						Militão	6 m

Tabela 4

SÍTIO DO MATO DENTRO - CASAIS COM TRÊS FILHOS (AS) - 1860							
Mãe			Cônjuge			Filhos e Filhas	
Nome	Idade	Valor (\$000)	Nome	Idade	Valor (\$000)	Nome	Idade
Mariana	30	1.800	Fernando	38	2.000	Vergolino	5
						Constancia	3
						Angela	1,6 m
Sabina	30	1.900	José sapateiro	35	2.000	Henriqueta	10
						José	2
						Clemente	6 m
						Vicente	6
Theodora	30	1.200	Daniel	38	1.800	Emilia	4
						Pompilio	2
						Ireneo	10
Anna mulata	22	2.000	Generozo	36	3.000	João	3
						Elizeu	1
						Emiliana	5
Quirina	20	1.800	Bentinho	22	2.200	Isabel	4 m
						Porfirio	3
						Justiniano	6
Patricia	28	1.800	João macua	38	2.000	Honorio	3
						Galdino	6 m
							100

Fonte: Proc. nº 1859, 1861.

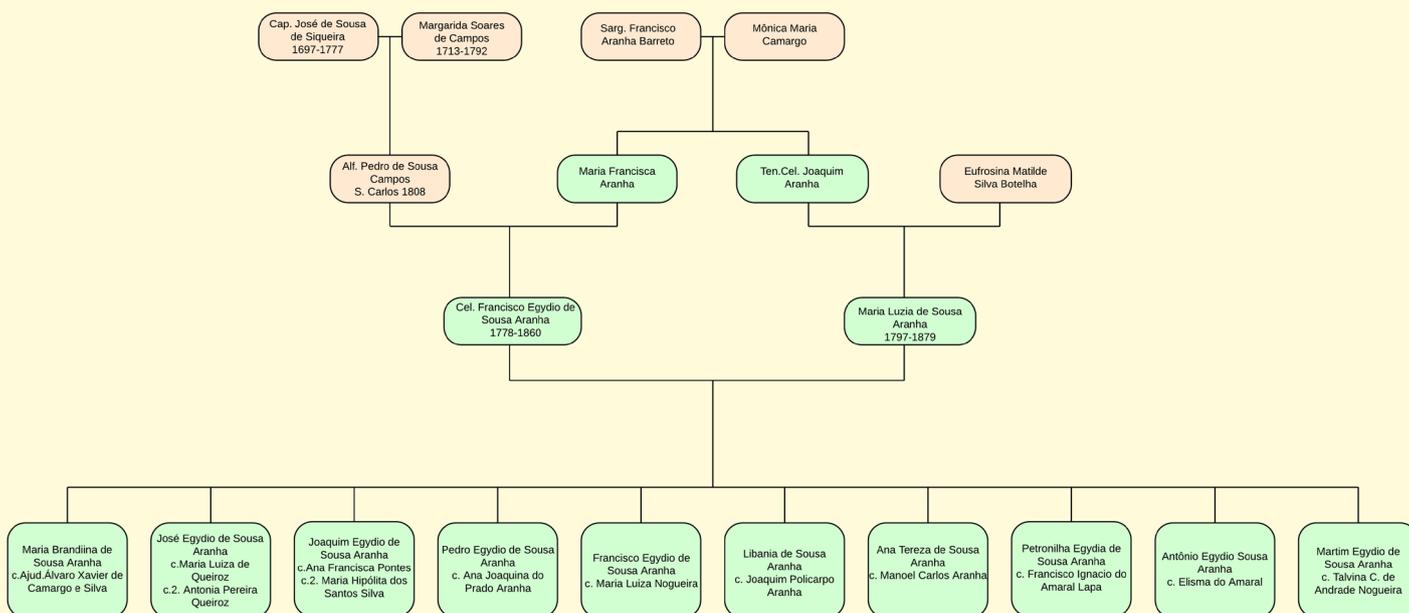
Tabela 5

SÍTIO DO MATO DENTRO - CASAIS COM QUATRO OU CINCO FILHOS(AS) - 1860								
Mãe			Cônjuge			Filhos e Filhas		
Nome	Idade	Valor (\$000)	Nome	Idade	Valor (\$000)	Nome	Idade	Valor (\$000)
Fabiana	45	1.200	Luis	50	1.600	Eupomia (?)	8	800
						Maximiana	5	500
						Hypolito	4	250
						Bartolomeu	1,6 m	100
Methildes	25	1.800	Roberto	38	1.600	Engracia	7	700
						Apolinario	5	400
						Juventina	2	250
						Julia	1 m	50
Efigenia	34	1.600	Gervasio*			Tecla	7	700
						Eufrazia	5	400
						Cypriana	3	250
						Rozalina	1	100
Catharina	35	1.600	Francisco benguela	38	1.800	Margarida	9	1.000
						Maxiana	6	600
						Justa	5	400
						Nazaria	3	200
						Marcelino	3 m	100

Fonte: Proc. nº 1859, 1861. \*Não encontrei no assentamento de escravos e nem no inventário.

## Anexo II

### ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA DE FRANCISCO EGYDIO DE SOUSA ARANHA



Fontes: Testamento e Inventário de Francisco Egydio de Sousa Aranha. 1º Offício, Processo nº 1859, 1861. / LEME, L.G. da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat, 1904.

# Histórias de Campinas no período colonial (1775-1822): historiografia e documentação

Stories of Campinas in the colonial period (1775-1822):  
historiography and documents

*Juliana Gesuelli Meirelles<sup>1</sup>*

jugmeirelles@gmail.com

## Resumo

Este artigo objetiva compreender o nascimento, a estruturação e a consolidação da freguesia de Campinas no período colonial (1774-1822) em um momento crucial da Capitania de São Paulo, em que a principal atividade econômica era o açúcar. O texto apresenta a bibliografia especializada sobre a região, tendo como foco os estudos que discutem as raízes socioeconômicas e culturais da nova vila colonial e a formação das sensibilidades dos seus agentes históricos marginalizados do poder político: os escravos, as mulheres e os homens livres pobres. Em interface com a riqueza documental presente no acervo histórico do Centro de Memória – Unicamp (CMU), referente ao período colonial da região de Campinas, destacamos os fundos e as coleções de natureza impressa e manuscrita que compõem este acervo e o qualificam, ao longo desses 30 anos de existência, como *locus* de pesquisa de grande relevância para o avanço do conhecimento histórico.

**Palavras-chave:** Brasil Colônia; Campinas; fontes de pesquisa.

## Abstract

This article aims to understand the birth, structuring and consolidation of the Campinas parish in the colonial period (1774-1822), when sugar was the main economic activity of the Captaincy of São Paulo. We will present the specialized literature about the region, focusing on studies that discuss the socioeconomic and cultural roots of the new colonial village and the formation of the sensitivities of its historical agents, all marginal to the political power: the slaves, women and poor freemen. In interface with the documental wealth of Centro de Memória – Unicamp (CMU) historical collection, that refers to the colonial period of the Campinas region, we highlight the printed and handwritten funds and collections, which has been qualified, over its thirty years of existence, as a highly relevant research locus for the advancement of historical knowledge.

**Keywords:** Colonial Brazil; Campinas; research sources.

---

<sup>1</sup> Docente da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e especialista em história colonial, especialmente o período de governança de D. João VI.

O ano de 1765 foi um marco político para a Capitania de São Paulo. Depois de mais de uma década de subordinação ao governo do Rio de Janeiro (1748-1765), os paulistas recuperavam a sua autonomia administrativa. Como já atestou o estudo de Heloísa Bellotto (1979), esta nova política metropolitana teve o objetivo de evitar os possíveis avanços espanhóis na região sul do país, cuja tarefa de garantir maior segurança à região ficou a cargo do capitão-general Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775). O representante da Coroa Portuguesa se responsabilizava tanto pela defesa militar da Capitania (por meio da organização de milícias) quanto por edificar um amplo projeto de levantamento da população paulista. Neste sentido, a fixação da população dentro de um programa que visasse à elevação de novas vilas, capaz de facilitar o controle dos habitantes e assim favorecer a organização de milícias, foi um viés fundamental da nova política estatal (SILVA, 2009, p.158).

Para o sucesso da difícil empreitada, a Coroa incentivou a formação de tropas milicianas pagas. Como já analisou Laima Mesgravis (1983), o pagamento de um soldo garantiria a atração da “melhor gente da terra” para as novas vilas, uma vez que os milicianos receberiam do Estado o privilégio de compor o corpo militar. Por este viés, portanto, a Coroa reiterava os vínculos entre metrópole e colônia, norteados por valores de uma sociedade estamental que buscavam garantir a fidelidade dos súditos para com a monarquia.

Foi dentro desse contexto que nasceu o “Bayrro do Mato Groço Cam.º de Minaz” (futura freguesia de Campinas), que pertencia à vila de Jundiáí. De início, a localidade foi um pouso destinado para aqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo à região das minas de Goiás. Aos poucos, porém, iniciava-se a fixação de uma pequena população. Pelo recenseamento de 1767, o local já contava com 53 fogos. Sete anos depois, em 1774, a pequena região alcançava sua autonomia religiosa com o estabelecimento da freguesia de N. Sra. da Conceição das Campinas, sendo esta mudança uma requisição imposta pela própria população (MELLO, 1969, p.34-39).<sup>2</sup> Pouco mais de duas décadas à frente, em 1797, conquistava a autonomia política em relação à vila de Jundiáí.

A data marcava o nascimento da Vila de São Carlos, designação escolhida em virtude do Santo do dia (Carlos de Borromeu) ou, quiçá, em homenagem à Princesa do Brasil, Carlota Joaquina. Segundo Maria Thereza Petrone (1968), também foram os próprios moradores que pediram a criação da vila, desmembrada de Jundiáí. Sentiam-se “vexado[s] em servirem aos cargos da República da dita Vila por morarem disviados [sic] oito, dez, 12 e 14 léguas, no que sentem gravíssimos prejuízos nas suas lavouras [de cana], por serem engenheiros” (Boletim do Departamento do Arquivo do Estado, 13, e DI, 3, apud PETRONE, 1968, p.45). Este processo findou em 1842, quando foi restaurado o nome de origem da localidade e, enfim, nascia a cidade de Campinas (TEIXEIRA, 2002).

Em uma entrevista sobre a história de Campinas, o historiador José Roberto do Amaral Lapa (2000, p.22) nos revela a importância de se estudar a cidade durante o período colonial (1770-1822). Se por um lado Lapa considera escassa a produção historiográfica para os primórdios da Vila de São Carlos, por outro lado aponta para a existência de “documentos muito importantes dessa fase”, citando, inclusive, uma documentação manuscrita sobre a história de Campinas, existente nos arquivos portugueses.

Eu fiz um levantamento de todos os documentos inéditos, manuscritos, do século XVIII, referentes à história de Campinas, existentes em Portugal, tenho tudo isso microfilmado. [...] Eu já localizei tudo, então eu vou publicar esses documentos com uma pequena introdução sobre o conteúdo do documento... Portanto, não é uma história de Campinas, são fontes para a história de Campinas. (LAPA, 2000, p.40).

Com o falecimento do pesquisador, não foi possível a publicação do trabalho. Apesar disso, essas fontes se encontram preservadas no acervo documental do CMU, na *Coleção José Roberto do Amaral Lapa*, uma série documental com fontes do século XVIII ainda inexplorada pelos historiadores. Composta por um total de 17 rolos de microfilmes, seu conteúdo está circunscrito ao século XVIII e apresenta uma ampla diversidade temática, a saber: cópias de processos inquisitoriais da Visita do Tribunal do Santo Ofício aos Estados do Maranhão e Grão Pará; o *Segundo Livro do Regimento do Santo Ofício*; documentos da Real Mesa Censória de controle dos livros que entravam no Brasil; relatórios sobre o tráfico ultramarino das naus portuguesas, em

2 A petição dirigida ao vigário capitular do Bispado de São Paulo, em 1772, pode ser encontrada em INSTITUTO, 1952, p. 17.

que constam relatos de viagem sobre os carregamentos, as atividades da tripulação, o comércio de gêneros em geral e, principalmente, de madeira e tabaco; os livros sobre a transplantação de plantas da Ásia para o Brasil e sobre o comércio do Maranhão e no Grão Pará.

Investigar essa documentação manuscrita aparece-nos como uma importante escolha documental do período para que possamos conhecer mais detidamente a complexidade da sociedade paulista da região de Campinas durante sua emergência e consolidação, sobretudo entre o final do século XVIII e início do XIX, época em que o açúcar destacava-se como a principal atividade econômica da Capitania de São Paulo. Em 1765, Morgado de Mateus considerava: “[...] o melhor meio de se enriquecer os povos é a agricultura e o comércio com que se tem feito poderosas e opulentas as mais famosas nações do mundo” (DI, 72. Ofício de 8 de agosto de 1765 apud PETRONE, 1968, p. 13). O discurso do capitão general fazia parte de uma política mais ampla da Coroa Portuguesa, que desde a governança do Marquês de Pombal concebia a valorização da agricultura como o principal meio de promover o progresso e a civilização dos povos. Por esse prisma, o súdito real tornava a lavoura canvieira em São Paulo um empreendimento visando ao mercado mundial.

Em um contexto mais amplo, há que se considerar a importância da Revolta dos escravos no Haiti, em fins do século XVIII, que interrompeu por quase uma década a produção de açúcar e impulsionou a crise do preço do produto na Europa. Essa conjuntura histórica favorável foi considerada um fato decisivo para que a Coroa Portuguesa tomasse a iniciativa de incentivar a produção açucareira na Província de São Paulo (EISENBERG, 1989, p. 317-328). Além disso, produzir açúcar em larga escala foi o meio encontrado para que a região saísse do estado de pobreza que se encontrava. “Eu achei esta Capitania morta e ressuscitá-la é mais difícil do que criá-la de novo. O criar está na responsabilidade de qualquer homem [;] o Ressuscitar foi milagre reservado para Cristo”, escrevia Morgado de Mateus ao Marquês de Lavradio, em 1774 (apud PETRONE, 1968, p. 13).

Ressuscitar a Capitânia de São Paulo foi um projeto político que ia muito além da dinamização econômica da região. Em uma localidade de população escassa, o povoamento através da formação de famílias aparecia como uma questão absolutamente essencial. Como analisa o pesquisador Paulo Eduardo Teixeira:

A família, desse modo, emergia como elemento importante na constituição dessa tática de defesa territorial, visto que sem ela era impossível a existência de uma população necessária ao estabelecimento de vilas, que por sua vez ofereciam o contingente de recrutas para as tropas de soldados. (TEIXEIRA, 2002 p. 3).

Esta mesma medida já havia sido referida pela historiadora Maria Odila da Silva Dias (1995, p. 33). Segundo a autora, em 1768 o Morgado de Mateus tinha como uma de suas preocupações a política de casamento. O excesso de mulheres solteiras em São Paulo era atribuído pelo político a três razões: à carestia do processo burocrático de casamento religioso, à provisão por parte dos vigários e ao recrutamento de homens em idade casadoura que serviam ao exército, sendo que o trato mercantil os condenava a uma presença itinerante.

Foi neste cenário que se deu o crescimento econômico e o povoamento da região de Campinas. Quando o Morgado de Mateus ordenou Francisco Barreto Leme (diretor do povoamento de Campinas) a estabelecer a freguesia, também o orientava a incentivar o estabelecimento de casais (TEIXEIRA, 2002, p. 12). No aspecto econômico, em 1797, Bernardo José de Lorena já incluía a localidade entre as que mais produziam açúcar. Depois da abertura dos portos às nações amigas por D. João, em 1808, a procura internacional pelo açúcar paulista aumentou significativamente, sendo que 40 anos depois, em 1836, a Vila de São Carlos fornecia quase um terço da produção de açúcar e um sexto de aguardente da província. Em suma, desde o final do século XVIII, Campinas e Itu já se destacavam como as duas principais regiões do *Quadrilátero do Açúcar* na capitania paulista (PETRONE, 1968, p.45-46; EISENBERG, 1989, p.327).

Nesses primeiros 40 anos de explosão do açúcar em Campinas, Eisenberg (1989) chama atenção para duas mudanças centrais na sociedade: o nascimento de uma estrutura social mais diversificada e o lento, mas definitivo, crescimento de uma população urbana. Para além do aumento no número de escravos, “surgiu um grupo considerável de pequenos artesãos e artífices, exercendo um amplo leque de atividades com outras matérias-primas que não a cana-de-açúcar. Também surgiu um número quase equivalente, de pessoas dedicadas à prestação de serviços”, o que determinou uma sociedade mais complexa, em que a divisão do

trabalho se tornou mais visível e acentuada. Entre as décadas de 1810 e 1830, a Vila de São Carlos teve o centro urbano como polo de observação, especialmente por viajantes estrangeiros que passavam pela região, como Luiz D'Alincourt (1818) e Saint-Hilaire (1819). Enquanto o primeiro chamava a atenção para a cadeia e a Casa da Câmara, o segundo notava a estrutura das ruas e das casas do centro urbano da vila. Estas, segundo Saint-Hilaire, “em pouco tempo adquiriria[m] notável importância” (EISENBERG, 1989, p.355-357).

No início do século XIX, Campinas já era vista pelos habitantes da Colônia como um local promissor para se viver. Como analisou Martins (1996, p.43), “sua situação de fronteira aberta, coincidindo com o encontro das rotas do comércio de tropas que iam e vinham de Minas, Goiás e Mato Grosso, certamente colocava Campinas nos primeiros lugares dos migrantes em potencial. Ali, a riqueza era produzida e tinha facilidade de circulação”. Diante dessa complexa realidade, em que pese a atuação cotidiana de diferentes sujeitos históricos em movimento pelas ruas da nascente Vila de São Carlos, emergem-nos algumas preocupações. Sobretudo, tendo em vista as ponderações de Jacques Le Goff (2003, p.422) sobre a manipulação da memória coletiva na luta das forças sociais pelo poder e, conseqüentemente, da apropriação da memória pelos grupos, indivíduos ou classes dominantes, questionamos: como os escravos, os imigrantes (homens livres pobres) e as mulheres – esses diferentes grupos marginalizados do poder – se relacionavam entre si? Como eles se davam a perceber a si e ao mundo em que viviam? Em que medida é possível apreender suas experiências cotidianas por meio da documentação? Como esses diferentes sujeitos constituíram a memória coletiva da nascente comarca de Campinas? Em que medida suas memórias foram silenciadas? Onde podemos visualizar o embate discursivo da memória dominante na relação com esses sujeitos marginalizados do processo político?

Para os historiadores interessados em atingir uma dimensão mais profunda desse processo histórico, em que pese a relação entre memória e história, esses questionamentos colocam-nos diante de novas possibilidades de investigação sobre o nascimento e formação da cidade de Campinas. Sobre essa temática, o Centro de Memória – Unicamp tem um escopo documental indispensável. Em relação às fontes impressas, o acervo contém a compilação completa da produção dos principais memorialistas da história de Campinas: Jolumá Brito (1956), Julio Mariano (1950; 1970) e Celso Maria de Mello Pupo (1969; 1983) são referências clássicas quando se trata da memória da cidade. Porém, a leitura de obras de autores consagrados dentro da historiografia merece toda a atenção e cuidado. Como propôs a historiadora Maria Stella Bresciani, para traçarmos um diálogo profícuo com essas obras, é aconselhável

a análise de seus argumentos colocando-os em diálogo com algumas de suas referências teóricas e historiográficas [...]. Este procedimento permite manter os autores no lugar histórico de onde falam, o que equivale à proposta de não cristalizar seus textos como clássicos intocáveis e, conseqüentemente, não tomar suas conclusões como dogmas. Proponho, pois, restituí-los aos seus lugares de autor. (BRESCIANI, 2009, p. 169).

Para além da produção impressa desses estudiosos, o CMU mantém no rol de seus fundos de natureza privada (de particulares / familiares) a *Coleção Jolumá Brito (1890-1980)*, que é composta por seu arquivo pessoal. Brito atuou como radialista, historiador, jornalista e escritor, sendo um dos intelectuais de maior produção documental sobre a história de Campinas. Segundo informações do site do CMU, a *Coleção Jolumá Brito* é composta

por variadíssima e curiosa tipologia documental, calcada no substrato de sua produção intelectual centrada nos 26 volumes publicados sobre a História de Campinas, em originais de vários trabalhos inéditos, em textos radiofônicos, correspondência variada, documentos originais – que contribuíram expressivamente em questões polêmicas envolvendo a história da cidade – e em filetes datilografados que referenciam fatos bastantes remotos do cotidiano do bairro, vila e cidade de Campinas, principalmente do século XIX.<sup>3</sup>

Ao preservar uma gama documental de natureza ampla e eclética sobre os principais memorialistas da cidade, o CMU abre aos pesquisadores a possibilidade de investigar *vestígios* importantes acerca do prosseguimento da investigação histórica na qual foi calcada a interpretação desses intelectuais sobre o passado de

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.cmu.unicamp.br/arqhist/fec\\_pes\\_joluma\\_brito.php](http://www.cmu.unicamp.br/arqhist/fec_pes_joluma_brito.php)>. Acesso em: 30 jun. 2015.

Campinas, mormente o período colonial, que entre os anos de 1775 e 1822 sofreu uma evolução significativa da população, o que já sinalizava para um relativo sucesso do empreendimento metropolitano, conforme podemos observar na Tabela 1.<sup>4</sup>

De 1800 a 1829 houve um crescimento demográfico de 232% em Campinas, com um aumento significativo dos senhores de engenho (255,5%). O dado que mais nos chama a atenção, porém, é a predominância do alto índice da população escrava, que passou de 29% para 57,7%, o que demonstra que mais da metade da nascente sociedade era composta pelos cativos (MARTINS, 1996, p. 32-38). A complexidade do universo escravo na capitania de São Paulo – com destaque para as especificidades da região de Campinas – é objeto de grande debate dentro da historiografia brasileira, sobretudo nas últimas três décadas. As diversas temáticas englobam a questão do tráfico de escravos interno e externo, a formação da família escrava, religiosidade, alforrias, criminalidade, escravidão urbana, demografia, mestiçagem, dentre outros, e contribuem, de forma geral, para termos uma nova visão do escravo como agente histórico não apenas no mundo rural, mas também no universo urbano.<sup>5</sup> Dentro do cotidiano da escravidão na comarca de Campinas, um caminho possível de investigação histórica é a busca pela compreensão da fronteira social entre os escravos e homens e mulheres livres pobres para, assim, melhor visualizarmos a constituição dessa nova sociedade através do embate entre as diferentes experiências e, conseqüentemente, o choque entre as diferentes memórias e formações de sensibilidades de grupos tão díspares.

**TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE CAMPINAS: 1767-1822**

Ano	População Total
1767	185
1775	247
1797	2.107
1798	2.184
1800	3.620
1817	5.963
1822	7.369
<b>1829*</b>	<b>8.395</b>

Fontes: Baeninger (1996) e Martins (1996). \*Apesar de o ano de 1829 não fazer parte do nosso período de investigação histórica, seus dados demográficos são muito significativos para que tenhamos uma visão mais ampla do crescimento populacional em Campinas nas duas primeiras décadas do século XIX.

Outras duas parcelas da sociedade que nos chamam a atenção neste período (1774-1822) são os pequenos agricultores e as mulheres.<sup>6</sup> O universo feminino colonial na Capitania de São Paulo já foi tema de pesquisa de alguns historiadores. A reconstituição do cotidiano das mulheres brancas, escravas e forras na cidade de São Paulo entre o final do século XVIII e início do XIX foi discutida pela historiadora Maria Odila da Silva Dias (1995). A autora elegeu a precariedade das informações contidas nas fontes escritas como o maior obstáculo aos avanços da história do cotidiano das mulheres marginalizadas da capitania paulista. “Deparamo-nos com fragmentos de discursos e realidades díspares, simultâneas” que se apresentam, de forma esparsa, por fontes diversas como as devassas e os processos-crime. Apesar da limitação das fontes, a

4 Sobre a dificuldade do processo de consolidação do açúcar e da expansão populacional, Paulo Eduardo Teixeira (2002, p.3) ressalta a complexidade. Segundo o autor, o processo não foi bem-sucedido em todas as suas etapas e também não se limitou unicamente ao governo do Morgado de Mateus. Pelo contrário, fez parte de uma política metropolitana mais ampla que englobou os demais capitães-generais governadores de São Paulo no período. Para mais informações sobre a política do açúcar posterior a 1775, ver também Petrone (1968, p.15-23).

5 Dentre as principais contribuições da historiografia brasileira para a história da escravidão no Brasil nas mais diversas temáticas, destacamos os trabalhos que se referem particularmente à história de Campinas, a saber: Eisenberg (1989; 1987), Costa (1997), Lapa (1991), Slenes (2011), Pirola (2011), Rocha (2004), Xavier (1996), Cano (1993), Neto (2001), Damásio (1995), Zero (2009), Bacellar e Scott (1990) e Ferraz (2006).

6 Sobre o universo dos pequenos agricultores em Campinas no período, além do trabalho de Valter Martins também destacamos a pesquisa de Cláudia Maria Fuller (1995).

historiadora também indicou possibilidades instigantes de pesquisa para novas leituras da história cotidiana dessas mulheres. “Nas entrelinhas da documentação oficial da Câmara ou dos ofícios diversos dos governadores, abundam informações casuais muito esparsas e também muito frequentes” (DIAS, 1995, p. 23).

Ao estudar as mulheres chefes de domicílio na região em princípios d’Oitocentos, o pesquisador Paulo Teixeira constatou que este papel coube, majoritariamente, às viúvas; o que indica a força das relações sociais delineadas pela formação de famílias e da manutenção do casamento. Teixeira (2002, p.16) constatou ainda que, apesar do movimento da sociedade da Vila de São Carlos começar a ter mudanças significativas a partir de 1814 com o aumento do número de solteiros entre homens e mulheres, foi a partir de 1829 que as mulheres solteiras passaram a ter predominância como chefes de domicílio.

A realidade dessas mulheres chefes de domicílio também foi objeto de estudo do pesquisador Valter Martins (1996, p. 46-47) no raiar do século XIX. Além de verificar que Campinas apresentava alguns importantes sinais de vida urbana por volta de 1800, Martins também comparou a importância das mulheres chefes de domicílio entre o universo rural e urbano. “[...] se as mulheres chefiando fogos entre os pequenos agricultores eram poucas, na área mais urbanizada de Campinas, compreendida nos censos pela 1ª companhia, elas eram numerosas e nem sempre eram registradas como casadas apesar dos seus filhos”. Este indicativo da vida feminina no nascente mundo urbano faz parte de uma teia complexa de relações entre os sujeitos históricos que viviam em uma vila em constante movimento, em busca principalmente de uma melhoria de vida.

Sobre os sentidos do casamento na sociedade paulista colonial, a historiadora Eni de Mesquita Samara (1989) nos esclarece algumas questões. A primeira delas é a forte tradição das uniões matrimoniais. Concebidas como *alianças* entre famílias (sendo um dos agentes fundamentais no mecanismo de mobilidade social), estas uniões não se alteraram de forma significativa a partir de 1808, com a vinda da Corte e o início da predominância do mundo urbano. “Isso se deve também à conformação que adquiriu o meio urbano, impregnado de valores típicos do ambiente rural que predominava na Colônia”, sustenta a autora. O segundo aspecto refere-se à Independência, em 1822. Segundo Samara (1989, p. 87-88), esta importante mudança política não transformou de forma radical esses costumes: “A solidariedade familiar na cidade [...] ainda conservava certas características da comunidade rural”, conclui. Uma questão, porém, é consenso entre os estudiosos. As mulheres sós, chefes de família, travaram cotidianamente uma dura luta pela sobrevivência. E, apesar de sua maciça presença na Capitânia de São Paulo desde o século XVII, essa parcela da sociedade só passou “a atrair a atenção das autoridades, em seus ofícios ou relatórios para o Reino, nas últimas décadas do século XVIII, sob o impacto da moda ilustrada e do reformismo europeizante, que tomou conta das classes dominantes” (DIAS, 1995, p. 29).

Como demonstrou o historiador José Roberto do Amaral Lapa (1995), a partir da segunda metade do século XIX Campinas tornou-se uma das cidades mais representativas da modernidade no Brasil, sendo, inclusive, a “capital agrícola da província”, em uma referência explícita ao desenvolvimento econômico do café e da elite cafeeira. Sob a luz dessas memórias coletivas divergentes, questionamos a participação dos agentes marginalizados do processo político para a estruturação, formação e consolidação de Campinas que, com a construção do Teatro de São Carlos (1850), emergia, definitivamente, para o rol das cidades modernas em busca contínua pela civilização e o progresso. A partir da década de 1870 a representação da bandeira republicana e abolicionista foi o grande marco desse projeto modernizador e civilizatório.<sup>7</sup> Lapa adverte-nos, porém, para as contradições, limitações e resistências que a sociedade colonial ofereceu ao processo de modernização da cidade.

A conservação e a divulgação destas fontes são de suma importância para a comunidade acadêmica, sobretudo para os historiadores especialistas no período colonial. Primeiramente, por ser um material inédito da história do Brasil e de Campinas. Em segundo lugar, a ampla diversidade documental do CMU para o estudo da Vila de São Carlos entre o final do século XVIII e início do século XIX, abre infinitas possibilidades de pesquisa, consolidando-o nesses 30 anos de existência como um *locus* referencial de pesquisa para a história de Campinas em todas as temporalidades: da colônia à república.

Como bem nos ensinou o mestre Marc Bloch (2001), a observação histórica dos diferentes sujeitos –

<sup>7</sup> Para a compreensão do conceito de modernidade nas cidades a partir da segunda metade do século XIX destacamos três obras do filósofo Walter Benjamin (1973; 1986; 1989).

por meio de vestígios esparsos presentes em fundos documentais de natureza diversa – é uma chave essencial para que possamos começar a compreender os embates discursivos de uma dada sociedade.

## Referências

- BACELLAR, Carlos de Almeida; SCOTT, Ana Silvia Volpi. Sobreviver na senzala: estudo da composição e continuidade das grandes escravarias paulistas, 1798-1818. In: NADALIN, Sérgio Odilon. et. al. (Coord.). *História e população: estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990.
- BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas: Centro de Memória e Neppo-Unicamp, 1996.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765 – 1775)*. São Paulo: Secretaria Estadual da Cultura, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas III*. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Braziliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Braziliense, 1986.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1956.
- CANO, Jefferson. *Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas. 1870-1889*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas. São Paulo: 1765-1850*. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.
- DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. 1995. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres - séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX*. Estudos Econômicos. São Paulo, 17(2), maio/ago., 1987.
- FERRAZ, Lizandra Meyer. *Testamentos, alforrias e liberdade: Campinas, século XIX*. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- FULLER, Claudia Maria. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900*. São Paulo: Edusp, 1995.
- \_\_\_\_\_, José Roberto do Amaral. In: SIMON, Olga Rodrigues de Moraes von. (Org.). *O garimpeiro dos cantos e antros de Campinas*. Homenagem a José Roberto do Amaral Lapa. Campinas: CMU/IFCH, 2000. Entrevista.
- \_\_\_\_\_. *O mercado urbano de escravos: Campinas - segunda metade do século XIX*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MARIANO, Julio. *Campinas de ontem e de anteontem*. Campinas: Maranata, 1970.

- \_\_\_\_\_. *Crônica da Velha Campinas*. São Paulo: Typ. do Departamento de Investigações, 1950.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos*. Os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850). Campinas: Centro de Memória-Unicamp, 1996.
- MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.13, n.esp., 1983, p.799-811.
- NETO, Mario Danieli Neto. *A escravidão urbana em Campinas: a dinâmica histórica e econômica do trabalho escravo no município em crescimento (1850-1888)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PIROLA, Ricardo. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- ROCHA, Cristiany Miranda. *História de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Editora Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. et.al. (Org.). *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava*. 2.ed. corrig. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Ouro Preto (MG), 2002. Disponível em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/pesquisadores/teixeira/abep-2002-xiii.pdf](http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/teixeira/abep-2002-xiii.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2013.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- ZERO, Arethusa Helena. *Escravidão e liberdade: as alforrias em Campinas no século XIX. (1830-1888)*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

# Divórcio e Desquite na Cidade de Campinas (1890-1938)<sup>1</sup>

Divorce and Divorce From Bed and Board in Campinas (1890-1938)<sup>2</sup>

*Cristiane Fernandes Lopes Veiga*<sup>3</sup>

crisfer02@hotmail.com

## Resumo

As ações de divórcio e desquite do fundo Tribunal de Justiça de Campinas, disponíveis no Centro de Memória-Unicamp, revelam os conflitos resultantes de um momento importante para a reelaboração das identidades de gênero na cidade de Campinas da Primeira República. Tradicionalmente zelosa de uma sociedade fundamentada em hierarquias definidas pela riqueza, a cidade se propunha moderna do ponto de vista cultural e político. Procuramos, através das ações de divórcio e desquite, entender como a família e os papéis de gênero se adequaram ou não aos estereótipos propostos por pesquisadores do período.

**Palavras-chave:** Campinas; Divórcio; Desquite; Estudos de Gênero; Primeira República.

## Abstract

The divorce and divorce from bed and board trials, available at the archives of Tribunal de Justiça de Campinas, Centro de Memória - Unicamp, stress the conflicts resulted from an important moment when gender identities have been reorganized in the city of Campinas, at the First Republic in Brazil. The city looked itself modern in the cultural e political realm, although, according to the tradition, it based its society under hierarchies molded by wealth. Our main objective is, through the divorce and divorce from bed and board trials, understand how women and gender roles fitted or not the stereotypes proposed by researchers of this period.

**Keywords:** Campinas; Divorce; Divorce from bed and board; Gender Studies; Brazilian First Republic.

1 Este artigo foi concebido com base em minha dissertação de Mestrado *Quod Deus Coniunxit Homo Non Separet: Um Estudo de Gênero, Família e Trabalho Através das Ações de Divórcio e Desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890-1938)*, defendida em 2002, sob orientação da Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara.

2 The word “desquite” was used for the first time in the Brazilian Civil Code and indicates the couple’s separation of bed and properties, even though their marriage has not been dissolved. Due to this unique meaning, we chose to translate the word “desquite” as “divorce from bed and board” in the abstract.

3 Doutoranda pelo Departamento de História Econômica da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Maria Amalia e Antonio Pimentel, após 11 anos de casamento, iniciaram em 17 de julho de 1895 uma ação de divórcio no Tribunal de Justiça de Campinas (TJC) por *incompatibilidade de gênios e sentimentos afetivos*.<sup>4</sup> Maria Amalia, natural de Uruguaiana no Rio Grande do Sul, que tinha por ocupação os serviços domésticos, se casou com Antonio, de 37, aos 18 anos. O marido, natural do Ceará, trabalhava como serventuário da justiça em Campinas quando foi feito o pedido de divórcio por mútuo consentimento. Este poderia ser apenas mais um caso de divórcio por mútuo consentimento, não fosse a oposição de Maria Amalia a se sujeitar a qualquer autoridade masculina. Ela queria o divórcio e “de sua espontânea vontade renuncia[va] a qualquer auxílio ou pensão alimentícia de parte de seu marido por não precisar desse recurso para manter-se”.<sup>5</sup> Assim, deixou suas duas filhas sob a responsabilidade de Antonio e se recusou a voltar para a casa dos pais - como queria seu marido em troca de lhe fornecer pensão. Do espólio do casal, levou consigo apenas suas joias. A sentença foi favorável à separação, mas Maria Amalia morreu logo depois do divórcio, em setembro, de febre biliosa.<sup>6</sup>

Maria Amalia não é uma exceção entre as mulheres que pediam o divórcio. O perfil dos envolvidos em separações judiciais apresenta as mesmas características do casal formado por Maria Amalia e Antonio, ou seja, 45,7% dos casais solicitavam o divórcio ou desquite por mútuo consentimento, tinham filhos, separavam-se entre os 10 e 20 anos de casamento e, na maioria dos casos, a mulher abdicava da pensão alimentícia garantida por lei. Mas o divórcio de Amalia nos chama a atenção não apenas pelas características comuns, mas ainda pelas dessemelhanças, ela se negou a voltar para a casa dos pais. Depois de conseguir se libertar do marido recusou-se a retornar à autoridade paterna.

São estas mulheres que nos interessaram, aquelas que nos ajudam a compreender a História do Divórcio no Brasil sob o ponto de vista dos estudos de gênero. Através da análise das ações de divórcio e de desquite propostas ao Tribunal de Justiça de Campinas entre 1890 e 1938, tentamos entender como, apesar de não ser permitida a quebra do vínculo conjugal, tantas mulheres iniciaram ações de divórcio ou desquite em uma sociedade ciosa de suas tradições, e ao mesmo tempo portadora de um discurso de modernidade. Optamos por estudar os processos abertos no TJC por apresentarem riqueza de detalhes, além de serem uma fonte inédita de informações.

Por outro lado, uma abordagem destes processos sob o ponto de vista da justiça civil se mostrava necessária e fundamental para nós, historiadores, entendermos como a nova ordem republicana passou a agir sobre as famílias. Estes processos nos ajudaram a questionar os tradicionais papéis de gênero, a situação da mulher no casamento e na família. Pretendemos, desta forma, tentar demonstrar que o mito da mulher submissa, “anjo do lar”, mãe amantíssima e esposa fiel sofria matizes que as abordagens convencionais não foram capazes de trazer à luz.

O estudo das separações legais também nos permitiu analisar as diferenciações e os tipos de ocupação feminina e masculina, a diversificação do trabalho remunerado no período, e estabelecer quais e por quê alguns conflitos familiares levaram homens e mulheres à separação, observando como as mulheres eram capazes de se adaptar ao jogo de poder que lhes excluía da participação política, mas lhes deixava brechas para atuar na família, na economia e na sociedade.

Quando optamos por estudar os divórcios e desquites na cidade de Campinas, o pequeno número de trabalhos sobre o divórcio no Brasil indicava o pouco interesse que o assunto havia despertado até o momento entre os historiadores brasileiros. Apesar disso, contamos com estudos importantes da Colônia à República sobre o tema. Neste grupo encontramos nomes como os de Eni de Mesquita Samara (1981; 1983; 1989), Maria Beatriz Nizza da Silva (1984), Maria Cecília Cortez de Souza (1989), Maria de Fátima Salum Moreira (1999) e Raquel Rumblesperger da Costa (1986).<sup>7</sup> Optamos por recorrer também a autores estrangeiros que se dedicaram a tal estudo para analisarmos a luta pela aprovação do divórcio durante os séculos XIX e XX.

Os trabalhos de um grupo de autores estrangeiros, dedicados a estudar o divórcio em algumas nações do Ocidente, serviram-nos como importante ponto de partida para análise da marcha do divórcio na cidade de Campinas. Estes estudos demonstram que esta marcha foi influenciada pelas transformações políticas e religiosas em diversas regiões e em diferentes períodos. Entre eles, destacamos os livros de Lawrence Stone

4 Arquivos Históricos do Centro de Memória – Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), I Ofício, Processo 6094, caixa 319, 1895, f. 2.  
5 Idem.

6 A febre biliosa é uma complicação da malária (COUTINHO, s/d, p. 1698-1702).

7 Para mais informações sobre o divórcio perpétuo durante os séculos XVIII e XIX, ver Soares (2006) e Zanatta (2005).

(1990), Roderick Phillips (1988), Joan Perkin (1989) e Robert Kingdon (1995), dedicados à análise, sobretudo, das conjunturas da Inglaterra, França e Genebra.<sup>8</sup>

Utilizamos também como princípio teórico os estudos de gênero, segundo os quais as identidades do masculino e do feminino se formam de acordo com questões culturais inerentes ao período e lugar em que foram forjados. As pesquisas de Joan Scott (1990) sugerem que os papéis de gênero são culturalmente definidos e, portanto, não cabe inferir um único comportamento para homens e mulheres, aceitos universalmente independentemente de tempo e lugar. Tal princípio abria a possibilidade de se contestar papéis femininos e masculinos que pudessem ser aplicados indiscriminadamente, tanto em sociedades industrializadas da Europa, como em sociedades escravistas da América. Anteriormente, o grupo de Cambridge já vinha demonstrando como a família e o domicílio se modificavam conforme se analisava sua composição em diferentes momentos e em diferentes lugares na História.<sup>9</sup>

No Brasil, a história do divórcio começou na Colônia, com as questões relativas às separações ficando a cargo do Tribunal Eclesiástico (SILVA, 1984, p. 210-249); continuou durante a Primeira República, quando foi feita a distinção entre divórcio e desquite, estendendo-se até a década de 70 do século XX, com a aprovação do divórcio pleno (NETO, 1978). Durante todo esse percurso, intensas discussões foram travadas por setores partidários e contrários à separação perpétua. Deve-se salientar que a trajetória do divórcio deve ser observada levando-se em conta as influências que eventos como guerras, epidemias<sup>10</sup> e desastres naturais podem ter na vida do casal. Por outro lado, devemos considerar também que a decisão pela separação envolvia sentimentos particulares que diziam respeito apenas aos cônjuges e não estavam sujeitos unicamente a acontecimentos externos.

Os processos consultados frequentemente nos introduziram no cotidiano, na intimidade, nos conflitos e nas aspirações de maridos e esposas ao casarem, bem como ao longo da vida conjugal. Através das ações de divórcio e desquite, pudemos identificar mudanças na maneira como homens e mulheres entendiam seus papéis no casamento e na sociedade. O caso de Amália nos serviu aqui como ponto de partida para entrarmos no universo do casamento e do descasamento e, a partir de agora, tentaremos explicar nossa escolha em analisar a marcha do divórcio na cidade de Campinas durante a Primeira República.

## O tema e as fontes

A opção por estudar as relações de gênero, a família, o casamento, a separação legal e o trabalho através das ações de divórcio e desquite propostas ao Tribunal de Justiça de Campinas entre 1890 e 1938, ocorreu em virtude da importância econômica e política da cidade no período, assim como pelo ineditismo das fontes e a possibilidade de obterem-se preciosas informações sobre a família, as relações de gênero, o matrimônio e o seu fim, nos depoimentos de homens e mulheres disponíveis nos processos encontrados no fundo TJC dos Arquivos Históricos do Centro de Memória - Unicamp.

O período escolhido se deve a dois momentos marcantes da legislação brasileira, a saber: a promulgação do Decreto-lei nº 181, de 24 de janeiro de 1890, pelo qual se regulava o casamento civil e o “divórcio”<sup>11</sup>; e a Constituição de 1934, na qual a família foi colocada sob a proteção especial do Estado (ALMEIDA, 1954).<sup>12</sup> Estes dois marcos cronológicos representaram acontecimentos distintos na História Política do Brasil. No primeiro, os novos dirigentes propunham a formação de uma nação laica, sendo a separação entre Igreja e Estado reconhecida pela Constituição republicana. Já em 1934, estes objetivos iniciais foram abandonados, tendo a Igreja se aliado definitivamente ao novo governo provisório de Getúlio Vargas, que buscava legitimidade.<sup>13</sup>

8 Na Alemanha protestante o divórcio foi uma conquista da Reforma e, em Portugal, da República, em 1910.

9 As discussões sobre a composição da família e do domicílio no Ocidente podem ser vistas no trabalho pioneiro de Laslett e Wall (1972).

Outras discussões estão em Hanawalt (1986) e Hareven (1973).

10 Em Campinas, as epidemias febre amarela atingiram sobremaneira a população (SANTOS FILHO e NOVAES, 1996).

11 A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 veio ratificar este decreto, reconhecendo apenas o casamento civil como recurso legal para formação da família.

12 “Art. 144- A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado”. (ALMEIDA, 1954, p. 311-312, grifo nosso).

13 Entre as conquistas da Igreja, destacamos a obtenção, em 1931, da permissão para o ensino religioso nas escolas públicas, e o reconhecimento do casamento religioso como tendo os mesmos efeitos do casamento civil.

Em 1916, o Código Civil passou a se referir apenas ao termo “desquite”, e não mais “divórcio”, como meio de obter a separação entre marido e esposa. Nesse momento, estabelece-se a diferenciação entre o divórcio *a vínculo*, com quebra dos laços conjugais e possibilidade de recasamento, e o desquite com separação de corpos, sem permissão para novo matrimônio. Em ambos os casos os bens eram divididos e havia a possibilidade da concessão de pensão alimentícia. A guarda dos filhos ficava a cargo de quem tivesse melhores condições e se propusesse a educá-los.

Campinas foi um importante centro produtor de café, principal produto de exportação nacional da Primeira República, e grande receptor de mão de obra estrangeira. Da cidade saíram grandes nomes do Partido Republicano Paulista e um presidente da República – Manoel Ferraz de Campos Sales – membros da elite local. O período entre os anos de 1890 a 1934 foi marcado por transformações sociais e intensa discussão na formação da nação. Este foi um momento de transição e a cidade participava dessa trajetória de maneira ativa, tanto na criação dessa nova ordem como em sua manutenção.

A cidade Princesa d’Oeste foi marcada pela ambiguidade: sua sociedade se preocupava em manter os valores tradicionais dos Barões do Café do período imperial, porém, ao mesmo tempo, propunha-se moderna buscando acompanhar as novidades tecnológicas e políticas (BADARÓ, 1996, p.13-48; LAPA, 1996). Campinas modificou-se profundamente com a industrialização e o crescimento urbano, com o intenso fluxo de pessoas trazidas de outras partes do país e de fora, tanto pela ferrovia quanto pelo desenvolvimento econômico (BAENINGER, 1996; KARASTOJANOV, 1999). A sociedade se transformava, o trabalho se diversificava, o comércio crescia. No plano urbano, a cidade foi obrigada a se adaptar às novas necessidades da economia cafeeira, que trouxe para dentro de seus limites os antigos Barões do Café e suas famílias. Por outro lado, as intervenções saneadoras, consequência das epidemias de febre amarela que assolaram Campinas durante a década de 1890, remodelaram o traçado da cidade, permitindo a retomada lenta das atividades e o retorno de seus habitantes (SANTOS FILHO e NOVAES, 1996; CARPINTERO, 1996, p. 13-38).

O desenvolvimento da indústria, o crescimento da população, a chegada de imigrantes não católicos e a ocorrência de mais casos de separação parecem ter criado um ambiente menos hostil ao divórcio e ao desquite. Do ponto de vista legal, a promulgação do Decreto-lei nº 181 e do Código Civil, em 1916, foram determinantes para delimitar os procedimentos que deveriam ser seguidos para a obtenção da separação. Promulgado pelo Governo Provisório da República, o Decreto nº 181 dispunha sobre o casamento civil e as formas de contraí-lo, os impedimentos ao matrimônio que provocavam a nulidade ou anulação do mesmo e os casos em que se poderia aplicar o divórcio. Tanto na nulidade quanto na anulação, o casamento era declarado inexistente, portanto, abria-se a possibilidade de novas núpcias. Na opção pelo divórcio, o vínculo matrimonial ficava intacto, impedindo, assim, novas núpcias. O divórcio de que trata o Decreto-lei é aquele que se convencionou chamar de divórcio *a mensa et thoro*, ou seja a separação de leito conjugal e de bens. O divórcio pleno - com quebra do vínculo conjugal -, aceito no período em vários países como a Inglaterra, Alemanha e França, era chamado de divórcio *a vínculo* e não era permitido no Brasil, passando durante a Primeira República como um recurso vedado aos brasileiros.

O Código Civil de 1916, na parte especial que dispunha sobre os Direitos de Família, aboliu o termo *divórcio* do texto, substituindo-o por *desquite*. As disposições para o desquite permaneceram praticamente as mesmas existentes no decreto anterior, acrescentando-se apenas a tentativa de morte aos motivos aceitos para separação. Na prática, ambas as leis mantinham a indissolubilidade do vínculo, apesar do movimento empreendido por juristas e intelectuais no sentido de aprovar o divórcio *a vínculo* no Brasil, antes e durante as discussões para o *Projecto* do Código Civil em 1901.<sup>14</sup> A semelhança na significação jurídica dos termos *divórcio* e *desquite*, bem como a falta de clareza que se tinha do sentido preciso de um e outro termo, nos impuseram a necessidade de procurar as definições que ambos adquiriram com o tempo. No decorrer dos processos, observamos que advogados e requerentes confundiam os termos divórcio e desquite.<sup>15</sup>

14 Para um estudo das discussões no período, ver Barbosa (1957).

15 Esta troca dos termos ocorreu até os anos 20 do século XX.

A distinção entre os termos se fez necessária, pois assim pudemos identificar em que período ocorreu a ação e também porque as fontes o exigiam. Esta diferenciação ainda nos dá a abrangência das discussões que vinham sendo travadas no Congresso entre diversos setores da vida pública - o Parlamento, a Igreja e a sociedade civil representada por juristas e intelectuais - interessados em aprovar ou impugnar o divórcio. Identificamos, no Brasil, seis procedimentos que muitas vezes foram tratados como divórcio: a anulação de matrimônio, o divórcio *a vínculo*, o divórcio *a mensa et thoro*, o desquite, a separação de corpos, a anulação e a nulidade de matrimônio. Existem diferenças fundamentais quanto ao fim do vínculo matrimonial ou sua permanência nestas separações, sobretudo entre os casos de divórcio ou desquite, anulação e nulidade de matrimônio.

Na Colônia e durante o Império, os casos de divórcio e anulação de matrimônio foram julgados pelo Tribunal Eclesiástico, como já dissemos (SILVA, 1984). Os dois procedimentos se distinguem quanto aos resultados, à duração do processo e aos motivos aceitos para um e outro. A anulação tornava o matrimônio nulo, punha termo ao casamento abrindo possibilidade para novas núpcias, era mais custoso, detalhado e demorado. O divórcio era mais rápido e menos dispendioso. Um dos fatores importantes de diferenciação entre divórcio e anulação era o das causas aceitas para se dar início a uma ação deste tipo. Dois eram os impedimentos que poderiam fundamentar uma ação de anulação de matrimônio: os impedimentos impedientes e os dirimentes. Os primeiros impediam o matrimônio, que permanecia válido, os últimos tornavam-o nulo de pleno direito *ab initio*.<sup>16</sup>

Já para a solicitação de uma ação de divórcio, o reclamante ou os reclamantes deveriam fundamentar sua ação nos seguintes motivos: adultério, sevícias graves ou mútuo consentimento (COSTA, 1986; e SAMARA, 1980 e 1994). O divórcio perpétuo e quanto ao vínculo poderia ser solicitado apenas quando um dos cônjuges desejasse entrar para uma ordem religiosa (VIDE, 1853, p. 126). Um dos fatores importantes de diferenciação entre divórcio e anulação foi o das causas aceitas para se dar início a uma ação deste tipo, os outros os custos dos processos e a duração dos processos – como já foi dito. Raras foram as ações de divórcio durante a Colônia e o Império.

A Proclamação da República introduziu neste panorama alguns complicadores. As leis promulgadas pelo governo provisório, além de manterem o divórcio como recurso ao descasamento, modificaram o significado da anulação adicionando a nulidade de matrimônio e a separação de corpos como recursos disponíveis para casais descontentes. A anulação e a nulidade de matrimônio punham fim ao casamento, consequência esta estranha ao divórcio. A diferença está no princípio intrínseco dos conceitos, ou seja, o divórcio foi concebido para dissolver uma união válida. Já a anulação e a nulidade existem para sanar arbitrariedades anteriores ao ato. Portanto, o casamento não existe perante a lei, tornando-o anulável ou nulo. A anulação de casamento era matéria de interesse particular, somente competia aos cônjuges e tinha prazo para ser solicitada, enquanto que a nulidade é de interesse público e qualquer autoridade podia intervir a qualquer tempo pedindo a nulificação do ato. Em ambos os casos, a lei concedia o benefício de alimentos provisionais.<sup>17</sup> Os

16 Os impedimentos impedientes diziam respeito à proibição eclesiástica restrita a um determinado período do ano, ao voto simples de religião e à promessa de casamento a outra pessoa. Quanto aos impedimentos dirimentes, o conjunto de motivos era mais extenso e minucioso, e dividia-se em duas categorias: os de ordem religiosa e os de ordem pública. O casamento de membros da Igreja, as uniões entre cônjuges de diferentes religiões, eram impedimentos de ordem religiosa que invalidavam o matrimônio. Quanto às proibições de ordem pública, ou seja, a falta de requisitos básicos para a realização do matrimônio, temos: ausência do pároco e testemunhas na celebração; casamento realizado anteriormente, mesmo que não tenha se consumado (ligame ou bigamia); uso de força para obter o consentimento do matrimônio; insuficiência física para a cópula; matrimônio de cônjuge com seu cúmplice de tentativa de morte intentada na pessoa do outro cônjuge, seja o cúmplice a pessoa com quem se adulterou ou não; fazer pacto de futuro matrimônio caso o cônjuge venha a falecer antes; engano com relação à pessoa do outro; desconhecimento da condição social (cativo); parentesco por consanguinidade ou afinidade. (COSTA, 1986, p. 185-7).

17 De acordo com o decreto de 1890 para se requisitar a anulação de matrimônio era preciso que um dos contraentes tivesse sido coagido a consentir no casamento, estivesse incapacitado de dar o consentimento ou não pudesse manifestá-lo por palavras ou por escrito. Também eram anuláveis as uniões entre raptor e raptada enquanto esta não estivesse em lugar seguro e longe do poder daquele; as pessoas que estivessem sob o poder de outrem enquanto não obtivessem o consentimento ou o seu suprimento; as mulheres menores de 14 anos e os rapazes menores de 16; por erro essencial da pessoa do outro, ou seja, ignorância do seu estado ou desconhecimento de condenação do outro cônjuge por crime inafiançável cometido antes do casamento; defeito físico, que causasse impotência sexual (moléstia incurável ou transmissível) depois de dois anos de casamento ou da data do decreto. Os motivos para nulidade do casamento são em número menor, porém devido às consequências que provocavam, exigiam prova precisa e certos cuidados em sua solicitação. Tornavam nulo o matrimônio os casamentos entre ascendente e descendente por parentesco legítimo, civil ou natural, por afinidade, parentes colaterais com segundo grau civil; cônjuges ligados por casamento não dissolvido; a união do cônjuge adúltero com seu co-réu, do cônjuge condenado como autor ou cúmplice de homicídio contra o consorte, com a pessoa que tenha perpetrado o crime ou concorrido para ele. (Decretos, 1891, p. 177-178; NETO, 1978, p. 85-89).

motivos para iniciar uma ação de divórcio sofreram algumas modificações. Introduziu-se a Injúria Grave, juntamente com a Sevícia, como justificativa para o pedido de divórcio.

## A documentação

O Decreto-lei nº 181 e o Código Civil delimitam os dois grupos de processos disponíveis no TJC. O primeiro deles engloba um conjunto de pleitos qualificados como “ações de divórcio” que se inicia em 1890 e se estende até 1916, o segundo grupo compreende as “ações de desquite” que datam de 1917 a 1938.<sup>18</sup> O total de processos de divórcio e desquite somam 154, dos quais 139 são originais e 15 trasladados. Os processos originais de divórcio contam 55 ações e os de desquite 72. Além destes documentos pesquisamos também um conjunto de 12 outros tipos de processos que se dividiam em um alvará de licença para impetrar ação de divórcio e um de separação de corpos, um auto de anulação de divórcio, uma apelação para anulação de casamento, um auto de anulação de casamento, um auto de cassação de pensão, três autos de justificação para ação de separação, um auto para pagamento de pensão e dois autos de averbação de sentença.<sup>19</sup>

Dos 139 processos pesquisados no TJC de 1890 a 1938, o mútuo consentimento é, sem dúvida, o motivo mais alegado entre os casais, correspondendo a 45,7% do total. Em seguida vêm as mulheres entre os principais autores de ações, com 37,8% do montante, e, por último, estão os homens, com 16,5% (LOPES, 2002, p. 100).

As mulheres apresentavam como principal causa de divórcios e desquites a sevícia ou injúria grave isoladas (38%) ou conjugadas a outros motivos, como adultério (19%) e abandono voluntário de lar (13%).<sup>20</sup> O abandono voluntário do lar conjugal por dois anos consecutivos ou mais é a segunda causa de separações (21%). Estes números são diferentes dos apresentados pelos homens. Entre estes últimos, o abandono voluntário de lar pela esposa é a principal causa de divórcios e desquites (33%), seguido pelo adultério (19%) (LOPES, 2002, p.101).

A ausência de casos de adultério como único motivo alegado pelas mulheres não significa que os homens não traíssem suas esposas, mesmo porque o adultério aparecia conjugado com outros motivos, como citamos anteriormente, porém reflete o duplo padrão moral vigente. O marido podia desconfiar do adultério de sua esposa se ela apenas fosse vista em companhia de outro homem, mas à mulher cabia comprovar a existência de amante teúda e manteúda para provar a infidelidade masculina. Algumas autoras de ações ainda somavam ao adultério maus-tratos e injúria grave, podendo este último ser caracterizado pela negligência do papel de marido/provedor, tudo articulado de maneira a garantir que não houvesse recusa do juiz ao pedido de separação.

É preciso salientar aqui a preocupação dos juízes de que fossem suficientemente comprovadas as justificativas para a separação, sobretudo aquelas que aconteciam em ambiente privado. O adultério, por sua própria natureza, era um delito secreto e dificultava a obtenção de provas. Com relação às sevícias, as mulheres estavam mais sujeitas aos maus-tratos dos esposos dentro do lar – entre os mais comuns estava o espancamento. Somado a esse fato, o direito à correção da esposa era uma prática difundida entre os homens, a questão era saber qual era o nível de correção que os homens acreditavam aceitável, e qual o das mulheres, para que fosse caracterizada a sevícia. Ainda assim, fica a questão se essas mulheres concordavam com esse

18 A pesquisa exaustiva nos documentos foi apenas até 1934, o ano de 1938 foi referido em virtude de nesta data ter sido aberto um processo de desquite por um cônjuge que já havia tentado a separação anteriormente.

19 Estes processos foram utilizados, pois envolviam autores ou réus de ações de divórcio ou desquite, ou eram procedimentos obrigatórios para dar início a uma ação de separação, como o auto de justificação, ou apareciam na listagem como ações de divórcio e desquite por engano, por isso foram consultados.

20 Nos casos estudados por Michelle Perrot (1995, p.282-284), na França, a autora nos afirma que a separação de corpos “é uma instituição feminina: em todos os períodos, as mulheres representam mais de 86 % - chegando a 93% - dos solicitantes. Mulheres relativamente idosas, mães de família casadas há muitos anos; mulheres “acabadas”, menos pela infidelidade dos maridos do que pelos maus-tratos que sofrem: É a mulher espancada, não a mulher enganada, que pede a separação”.

direito, e até que ponto elas aguentariam esses maus-tratos. Outro problema bastante comum entre os casais envolvidos em ações nesse período é o alcoolismo masculino. Muitas esposas reclamavam que os maridos bebiam e depois as surravam ou expulsavam de casa.

Quando comparamos os dados estatísticos sobre a população da cidade de Campinas com aqueles coletados nos processos, conseguimos identificar algumas características demográficas importantes do período. Com relação aos casamentos assistimos a um fenômeno peculiar. Enquanto entre a década de 1890 até o censo de 1920 a população de Campinas passou de 33.921 para 115.602 habitantes (BASSANEZI, 1998, p. 33; 1999, p. 37), um aumento de pelo menos três vezes, o número de casamentos teve um crescimento que não chegou a 15%: em 1890, 34,35% da população do município era casada, enquanto que, em 1920, esse índice chegou a 43,23% (BASSANEZI, 1998, p.100; 1999, p.246 e 258). Do total da população em 1890, 33,02% dos homens eram casados e 35,82% das mulheres, contra 42,99% dos homens e 43,47% das mulheres em 1920.

O período crítico de conflitos e separações situa-se entre os 3 a 10 anos de casamento. Tanto nos processos de divórcio quanto nos de desquite, esse é o período durante o qual mais se concentraram ações, correspondendo a 33% dos casos de divórcio e 42% dos desquite (LOPES, 2002, p. 104). Nos casos de divórcio, observamos que as uniões com mais de 10 e 20 anos corresponderam a 24% e 22% das ações, respectivamente. Nos processos de desquite, os casamentos com duração entre 10 e 20 anos ocorrem em 29% dos casos, enquanto que os casamentos mais longos, com mais de 20 anos, somam 15% do total. A preponderância dos casos de separações dentro do período de 3 a 10 anos de vida conjugal explica-se pelo elevado número de processos por mútuo consentimento e por abandono voluntário do lar conjugal, pois de acordo com a lei do casamento civil e do desquite, só era permitida a separação após dois anos de casamento, tanto quando se alegava mútuo consentimento, quanto abandono de lar por dois anos consecutivos.<sup>21</sup>

Nos casos de separações entre casais com mais de 10 anos de vida conjugal – aqui podem também ser enquadrados os casais com mais de 20 anos de casamento – o recurso à justiça muitas vezes tinha o objetivo de tornar uma situação de fato em de direito. Comumente encontramos casais que já estavam separados há anos pelo abandono de um dos cônjuges e a separação foi requerida para assegurar que o cônjuge “desertor” não viesse a reclamar os bens ou a autoridade sobre o outro.<sup>22</sup> Ainda existe a possibilidade do autor do processo, depois de muitos anos de casamento, requerer a separação por ter descoberto o adultério do outro cônjuge, ou até este adultério estar ameaçando os bens do casal em virtude dos gastos do marido com a concubina.<sup>23</sup>

Os casos com 0 a 2 anos de casamento são minoria, mas refletem uma situação peculiar de abandono do lar logo em seguida ao casamento, dias ou horas, em que as mulheres reclamavam injúria grave produzida pelo marido ao abandoná-las.<sup>24</sup> Um caso curioso é o de Caetano Scognamiglio, que abriu um processo de anulação de casamento, em 1924, dias depois do matrimônio, alegando que a esposa não era virgem e por isso ela não quis consumir o casamento. O TJC negou provimento à causa, o que levou o autor a apelar logo em seguida à sentença, novamente sem resultado. Em 1938, Caetano Scognamiglio retornou aos tribunais e

21 Decreto-lei nº 181, Artigo 82, § 3º

22 Felipe Brão e Maria Justina de Oliveira, I ofício (of.), processo (proc.) 6058, caixa (cx.) 316, 1894; Leonor Perereira (Autor -A) x Joaquim Pereira Porto (Réu - R), I of., proc.6072, cx. 317, 1894; Egas Bueno e Octavia Vieira Bueno (Mútuo Consentimento –MC), II of., proc 1419, cx. 79, 1907; Anna Jacob (A) x Julio José de Almeida (R), III of., proc.194, cx. 13, 1892; Amelia Peron Behrens (A) x Henrique Behrens (R), IV of., proc 5474, cx. 212, 1895; Leopoldina de Almeida Gama (A) x Emygdio Antonio de Camargo (R), Proc.13199, cx. 647,I of., 1918; Luis Davico e Luiza Gomes (MC), II of., proc.1431, cx. 80, 1926; Antonio Maria Maia e Belmira Siqueira Patricio (MC), II of., proc.1433, cx. 80, 1929; Angelo Giordano e Philomena Soares de Oliveira (MC), proc.1435, cx. 80,II of., 1931; Atilio Santin e Hercília Laurenti (MC), II of., proc.1436, cx. 80, 1931; Washington Aquino dos Santos e Lucilia Rocha (MC), II of., proc.1437, cx. 80, 1929. (Fundo Tribunal de Justiça de Campinas, Arquivos Históricos, Centro de Memória – Unicamp).

23 Ernestina Beckedorff (A) x Augusto Beckeorff (R), II of., proc.1423, cx. 79, 1914; Antonio Melle e Maria Scocco (MC), III of., proc.327, cx. 21, 1934. (Fundo Tribunal de Justiça de Campinas, Arquivos Históricos, Centro de Memória – Unicamp).

24 Ezilda Costa (A) x Antonio Lins (R), I of., proc.7130, cx. 393, 1906; Laura M. Freitas Pinto (A) e José Theodoro Siqueira Silva Filho (R), II of., Proc.288, cx. 21, 1907. (Fundo Tribunal de Justiça de Campinas, Arquivos Históricos, Centro de Memória – Unicamp).

abriu um novo processo, agora de desquite, alegando abandono de lar da esposa, quando finalmente conseguiu a separação e já haviam se passado 16 anos da data do casamento.<sup>25</sup>

Um casamento durava, em média, 12,51 anos para o período entre 1890 a 1916, e 13,02 anos para o período de 1917 a 1934, uma diferença pouco significativa em termos absolutos. Estes números nos revelam uma tendência a casamentos longos nos dois momentos. Comparando-se estes números à média de idade com que cada cônjuge contraía matrimônio, teremos domicílios com casamentos que poderiam ser considerados estáveis e nubentes com idade predominantemente superior aos 20 anos. Quanto à idade no casamento, temos os seguintes índices: até 1916, a mulher se casava entre os 20 e 21 anos, os homens por volta dos 25 anos (LOPES, 2002, p.106-7).

No período posterior a 1917, os homens ficavam mais tempo casados que as mulheres: 14,61 anos contra 12,08 para as mulheres. Quando voltamos ao período entre 1890 e 1916, estes números se invertem, permanecendo as mulheres 12,76 anos casadas, enquanto os homens 11,12 anos. Comparando-se com a idade média no município de Campinas, em 1890, de 25 anos para ambos os sexos, e em 1920, 22 anos para as mulheres e 23 anos para os homens, concluímos que temos aqui um grupo da sociedade em que a população masculina se casava mais tardiamente e as mulheres um pouco mais cedo, o elemento masculino provavelmente com uma situação financeira mais estável (LOPES, 2002, p.107).

Muitas vezes imaginamos que a existência de bens poderia inibir os pedidos de divórcio em virtude da divisão do patrimônio, mas o que vemos nos processos entre 1890 e 1934 é uma situação peculiar. Nos casos de divórcio, 55% dos casais possuíam bens, enquanto que nos casos de desquite 49% deles os tinham. Esses bens vão desde dinheiro ou um pequeno terreno até grandes fortunas de lavradores. Nos casos de divórcio por mútuo consentimento, os casais com bens chegavam a 75%, enquanto que, nos processos de desquite, houve certo equilíbrio: 48% dos casais tinham bens, contra 49% sem.

O elevado número de casais com bens entre os casos de mútuo consentimento sugerem que a separação amigável tenha sido escolhida como meio de agilizar o processo, evitando gastos e publicidade da vida íntima do casal (LOPES, 2002, p.108). Esta hipótese pode ser confirmada quando nos deparamos com autos onde os envolvidos eram pessoas conhecidas na cidade, como foi o divórcio por mútuo consentimento de Orosimbo Maia e Maria Maurício Maia, enquanto aquele exercia seu mandato na prefeitura de Campinas. O caso se tornou particularmente intrigante quando, em 1911, a “divorciada” pediu a anulação do divórcio alegando ter sido coagida pelo esposo a assiná-lo, pois ele desconfiava de que ela havia cometido adultério.<sup>26</sup>

Quando analisamos os autores das ações judiciais, constatamos que 52% dos casais em que as mulheres são autoras de divórcio tinham bens, enquanto que, quando os homens iniciam as ações, esse valor cai para 14%. Nos casos de desquite, em que os homens foram autores de ações, 70% dos casais tinham algum patrimônio, ao passo que, quando as mulheres tornaram-se requerentes, esse índice baixou para 41%. Estes índices indicam que os autores de ações recebiam que o cônjuge contra o qual estavam impetrando a separação viesse, no futuro, a reclamar por bens adquiridos durante o casamento ou durante o período de afastamento do réu ou ré. Esta atitude justifica-se, pois enquanto a separação não fosse efetuada legalmente, o patrimônio do casal conseguido após o abandono da esposa ou do marido deveria ser dividido entre ambos os esposos (LOPES, 2002, p. 108-109).

Outro fator importante que analisamos foi o índice de mulheres que abdicaram da pensão alimentícia nos divórcios e nos desquites. Nos casos de mútuo consentimento, 55% das mulheres abdicaram do numerário garantido por lei, o que nos leva a crer que estas mesmas mulheres tinham algum meio de subsistência para lhes garantir a sobrevivência após o fim do casamento.<sup>27</sup> O mais comum nestes casos é a mulher decla-

25 Caetano Scognamiglio e Ildegarda Galdi, III of., proc.151, cx. 9, 1924; III of., proc.182, cx. 11, 1924; II of., proc.1444, cx. 81, 1938. (Fundo Tribunal de Justiça de Campinas, Arquivos Históricos, Centro de Memória – Unicamp).

26 Orosimbo Maia e Maria Maurício Maia, III of., proc. 209, cx. 14, 1909. (Fundo Tribunal de Justiça de Campinas, Arquivos Históricos, Centro de Memória – Unicamp).

27 Três podiam ser as maneiras encontradas pelas mulheres para se manterem longe do marido. Em primeiro lugar, elas assegurariam seu sustento e o dos filhos através dos recursos obtidos com um trabalho remunerado, outras vezes com os bens provenientes da partilha do espólio do casal. Por outro lado, a ajuda da família, sobretudo a manutenção da filha pelo pai, justificaria a renúncia da pensão.

rar que não queria a ajuda do marido por ter meios para se sustentar com o fruto de seu trabalho honesto – apesar de ser frequente a não especificação deste trabalho. A recusa de ser sustentada pelo marido sugere, ainda, que a esposa poderia receber a ajuda da família e a existência de bens a repartir traria a independência da esposa em relação ao marido, tanto financeira quanto emocionalmente (LOPES, 2002, p. 109-110).

Para determinarmos quem eram os envolvidos em separações judiciais, analisamos a origem e nacionalidade dos casais. A cidade de Campinas, como já dissemos, foi um importante centro receptor de imigrantes no primeiro período da República, especialmente entre os anos de 1890 e a década de 1910 do século XX (PETRONE, 1990, p. 127; BAENINGER, 1996, p. 37). A presença do elemento estrangeiro nos casos de separações é significativa. Nos divórcios, os casais formados apenas por imigrantes somavam 22%, os casais mistos, ou seja, de brasileiros casados com imigrantes, 20% do total, e casais apenas de brasileiros chegavam a 39% (LOPES, 2002, p. 111). Nos processos de desquite, o número de casais mistos aumentou para 34%, diminuíram os casais apenas de imigrantes (18%) e aumentaram os de brasileiros, chegando a 48%.<sup>28</sup>

Entre os principais grupos de imigrantes envolvidos em processos de divórcio, estão os italianos (14%) e os portugueses (12%), vindo em seguida os alemães (4%), franceses (3%), suíços (2%) e dinamarqueses (1%). Nos processos pós-Código Civil, os portugueses superaram os italianos, aqueles com 15 % contra 13% destes; alemães espanhóis, franceses, poloneses e sírios ficavam em terceiro lugar, com aproximadamente 2% dos envolvidos de cada nacionalidade (LOPES, 2002, p.112).

A presença destas nacionalidades entre os cônjuges reflete os fluxos do movimento migratório para a região. De acordo com o censo de 1890 e 1920, 20,78% e 20,34% da população de Campinas, respectivamente, era de estrangeiros (BASSANEZI, 1999, p. 264). Entre estes últimos, as principais nacionalidades que chegaram ao Estado de São Paulo são justamente as mesmas que aparecem nos processos do TJC: italianos, portugueses, alemães e espanhóis, respectivamente. Durante o período do desquite, os portugueses superaram os italianos em chegada, o que podemos observar nos processos.

As principais ocupações às quais os homens se dedicavam nos casos de divórcio estão nos setores de serviços e agrícola. Nesta última categoria, encontramos lavradores, administradores, agricultores e proprietários. Entre as profissões que se enquadram na primeira categoria estão: 3 alfaiates, 1 caldeireiro, 1 empreiteiro, 1 marceneiro, 1 mecânico/dentista, 1 músico, 1 pintor, 1 seleiro, e 1 terraplenador. Em seguida, aparece o comércio, em 15% dos casos. As ocupações ligadas ao transporte contribuem com 0,06%, e pouco expressivos são os empregados públicos (LOPES, 2002, p. 114).

Às mulheres couberam profissões que tradicionalmente lhes são atribuídas. Entre elas, aparecem: 1 costureira e 1 modista, 3 mulheres dedicadas ao serviço doméstico, 1 doméstica, 2 lavadeiras, 1 parteira e 1 professora. Destacam-se uma mulher que vivia de agências, uma que se qualificava como fazendeira e duas proprietárias. Mas, para a maioria das envolvidas nas separações, não há nenhuma referência formal nos processos sobre a sua ocupação, o que não significa que não exercessem uma atividade remunerada (LOPES, 2002, p. 114).

Para nossa análise, mais importante do que a identificação das ocupações nos processos, foi a observação de sua ausência. Enquanto apenas 26% e 7,7% dos homens deixaram de mencionar uma profissão nos casos de divórcio e desquite, respectivamente. As mulheres envolvidas em divórcios, 77%, e 49,2% em desquites não declararam ter uma ocupação (LOPES, 2002, p. 114-115). Tal atitude indica a contradição que

28 Essa mudança de composição com relação aos processos de divórcio e desquite deve ser entendida como uma consequência das transformações por que passou a política migratória no decorrer do período. As sucessivas crises do café diminuíram o fluxo de imigrantes promovendo também o êxodo dos trabalhadores estrangeiros para outras regiões até 1918. Em segundo lugar, com o Decreto Prinetti (1902), o governo italiano colocou-se formalmente contra a forma de imigração praticada pelo Estado de São Paulo e, em 1927, acabou a imigração européia subsidiada para o Estado. Apesar dos esforços governamentais de incentivo ao café, após 1918, com a consequente retomada da produção e novo fôlego migratório, os índices de estrangeiros não chegariam aos níveis alcançados anteriormente. Estes fatores diminuíram o número de imigrantes disponíveis na cidade para o casamento e, ao mesmo tempo, a população campineira se recuperava dos abalos provocados pelas sucessivas epidemias. O aumento do número de brasileiros entre os cônjuges pode ser creditado, também, à maior integração entre estrangeiros e nacionais fazendo com que estes últimos fossem aceitos entre as famílias imigrantes. (KARASTAJANOV, 1999; PETRONE, 1990, p. 95-133; RIBEIRO, 1988).

havia entre os valores propostos e a realidade concreta. Ao mesmo tempo em que estas esposas aceitavam abdicar da pensão alimentícia elas deveriam ter um meio pelo qual pudessem se manter. O que observamos, pela leitura nos processos, é que estas mulheres exerciam alguma atividade que lhes garantia recursos, mas nem sempre elas mencionavam qual.

Entre os homens, nos processos de desquite, havia a preponderância de atividades ligadas ao comércio e serviços, ganhando destaque o setor de transportes ferroviários e os lavradores, porém, ocorre uma maior diversificação de atividades profissionais. A partir de então, as profissões liberais ganham destaque em relação às outras atividades. Para as mulheres também há um alargamento dos tipos de atividades, em menor escala do que o observado para os homens, mas já indica uma expansão nas possibilidades de trabalho (LOPES, 2002, p.115).

Do ponto de vista da presença de filhos, observamos que estes não foram um obstáculo na requisição de processos de separação: 52% dos casais envolvidos em ações de divórcio tinham filhos, contra 64% nos casos de desquite. As mulheres autoras de processos de divórcio com filhos correspondem a 13% do total de casos, enquanto que as coautoras eram de 35%. Os números ficam diferentes quando observamos os casos de desquite. O que se vê, então, é um predomínio de mulheres – autoras e coautoras de ações – sem filhos (67%) após 1917. Aqui, podemos tecer algumas considerações em relação a estes números (LOPES, 2002, p.116-117).

A predominância de mulheres com filhos nos divórcios questiona a ideia de que a presença deles era um obstáculo à separação legal. Por outro lado, a presença da maioria de mulheres autoras e coautoras de desquite sem filhos derruba o paradigma de que o único fim do casamento é a procriação, bem como o de que a natureza feminina condiciona a mulher à geração e criação de rebentos. Ao mesmo tempo, a ausência de filhos durante o período do desquite sugere que a não presença deles facilitaria a separação.

Em vista dos dados levantados acima, podemos tecer algumas considerações a respeito de homens e mulheres envolvidos em casos de separação. Tanto nos casos de divórcio quanto de desquite, o mútuo consentimento foi um recurso muito utilizado pelos casais que pretendiam se separar. A presença de estrangeiros, consequência das políticas migratórias, introduziu elementos já familiarizados com o divórcio *a vínculo* nas novas uniões. Entretanto, não foi suficiente para modificar a mentalidade da época. A existência de filhos não impediu que homens e mulheres solicitassem a separação, nem tão pouco a presença de bens foi empecilho ao fim do casamento, uma vez que a divisão destes bens poderia causar dificuldades econômicas tanto para homens quanto para mulheres. O momento crítico do matrimônio situava-se entre os 3 e 10 anos de vida conjugal, envolvendo cônjuges com bens. Entretanto, casamentos com mais de 12 anos eram desfeitos.

O período pós-Código Civil, em que mais de 60% das mulheres autoras de separações não tinham filhos, pode sugerir que muitas mulheres não mais estavam apenas preocupadas em gerar filhos e preencher seu papel de mãe. Em um momento de desenvolvimento da indústria no Estado de São Paulo, de crescimento do movimento operário e das lutas feministas, abria-se a possibilidade de sobrevivência fora do casamento e independência da autoridade masculina. Lentamente, podemos observar nestes processos de separação o surgimento de algumas mudanças: os tradicionais papéis de gênero no Brasil passavam a sofrer ajustes que se realizariam por completo nos anos seguintes do século XX.

## Referências

ALMEIDA, Fernando H. Mendes de (org.). *Constituições do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1954.

BADARÓ, Ricardo. *Campinas: o despontar da modernidade*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

- BARBOSA, Rui. *O Divórcio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões Editor, 1957.
- BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo (Org.). *São Paulo do passado: dados demográficos – censo de 1890*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *São Paulo do passado: dados demográficos – censo de 1920*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999.
- CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. *Momento de ruptura: as transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta*. Campinas: CMU/ UNICAMP, 1996.
- COSTA, Raquel Rumblesperguer Lopes D. da. *Divórcio e anulação do matrimônio em São Paulo colonial*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- COUTINHO, A. Céu. *Dicionário Enciclopédico de Medicina*. 3.ed. Lisboa: Argo Ed.; RJ-SP-BH: Livraria Luso-Espanhola e Brasileira.
- DECRETOS do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- HANAWALT, Barbara A. (Ed.). *Women and work in pre-industrial Europe*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.
- HAREVEN, Tamara K. The history of the family as an interdisciplinary field. In: RABB, Theodore (Ed.). *The Family in History*. New York: Harper Torchbooks, 1973, p.211- 226.
- KARASTOJANOV, Andrea Mara Souto. *Vir, Viver e Talvez Morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Império*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- KINGDON, Robert M. *Adultery and divorce in Calvin's Geneva*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade - os cantos e os antros: Campinas 1850- 1900*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LASLETT, Peter; WALL, R. *Household and Family in Past Time*. London: Cambridge University Press, 1972.
- LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus Conjuxit Homo Non Separet: Um Estudo de Gênero, Família e Trabalho Através das Ações de Divórcio e Desquite no Tribunal de Justiça de Campinas (1890-1938)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Univeridade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MOREIRA, Maria de Fátima Salum. *Fronteiras do desejo: amor laço conjugal nas décadas iniciais do século XX*. 2 vols., 1999. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Univeridade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- NETO, Manoel Augusto Vieira (org.). *Código Civil Brasileiro*. 28.ed. São Paulo: Saraiva, 1978.
- PHILLIPS, Roderick. *Putting asunder: a History of Divorce in Western society*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- PERKIN, Joan. *Women and marriage in Nineteenth century England*. Chicago: Lyceum, 1989.
- PERROT, Michelle. Dramas e Conflitos Familiares. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da Vida Privada*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 263-285. (v.4).
- PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 93-133. (Tomo III, v.2.).
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A Família na Sociedade Paulista do século XIX (1800-1860)*. 1980. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980.

- \_\_\_\_\_. Casamento e papéis matrimoniais no Brasil do séc. XIX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 37, p.17-25, 1981.
- \_\_\_\_\_. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. Família, Divórcio e Partilha de Bens em São Paulo no século XIX. *Estudos Econômicos*, n. 13, p. 787-797, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Feminismo, cidadania e trabalho: o Brasil e o contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX*. 1994. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro; NOVAES, José Nogueira. *A Febre Amarela em Campinas, 1889-1900*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, Vozes, v. 16, n. 2, p. 1-12, jul./dez. 1990.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1984.
- SOARES, Ubirathan Rogério. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre o sistema de aliança e o regime da sexualidade*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- SOUZA, Maria Cecília Cortez de. *Crise Familiar e Contexto Social: São Paulo 1890- 1923*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- STONE, Lawrence. *Road to Divorce: England 1535-1987*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia, 2 dez. 1853.
- ZANATTA, Aline Antunes. *Justiça e representações femininas: o divórcio entre a elite paulista (1765-1822)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

# Práticas e Representações Fúnebres: preparações para a morte na Campinas oitocentista

## Funeral Representations and Practices: Preparations to Death in Campinas of the Nineteenth Century

*João Paulo Berto*<sup>1</sup>

joaopberto@yahoo.com.br

### Resumo

O artigo trata de aspectos do campo fúnebre de Campinas, São Paulo, no século XIX, enfatizando as atividades à margem da liturgia oficial, entre elas procissões, ofícios e rezas, uso de mortalhas e ritos de enterramentos que auxiliavam a população em geral a inculcar os preceitos religiosos acerca dos ritos fúnebres, sobretudo com o apoio das irmandades que forneciam aos seus irmãos aportes próprios no pré e pós-morte. Com base em fontes distintas como jornais e testamentos, observou-se que no período as liturgias institucionais da Igreja Católica, dadas por meio de catecismos, manuais e livros sobre a prática do bem viver e morrer, circularam e foram ressignificadas em processos culturais dinâmicos que imprimiram na sociedade campineira características essenciais no modo de se tratar a morte e seus mortos.

**Palavras-chave:** Campinas (SP), século XIX; Ritos e Cerimônias Fúnebres; Irmandades.

### Abstract

This article treats of the aspects of the funeral field of Campinas, São Paulo, in the nineteenth century, emphasizing activities on the sidelines of the official liturgy, like processions, religious services and prayers, use of shrouds and burial rites that helped the population to inculcate religious precepts about the funeral rites, especially with the support of the brotherhoods supplied before and after death. Based on different sources such as newspapers and wills, we were observed in the period that the institutional liturgies of the Catholic Church, given through catechisms, manuals and books about the practice of well living and dying were circulated and re-signified in dynamic cultural processes that marked in the Campinas society essential characteristics in the way of treat the death and yours deads.

**Keywords:** Campinas (SP), 19th Century; Funeral Rites and Ceremonies; Brotherhoods.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História da Arte pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

## Introdução<sup>2</sup>

A morte, certamente, é um dos aspectos mais importantes da liturgia e da piedade popular, uma vez que se mostra como um elemento incerto, levando o homem a vivenciá-la e celebrá-la das mais diferentes formas. Porém, a ideia tridentina de que a vida era uma constante preparação para a morte teve um papel importante, efetivada por meio da produção de imagens e pela manipulação de símbolos em um conjunto cerimonial ou festivo em que os atos litúrgicos ganhavam novas cores, sons, gestos e práticas, integrando de forma mais eficaz a vivência da população. A partir de um núcleo comum de ordenações litúrgicas, cada grupo ou comunidade desenvolvia atitudes e expressões peculiares, na forma de práticas e representações, capazes de assumir culturalmente o valor de elementos fixos de organização das sociedades (GONZÁLES, 2007, p. 13).

Trazido pela influência ibérica, este cenário foi comum a inúmeras cidades do Brasil, sendo marcantes as transformações ocorridas ao longo dos oitocentos. Assim, busca-se apresentar um pequeno panorama das práticas de sociabilidades desenvolvidas em torno da morte na cidade paulista de Campinas, importante centro político, econômico e cultural desde o século XIX. A cidade, inicialmente o povoado de Campinas do Mato Grosso, ligado à Freguesia de Jundiáí, foi constituída no início da segunda metade do século XVIII e, antes mesmo de ter sua capela, elemento marcante para a dinâmica urbana, teve aprovado um campo santo como modo de prover as almas dos habitantes. Assim, desde o Cemitério Bento setecentista, este tipo de preocupação foi quase uma constante na história local, criando diversos aparatos culturais fúnebres que iam das celebrações quaresmais ao uso de mortalhas, toques de sinos e sufrágios cheios de pompa.

### **A Semana Santa campineira como forma de educação para a morte**

A colonização portuguesa auxiliou na difusão da Semana Santa, intensificada no século XVIII com a mineração e realizada com toda a pompa barroca da devoção aos santos, à Virgem Dolorosa e ao Cristo sofredor dos martírios. Nesta linha, tradições foram desenvolvidas, como procissões, romarias, encomendação de almas, orações de invocação e perdão, sempre pautadas na vivência de temores e crenças da morte salvadora e na busca por proteção, sobretudo no fim da vida do fiel. Para Ana Guiomar Rêgo Souza, as semanas santas no Brasil colonial e imperial acabaram por ter seus focos dirigidos para as imagens do padecimento de Cristo, mas não significando somente uma exaltação da morte e da dor. Para ela,

(..) o devoto queria evidentemente se salvar, mas no âmbito das exigências temporais, ou seja: através de uma leve mortificação da carne, participação irregular nos diversos sacramentos da Igreja e, sobretudo, recorrendo ao valor protetor e salvífico da Paixão de Cristo (SOUZA, 2007, p. 87).

A Semana Santa, a cada ano, buscava reavivar o significado da Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo na vida do fiel, construído por meio de atos e símbolos. Pelo discurso eclesiástico, Cristo teria, sozinho, carregado as dores e enfermidades do povo (Is 53, 3-12) e morrido pelo pecado da humanidade, redimindo-a; porém, venceu a morte com sua ressurreição e abriu as portas da salvação para a humanidade.

Neste tempo litúrgico, as personagens bíblicas desfilavam nas procissões, capelas passos eram abertas, estruturas efêmeras montadas nas igrejas, sempre acompanhadas de grande esplendor por orquestras e coros que executavam peças de artistas locais ou regionais compostas para este fim. Para tanto, as celebrações e os atos seguiam uma ordem cronológica da narração da Paixão, minuciosamente organizados pelas Igrejas e capelas, amparadas pelas irmandades, confrarias e ordens terceiras, em especial as do Santíssimo Sacramento, da Misericórdia e do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Em Campinas, as semanas santas aconteciam com preparativos e iniciativas das irmandades locais, conforme pode ser observado pelos jornais campineiros, permeadas pelos jogos das hierarquias e privilégios sociais. Dada a escassez de fontes para o início dos oitocentos, os relatos da segunda metade do século XIX,

---

2 O artigo retoma algumas discussões apresentadas na dissertação de mestrado defendida pelo autor junto ao IFCH/Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Eliane Moura da Silva e com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

sobretudo entre 1860 e 1880, são capazes de apontar o grande volume de fiéis vindos para as celebrações, não só do aglomerado urbano, mas também das áreas rurais e de localidades vizinhas. Segundo Xavier,

A celebração da Semana Santa era capaz de concentrar em uma mesma ocasião, os mais diversos segmentos sociais, fossem eles senhores ou seus escravos (vindos do campo, das localidades vizinhas, etc.) (...) O catolicismo, através de ritos como estes, definitivamente, movimentava a vida da localidade e a Igreja, ciente deste poder mobilizador, funcionava através do pároco e de seu sermão, como uma importante e eficaz força repressiva na manutenção das hierarquias sociais (XAVIER, 2002, p. 91).

O primeiro ato religioso campineiro era o Setenário de Nossa Senhora das Dores, finalizado na sexta-feira anterior ao Domingo de Ramos, quando os fiéis meditavam temas sobre a brevidade da vida em face das dores de Maria que, mesmo sofrendo, conseguiu alcançar as glórias celestiais. Seguiu-se a ele, o Domingo de Ramos, festa que inicia “(...) os rituaes com que a igreja christã commemora o triumpho preparado em Bethfagé pelos adoradores da sublime Victima do Calvario (...)” (GAZETA DE CAMPINAS, 28 mar. 1872), estando as igrejas adornadas com palmas<sup>3</sup>, depois distribuídas entre os fiéis que as utilizavam como sacramentais.

Além do Ofício de Ramos, estava também a Procissão de Passos ou do Encontro, talvez até mais esperada que o primeiro rito solene. Realizada pela Irmandade do Senhor dos Passos da Paróquia da Conceição, e na circunscção desta, marcava a meditação de sete passos de Jesus rumo ao Calvário dados por meio de pinturas colocadas em casas ao longo do trajeto. Todas estas atividades eram muito concorridas, em especial pelo número de confissões que eram realizadas, o que proporcionava aos pregadores atualizarem os ditames da Igreja junto ao rebanho disperso.

Após a procissão de Passos, era comum a visita dos fiéis aos passos montados nas casas para orações pessoais. Passado o Domingo de Ramos, ocorria o Ofício de Treves, na quarta-feira santa, liturgia existente desde o século XIII. O clima proporcionado por estes atos ajudavam o fiel a se sensibilizar pelo tema da morte, levando em conta que o sofrimento em vida de Jesus, bem como o de sua mãe, proporcionou as glórias celestiais.

Na quinta-feira, iniciavam-se os ofícios de endoenças (do latim, *indulgentias*), com especial relevância à cerimônia do Lava-pés com Sermão do Mandato do Amor Fraternal, lembrando o gesto de Jesus antes da última ceia com seus apóstolos, desnudamento dos Altares, procissão interna e adoração do Santíssimo exposto. Neste dia, também, antes do Lavapés, era realizado o Ofício de Trevas, com a mesma estrutura da quarta-feira, mas com textos diferentes, sobretudo derivados das lamentações do profeta Jeremias.

Na sexta-feira Santa, único dia em que não há missas no catolicismo, era realizado, pela manhã, o Ofício da Paixão com pregação e, às 15 horas, a celebração da Paixão do Senhor. À tarde, ocorria a procissão do enterro, com a presença das irmandades e grande número de fiéis, sendo pregado o sermão das lágrimas. O Sermão das Lágrimas de São Pedro ou de Santa Maria Madalena referia-se a uma reflexão sobre dor e sofrimento, choro e lágrimas, além de pontos como a paciência de Cristo, a crueldade e cegueira de Judas, a cumplicidade de Pilatos, a iniquidade do processo que condenou Jesus, culminando com a crucificação e a morte de Cristo.

No Sábado Santo, havia celebrações do Ofício de Aleluia de manhã e, à tarde, a Coroação de Nossa Senhora. Para finalizar a Semana Santa, no Domingo de Páscoa, realizava-se a Procissão da Ressurreição de madrugada, saindo a imagem de Jesus Ressuscitado por um caminho e da Virgem Maria, por outro, até se encontrarem, sendo pregado o sermão do Encontro da Ressurreição. Após, era feito o Ofício da Ressurreição, com missa cantada e sermão ao evangelho.

Os atos, desde o início, aconteciam com toda a solenidade e pompa, com presença de sacerdotes externos convidados para as pregações. As descrições feitas nos jornais mostram a efervescência durante estes dias:

Se não temos ainda um templo acabado, se o recinto da velha matriz muitas vezes míngua para a multidão dos fiéis, é certo, por outro lado, que a riqueza das alfaias, os custos dos ornamentos são objectos muito para vêr-se e condignos com a prosperidade e importância deste município. Neste sentido são admiráveis não somente os hábitos eclesiásticos propriamente, mas ainda e principalmente a vestimenta de varias imagens e insígnias dos respectivos andores. A Virgem das Dores, e Senhor dos Passos, por exemplo, vestem sumptuosas túnicas e erguem-se entre esplendidos bro-

3 Segundo Leopoldo Amaral (1927, p. 341), “muitos fazendeiros do município, impulsionados pelos sentimentos religiosos, enviavam no dia de Ramos carradas de palmeiras, abundantes nas visinhas mattas para a distribuição aos fiéis. (...) Havia palmas a rôdo”.

cados sobre charolas magníficas onde o velludo e o ouro, de par com as côres symbolicas da tristeza, realçam aquelles vultos onde se derrama em cheio a luz esplendida dos Céus (GAZETA DE CAMPINAS, 18 abr. 1870).

Os ornamentos dos templos ajudavam na meditação dos motivos piedosos, sobretudo na forma de arquiteturas efêmeras. O Calvário montado em ambas as igrejas era sempre o elemento central, iluminado a luz de velas e com palmeiras de troncos altos e esguios em grande número (AMARAL, 1927, p. 342). Conforme descrição da matriz velha, feita por Leopoldo Amaral, a celebração de quinta-feira santa apresentava um diferencial, graças ao gosto e à riqueza, estando os adornos ao encargo do armador José Pinto Nunes:

O altar-mor, de alto a baixo, resplandecia, afogado em centenares de luzes, dispostas symetricamente, alinhadas, entrelaçamentos de velludos e de seda e de flores polychromas, tudo em rigorosa observância da pompa e magnificencia recommendadas pela Egreja nesse dia (AMARAL, 1927, p. 342).

É possível observar que os temas centrais da Semana Santa são a piedade, a religião, a paixão, morte e ressurreição de Jesus. A Ressurreição é central, já que foi por meio dela que houve a remissão dos pecados e a possibilidade da salvação das almas, porém o processo que culmina com ela adquire também grande valor ao permitir extravasar nos fiéis um forte conteúdo emotivo da piedade devocional. Os manuais de Semana Santa deixavam isso bem claro, sobretudo nas explicações e nos roteiros apresentados. O modelo dos penitentes era o mais explorado, incitando os fiéis nos “(...) saudáveis rigores da austeridade (...)”, mostrando que o choro da Igreja pela morte de Jesus Cristo devia fazer com que eles chorassem “(...) sobre si mesmos” (OFFICIO, 1779, p. 775), a fim de fazê-los “(...) compreender, que o louvor não fica bem na boca do peccador, quando os suspiros, e os gemidos de hum coração contrito, e humilhado não só a sua partilha; pois que a tristeza, conforme os sentimentos de Deos, produz para a salvação huma penitencia saudável” (OFFICIO, 1779, p. 776).

## **Mortalhas, Ofícios, Irmandades e Testamentos: preparativos para o além**

No século XIX, os sentidos e as formas no tratamento dado à morte e aos mortos foram sendo alterados substancialmente, ao ponto de se falar de uma dessacralização das práticas culturais mortuárias. Contudo, a passagem para o além continuava devendo ser bem preparada, promovendo diversas relações de solidariedade entre vivos e mortos. O mais importante era não ser pego de surpresa, sendo mau agouro uma morte acidental ou prematura, motivo de sofrimento eterno para as almas. Por isso, “a morte devia ser de alguma forma anunciada, por meio de algum sinal, uma doença ou diretamente por forças do Além” (OFFICIO, 1779, p. 96).

As determinações dadas em vida, sobretudo na forma dos testamentos, ajudam a compreender esta necessidade de preparar o fim da existência por meio de inúmeras iniciativas. Uma fórmula corrente nos testamentos, incluindo os campineiros, era afirmar a necessidade de testar para “(...) por minha Alma no verdadeiro Caminho da Salvação (...)” (LIMA, 16 set. 1807). As estruturas que os testamentos seguem, algumas vezes apenas mudando a ordem, em grande parte devem-se aos modelos difundidos pelos manuais de boa morte, sendo destacável o presente na obra do padre Estevão de Castro, datado de 1672.

Muitas vezes, os testamentos servem como instrumentos de limpeza da consciência, já que em todos eles o testador se preocupava em relatar não somente suas últimas vontades terrenas, mas também servia de mecanismo de confissão, em que o redator apontava seus pecados, infortúnios, suas deslealdades e dívidas pendentes, tanto divinas quanto terrenas (PAGOTO, 2004, p. 32). Assim, era comum assumir filhos bastardos e apontar dívidas pendentes, sempre apelando para os vivos e para a corte celeste a possibilidade de abrandar as penas impostas à alma.

O início do testamento apresenta o valor dado ao aspecto religioso, sobretudo na preparação da alma e na necessidade de intercessores no momento derradeiro. Em 1828, o português Antônio Gonçalves Mamede apresentou um modelo típico de invocação testamentária, usual durante a primeira metade do século XIX, elemento que vai sendo simplificado aos poucos:

Jesus, Maria, José. Eu Antônio Gonçalves Mamede estando doente posto que de pé, mas receando ser esta minha moléstia a última de minha vida, estando em meu perfeito juízo e entendimento que Deos me deu fosse este testamento

minha última vontade. Primeiramente, encomendo minha alma a Deos que me creou e pesso [*ilegível*] merecimento de sua Sagrada Paixam e Morte tenha misericórdia de minha alma quando deste cárcere morte sair. Rogo a Virgem Maria Senhora Nossa seja minha advogada e protectora na prezença de seu Unigenito filho e o Anjo da minha Guarda e Santo do meu nome implorem por mim na prezença do mesmo Senhor e principalmente no fatal e tremendo dia do Juízo. Sou verdadeiramente Christam professo a Lei de Cristo e nesta fé espero viver e morrer (MAMEDE, 20 dez. 1828).

As determinações testamentárias incidiam também no cuidado do corpo. Um elemento importante era a tradição de enterrar os mortos envoltos em tecidos, usualmente chamados de mortalhas. O campineiro José da Silva Novais, em 1830, por exemplo, pediu para que seu corpo fosse enterrado amortalhado no hábito de São Francisco, sendo que no dia do falecimento todos os sacerdotes presentes teriam que dizer missas de corpo presente por sua alma (NOVAIS, 30 abr. 1830). Lembrar dos santos de devoção ocorria não somente nos testamentos, mas também no local das sepulturas e no uso de vestimentas e hábitos religiosos – um modo de assimilação do sagrado à vida do morto. Por isso, era comum o pedido do vivo para ser enterrado com vestes similares àquelas cristalizadas nas iconografias dos santos, dos anjos e da Virgem Maria. Entre os mais usuais nos testamentos campineiros, estavam São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo.

No mesmo sentido, o fiel poderia ser enterrado envolto no hábito de sua confraria ou irmandade, como foi o caso de Albano Lima. Como irmão professo da ordem do Carmo, o indivíduo passava a ter estas prerrogativas, bem como ser acompanhado pelos demais irmãos, tanto no trajeto da casa à igreja, quanto dela até o cemitério. Outro exemplo é o caso citado de José da Silva Novais, o qual, fazendo parte da Irmandade do Santíssimo Sacramento, solicitou que os irmãos acompanhassem seu corpo de sua casa até a Igreja Matriz onde seriam celebradas missas de corpo presente (NOVAIS, 30 abr. 1830); ou ainda o de Domiciana do Espírito Santo que, em 1852, nas declarações sobre seu enterro, pediu “(...) que depois de amortalhada disponha meu corpo em hum caixão e carregada por irmãos da Irmandade das Almas de quem sou Irmã, e sepultada no Cemitério” (ESPÍRITO SANTO, 1852).

Por vezes, o tipo de mortalha não era indicado, podendo ser citado apenas o desejo de que o corpo fosse “amortalhado em um hábito de pano decente”, como pediu Salvador Pires Barbosa (BARBOSA, 06 dez. 1831). Além disso, o investimento também poderia ser mais simples, sendo o corpo envolto em panos nas cores preta ou branca ou a critério do testamenteiro. Vale ressaltar que todos tinham direito aos ritos fúnebres: ricos e pobres, livres e escravos. Este é o caso do ex-escravo africano Paulo Antônio de Souza que, em 1837 (SOUZA, 30 out. 1837), solicitou que seu corpo fosse envolto em uma mortalha de São Benedito, com o respectivo cordão, comprovando fazer parte da irmandade negra.

A importância das irmandades neste processo é grande, incidindo como intercessoras eficazes na morte. Os testamentos campineiros mostram esta dinâmica, elemento que justifica as filiações a estes grupos: ao mesmo tempo em que estava ligada a uma irmandade ou ordem terceira campineira, o fiel também o era a outros grupos de cidades como Itu, São Paulo, Rio de Janeiro e Santos, em um fenômeno de adesões múltiplas. Ao compor uma “teia de solidariedade”, como expôs Ana Cristina Araújo (1997, p. 319), as irmandades e as ordens terceiras proporcionavam aos associados a execução dos *ritos de passagem*, com base em atitudes, símbolos religiosos e profanos, cortejos e cerimônias que preparavam a incorporação do morto ao além e restabeleciam a ordem social perdida com a morte. Ao estar ligado a mais de um grupo religioso, além de demonstrar o poderio econômico, o ato marcava a preocupação do indivíduo com o destino de sua alma e corpo, justamente pela vinculação e reconhecimento destes nos enterros (sepulturas) e cerimônias litúrgicas (sufrágios), aspectos inseridos nos estatutos ou compromissos como obrigações.

Em Campinas, uma das irmandades mais influentes era a do Santíssimo Sacramento da Paróquia da Conceição. Além de ter o maior número de irmãos era também a mais rica, constatado por suas alfaias e demais propriedades conservadas até os dias atuais. Além do acompanhamento dos féretros, a irmandade era a única na cidade a possuir um sino próprio, doado pelo seu reorganizador, Antonio Francisco Guimarães, na época Mordomo da associação<sup>4</sup>. Com ele, era realizado o anúncio do falecimento de um membro confrarial, acelerando a mensagem da morte a toda a comunidade.

4 Conforme Jolumá Brito (1956, p. 60-61), os dobres de sinos da matriz pelos falecidos existiam há anos, mediante o pagamento de espórtulas ao sacristão que deveria ser revertidas ao templo. Houve, inclusive, uma contenda por volta de 1836-1837 sobre o referido valor (aumentado de 160 para 320 réis), muito além do disposto nos cânones eclesiásticos.

Partindo de uma economia da morte, as irmandades e as ordens terceiras mantinham seus rendimentos em alta, além dos legados pios deixados pelos irmãos e outros benfeitores que objetivavam ter seus nomes colocados nas missas e ofícios litúrgicos semanais realizados pelos grupos. Entre as principais citadas nos testamentos campineiros oitocentistas, estão, em primeiro lugar, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, seguida da Ordem Terceira do Carmo, São Miguel e Almas e a Irmandade de São Benedito. Em seu histórico sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz da Conceição, ao refletir sobre os sepultamentos realizados em Campinas na segunda metade do século XIX, João Lourenço Rodrigues aponta que os mesmos

deviam ser muito solenes, dado o número de tocheiros que eram alugados, quando se tratava de pessoa abastada e grada; o consumo de cêra era enorme; uns os tomavam alugados até a Igreja e outros até o cemitério, Custava \$320 o aluguel de cada tocheiro. Para os funerais do Capitão Camilo Xavier Bueno da Silveira, rico fazendeiro, falecido em Campinas a 3 de setembro de 1871, foram alugados 260 tocheiros (RODRIGUES, 1947, p. 33).

Em Campinas, os enterros ocorriam com grande ou pouca suntuosidade e pompa. Além do acompanhamento do defunto de casa à igreja e desta ao cemitério, por parte das irmandades, havia também, em alguns casos, o uso de marchas musicais, tocadas pelas bandas da cidade, como demonstram alguns testamentos. Por outro lado, algumas pessoas buscavam realizar seus gestos finais da forma mais humilde e sem extravagâncias, como o caso do português José Leonardo Pereira que, em suas últimas vontades, declarou o desejo de ser amortalhado em um lençol velho e ser enterrado em um “lugar de mais humildade e desprezo” (PEREIRA, 05 jul. 1831). Manuel d’Oliveira Fonseca, na segunda metade da década de 1830, pediu para que o funeral fosse feito “sem pompa alguma unicamente acompanhando o meu corpo pelos Sacerdotes desta Vila; não quero acompanhamento de Muzica e mesmo officio” (FONSECA, [déc. 1830]). Este ato demonstraria um possível desapego às frivolidades mundanas na última hora, refletindo a pobreza e a humildade com que a alma deveria ter para entrar no céu.

Outros, inclusive, apegavam-se ao apoio dos outros, mesmo que fora das redes das irmandades e confrarias, como Carlota Teixeira que, em 1851, declarou que seu “(...) corpo será amortalhado e carregado em huã rede até a Igreja onde será recomendado, ed’ahi ao Semitério por algumas pessoas que queriam fazer essa esmola” (TEIXEIRA, 1851). Juntamente, este ponto refletia a condição financeira do próprio testador que sabia das exigências de uma boa morte e buscava adaptá-la a sua realidade. Um exemplo claro é o de Francisco Alvares Machado Vasconcellos que, no mesmo ano de Carlota, apenas afirmou: “Pesso que com o meu enterro se fará a só indispensável despeza para salvar a descencia” (VASCONCELLOS, 1851).

Os ritos e as práticas fúnebres pedidos nos testamentos, por mais simples que fossem, respeitavam elementos de decência e decoro. A morte, como fim do corpo, apresentava aspectos internos, de consolo aos familiares e ao próprio defunto que havia antes designado seus desejos, e externos, com os atos públicos. Todos estes, por sua vez, derivavam das liturgias da boa morte difundidas pela igreja e irmandades. Com isso, havia um núcleo comum de práticas religiosas a serem cumpridas, as quais podiam ser teatralizadas ou não. Porém, o decoro, ou seja, “o que convém”, o “decente”, o “adequado”, deveria ser sempre mantido, medidos os aspectos que mais facilitaríamos a entrada da alma no Paraíso.

Neste aspecto, ganham destaque os cultos e as cerimônias litúrgicas realizadas em prol das almas. Estes ofereciam a segurança, tanto aos vivos quanto aos mortos, de que o fiel poderia alcançar as bem-aventuranças com rapidez, se estivesse no Purgatório, ou gozar cada vez mais dos benefícios do céu. Nos testamentos da Campinas do século XIX, o culto às almas aparece como uma estratégia incisiva, sendo comum ao longo dos registros a importância das missas no momento da morte e nos dias, meses ou anos sucessivos.

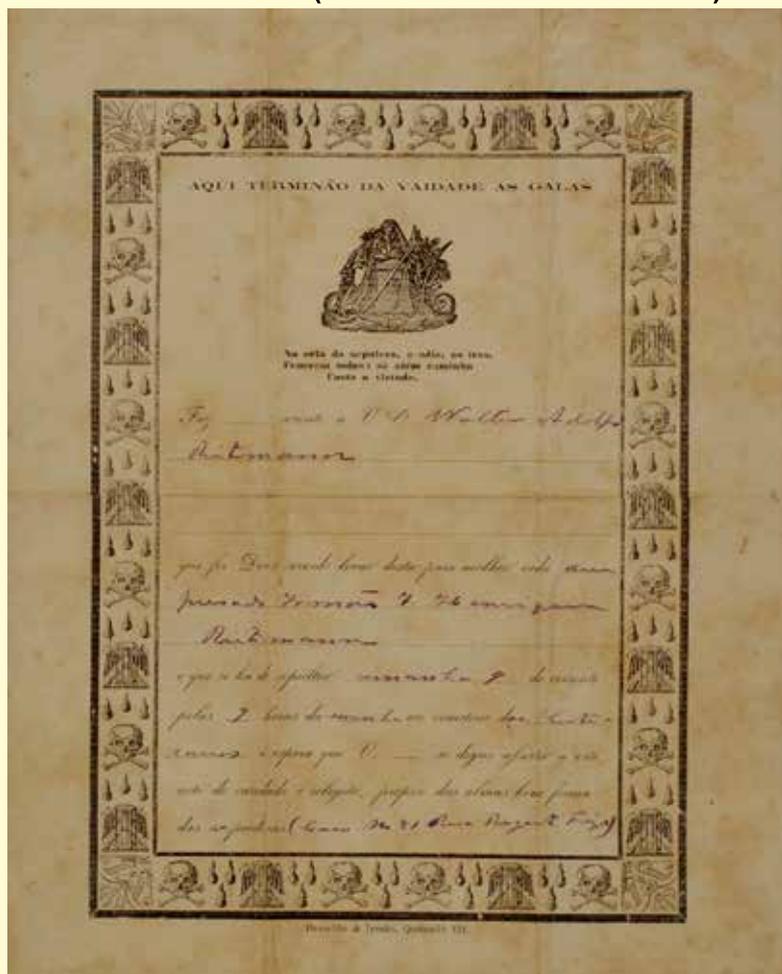
A preocupação com o destino da alma não se extinguia com o sepultamento, elemento que se simplifica, sobretudo, após a mudança e proibição de inumações nas igrejas. O solo sagrado dos templos, junto aos santos, relíquias e demais objetos, ofereceria ao morto a proteção contra o inferno e facilidades no caminho para o céu. A mudança para os cemitérios, neste contexto, não era capaz de proporcionar o mesmo sentimento de segurança existente no sepultamento *ad sanctus*. Por isso, sobretudo a partir dos anos 1830, apoiado com a inauguração do Cemitério Geral em Campinas, os testadores passaram a colocar, cada vez

mais, as disposições sobre os funerais a cargo do testamenteiro<sup>5</sup>. Contudo, no espaço antes reservado às determinações sobre onde o corpo seria depositado, se junto ao altar-mor ou a um altar do santo protetor, os testadores passaram a dispor com grande afínco sobre as missas e outras cerimônias de exéquias como aspectos definidores de uma boa morte.

É estrutura comum a estes documentos a declaração do desejo do falecido para que fossem ditas missas de corpo presente no dia do falecimento ou no dia seguinte por todos os sacerdotes que estivessem presentes na vila. As missas e demais ofícios tinham o poder simbólico de apaziguar as dores e angústias dos vivos e as dúvidas dos que estavam prestes a morrer. Neste sentido, as irmandades e as ordens terceiras uniam-se aos indivíduos que participavam de livre iniciativa nos cultos fúnebres de parentes e amigos e, até mesmo, desconhecidos, fortalecendo redes de solidariedade. Para tanto, a criação das redes de sentido era ainda maior, pois, além de preverem ofícios para eles próprios, também o faziam para familiares já falecidos, tendo ou não devoções particulares.

As quantidades de cultos solicitados variavam de acordo com o capital do testador, como João Ignácio de Deus que, em 1841, pedia que se mandasse rezar 80 missas, quarenta pela alma de seu pai e a outra metade para a de sua mãe (DEUS, 22 jan. 1841). Os destinatários destes sufrágios também eram variáveis, mantendo-se sempre pessoas da família, as almas do Purgatório, indivíduos com que o testador teve negócios em vida, escravos e, em alguns casos, pelos inimigos, perdoando-lhes no momento derradeiro como meio de se livrar dos pecados que ainda pesavam em sua consciência. Esta descrição pode ser elucidada no testamento deixado pelo provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento, Antônio Francisco Guimarães, o Baía:

**IMAGEM 1 – CONVITE DE ENTERRO INFORMANDO AO SR. WALTER ADOLFO HÜZMANN SOBRE O FALECIMENTO DE SEU IRMÃO I. HENRIQUE HÜZMANN. (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX).**



Fonte: Coleção Família Quirino dos Santos e Simões, Centro de Memória-Unicamp.

Declaro que meu testamenteiro mandará dizer honde lhe convier oito capellas de missas [uma capela equivale a cinquenta celebrações] por minha Alma; oito ditas por Almas de meus Pais; quatro ditas pelas Almas do purgatório; quatro ditas por intenção das pessoas com quem tive negócios e que por engano e ignorância minha lhe disse algum prejuízo; uma capella de missas por intenção de meus inimigos vivos e falecidos aos quais cordialmente pesso perdão para que Deos nosso Senhor pela sua infinita misericordia se digne perdoar-me todos os meus pecados (GUIMARÃES, 04 set. 1873).

Os pedidos dos testadores, por sua vez, deveriam ser colocados em prática pelos testamenteiros que prestavam contas nos autos do processo. No que se referia aos cultos e aos enterros, esperavam-se dos amigos, familiares e conhecidos a presença nas últimas homenagens, sendo esta vista como um ato de caridade e religião, próprio das almas piedosas. Isto pode ser bem elucidado com os convites para os ritos fúnebres, tanto nos jornais campineiros oitocentistas, quanto entregues pessoalmente. Para as missas de corpo presente, criavam-se todo um aparato especializado, com profissionais que armavam a decoração fúnebre do templo e conduziam os enterros. O arranjo do espaço ajudava a criar o clima para a solenidade, como exposto em notícia do ofício fúnebre do Dr. Francisco Antonio de Salles, de 1871:

<sup>5</sup> Entre os testamentos apontados, destacam-se os disponíveis nos Livros de Registro de Testamento 159 (20/10/1828 a 12/11/1834), 160 (20/02/1835 a 22/01/1841), 162 (08/01/1851 a 01/08/1852), disponíveis no acervo dos Arquivos Históricos do Centro de Memória – Unicamp.

Realizou-se, em a matriz da Conceição, no dia 5 do corrente ás 8 horas da manhã, o officio fúnebre que os collegas e amigos do finado dr. Francisco Antonio de Salles fizeram preparar para suffragar-lhe a alma. O templo esteve pomposamente decorado sobresahindo no corpo da igreja um sumptuoso catafalco. As ceremonias correram tocantes e com aquella magestade toda do ritual christão, sendo acompanhadas pelas harmonias plangentes da nossa insegne orchestra. (GAZETA DE CAMPINAS, 07 mai. 1871).

Além das missas de corpo presente, eram também celebradas as de sétimo dia, um mês e um ano de falecimento. Estes atos poderiam ser realizados pela família ou por grupos de amigos do morto, por vezes nas duas paróquias de Campinas a fim de intensificar as preces. Estes gestos piedosos repercutiam na família do morto, a qual respondia nos jornais buscando sempre alçar a memória e importância de seu ente querido. Os termos utilizados nos textos, cheios de adjetivações, demonstram a importância das práticas, a exemplo da família de João Quirino do Nascimento que

Do fundo d'alma agradecem as immensas provas de consideração e estima tributadas á memória do seu muito e prezado e estremecido esposo, genro, irmão e cunhado (...), por todas as pessoas que concorreram ao enterro do finado e á respectiva missa do setimo dia. Não podiam os supra-assignados abafar os protestos de sincera gratidão por tão expressivas mostras de apreço ao seu chorado parente; e é por isso que os vem patentear por este modo, accumulando aqui igualmente os votos de seu reconhecimento pelas visitas que receberam. (GAZETA DE CAMPINAS, 29 jan. 1871).

Os ritos também poderiam ser realizados em prol das almas dos escravos, como quando o Sr. Antonio Carlos de Sampaio Peixoto e sua família mandaram “dizer uma missa a 6 do corrente [1872], por alma do preto Josué, que não há muito tempo deu notável prova de fidelidade e boa índole, por maneira entre nós conhecida” (GAZETA DE CAMPINAS, 06 jun. 1872). Isto demonstra que os indivíduos buscavam munir-se de diversos elementos capitais para uma boa morte, promovendo uma limpeza de consciência e demonstrando serem capazes de colocar em práticas todas as virtudes, em especial as teologais (fé, esperança e caridade).

## Considerações Finais

A necessidade de se valorizar uma consciência sobre a morte e suas possíveis implicações foi fortalecida no século XIX tendo por base as paraliturgias e a ação de grupos leigos. Isso se justifica pela presença de poucos bispos, pela escassa legislação, pelo regalismo nascido do Padroado e pelas visitas pastorais com um sentido mais administrativo que apostólico, fatos que indicavam que as condições espirituais, ainda no século XIX, não eram paradigmáticas em todos os pontos (CAMPOS, 1988, p. 109-122).

As irmandades desempenharam um papel crucial, disseminando entre os membros e a comunidade a eles próxima a catequese necessária para o bom cumprimento da fé e dos ritos fúnebres cristãos. Com isso, percebe-se a coexistência de duas formas de catolicismo, em especial no campo da morte, um vinculado a uma “religião culta, dotada, já nos primórdios, de uma teologia bastante complexa,” e outro a uma “tradição popular afeiçoada aos costumes e crenças pagãs, detentora de uma visão de mundo essencialmente sacral, onde a “graça” e o “infortúnio” individual ou social são interpretados como desígnios de Deus” (CAMPOS, 1988, p. 109-122).

Verifica-se, assim, o fortalecimento de uma religiosidade popular e devocional, na forma de um hábito cultural, que norteava os fiéis e dava a eles a segurança necessária, dentro de pressupostos específicos, para o seu bem-estar no final da existência terrena. Os fiéis realizavam, mesmo inconscientemente, os preparativos para a boa morte, por meio da criação de liturgias que lhes eram próprias e, portanto, plurais e condicionadas pelo contexto no qual se inseriam. Os testamentos mostram bem esta dinâmica, podendo-se elencar outros, como a participação nos ritos fúnebres de parentes ou amigos, as orações particulares, a valorização das confissões, os legados pios e a presença massiva em cerimônias festivas cuja especificidade estava na reflexão sobre a morte e sua vitória, como as realizadas durante a Semana Santa.

## Fontes

### TESTAMENTOS - FUNDO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE CAMPINAS (TJC) – CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP (CMU).

- BARBOSA, Salvador Pires. 06 dez.1831. Livro de Registro de Testamento 159.
- DEUS, João Ignácio. 22 jan. 1841. Livro de Registro de Testamento 160.
- ESPÍRITO SANTO, Domiciana do. 1852. Livro de Registro de Testamento 162.
- FONSECA, Manuel d'Oliveira. [déc. 1830]. Livro de Registro de Testamento 159.
- GUIMARÃES, Antonio Francisco. 04 set.1873. Livro de Registro de Testamento 166.
- LIMA, Albano de Almeida. 16 set.1807. Livro de Registro de Testamento 157.
- MAMEDE, Antônio Gonçalves, 20 out. 1828. Livro de Registro de Testamento 159.
- NOVAIS, José da Silva. 30 abr. 1830. Livro de Registro de Testamento 159.
- PEREIRA, José Leonardo. 05 jul. 1831. Livro de Registro de Testamento 159.
- SOUZA, Paulo Antônio de. 30 out.1837. Livro de Registro de Testamento 160.
- TEIXEIRA, Carlota. 1851. Livro de Registro de Testamento 162.
- VASCONCELLOS, Francisco Alvares Machado. 1851. Livro de Registro de Testamento 162.

### ACERVO DO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, IFCH-UNICAMP.

- GAZETA DE CAMPINAS, Campinas, 18 de janeiro de 1870.
- GAZETA DE CAMPINAS, Campinas, 29 de janeiro de 1871.
- GAZETA DE CAMPINAS, Campinas, 07 de maio de 1871.
- GAZETA DE CAMPINAS, Campinas, 28 de março de 1872.
- GAZETA DE CAMPINAS, Campinas, 06 de junho de 1872.

## Referências

- AMARAL, Leopoldo. *Campinas: recordações*. São Paulo: O Estado, 1927.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Notícias editorial, 1997.
- BRITO, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*. Campinas, 1956. Vol II.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista. *Revista do Departamento de História da EAFICH/UFMG*. Volume VI, 1988.
- CARRATO, J. Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1968.
- GAETA, Maria Ap. Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular. *Revista Brasileira de História*, vol. 17, n. 34. São Paulo, 1997.
- GONZÁLES, Ramiro. *Piedade Popular e Liturgia*. São Paulo: Loyola, 2007.
- OFFICIO da Semana Santa em latim, e em portuguez, com as rubricas do Missal, e Breviario Romano, e com as Orações para a Confissão, e Comunhão, tiradas da Sagrada Escritura, e no fim com o Catalogo onde se explicão as Ceremonias, e Palavras difficeis na sua intelligencia. Lisboa: na Regia Officina Typografica, 1779.

- PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do Âmbito Sagrado da Igreja ao Cemitério Público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- RODRIGUES, Cláudia. Os africanos e as apropriações das representações católicas sobre a morte no Rio de Janeiro colonial. Disponível em: <[www.brasa.org/Documents/BRASA\\_IX/Claudia-Rodrigues.pdf](http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Claudia-Rodrigues.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2013.
- RODRIGUES, João Lourenço. *A vida religiosa de Campinas através do histórico da Irmandade do SS. Sacramento da Catedral: 1847-1947*. Campinas: Tip. A Tribuna, 1947.
- SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. *Paixões em Cena: a semana santa na cidade de Goiás (século XIX)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- VIDE, Sebastião Monteiro da, Dom. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo illustrissimo e reverendissimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, 5º Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.
- XAVIER, Regina Célia Lima. *Tito de Camargo Andrade: religião, escravidão e liberdade na sociedade campineira oitocentista*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

# Morar em Campinas. Usos e costumes (1850-1900)

To live in Campinas. Habits and customs (1850-1900)

*Eliane Morelli Abrahão*<sup>1</sup>

eliane@cle.unicamp.br

## Resumo

Analisam-se, no presente artigo, os usos e costumes compartilhados por alguns segmentos da sociedade paulista, especificamente Campinas, entre os anos de 1850-1900. Detenho-me aos espaços domésticos destinados ao convívio social, mas com um olhar que vai além da análise arquitetônica. Focalizo um dos domínios mais elucidativos da cultura, a casa. As informações sobre os modos de morar foram extraídas dos inventários post mortem o que possibilitou identificar processos de transmissão de bens de uma geração à outra, a opulência material dos residentes na cidade e corroborar a hipótese de que Campinas, na segunda metade do século XIX, vivenciou um processo de modernização e sofisticação nas formas de morar e receber convidados – momentos de sociabilidade proporcionados pelos jantares e banquetes oferecidos pela elite cafeeira a seus pares.

**Palavras-chave:** Cultura material; Usos e costumes; Campinas (SP); História da alimentação.

## Abstract

In this article, are analysed the habits and customs shared by some segments of São Paulo's society, specifically Campinas, between the years 1850-1900. Holding to the domestic spaces intended for social conviviality, with a look that goes beyond the architecture, the focus is one of the most relevant domains of culture, the house. The information on the ways of living were drawn from *post-mortem* inventories, that allowed identify the process of assets transfer from one generation to another, and the material opulence of the residents of the city. In this way, we corroborate the hypothesis that Campinas, in the second half of the 19th century, experienced a process of modernization and sophistication in the ways of living and receiving guests – moments of socialization provided by dinners and banquets offered by members of the coffee elite to their pairs.

**Keywords:** Material culture; Social customs; Campinas (SP); Food History.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Historiadora responsável pelos Arquivos Históricos do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência/Unicamp.

A importância de estudar o complexo *casa*, valendo-me de um termo utilizado por Gilberto Freyre (1979), vai além das questões arquitetônicas ou decorativas. Observar os espaços domésticos permite recuperar as atividades cotidianas e anônimas e conhecer aspectos reveladores da estrutura de uma sociedade. Ideia que coaduna com a posição de Fernand Braudel (1995, p.11-15), o qual afirma ser possível através dos “pormenores significativos”, compreender as influências culturais incorporadas à sociedade estudada, em um determinado tempo cronológico, porque se adentra em um dos domínios mais elucidativos da cultura.

A casa é um espaço de representações, no qual os hábitos e costumes familiares espelham diretamente os valores culturais compartilhados pela sociedade. Como aponta Luce Giard (2000, p.203-7), o *habitat* confessa sem disfarce o padrão econômico, social e as ambições de vida de seus ocupantes. As normas de conduta adotadas nas cortes europeias, o ideal do *petit-bourgeois* – contido, discreto, disciplinado e polido – funcionavam como códigos de comportamento seguidos tanto em casa quanto na vida pública, como apontou Norbert Elias (1994). Ritos e códigos propagados entre a elite local, com a chegada da família Real ao Brasil (1808), em um período marcado pela valorização das reuniões sociais, com festas realizadas nos recém-construídos salões imperiais e nas grandes residências familiares, alterando os modos da sociedade do Rio de Janeiro e dos novos centros urbanos que foram surgindo, entre eles Campinas (RAINHO, 1995. p.139-152; COSTA, 2004, p.107).

Examinar Campinas e seus habitantes, sob a perspectiva da cultura material e das práticas alimentares, descortinou o processo de modernização vivenciado pela cidade e as mudanças de hábitos e costumes adotados pelas famílias em seus diferentes estratos. A imbricação desses dois componentes revelou o quanto as mulheres – representantes da aristocracia cafeicultora paulista – absorveram os padrões de comportamento adotados nas cortes europeias e os aplicaram no ato de receber convidados em seu próprio ambiente social. Apresentam especial interesse os cuidados que dedicavam à organização de suas casas, equipando-as com mobiliário, objetos decorativos e utensílios que serviam às ocasiões de sociabilidade alimentar.

Obviamente, o poder econômico favoreceu a elite agrária e outros segmentos da sociedade ao consumo de bens e à adoção de padrões de comportamento condizentes com seu pertencimento social. A sedução pelo *status*, possibilitada por ter salas bem decoradas, pelos serviços de mesa, café e chá, deixou para trás uma sobriedade dos costumes, e as casas deveriam corresponder à riqueza de seus proprietários (ABRAHÃO, 2015).

A urbe e seu entorno experimentaram um processo de modernização que se refletiu na implantação de serviços de infraestrutura, em mudanças na arquitetura das casas, nas formas de morar. A partir de 1840, os senhores de engenho iniciaram a construção de grandes sobrados urbanos destinados à moradia de fins de semana. Porém, com o desenvolvimento da cidade, as famílias dos fazendeiros e seus escravos “da casa” ocupam efetivamente suas residências urbanas (ABRAHÃO, 2007). Nas palavras de Celso Maria de Melo Pupo:

... as residências luxuosas que, de simples casas de fins-de-semana e festas religiosas, passaram a ser os lares amplos, cômodos, ricos, para a permanência da família em permuta com as fazendas, que passaram a ser o refúgio para descanso e férias (PUPO, 1969, p.156).

Nessa época, a Princesa do Oeste vivenciava seu apogeu econômico frente às outras cidades da província de São Paulo graças, inicialmente, à agroindústria do açúcar e depois com a cafeicultura. Sua localização privilegiada e a malha ferroviária implantada após 1872 agilizaram a comunicação com a capital da província e com o porto de Santos, fortalecendo suas funções agrícola e comercial (BAENINGER, 1996, p.13-33). A pujança da cidade foi relatada pelo viajante suíço J.J. Tschudi, em 1860, quando de sua visita a Campinas. Segundo ele:

Desde há muito tempo, Campinas se firmou como importante centro comercial de algumas comarcas distantes, tanto da província como também da de Minas Gerais, que para ela enviava seus produtos, tais como algodão, toucinho, feijão, queijo etc, recebendo em troca sal, ferramentas, artigos importados da Europa (TSCHUDI, 1980, p.178).

Quanto aos gêneros alimentícios, citados pelo viajante, as mulheres da elite poderiam adquirir na própria cidade, desde a década de 1870, presuntos, alféloa, *champignons*, *petit-pois*, azeite, amêndoas, chocolate francês, frutas em calda, vinhos, cervejas, água de flor de laranjeira, chá Hysson e até o queijo de Minas,

conforme os anúncios publicados nos jornais de Campinas. O comércio local estava abastecido para atender a essa demanda, detalhe importante quando se leva em conta a viabilidade da feitura das receitas culinárias registradas por Anna Henriqueta de Albuquerque Pinheiro, casada com um membro da família dos Sousa Campos. Caso almejasse preparar o “Rocamble de camarão”, ela encontraria o camarão seco ou fresco nos estabelecimentos comerciais da cidade (GAZETA, 2/3/1871, p. 3).

A modernização dos costumes é percebida nos ambientes da casa destinados a receber convidados, os quais serviam como uma “vitrine” da opulência e do bom gosto de seus moradores (ABRAHÃO, 2010). A “boa sociedade” brasileira buscava enquadrar-se nos padrões de uma nova civilidade e ser reconhecida pela aristocracia portuguesa, tendo como pano de fundo a “europeização” dos costumes, que se manifestava por meio do vestuário, dos gestos, da prática das boas maneiras e da etiqueta, enfatizando tudo o que a diferenciava dos outros estratos da sociedade local. Era imprescindível à “boa sociedade” adotar “[...] valores e modos europeus, civilizando os costumes, eliminando os ares coloniais.” (RAINHO, 2002, p.15). Ser “civilizado” era ser educado e levar a vida conforme se vivia nas metrópoles europeias, entre as quais Paris, citada frequentemente (HOMEM, 1996, p.55).

Esse novo estilo de sociabilidade terá como principal resultado a construção de uma vida privada ligada à maior visibilidade pública, “[...] repercutindo na organização do espaço doméstico, na decoração requintada dos ambientes e nas novas formas de convivialidade.” (SCHAPOCHNIK, 1998. p. 500-501). E antes de abordar o interior das residências e as práticas sociais adotadas pelas famílias de Campinas, faz-se necessário pensar, de maneira geral, a habitação e suas modificações.

A configuração da casa, no ocidente, permaneceu relativamente estável do século XII ao XV e, desde então, não parou de se transformar, de acordo com Philippe Ariès (1999, p.13). A introdução de novas soluções arquitetônicas fez surgir pequenos espaços, que a princípio eram apêndices dos aposentos principais, mas que logo conquistaram autonomia. São eles: gabinete, alcova, *ruelle*.<sup>2</sup> A compartimentação do ambiente doméstico consolida, nas casas das elites, os ambientes públicos e privados (RANUM, 1999, p.214). Somando-se a isso a ideia de civilidade vem ampliar o significado do *habitat*, ou seja, o lar – *home* – identifica-se com tudo que está inserido na habitação. Nas palavras de Ariès (1999, p.16) essa mudança propiciou a “substituição de uma sociabilidade anônima – a da rua, do pátio do castelo, da praça, da comunidade – por uma sociabilidade restrita que se confunde com a família, ou ainda com o próprio indivíduo.”

Nas residências campineiras identifica-se a existência de três espaços distintos para as atividades familiares. Uma parte da casa destinava-se ao convívio com pessoas não pertencentes à família, eram os espaços sociais, salas de estar, de jantar, sala de música, de jogos, a varanda, o alpendre; enquanto os oratórios e escritórios poderiam ser classificados como um espaço intermediário entre o público e o íntimo. A outra área, reservada à intimidade, incluía os quartos de dormir e as alcovas. O terceiro ambiente era destinado às atividades cotidianas e de funcionamento do lar, e compreendia os quartos de costura, salas de almoço e cozinha (ABRAHÃO, 2010, p.94 e 105).

É possível, mesmo sem ter em mãos as plantas dessas moradias, vislumbrar seu interior e a disposição dos ambientes, dadas as informações extraídas dos inventários *post mortem* (ABRAHÃO, 2010). No caso dos estratos mais ricos e das famílias de imigrantes com projeção social – por exemplo, os Krug, Faber, Florence e De Marco –, os avaliadores descreviam os objetos percorrendo cômodo a cômodo do domicílio. Exemplo disso é o rol de bens de Ana Matilde de Almeida, viúva do senhor José Rodrigues Ferraz do Amaral. Herdeira de propriedades urbanas e rurais, dentre eles o sítio Sete Quedas, também conhecido por Fazenda Sete Quedas, futura residência do Visconde de Indaiatuba. Os detalhes da construção de um de seus imóveis foram realçados pelo avaliador. Trata-se de casa situada na Rua da Cadeia (atual Rua Bernardino de Campos). Segundo a descrição, essa residência destacava-se das demais do logradouro por ser ampla, coberta com telhas de barro, possuir porta e quatro janelas de frente e outras quatro que davam para a travessa do fundo da mesma cadeia. O quintal divisava com a Rua Bairro Alto e com a travessa que fazia esquina com a casa de Damiana Alexandrina de Camargo, no valor de 3:836\$040 (TJC/CMU, 1.Of., 1844, Proc.2460. fl.8).

Na pretensão de Ana Matilde abrir sua casa à sociedade, ela dispunha de numerosos utensílios de louça, prata e vidro. Entre os descritos em seu espólio estavam:

<sup>2</sup> *Ruelle*: espaço livre entre a cama e a parede.

aparelho louça pintada para chá no valor 14\$000; 1 dito chá azul usado para chá no valor 4\$800; 1 prato travesso 1 sopeira de louça branco no valor de 1\$600; 41 pratos de mesa brancos redondos usados 2\$050; 1 sopeira, 1 terrina usada branca no valor de 1\$200; ... 1 terrina pequena branca de louça, colher de mão, 1 bule branco, leiteira, 1 jarro, 2 tigelas, uma maior e outra menor tudo no valor de 1\$500; 2 compoteiras vidro sem tampa e sem prato no valor 4\$000; 1 ditas de vidro sem prato no valor de 2\$000; ... 1 colher de prata de sopa, no valor de 19\$520; 17 colheres de prata de mesa no valor de 49\$920; 18 colheres prata para chá, 1 açucareiro de prata no valor de 15\$120 (TJC/CMU, 1.Of., 1844, Proc.2460. fls.6-7).

Da construção aos interiores, as descrições possibilitam ao pesquisador identificar as formas de morar, o consumo de bens e os de hábitos das famílias estudadas. No caso, por exemplo, dos Sousa Campos – estreitamente ligados à fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas de Mato Grosso –, nota-se que seus membros procuravam morar em padrão condizente com seu poderio econômico, conforme observado na equivalência dos valores dos móveis e utensílios, 1:535\$360 e 1:554\$650 respectivamente, acumulados pela matriarca Miquelina Dulce do Amaral, segunda esposa do major José de Sousa Campos (TJC/CMU, 3.Of., 1863, Proc.6980).

Trilhar o caminho desta família permitiu rastrear os diversos objetos de uso doméstico, preservados por gerações, inclusive alguns deles compõem o acervo do Centro de Memória - Unicamp (CMU). Essa Instituição foi escolhida por Theodoro de Sousa Campos Filho, o Theodorinho, para guardar e preservar a memória de sua família. Entre os objetos doados, estão candelabros de prata com as iniciais JSC (José de Sousa Campos), colheres e facas de prata, jogo com cinco facas com as iniciais TSC (Theodoro Sousa Campos) e toalhas de mesa, os quais constam dos inventários das senhoras Miquelina Dulce do Amaral e Maria Gertrudes de Sousa Campos, sua bisavó e avó, respectivamente. Entre os documentos cedidos ao CMU estão os três cadernos de receitas manuscritos de sua mãe, Anna Henriqueta de Albuquerque Pinheiro.

Perseguir os bens deixados por estas três mulheres do seio da família Sousa Campos exemplifica os padrões de comportamento adotados e perpetuados por elas em sua rede de relações. Para tanto, é importante traçar, de forma breve, a genealogia destas gerações. Do enlace entre o major José de Sousa Campos e Miquelina nasceram nove filhos, entre os quais José de Sousa Campos, também conhecido por Campinhos, no ano de 1830, em Campinas. Campinhos casou-se com Maria Gertrudes de Sousa Campos, sua prima-germana<sup>3</sup>, em 19 de abril de 1851. O casal teve nove filhos, entre os quais Theodoro de Sousa Campos, batizado com 15 dias de vida em Campinas, no dia 9 de dezembro de 1865, marido de Anna Henriqueta (CAMPOS JR., 1940, p.305-316; LEME, 1903-1905, v.1, p.159-162).

Na residência da família Sousa Campos, por exemplo, presume-se que as recepções ocorriam com frequência dado a mobília e utensílios variarem em quantidade e individualidade. Miquelina Dulce do Amaral possuía pares de castiçais e serpentinas de prata, toalhas de mesa de linho e cambraia, novas e usadas, assim como outros objetos para uso nessas ocasiões especiais. Os aparelhos para chá e café compostos de bule, manteigueira, açucareiro, escaldadeira, cafeteira, leiteira, todos de prata, não faltaram de seu espólio. Havia ainda salvas, farinheiras de prata, faqueiro com caixa, colheres de sopa e chá, facas, garfos, açucareiro, tesoura de cortar com respectiva salva e paliteiro (TJC/CMU, 3.Of., 1863, Proc.6980. fl.21).

Caso esta matriarca, pelos idos de 1863, optasse por receber convidados para banquetes, tinha às mãos os objetos e alfaias necessários à ornamentação da mesa de jantar. Na descrição de seu espólio identifica-se:

1 par de serpentinas de prata em pouco uso pelo valor de 368\$640; 2 pares de castiçais de prata maiores pelo valor 227\$841; par de castiçais de prata no valor de 113\$920; par de moringas para mesa; toalha nova de linho para mesa no valor de 6\$000; toalha de algodão trançado para mesa no valor de 3\$000 (TJC/CMU, 3.Of., 1863, Proc.6980. fl.21).

É importante esclarecer que as serpentinas – tipo candelabro com mangas de cristal – eram raras nas casas paulistas dessa época. Localizamos quatro pares delas no valor total de 710\$401, descritos em seu espólio. Os castiçais eram peças mais comuns e eram fabricados com metal, estanho, casquinha, bronze, vidro, latão, madeira pintada ou dourada, ou mesmo com prata (ARAÚJO, 2004, p.141).

A ambientação da sala de refeições do domicílio de Miquelina – equipada com relógio de parede,

<sup>3</sup> Primo-germano: descendentes de dois irmãos e de duas irmãs.

quadros, jarros de porcelana, aparadores, mesa de jantar e cadeiras, todos de cabiúna envernizados – ficava completa com os objetos destinados à alimentação, como descrito:

1 faqueiro de prata com caixa faltando uma colher, por 400\$000; 1 salva de prata maior, pesando 392 oitavas, por 141\$120; outra salva menor de prata, pesando 248 oitavas, por 89\$280; 1 par de farinheiras de prata, pesando 151 oitavas, por 54\$360; 1 tesoura de estrinchar [sic] com salva de prata pesando 73 oitavas, por 29\$760; 1 paliteiro de prata pesando 78 oitavas, por 28\$080 (...) (TJC/CMU, 3.Of., 1863, Proc.6980. fl.21).

Para o chá da tarde esta senhora dispunha de seu completo aparelho de prata para chá e café, composto de bule, manteigueira, açucareiro, escaldadeira, cafeteira e leiteira. Os saborosos biscoitos, bolos e sequilhos eram servidos devidamente arrumados em salvas de prata (TJC/CMU, 3.Of., 1863, Proc.6980. fl.20v; 2.Of., 1909, Proc.5837).

O mesmo cenário foi identificado na residência de Braulia Ludgera de Queiroz Sousa, casada com Francisco de Paula Sousa Campos, filho de Miquelina Dulce do Amaral. Entre a prataria havia:

paliteiro; castiçais; 18 colherinhas para chá; colher de prata para servir peixe; outra para arroz; espiritadeira (sic) com bandeja; concha para sopa; 20 colheres para sopa; 22 garfos; 14 facas; um par de trinchantes; pinça para tirar açúcar (TJC/CMU, 1.Of., 1895, Proc. 6115. fls.51-54v).

Enfim, Braulia possuía uma variedade de apetrechos de uso alimentar os quais atenderiam às refeições cerimoniais que porventura organizasse em sua residência.

A criação de um ambiente dedicado especialmente às refeições na casa moderna do século XIX no ocidente indica a importância dessas ocasiões, para as altas classes europeias. Nesses momentos era fundamental conhecer e aplicar os rituais da alimentação, os protocolos de mesa. As elites locais, diante das mudanças políticas, econômicas e culturais, procuraram restabelecer uma posição social não mais embasada nos títulos de nobreza concedidos pelo regime imperial, mas adotando os padrões comportamentais europeus que passaram a vigorar no Brasil (SCHAPOCHNIK, 1998, p.440). Além disso, os sinais distintivos de *status* social – desde o gestual adequado às ocasiões públicas até o esmero material do preparar os banquetes, representado pelos utensílios e a estética das refeições – tornaram-se imprescindíveis para a demarcação de lugar do homem polido e bem-educado (LIMA, 1995). As boas maneiras em sociedade, entre eles os rituais à mesa, tornaram-se veículo de distinção, diferenciação e integração social (ABRAHÃO, 2010; PILLA, 2004, p.44).

Imaginem-se as práticas que a família de Cândida Maria Vasconcellos Barros, sogra de Hércules Florence, adotava em sua casa, vistas a quantidade de utensílios relacionados em seu espólio. Ela legou aos seus netos:

um aparelho de prata para café composto de: uma cafeteira, um bule, um açucareiro, uma manteigueira, um açucareiro mais [sic] pequeno, uma leiteira, uma tigela, tudo em bom uso, pesando 1.235 oitavas por 395\$200; um galheteiro de prata para servir de fruteira, pesando 83 oitavas por 23\$560; um paliteiro de prata, pesando 33 oitavas por 10\$460; doze colheres, doze garfos de prata marca F, pesando 377 oitavas por 120\$640; seis colheres e seis garfos de prata marca F, pesando 167 oitavas por 53\$600; uma concha de sopa prata em bom uso, com marca F, pesando 67 oitavas 21\$440; uma colher grande de prata para arroz em bom uso, marca F, pesando 39 oitavas 12\$480; doze facas de mesa com cabo de prata, marca F, por 42\$000; seis facas de mesa com cabo de prata, por 21\$000; uma colher de casquinha para peixes, por 4\$000; seis colheres e garfos de prata para sobremesa, pesando 180 oitavas por 38\$720; doze colherinhas de concha para açúcar, pesando 65 oitavas por 20\$800; uma campainha de prata, pesando 31 oitavas por 10\$080 (TJC/CMU, 3.Of., 1851, Proc.6796. fls.12-15).

A marca “F” descrita pelo avaliador em utensílios de prata, como colheres, garfos e facas referia-se à gravação do sobrenome da ascendência, ou seja, “F” de Florence. À época era comum o uso de monogramas pelas famílias da elite local em louças, talheres e roupas de uso pessoal e da casa (ABRAHÃO, 2010, p. 94).

A participação feminina no aparelhamento dos lares evidenciou-se na análise do rol de bens descritos nos inventários de indivíduos que constituíram família. As quantidades de artefatos ligados à decoração da casa e necessários às ocasiões festivas, assim como ao cotidiano alimentar, corroboram a afirmação e vai ao encontro da observação de Vânia Carneiro de Carvalho (2008, p.22-23; 67-69) de que a integração do corpo feminino ao local de residência possuía ação irradiadora, em cada detalhe – do arranjo de flores sobre a mesa

do *hall* de entrada, aos bordados nas toalhas que recobriam a escrivaninha, assim como as toalhas de crochê sobre a mesa de jantar – que demonstrava a abrangência da ação da mulher na engrenagem doméstica.

Atuação feminina percebida também na residência de Maria Gertrudes de Sousa Campos, esposa de José de Sousa Campos, filho de Miquelina Dulce do Amaral. Sua casa localizada à Rua Francisco Glicério, número 13, foi mobiliada com o que havia de mais moderno e elegante. De herança da sogra recebeu os castiçais, as serpentinas, as salvas, os trinchantes e os paliteiros, todos de prata, utilizados em jantares formais. A sala de estar atendia aos padrões da época. Para a decoração Maria Gertrudes utilizou espelho oval, mesa de canto com tampo de mármore na qual ficava um relógio de cristal, um sofá, cadeiras de balanço e as de uso comum e o seu piano (ABRAHÃO, 2010, p.101).

Cuidados e recomendações propagados nos manuais de comportamento e administração doméstica de meados do século XIX. Dos “conselhos culinários” ou os também chamados “conselhos úteis”, a orientação às futuras donas de casa destacavam aspectos sobre a limpeza da habitação e de roupas, de como aquecer a carne ou evitar que a manteiga ficasse rançosa, reportavam-se às situações nas quais as condutas dos anfitriões, especialmente da anfitriã – eram evidenciadas e conferiam grande destaque à participação da mulher. Entre os preceitos estipulados, ela deveria ser contida, porque dessa maneira demonstrava a capacidade de governar a si, ao seu lar e de manter o controle sobre tudo e todos nos momentos de sociabilidade (ABRAHÃO, 2014, p.218).

Uma mulher – senhora ou senhorita – que soubesse conversar e se portar convenientemente em sociedade cumpriria importante papel, projetando-se como auxiliar de seu marido na articulação e na conservação de alianças econômicas e políticas, concorrendo ainda para a manutenção do prestígio familiar (CARVALHO, 1895). As jovens eram preparadas, em casa ou nos colégios, para o exercício desse papel. Além de ler, escrever e contar, também aprendiam gramática portuguesa e francesa, geografia e música, devendo habilitar-se também nas chamadas “prendas domésticas” (LISBOA, 1870).

No tocante à educação, constata-se que no período estudado havia em Campinas oportunidades de estudos para as moças, com a oferta de escolas e professores particulares aptos a lecionar francês, inglês e latim (FERREIRA e SILVA, 1879). De acordo com Campos Salles, – futuro presidente da República – no ano de 1871, de um total de 570 alunos matriculados na cidade, 200 eram moças, que representavam 35% da população estudantil. Entre os colégios destaca-se o de Josefina Sarmento, Carolina Florence e de Maria do Céu de Carvalho Lacerda.

O Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, na cidade de Itu, era outra opção de ensino. Essa instituição educacional caracterizou-se como uma escola que formava mulheres cristãs, cultas, virtuosas, polidas e sociáveis (PROSPECTO apud CUNHA, 1999, p.93). O currículo contemplava as disciplinas consideradas básicas para uma “boa” educação católica. As matérias de ensino eram: instrução religiosa; gramática portuguesa; aritmética, geografia e cosmografia; noções de botânica natural; noções de física; curso de história sagrada e profana; diversos gêneros de caligrafia; curso de literatura, especialmente o gênero epistolar; francês; trabalhos manuais: todas as espécies de pontos de meias e de costuras; remendos; obras de gosto: “flores artificiais; toda a espécie de bordados e pontos de tapete”. As lições especiais incluíam: língua inglesa e alemã; piano, canto e desenho (CUNHA, 1999, p.100).

Para melhor compreender o significado da educação formal para as jovens campineiras da elite, é importante observar que, uma vez aptas para a leitura e a escrita, elas podiam ter acesso a outras fontes de informação. Os Almanques, por exemplo, dedicavam várias seções ao público feminino. Destaca-se a publicação de contos com temáticas consideradas na época próprias para mulheres, os anúncios publicitários com a oferta de artefatos de uso pessoal ou destinados à decoração da casa, assim como aqueles de venda de mobílias austríacas, cristais, porcelanas, joias e gêneros alimentícios importados pelos negociantes de Santos, São Paulo e do Rio de Janeiro. Os importadores recebiam esses produtos diretamente dos portos de Liverpool, Antuérpia, Lisboa, na Europa e de Nova York, na América do Norte (PEDRO, 2010, p.73-80). Todo esse arsenal de produtos estava à disposição da clientela feminina nos estabelecimentos comerciais da cidade de Campinas.

Eram as esposas, tias, irmãs, filhas (e as serviçais) que zelavam pela imagem do homem público, autônomo, envolto em questões de política e economia, que na verdade estava rodeado por um grupo de mulheres que o ajudavam a manter sua posição social (D’INCÃO, 1997, p.223-40). Essa sociabilidade, pra-

ticada nos jantares, adquiria a função de veículo informal pela disputa de cargos e privilégios – por meio dela estreitavam-se alianças financeiras, tramavam-se candidaturas políticas e estabeleciam-se compromissos matrimoniais (SCHAPOCHNIK, 1998, v.3). O oferecimento de jantares aos amigos e pessoas do mesmo círculo de relacionamento passou a ser considerado um dos mais importantes deveres na sociedade nacional da época. Para essas ocasiões havia todo um ritual prescrito, a ser rigorosamente obedecido pelos diversos atores sociais, como mencionado (LIMA, 1995, p.129-191).

Esses detalhes não passaram despercebidos pelas mulheres citadas neste artigo que, atentas ao que se produzia na Europa, possuíam em suas salas de jantar os itens obrigatórios para o banquete, como as cristaleiras e *étagere* – aparadores do tipo guarda-louça –, além, obviamente, da mesa elástica e suas respectivas cadeiras. O esmero de Braulia Ludgera de Queiroz Sousa, viúva de Francisco de Paula Sousa Campos, em equipar sua residência de acordo com os modelos vigentes pôde ser claramente percebido pela leitura de seu inventário (CAMPOS JR., 1940, p.305-316). Nas salas de sua residência havia:

[...] mobília austríaca preta composta por: sofá, cadeira de balanço, 2 consoles com tampos de mármore, 2 cadeiras de braço e 12 cadeiras simples. Outro conjunto de jacarandá com: sofá, 4 cadeiras de braço, 12 simples, 2 aparadores com tampo de mármore. Os objetos de decoração eram: mesa para vasos de flores; 3 pares de jarros; relógio de parede; lampião belga; 13 quadros de diversos tamanhos; espelho de cristal; 2 almofadas, cortinas e 2 vasos (TJC/CMU, 1.Of., 1895, Proc.6115. fls.51-54.)

Entre os móveis e utensílios ligados à alimentação identificam-se:

[...] guarda louça com portas de vidro; outro com portas de madeira; mesa elástica para jantar; 6 compoteiras sendo uma para doces secos; 2 garrafas para água e uma para vinho; licoreiro; bateria de copos e cálix; paliteiro, farinha, molheira; um lote de xícaras e pires para chá, café e chocolate; bule, manteigueira, cafeteira e açucareiro (TJC/CMU, 1.Of., 1895, Proc.6115. fls.51-54.)

Afinal, os ambientes dedicados à sociabilidade nas residências dessas famílias da elite cafeicultora estavam materialmente equipados com o que havia de mais moderno, dando respaldo aos rituais e protocolos próprios do ato de alimentar-se, enfatizados nos manuais de etiqueta (ALGRANTI, 2011, p.244-259; ELIAS, 2001).

Não só barões e fazendeiros habitavam a cidade. Casas intermediárias e simples completavam, com os suntuosos sobrados, o cenário urbano das Campinas do século XIX. Observar os espaços de representação social das casas dos comerciantes, médicos, advogados, farmacêuticos, pequenos empresários, possibilitou a comparação do modo de habitar do estrato intermediário da população campineira.<sup>4</sup>

Nas residências dessas camadas populacionais a quantidade de cômodos era menor, mas a preocupação em copiar o luxo e a decoração das casas da aristocracia agrária revelou-se apenas nos casos em que esses personagens constituíram famílias. Como discorrido, as mulheres eram as responsáveis pelo aparelhamento dos lares.

Com relação às casas das famílias menos abastadas, por exemplo, de ferroviários ou de libertos, a descrição do mobiliário e dos utensílios são precárias. Os inventários fornecem pouca informação sobre os móveis existentes, detendo-se em objetos e utensílios de ouro, prata e cobre, por possuírem maior valor relativo. Quanto à construção, eram pequenas, em muitos casos com telhado dito de uma água, com sala, quarto e cozinha onde as refeições eram preparadas e ali mesmo consumidas. Verifica-se que a quantidade de mobília, objetos de decoração e utensílios era mínima, sinal de pouco dinheiro para consumir esses bens e o gasto era com coisas prementes. Entre os objetos estavam canastras – muitas vezes revestidas em couro –, marquesa grossa com armação, catre, armário pequeno para a louça ou simplesmente caixa de vários tamanhos com fechaduras ou não. Os baús de madeira serviam para guardar as roupas e como assentos, na falta de cadeiras.

Evidencia-se no inventário de Anna Joaquina de Sousa a discriminação do avaliador, pois não a tratou como “Dona” – título dado às senhoras da elite – e explicitou a simplicidade e a escassez dos móveis de quarto de propriedade desta senhora. Seu filho, Manoel José de Oliveira, herdou:

<sup>4</sup> Prefiro trabalhar com estratos sociais e não com classes sociais, mas autores como Amaral Lapa (2008, p.103) considera esse estrato social como pequena burguesia em ascensão.

um banco largo velho com descanso, 1\$000; um banco estreito pouco usado \$500; dois tamboretos muito velhos forrado de couro, \$160; um bofetinho muito ordinário com uma gaveta sem fixadeira, 1\$500; três catres usadas, duas tecidas em couro, uma em imbirá, 2\$640; três banquinhos muito baixos e [\_\_\_?], \$200; um escovaçador, \$640; uma módica de quarto, \$320 (TJC/CMU, 1.Of., 1850, Proc.2798, fl.36).

Anna Cândida de Oliveira teve melhor sorte, pois dentre seus bens achava-se ouro, prata e cobre, de pouca monta:

ouro velho pesando 8 oitavas 80\$000; prata velha em cabo de faca e em cabo de chicote pesando 8 oitavas 24\$960; duas escovaçadeiras, 2\$000; catre usado de cama, 3\$000; (...) uma caixa maior, 2\$500; outra caixa “mais” pequena, 1\$000; um armário pequeno, 3\$000 (TJC/CMU, 1.Of., 1855, Proc.3029, fls.8-9).

As visitas dos amigos à casa de Germano Stefanini com certeza eram bastante breves. A exígua móvel evidenciava o despojamento dos bens materiais. Os bens constam de:

uma pequena casa no bairro Guanabara à rua 1 de Março e de 1 pequeno negócio no mesmo bairro. Casa, quintal sita à rua 1 de Março no bairro Guanabara com uma porta e duas janelas ... assoalhada ... 2:500\$000; uma cômoda, 50\$000; duas mesas de madeira, 20\$000; duas camas [?], 30\$000; duas cadeiras com braços, 40\$000; um armário, 10\$000 (TJC/CMU, 2.Ofício, 1905, Proc.5790, fls.4 e 8).

Enfim, a casa campineira foi se transformando conforme a cidade vivenciava seu crescimento econômico. A sociabilidade e as práticas cotidianas demonstravam que os núcleos familiares se refinavam e as pessoas de posses usavam destes elementos para se distinguirem perante seus pares. A partir da cultura material, verifica-se que a riqueza gerada pelo café propiciou o aumento da oferta e do consumo de mobiliário e de objetos de decoração de estilo europeu, de utensílios domésticos mais sofisticados e a construção de modernas casas. Esse aprimoramento na aparência das residências e de seus moradores relacionava-se com a modernização cultural, social e econômica pela qual passava a sociedade campineira.

A mudança, no entanto, não se restringia às elites e nem atingia a todos os segmentos da sociedade. Pessoas de condição econômica intermediária ou inferior partilhavam dessas mudanças nas formas de morar, como a separação de gêneros e a divisão dos papéis sociais. Independentemente da posição social a qual pertenciam, o papel patriarcal, por exemplo, foi preservado em alguns cômodos da casa.

A criação de um ambiente dedicado especialmente às refeições, na casa moderna do século XIX, demonstra a importância dessas ocasiões e seus rituais à mesa, para os grupos sociais como forma de distinção social. O tempo consagrado à sociabilidade alimentar, seus ritos e códigos se combinaram para formar modelos socialmente diferenciados de grupos ou indivíduos, constituindo uma identidade social afirmada por um estilo de vida próprio que os caracterizavam (GWENAËL apud BOZON, 1982, p.137-146).

O domínio do *savoir vivre* – que implicava ostentar desde o refinamento material, com casas bem aparelhadas e decoradas, até um estilo corporal, por meio de modos elegantes a serem adotados em público, como no ato de receber convidados – reforçava seu pertencimento social. As mulheres foram personagens fundamentais na propagação e perpetuação desses modelos de comportamento ligados ao fazer e ao cerimonial da alimentação. Preocupações com o protocolo de recepção aos convidados para jantares e reuniões – da minúcia de detalhes sobre decoração da casa e da mesa de jantar, aos *menus* especialmente elaborados para essas ocasiões – ocorriam sob os atentos olhares femininos. Detalhes sobre a vestimenta a ser usada, o arranjo das salas, as instruções à criadagem, entre outros, concorriam para que jantares e festas – os quais demandavam cuidados e inteligência das anfitriãs – ocorressem de maneira impecável e correta. Mas a sociabilidade praticada pela elite campineira por certo não chegou aos lares dos demais estratos da sociedade. As festas, mesmo que significassem um repositório de costumes e tradições que permitiam uma circularidade de novos símbolos e produtos culturais, para as camadas mais pobres da sociedade resumiam-se às festividades religiosas, aos eventos políticos e a enterros de personalidades e às suas próprias reuniões familiares.

## Fontes

Fundo Tribunal de Justiça de Campinas (TJC) - Centro de Memória - Unicamp (CMU)

Inventários de Ana Matilde de Almeida, 1.Of., 1844, Cx.131, Proc.2460.

Inventários de Braulia L. de Queiroz Souza. 1.Of., 1895, Cx.393, Proc.6115.

Inventários de Cândida Maria Vasconcellos Barros. 3.Of., 1851, Cx.364, Proc.6796.

Inventários de Maria Gertrudes de Sousa Campos. 2.Of., 1909, Cx.267, Proc.5837.

TJC. Inventários de Miquelina Dulce do Amaral. 3.Of., 1863, Cx.394, Proc.6980.

\_\_\_\_\_. Fundo Theodoro Sousa Campos Junior. Cadernos de receitas de Anna Henriqueta de Albuquerque Pinheiro. Livro1-3.

## Referências

ABRAHÃO, Eliane Morelli. *Morar e viver na cidade: Campinas (1850-1900). Mobiliário e utensílios domésticos*. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.

\_\_\_\_\_. *Os receiptários manuscritos e as práticas alimentares em Campinas (1860-1940)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2014.

ABRAHÃO, Fernando Antonio (Org.). *Delícias das sinbas: História e receitas culinárias da segunda metade do século XIX e início do XX*. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Arte Escrita, 2007. (Fernando Kassab: adaptação, preparação e fotografia das receitas; Prefácio de Leila Mezan Algranti).

ALGRANTI, Leila Mezan. Tabernas e botequins. Cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821). *Acervo*, v.24, n.2, p.25-42, jul./dez. 2011.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.12, p.129-160, jan./dez. 2004.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v.3.

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Centro de Memória; NEPPO-Unicamp, 1996. (Coleção Campiniana, 5).

BRAUDEL, Fernando. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1.

BOZON, Michel. La fréquentation des cafés dans une petite ville ouvrière. Une sociabilité populaire autonome? *Ethnologie française*, n.2, vol.12, p.137-146, 1982. Disponível em: <[http://www.insee.fr/fr/ffc/docs\\_ffc/es352-353i.pdf](http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/es352-353i.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2011.

CAMPOS JR., Theodoro de Sousa. A Família Sousa Campos. *Revista Genealógica Brasileira*. Instituto Genealógico Brasileiro, ano I, n.2, p.305-316, jul./dez. 1940.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de. (1895). *Arte de viver na sociedade*. Estudo e atualização do texto Isabel M.R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga. Lisboa: Colares Editora, 2004.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material*. São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2008.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Espaços privados. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 5.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

CUNHA, Maria Iza Gerth da. *Educação feminina numa Instituição total confessional católica Colégio Nossa Senhora do Patrocínio*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1999.

- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FERREIRA, Carlos; SILVA, Hypolito (Orgs.). *Almanach Popular de Campinas para o anno de 1879*. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, [1879].
- FREYRE, Gilberto. *Ob de casa! Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem*. Rio de Janeiro: Ed. Arternova, 1979.
- GAZETA de Campinas, Anno II, n.135, 2/3/1871.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva (1852-1919). *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat, 1903-1905.
- LIMA, Tania Andrade. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v.3, jan./dez. 1995.
- LISBOA, José Maria (Org.). *Almanak de Campinas para o ano de 1871*. Campinas: Typographia da Gazeta de Campinas, 1870.
- PEDRO, Carina Marcondes Ferreira. *Casas importadoras de Santos e seus agentes: comércio e cultura material (1870-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.
- PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. *A arte de receber: distinção e poder à boa mesa – 1900-1970*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Paraná, Paraná. 2004.
- PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A cidade e a moda*. Brasília: UnB, 2002.
- \_\_\_\_\_. A distinção e suas normas; leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – Rio de Janeiro, século XIX. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, n.12, p.139-52, jan./dez. 1995.
- RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÈS, Phillippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada: da Renascença ao século das Luzes*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v.3.
- SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. Coleção coordenada por Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 3v.
- TSCHUDI, J.J. Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil, Nova Série, v.14).

# Cidade, Memórias e Sensibilidades

## City, Memories and Sensibilities

*Maria Sílvia Duarte Hadler<sup>1</sup>*

msilviadh@uol.com.br

### Resumo

Na abordagem das complexas relações entre cidade, modernidade, memória e sensibilidades, este artigo procura compreender articulações entre traços culturais da contemporaneidade e as singularidades da dinâmica sociocultural de uma determinada localidade, no caso a cidade de Campinas (SP). Pretende, portanto, trazer momentos significativos para a constituição de processos socioculturais favorecedores do fortalecimento de formas de sociabilidade calcadas no individualismo urbano, propiciadoras da fragilização de vínculos com os diferentes lugares da cidade. Assim, os anos finais de 1950 e os de 1960 são o momento e o cenário de constituição de formas de educação urbana das sensibilidades que apontariam para aqueles processos socioculturais – período em que a paisagem urbana sofre sucessivas modificações e passa a ser mais intensamente marcada pelos ritmos mais acelerados dos automóveis.

**Palavras-chave:** Cidade; Sensibilidades; Modernidade.

### Abstract

In addressing the complex relationships between city, modernity, memory and sensibilities, this article seeks to understand linkages between cultural features of the contemporary and the singularities of the sociocultural dynamics of a particular locality, in case the city of Campinas (SP). Therefore aims to bring significant moments for the constitution of sociocultural processes favoring the strengthening of forms of sociability based on urban individualism, which encourage the weakening of ties to different places of the city. Thus, the final years 1950 and 1960 are the time and the scene of creation of forms of urban education of sensibilities that would point to those sociocultural processes - period when the urban landscape undergoes successive changes and becomes more strongly marked by faster pace of the car .

**Keywords:** City; Sensibilities; Modernity.

---

<sup>1</sup> Pesquisadora do Centro de Memória - Unicamp (CMU). Doutora em Educação na área de Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte, pela Faculdade de Educação da Unicamp (FE/Unicamp). Pós-doutorado realizado sob supervisão da Profa. Dra. Maria Carolina Bóvério Galzerani (1947-2015).

Ao pesquisar vídeos informais sobre a cidade de Campinas (SP) no Youtube, nos deparamos com três, de diferentes autores, que chamam a atenção pela maneira como abordam a cidade.<sup>2</sup>

Com um clique do mouse, o vídeo de três minutos, enviado em 16/02/2010, se inicia. O título já designa a temática: “Um passeio noturno por algumas avenidas de Campinas, São Paulo”. O passeio se inicia: as imagens são produzidas do interior de um automóvel que não vemos e apenas o som do motor deste automóvel nos faz companhia por esse passeio noturno. Enquanto espectadores, somos levados a percorrer um itinerário de avenidas que se sucedem e se interligam, cortando áreas centrais da cidade e bairros próximos<sup>3</sup>. Não há movimento de pedestres nas ruas, nem há trânsito neste momento da noite – é possível que seja de madrugada. Há apenas o automóvel e as avenidas, os personagens principais. Este automóvel que não se deixa ver no vídeo, mas que é o condutor da construção da sequência de imagens, não seria emblemático da vida moderna em nossas cidades? Um personagem onipresente a comandar os ritmos da vida urbana, mesmo que não esteja fisicamente presente em diversas situações desta vida urbana; simboliza, talvez, um dos traços essenciais da modernidade – a velocidade e o estar em trânsito, de passagem – as pessoas não estão presentes, parecem não ter importância. Em foco, as avenidas, luzes noturnas, espaços vazios, não-lugares.

Outro vídeo, enviado em 02/02/2012, vem acompanhado do recado de seu autor a possíveis espectadores: “vídeo que eu gravei aqui em Campinas ao passear pelos bairros perto do centro, gosto muito daqui, pra mim é um ótimo lugar para morar, adoro esta cidade maravilhosa”. E quais são as imagens oferecidas sobre esta “cidade maravilhosa”, “ótimo lugar para morar”? Surpreendentemente, o recorte da cidade que nos é oferecido em dois minutos mostra o trânsito pesado e agitado da Rodovia D.Pedro cortando bairros mais populares e áreas de comércio atacadista como o Makro. É através do gradil verde de uma passarela de pedestres que temos acesso às imagens movimentadas.

Em outro pequeno vídeo de menos de dois minutos, postado em 12/01/2012, entramos em contato com imagens semelhantes – é realizada a filmagem em uma das alças do Viaduto Miguel Vicente Cury, em sua parte mais alta, em direção ao centro da cidade: trânsito carregado, muitos automóveis e ônibus passando, entrevendo-se ruas do entorno também muito movimentadas, com o horizonte demarcado por inúmeros edifícios altos.

Um personagem comum aos três vídeos é o movimento. A cidade retratada é a que pulsa sob os ritmos agitados e velozes de veículos motorizados. Eles dominam a cena. As pessoas, em suas andanças por estes trajetos, não são focalizadas, apenas os sinais indicadores da existência humana são privilegiados – construções e veículos.

Estes vídeos encontrados, não por coincidência, parecem nos mostrar sinais de uma determinada sensibilidade urbana. Uma determinada forma de percepção da cidade solidária da movimentação incessante. Poderíamos, talvez, ler estes vídeos como uma forma de elogio à velocidade e às grandes avenidas que oferecem suporte material à concretização da velocidade. Poderíamos lê-los, também, como indicadores do individualismo urbano: não são focalizados lugares de encontro, de convivência, mas, sim, de passagem, de trânsito rápido.

Uma questão se coloca à nossa reflexão: quais as condições históricas de constituição destas formas de sensibilidade? Em que momentos da modernidade estas formas de percepção da vida urbana tiveram mais possibilidades de se desenvolver?

A modernidade se instala na história sob o signo do movimento e da aceleração dos ritmos sociais. Impactos culturais significativos trazidos pelo tempo da modernidade capitalista engendraram novas percepções sobre relações entre tempos, ritmos e espaços. Os espaços urbanos e, em especial, as grandes cidades, colocam-se como as instâncias materiais de concretização destes processos. Sensibilidades modernas vão sendo conformadas nestes espaços marcados por modificações constantes e rápidas<sup>4</sup>.

O sujeito moderno urbano tem sua sensibilidade formada sob o impacto da fragmentação, do efême-

2 Disponível em: <<http://www.apenaspensando.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

3 O trajeto percorrido parte da Av. Abolição, chega à Moraes Sales, mais ao centro, acessa a Av. Anchieta, passando em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, atinge a Av. Orosimbo Maia, a Av. Norte-Sul, chegando à Princesa D’Oeste, depois à Comendador Enzo Ferrari, chegando finalmente à Av. Tibiriçá.

4 Discussões acerca de relações entre modernidade, memória e cultura urbana foram desenvolvidas ao longo de minha pesquisa de tese de doutorado “Trilhos de modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos”, sob a orientação da profa. Dra. Maria Carolina Bovério Galzerani, defendida em fevereiro de 2007 na FE/Unicamp. Essas discussões foram desenvolvidas através da presença e circulação dos bondes no espaço urbano, os quais, considerados símbolos de progresso no início do século XX e de atraso e obsolescência nos anos 60, desempenharam um papel significativo nestes processos de constituição de sensibilidades modernas.

ro, do transitório, da fluidez que permeiam sua experiência de tempo e espaço (BRESCIANI, 1997). A questão da constituição da experiência do sujeito na cidade moderna se apresenta, portanto, como uma temática fundamental, sobre a qual diversos autores têm largamente se debruçado<sup>5</sup>.

Pela mediação de meios de transporte e de tecnologias da comunicação e da informação, os espaços urbanos têm sofrido a tendência de se tornarem espaços praticamente ilimitados, por um lado e, por outro, de se tornarem espaços que favorecem práticas socioculturais limitadas, segmentadas (MONGIN, 2009). Relações sociais permeadas por diversas formas de individualismo urbano se aliam às tendências crescentes de fragilização dos vínculos que se mantêm com os diversos lugares das cidades (SENNETT, 1997; 1998). Os ritmos intensos e velozes que impulsionam a vida cotidiana nos impelem a circular, a estar constantemente de passagem pelos diversos espaços e lugares da cidade, promovendo uma diluição de possíveis vínculos com estes diversos lugares.

Nos últimos anos, a mobilidade urbana tem se tornado uma questão urgente nas grandes cidades em geral e, em especial, nas grandes cidades brasileiras também. Seus habitantes vivem às voltas com constantes congestionamentos, deficiências do transporte público, automóveis em excesso, situação favorecida por políticas de estímulo ao consumo. Relações virtuais vêm mediando, cada vez mais, o contato entre as pessoas. Superficialidade nas relações interpessoais e uma boa dose de imediatismo acompanham a valorização da rapidez nas ações e resoluções. As tendências observadas de constituir moradia em condomínios residenciais fechados aprofundam processos de segregação do espaço urbano.

A aceleração do tempo urbano tem propiciado, em diversos momentos da modernidade, descaracterizações de espaços urbanos, dificultando possibilidades de memórias e de experiências mais significativas. Referenciais de identificação e de localização do indivíduo no espaço da cidade e no conjunto das relações sociais tendem a passar por processos de apagamento.

Como pensar, então, a questão da experiência na cidade contemporânea? Como pensar formas de sociabilidades e de sensibilidades que estariam, então, se constituindo neste cenário urbano?

O sociólogo Georg Simmel (1976), nos anos iniciais do século XX, também se preocupou em entender melhor as condições de existência do indivíduo urbano moderno: o sujeito metropolitano, vivenciando uma mercantilização maior das relações sociais, procuraria preservar sua subjetividade contra o “poder avassalador” da vida da grande cidade, desenvolvendo uma postura de autopreservação, de maior racionalidade, expressa num comportamento mais reservado, dotado de maior indiferença.

Walter Benjamin, em diálogo com as reflexões de Simmel e também de Freud, ressalta que a ameaça de energias externas ao indivíduo se faria sentir através de choques, que seriam atenuados, amortecidos por mecanismos de controle dos estímulos externos, desenvolvidos pelo consciente. A vivência nas grandes cidades aproximaria ou imergiria seus habitantes na experiência do choque da modernidade. A constância da ocorrência destes choques nas sensibilidades, desenvolvendo mais a capacidade de racionalização, faria com que a vida numa grande cidade levasse seus habitantes a deixarem de viver experiências mais compartilhadas, de contato mais direto entre as pessoas, para terem vivências, noção que apontaria para situações de isolamento, não partilha, menor aproximação, distanciamento de relações mais próximas e emocionais.

A velocidade e a intensidade do avanço da modernidade em dimensões cada vez mais amplas da vida social teriam produzido alterações nas formas de comunicação entre as pessoas. O tempo que permitiria formas de intercâmbio, de compartilhamento de experiências, o tempo da narrativa, teria se tornado contraído ou até mesmo inexistente. Assim, de acordo com Benjamin, vivenciaríamos na sociedade contemporânea uma tendência de “atrofia crescente da experiência”, atrofia esta que se torna mais visível no espaço das cidades modernas.

Richard Sennett (1997; 1998), preocupado com a conformação do individualismo urbano, também assinala a configuração de uma ética da indiferença e da passividade que impele o cidadão urbano moderno, cada vez mais, a se reduzir à figura do espectador, refugiando-se em seus espaços privados, diluindo o sentido do coletivo e do público.

---

5 Encontramos referenciais fundamentais de análise desta problemática na obra do filósofo alemão Walter Benjamin, como também na do sociólogo G.Simmel. Autores mais recentes, com diferentes abordagens, também têm trazido a problemática da modernidade e da cidade em suas múltiplas dimensões socioculturais, como A.Giddens, R.Sennett, Peter Gay, Stuart Hall, Zigmunt Bauman, Gilles Lipovetsky.

No entanto, esta cidade moderna, em que pese a presença de todos esses traços culturais da modernidade, não se apresenta como um espaço unidimensional; ela se mostra polifônica, diversa, heterogênea, portadora de múltiplas histórias e memórias. A cidade também se apresenta como lugar das diferenças, da pluralidade de vozes, de gestos, corpos, olhares. Um espaço que abriga particularidades e singularidades, e que também é expressão de processos históricos culturais mais amplos.

A filósofa Anne Cauquelin, em seu belo trabalho *Essai de philosophie urbaine* (1982) nos remete às diversas camadas de memórias que recobrem o espaço urbano, memórias diversas que também são estruturadoras desse espaço, que conferem sentidos às relações sociais e políticas que configuram esse espaço urbano. Chama a atenção para um conjunto heterogêneo de memórias, memórias esquecidas ou rejeitadas, fragmentadas ou confusas que constituiriam um certo meio de que as cidades retirariam sua substância. A apreensão do espaço urbano passa por levar em conta as diversas temporalidades expressas por esse conjunto diversificado de memórias. Na linha de reflexão desenvolvida por Cauquelin, não se pode limitar a observação dos efeitos do tempo no espaço urbano às marcas visíveis nos edifícios, pois “nos traços materiais subsistem memórias gestuais, comportamentos diversos, com frequência devedores de estratos culturais sucessivos”(p.18).

Assim, este cenário nos estimula a perguntarmos como vivemos *na* cidade e como vivemos *a* cidade. Que vínculos que nós estabelecemos com a cidade que habitamos? E que cidade habitamos, dentre as várias cidades que são perceptíveis na própria cidade?

É preciso, portanto, atentar para as mediações significativas que permeiam a apreensão da cidade, de seus lugares, da dinâmica das relações sociais; compreender as formas de circulação pelo espaço urbano, e de vinculação com os diferentes lugares deste espaço. São aspectos que me parecem cruciais para uma abordagem das relações entre modernidade, cidade e sensibilidades, temas estes que se entrelaçam com as questões da memória e dos processos de constituição dos sujeitos.

No âmbito desta forma de abordagem, podemos nos propor a procurar compreender melhor como os traços gerais da moderna sociedade contemporânea se articulam com as singularidades da dinâmica sociocultural de uma determinada localidade – no caso, a cidade de Campinas (SP).

Os momentos em que o espaço urbano passa a ser mais intensamente percorrido pelos ritmos mais acelerados dos automóveis seriam cruciais para se compreender melhor alterações nas formas de percepção e de apreensão da cidade. Presentes no espaço urbano desde o início do século XX, ainda de forma discreta e tímida, estes meios de locomoção e de comunicação com o espaço urbano teriam no Brasil, na década de 1950, um momento fundamental de difusão e expansão. Sob a atmosfera do desenvolvimentismo da segunda metade da década, a indústria automobilística é incentivada, e o automóvel se torna um bem de consumo de maior alcance. Assim, localizo nos anos em torno das décadas de 1950 e 1960 a possibilidade dos processos socioculturais aludidos acima estarem se intensificando.

As rápidas modificações da paisagem urbana em Campinas, entre os anos finais da década de 1950 e os anos 1960, estariam configurando o cenário de constituição e aguçamento de formas de sensibilidade urbana, de percepção do mundo urbano como algo em processo de constante mutação. Assistimos, portanto, neste período, a uma aceleração dos ritmos urbanos, acompanhada de modificações e descaracterizações da paisagem urbana de então. A linguagem da verticalização já vinha dando sinais claros de que estava conquistando cada vez mais espaço em áreas mais centrais. O Plano de Melhoramentos Urbanos, idealizado na década de 1930, vinha, até então, sendo implementado lentamente. Definindo ruas a serem alargadas, áreas com construções a serem demolidas, apresentando propostas de reconfiguração da estrutura viária, com suas avenidas centrais e perimetrais, este Plano será concretizado de forma mais incisiva na segunda metade da década de 1950. Em especial, no período entre 1956 e 1962 ocorrerá uma intensificação do processo de demolições, construções e verticalização das áreas centrais. Constitui-se como o momento em que se desenrolará um processo mais radical de transformação da paisagem urbana. Uma nova estética urbana vai procurar se impor.

Inúmeras demolições se efetivam, acompanhadas de novas construções, em geral edifícios altos que encantavam o olhar dos admiradores da verticalização do centro. É o caso dos edifícios Anhumas (22 andares), Catedral (16 andares), José Kaufmann (12 andares), José Guernelli (20 andares). Segundo Carpintero,

Todas estas demolições no centro da cidade criaram uma sensação de destruição e ruptura, principalmente pela rapi-

dez com que aconteceram. O Largo do Rosário no final do ano de 1956 tinha já sido entregue ao uso. Foram essas demolições que deram a imagem dos acontecimentos da época (CARPINTERO, 1996, p.70).

A verticalização no centro aponta, por um lado, para uma maior amplitude das atividades comerciais; diversas agências bancárias se fazem presentes. Por outro lado, aponta também para uma mudança relativa ao modo de morar: apartamentos residenciais passam a ser uma opção. Casas térreas e sobrados cedem espaço para apartamentos, enquanto as torres das igrejas, que antes se impunham na paisagem urbana, agora se encolhem, quase engolidas pelos edifícios.

A implementação do Plano de Melhoramentos Urbanos tem no automóvel um parceiro onipresente. As intervenções urbanísticas realizadas abriram espaço para uma melhor circulação de veículos, de pessoas e de mercadorias através das avenidas que se abriam. Essas intervenções foram solidárias de uma outra temporalidade urbana: prepararam melhor a cidade para a maior mobilidade e rapidez dos automóveis, para uma maior agilidade na condução dos negócios.

A reformulação do centro e de áreas próximas adentra os anos 60, acompanhada de novas demolições, incluindo a polémica derrubada do Teatro Municipal em 1965. Uma outra temporalidade, e outros ritmos urbanos se fortalecem. Preparando-se a retirada definitiva dos bondes de circulação – o que se concretiza em 1968 –, ônibus, automóveis e seus padrões de mobilidade, velocidade, eficiência mostram-se mais condizentes com um perfil de urbanização que se encaminha no sentido de aprofundar segregações espaciais e desigualdades sociais.

Todo este processo de transformação da paisagem urbana teve um momento extremamente significativo na construção do Viaduto Miguel Vicente Cury – inaugurado em 27/01/1963 –, que pode ser tomado como emblemático da nova temporalidade urbana que está procurando se tornar hegemônica.

## A cidade do automóvel se impõe

Este “majestoso viaduto, orgulho da engenharia municipal”, substituía um antigo e modesto viaduto, uma passagem sobre os trilhos da Cia. Paulista de Estrada de Ferro, construído em 1928 e demolido em outubro de 1961. Estabelecia a ligação entre a entrada principal da cidade e avenidas internas que foram abertas, articulando-se com a estação ferroviária e possibilitando uma melhor distribuição do tráfego da área central. Considerado uma “exigência do progresso”, pois “o tráfego no velho viaduto estava na iminência de colapso”, o Viaduto Miguel Vicente Cury e avenidas próximas foram exaltados pela imprensa local como “um monumento marco para a eternidade”, como “novas portas abertas ao progresso de Campinas”, representando estas obras “o cartão de visitas” da cidade (CORREIO, 1963).

A ampliação do antigo viaduto já era sugerida pelo Plano de urbanismo de Prestes Maia nos anos 30, com a construção de uma nova pista que desse acesso às ruas estratégicas para a vazão do tráfego. Em 1948, o prefeito da época, Miguel Vicente Cury, na intenção de acelerar a execução do Plano, teria solicitado ao Departamento de Obras e Viação sua revisão. No entanto, as soluções propostas para o viaduto no plano revisto, aprovado em 1951, não foram realizadas devido às dificuldades de várias ordens, inclusive as relativas à necessidade de desapropriações. As próximas gestões municipais, instaladas em 1952 e 1956<sup>6</sup>, embora tivessem manifestado interesse na construção do novo viaduto, não levaram o plano adiante. Vai ser, portanto, na segunda gestão do prefeito Miguel Vicente Cury (1960-1963) que o novo viaduto, enfim, vai ser construído.

Feita uma seleção entre 33 anteprojetos apresentados, foi escolhido o que apresentava uma solução em rotatória, em formato elíptico, com a proposta de transformar numa espécie de parque ajardinado uma área de 20mil m<sup>2</sup> no interior dessa elipse. Em junho de 1960, então, a prefeitura constituiu o que seria o órgão executor do projeto de construção<sup>7</sup> – o Grupo Operação Viaduto (GOV) –, que deveria ser responsável, além da própria construção, por todas as questões relacionadas às desapropriações, desocupação e demolição dos imóveis existentes nas áreas necessárias à construção do novo Viaduto.

A contraposição do novo ao velho se fazia recorrente nas páginas dos jornais locais: “num esforço de memória, qualquer um poderá se recordar do velho viaduto da Paulista ... já obsoleto em face do progresso da Princesa do Oeste”, e ainda,

<sup>6</sup> Assumem a Prefeitura de Campinas, em 1952, Antonio Mendonça de Barros e, em 1956, Ruy Novaes.

<sup>7</sup> O GOV foi criado em 30/06/1960 através do Decreto nº 1.614, entrando imediatamente em atividade. O Dr. Carlos Grimaldi (secretário dos Negócios Internos e Jurídicos) e o Dr. Hélio Siqueira (subdiretor do Departamento Legal da Municipalidade) foram encarregados do aspecto legal das desapropriações. A direção da construção ficou sob a responsabilidade dos engenheiros Dr. Alberto Jordano Ribeiro (secretário de Obras e Serviços Públicos) e Dr. José Carlos Penteado de Freitas (diretor do Departamento de Obras e Viação).

[...] num exame retrospectivo poderá fixar em sua memória o velho casario que de sobre o viaduto era tão bem observado, proporcionando àquele setor da urbe um aspecto realmente triste, numa verdadeira antítese do que é a cidade propriamente dita, pelo menos no seu “coração”, onde se erguem, majestosamente, como a querer subir aos céus, modernos e esplêndidos prédios que se prestam tanto aos estabelecimentos comerciais, aos escritórios, aos consultórios, às associações de classe como também de moradias traduzidas em luxuosos apartamentos (CORREIO, 1963, p.17).

A inauguração do “majestoso viaduto, orgulho da engenharia municipal”, desta “ciclópica obra” teria sido possível graças à “visão e arrojo do prefeito Miguel Vicente Cury”, o que teria proporcionado ao “tráfego nesta parte da urbe a elasticidade de que há muito carecia e ao aspecto urbano soberbas características de cidade que se moderniza”. As avenidas Moraes Salles e Senador Saraiva (Imagem 1), “hoje amplas e ultradimensionais avenidas de 30 metros”, deixaram ao esquecimento “as estreitas ruazinhas campineiras” que um dia foram, contando também, agora, com uma iluminação “das mais modernas (vapor de mercúrio)”, que lhes dava à noite “um aspecto de claros e admiráveis contornos” (Idem, p.5).

A celebração da inauguração do viaduto dilui o drama humano de que se revestiu o processo de sua construção. Desapropriações, demolições de moradias de famílias mais desfavorecidas, desalojamentos inevitáveis, inseguranças, incertezas. Contradições sombrias de uma visão de progresso fundada predominantemente numa racionalidade técnica, funcional.

**IMAGEM 1 – VISTA AÉREA DE CAMPINAS (SP) ENTRE 1963 E 1973.**



Fonte: Coleção V8/ Centro de Memória – Unicamp.

As desapropriações se iniciaram já em 1960. De acordo com o planejamento da obra, 421 imóveis deveriam ser expropriados. O Departamento Jurídico da Prefeitura assumia o compromisso de entregar todos os imóveis devidamente expropriados e desocupados até fim de março de 1961, para que as demolições pudessem ser iniciadas. Por volta de 600 famílias foram atingidas pelas desapropriações, estimando-se 3 mil pessoas desalojadas.

Já em abril de 1961 foi iniciada a “operação-demolição”, acompanhada de perto por muitos populares,

“sob grande curiosidade e ante certo acento emotivo por parte de uns e outros, operários e dirigentes, e especialmente por parte do povo que, em grande massa, assistia à derrubada dos velhos prédios, cada um, quem sabe, com uma história burlesca ou triste para ser contada” (Idem). Além de famílias, casas de comércio, algumas pequenas indústrias e outros estabelecimentos diversos também foram afetados, e precisaram ser transferidos.

Chama a atenção, neste episódio das desapropriações e desocupação dos imóveis, o prazo reduzido destinado a todas estas operações: de meados de 1960 a março de 1961. A construção deste ícone da cidade moderna em que se tornou este viaduto se faz sob o compasso de uma ação que não deixa de ser violenta em relação a grupos sociais mais populares. A imprensa entusiasta da monumentalidade da obra saúda a nova fisionomia do traçado urbano da região central, e as novas avenidas que se articulam às alças laterais do viaduto. A questão social produzida por esse processo de modernização acelerada fica em segundo plano. As referências aos problemas enfrentados pelas famílias desalojadas são feitas sob a perspectiva do elogio “ao humanismo do atual prefeito”, e ao Serviço Social instituído para se tratar da questão. Os funcionários deste Serviço Social teriam procurado

[...] sempre esclarecer convenientemente aos atingidos pelas necessidades expropriatórias, ajudando-os *muitas vezes* a resolver com auxílio material, monetário, *os problemas que nas circunstâncias existentes seriam apenas seus*, de locação e alojamento, na medida do razoável e do possível (CORREIO, 1963, p. 15).

Chamam a atenção a naturalidade e a crueza destas referências aos problemas sociais propiciados pelo novo viaduto. Os problemas seriam apenas dos desalojados, mas graças a uma suposta generosidade da Prefeitura, muitos estariam sendo tratados na medida do razoável e do possível, já que ela teria prestado um serviço “absolutamente *inspirado nos princípios de humanidade e de preceitos sociais a que não seria obrigada*, se se ativesse pura e simplesmente à aplicação dos dispositivos da lei”. O tom destas falas encontradas nos jornais parece expressar um certo diálogo com uma possível parcela da opinião pública, que teria manifestado preocupação com o destino social dos expropriados e com o montante das indenizações pagas, como também suaviza a responsabilidade dos envolvidos no projeto de modernização da cidade. A assistência prestada não aparece explicitamente como um direito social dos atingidos, mas como uma ação humanitária dos poderes públicos. A situação vivenciada pelas famílias desalojadas é interpretada como inevitável, pois “desapropriar é problema que existe em todas as cidades do mundo, porque o progresso e a vida criam novos caminhos, exigem novos traçados nas velhas paisagens”. E a cidade de Campinas, “no seu anseio de progresso, enfrenta também esse grande problema, mas tem sabido dar-lhe tonalidade humana”(Idem).

A análise do noticiário do momento da inauguração nos traz algumas formas de atuação de assistentes sociais: famílias eram visitadas para receber esclarecimentos e orientação sobre o que fazer, e para se fazer um levantamento de suas necessidades materiais, o que era levado ao GOV para que os casos fossem avaliados para a concessão de auxílio financeiro. Há referências, também, a fornecimento de medicamentos, doação de material de construção retirado dos imóveis demolidos, e empréstimo de veículos da Prefeitura para auxiliar as mudanças. Todavia, todas essas medidas que parecem suavizar as preocupações e a possível angústia vivida pelas famílias atingidas coexistem com uma postura oficial de concessão de benefícios, uma postura que se arroga o direito de dizer que faz mais do que as leis exigem. A busca do progresso e da modernização atualizada pelas elites urbanas se faz como um valor absoluto, inevitável e inadiável. Na visão laudatória do enorme progresso técnico representado pela obra do viaduto encontramos traços de práticas de poder que excluem parcelas da população da possibilidade de usufruir algum benefício daquela modernização esperada e cultuada.

O ritmo acelerado das demolições encobria algumas histórias saborosas como a de um ‘pinguço’ que teria ficado muito surpreso ao atravessar a soleira do “Bar do Otávio”:

O olhar admirado vagou pelo azul do céu, buscando em vão as prateleiras apinhadas de garrafas. O corpo tentou apoiar-se no balcão inexistente e sua voz exprimiu o espanto: “ainda na hora do almoço tomei umas pingas aqui. Será que me enganei? Este não é o bar do Otávio?” O bar funcionara até o meio dia. Ao anoitecer já estava no chão. Eram as picaretas do progresso em ação (CORREIO, 1963, p.16).



Fonte: Coleção Arthur Pereira Villagelin/Centro de Memória – Unicamp.

Andar de automóvel pelas pistas do viaduto, que neste momento se oferecia como um espetáculo a ser apreciado e contemplado, e passear pelo amplo jardim formado em seu interior, constituiu-se num passeio costumeiro de muitas famílias aos domingos à tarde que também apreciavam contemplar o chamado Lago dos Cisnes deste jardim (Imagem 2).

Que cidade, então, está adquirindo maior visibilidade para seus moradores? Que cidade está sendo anunciada e proclamada pelo novo viaduto que se exhibe triunfante com seus jardins e lagos?

A cidade do automóvel está se impondo, tornando menos nítida a presença de diversas outras histórias e memórias neste cenário urbano. Estão sendo criadas mais condições de se estar cada vez mais de passagem por diferentes lugares da cidade, de circulação cada vez mais rápida pelo espaço urbano ao se percorrer de automóvel as novas avenidas e ruas alargadas.

Na descaracterização em curso do centro urbano, há indícios de que o processo de modificações da área urbana mais central e de imposição de uma outra temporalidade tenha provocado alterações em práticas culturais correntes. Sinais de um processo de desvalorização de formas de sentir e se relacionar com a cidade mais afinados, também, com os ritmos dos bondes que por muitas décadas circularam pelas ruas.

## Outras cenas e cenários urbanos

Em meio, portanto, às transformações da paisagem urbana, marcada, sobretudo, pela presença do automóvel que vai se impondo como a forma predominante de circulação pelas ruas da cidade, a nova temporalidade que está se configurando neste período afeta modos de viver a cidade, provoca alterações de práticas culturais então habituais.

Temos notícia de que, aos poucos, foram rareando os programas ao vivo de emissoras de rádio da cidade, que para isto ocupavam o auditório do Teatro Municipal de Campinas. Estes programas, bastante fre-

quentes durante a década de 1950 e a primeira metade dos anos 1960, tiveram suas atividades definitivamente encerradas por ocasião da demolição do Teatro em 1965 (JORNAL, 1979)<sup>8</sup>. Campanhas filantrópicas eram realizadas por alguns programas de rádio, como a que ocorre em outubro de 1960, organizada pelo programa “Hora do Trabalhador” da rádio Educadora, em favor do Hospital Álvaro Ribeiro, “onde se acham internadas crianças sem recursos”, sendo que “em apenas vinte dias foram arrecadados mais de 70 mil cruzeiros” (DIÁRIO, 1960). Dirigentes da rádio, acompanhados do locutor do programa, fizeram a entrega, pessoalmente, à direção do Hospital. Anos mais tarde, em 1978, um radialista da rádio Cultura, rememorando momentos marcantes da história do rádio campineiro, lamenta a extinção das campanhas filantrópicas realizadas pelas rádios da cidade: “hoje já não se fazem campanhas como antigamente e eu não sei por que razão, talvez seja comodismo” (DIÁRIO, 1978). Situações de contato mais direto com o público estavam se extinguindo.

Uma progressiva diminuição dos locais livres para maior possibilidade de convívio entre as pessoas pode ser observada neste período. Alguns lugares do centro da cidade, costumeiramente locais de maior interação social, vão perdendo essas características e se tornam, principalmente, locais de passagem. A retirada definitiva dos bondes de circulação em 1968 e as reformas urbanas na área central colocaram um fim às possibilidades costumeiras de encontro e de “paquera” que ocorriam frequentemente nas proximidades da “prainha”, local de confluência de linhas de bonde nas imediações do largo da Catedral, entre as ruas Treze de Maio e a Francisco Glicério.

Estão sendo operadas redefinições das relações sociais e das relações das pessoas com os diversos lugares da cidade. Em depoimentos colhidos na década de 1990<sup>9</sup>, podemos apreender, através das lembranças trazidas por moradores de dois bairros de perfil social diferente de Campinas – Cambuí e Vila Industrial -, os traços de tendências de alteração de maneiras de viver a cidade, provocadas pelo avanço mais acelerado da modernidade neste período.

Sem as preocupações atuais com questões de segurança, era comum conversar até tarde nas calçadas e dormir despreocupadamente com as portas da casa destrancadas. Contatos com vizinhos eram mais frequentes, com situações de ajuda mútua, troca de receitas de remédios caseiros, empréstimos de utensílios. Situações que não eram compartilhadas pelas camadas sociais mais favorecidas que, atingidas mais cedo pelas marcas da impessoalidade e da indiferença, em geral, não cultivavam relações de vizinhança com pessoas que não fossem do mesmo nível social. As brincadeiras das crianças nas ruas eram rotineiras: brincava-se de roda, de rodar pião, de empinar pipa, jogava-se futebol na rua; frequentemente, essas brincadeiras aproximavam os vizinhos, na medida em que os adultos conversavam enquanto observavam os filhos brincando. As ruas eram espaços de convívio, tanto para adultos quanto para crianças.

Se no Cambuí ou em bairros de perfil social semelhante o lazer dos moradores se ligava mais à participação na vida social oferecida pelos clubes, em outros bairros mais populares, como a Vila Industrial, as possibilidades de lazer também eram diversificadas: bater papo e discutir futebol nos inúmeros bares e botequins da Vila<sup>10</sup>, montar time de futebol amador e jogar nos diversos campinhos que por ali se espalhavam, fazer maior uso dos espaços públicos, como praças e calçadas, para criar situações de convivência.

Ir ao cinema no centro da cidade constituía-se em forma de lazer buscada por diferentes grupos sociais. Havia o cine *Voga*, depois *Jequitibá*, o *Ouro Verde*, o *Windsor*, *Regente*, *Carlos Gomes*; filmes mais diferenciados, fora do circuito comercial, podiam ser vistos no auditório do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA), também localizado na área central. A desvalorização das salas de cinema do centro, que se transfor-

8 Segundo o jornalista Bráulio Mendes Nogueira, em entrevista a este jornal, vários eram os programas que, na década de 50, as emissoras de rádio transmitiam de um auditório, assim como os de calouros ou os shows que se organizavam. O jornalista relata que o Teatro, frequentado até então pela elite, “com o tempo foi se popularizando, certamente com a ajuda do rádio. Verdadeiras torcidas organizadas compareciam ao Municipal, promovendo violentos quebra-quebras quando da apresentação de Emilinha Borba ou Marlene, duas inveteradas rivais estimuladas pela publicidade da época”.

9 Esses depoimentos fizeram parte do projeto de pesquisa realizado na década de 1990 “Persistências e mudanças do viver urbano em dois bairros de Campinas: Cambuí e Vila industrial”, com a coordenação geral da Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes von Simson”, CMU - Arquivos Históricos.

10 Segundo a pesquisa mencionada acima, havia 18 bares na Vila Industrial: Último Gole, Bar do Oscar, Bar da Tita, Bar dona Isabel, Bar do André, Bar da Regina, Bar dos Pretos, Bar Campinas, Bar do Tico, Bar A Garota, Bar do Nestor, Bar do Nacarato, Bar do Aparecido, Bar do Neginho, Bar do Pão-duro, Bar do Juvenal, Bar Jardim, e Bar da Linguíça.

mam em locais de funcionamento de templos religiosos, de promoção de bingos ou de apresentação de filmes pornôis, ocorre simultaneamente à ampliação e fortalecimento da sociedade de consumo que se observa neste período da sociedade contemporânea de modo geral. A construção de shoppings a partir do início dos anos 70 vai produzir alterações nas formas de lazer: além de ir ao cinema nestes locais supostamente mais seguros, consumir, fazer compras, também se tornam opções de lazer mais regulares.

Pode-se afirmar, portanto, que entre os anos finais da década de 50 e início da de 70, as relações sociais estão sendo ressignificadas, assim como também estão sendo redefinidas as relações das pessoas com os diversos lugares da cidade. Parece ser um momento em que se pode perceber uma acentuação da fragilização dos vínculos que se estabelece com os diferentes lugares da cidade, um momento que tende a favorecer uma maior fragmentação das relações sociais. Momentos estes em que outras formas de sociabilidade e de sensibilidades vão se constituindo e se reafirmando, formas estas que acenam para nossa contemporaneidade mais recente.

As transformações do espaço urbano oferecem suporte material para as imagens que vão sendo produzidas sobre esses momentos da história da cidade. A forma como o espaço urbano se apresenta organizado nestes momentos da modernidade nos remete a pensar nas condições que estes momentos criam para as experiências/vivências urbanas dos diferentes grupos sociais. As imagens das demolições, das novas construções modernas, do alargamento das ruas, da intensa verticalização nas áreas mais centrais da cidade, do amplo crescimento horizontal em direção às periferias, das muitas avenidas, vias expressas, viadutos, com automóveis e ônibus tomando cada vez mais as ruas da cidade, compõem um conjunto de elementos que interferem na constituição do que seja a experiência urbana naquele momento. Repetitivamente, as concepções de moderno e de progresso, veiculadas cotidianamente pela grande imprensa local, são associadas ao desenvolvimento técnico, à verticalização, à presença de muitos automóveis e, portanto, à ideia de movimento e de velocidade. Representações de uma cidade moderna e em constante progresso desfilam enfaticamente pelas páginas de jornais locais. Cotidianamente agem no sentido de uma educação do olhar, na conformação de uma forma de percepção e apreensão da cidade.

No entanto, precisamos também levar em conta outras mediações significativas que se interpõem nos processos de constituição da experiência urbana nos momentos focalizados. É preciso considerar o peso do autoritarismo vigente no país, principalmente a partir de 1964, com o estabelecimento do regime ditatorial. A partir de então, os espaços públicos passam a ser mais vigiados, mais controlados. A censura à imprensa, e aos meios de comunicação de forma geral, que vai se ampliando ao longo da década, impõem um recolhimento maior às pessoas em seus espaços privados. As ruas, antes cenários possíveis de manifestações populares e estudantis, estão sendo objeto de uma vigilância mais constante por parte de agentes do Estado autoritário. As condições políticas de limitação das liberdades pessoais e coletivas se imbricam com os traços da modernidade urbana, desdobrando-se num processo de radicalização das formas de individualismo urbano e de maior dose de impessoalidade e distanciamento nas relações sociais.

A sensibilidade urbana que emerge deste cenário é uma sensibilidade mais afeita ao movimento rápido, ao andar mais apressado, a uma postura mais defensiva em relação a toda sorte de perigos das ruas. O sujeito urbano moderno de Georg Simmel do início do século XX encontra-se mais robustecido em meados do século.

Uma sensibilidade ancorada na percepção da mobilidade das formas da paisagem urbana, da mobilidade dos automóveis e das pessoas. Concretiza-se a ideia do transitório, do efêmero, da mutabilidade, traços fundamentais da movimentação social e cultural da modernidade. A inconstância das formas urbanas passa a ser percebida de modo naturalizado e nesse processo de renovação constante do espaço urbano, a memória da vida urbana tende a se fragilizar – suportes de memória estão sendo derrubados.

Como um meio de comunicação com o espaço urbano, os jornais locais promovem uma circulação regular de visões sobre a cidade, visões estas que se constituem em mediações significativas das formas de percepção da cidade. Neste sentido, posso dizer que as representações da cidade veiculadas pelos jornais fazem parte de uma memória social, compõem um imaginário social, cujos fragmentos se fazem presentes como mediações da apreensão do urbano, constituindo-se numa educação do olhar, numa educação urbana das sensibilidades. Uma forma de educação que se entrelaça com aquela proporcionada pelo circular de automóvel pela cidade.

A crescente preocupação com a violência urbana, que passa a se fazer presente a partir dos anos 70, implica em se procurar limitar a convivência das crianças e jovens com as ruas; o contato mais próximo com o “outro” desconhecido tende a ser visto cada vez mais como problemático, ameaçador (SEIXAS, 2009); as pessoas vão tender cada vez mais a se refugiar, a se enclausurar em seus espaços privados. Estas tendências de comportamentos mais reservados se acentuam com a formação dos condomínios residenciais fechados, os quais passaram, nos últimos anos, a se constituir numa forma importante de expansão da área urbana. De forma complementar, as propostas cada vez mais usuais, nos últimos anos, de construir espaços de lazer dentro dos próprios prédios residenciais reforçam um movimento de configuração de espaços segregados na área urbana.

Com os desdobramentos da modernidade em várias instâncias da vida social, assistimos a um certo esvaziamento das possibilidades de relações interpessoais mais próximas. A condição urbana que se desenha a partir do período analisado se apresenta permeada pelas tonalidades da indiferença, da passividade, da postura defensiva. O sujeito urbano moderno vai se aproximando cada vez mais da figura do espectador.

Talvez seja por estar vivenciando estas tendências que se colocam para as relações interpessoais na cidade moderna que um jovem estudante de ensino médio, em 1969, publique num jornal estudantil do colégio onde estuda o que chamou de “Um Triálogo” sobre “o futuro da presente realidade ou como pensar no futuro estando no passado”<sup>11</sup>:

“E – Querida, chegamos!

A – Chegamos onde?

E – No futuro,oras! Não era o que tínhamos combinado?

A – Mas é tudo tão estranho, incompreensível, não sei porquê!

E – Isso é o futuro. Ligue-se a ele e desligue-se do passado.

A – Você está vendo aquele robô?

E – Ei, robô, quem é você?

R – Eu não sou, apenas represento o futuro.

E e A – Como andam os sentimentos atualmente?

R – Os homens perderam o coração em algum lugar do passado. O amor já foi abolido. Não existem filhos, apenas novos robôs de carne e osso.

E – (pensando) – Descartes à última consequência!

A – Quer dizer, então, robô, que os sentimentos não existem mais?

R – Sem dúvida, e a senhora está vendo os resultados: homens e mulheres hoje vivem pensando. São máquinas que fazem o que resta do amor.

A – Querido, voltemos correndo ao passado.”

Na imaginação romantizada do adolescente, sinais da percepção crítica das tendências culturais da época em que estava vivendo. A racionalidade técnica a nortear a construção deste futuro robotizado, em que os sentimentos foram abolidos, uma vez que “os homens perderam o coração em algum lugar do passado”. Uma maior impessoalidade das relações sociais parece estar sendo apontada como um caminho que se oferece ao jovem estudante, e que é recusado por ele através desta produção escrita.

Alguns anos mais tarde, em abril de 1974, “numa visão futurista” da Rua Treze de Maio, o editorial de um jornal alternativo – O Foca<sup>12</sup> -, realiza um devaneio sobre o futuro desta movimentada rua comercial do centro da cidade:

“Linda. Ampla. Duplas mãos

Funcional

Elegantérrimas lojas

Requintados edifícios

Impressionante centro urbano

Circulação de extraordinários veículos, silenciosos

Local de floridos, verdejantes, artísticos jardins

11 O “Triálogo” ocorre entre três personagens, E=ele, A=ela, R=robô. (GRÊMIO, 1969, p.2).

12 FOCA, 1974.

Tradicional ainda – movimentada sempre

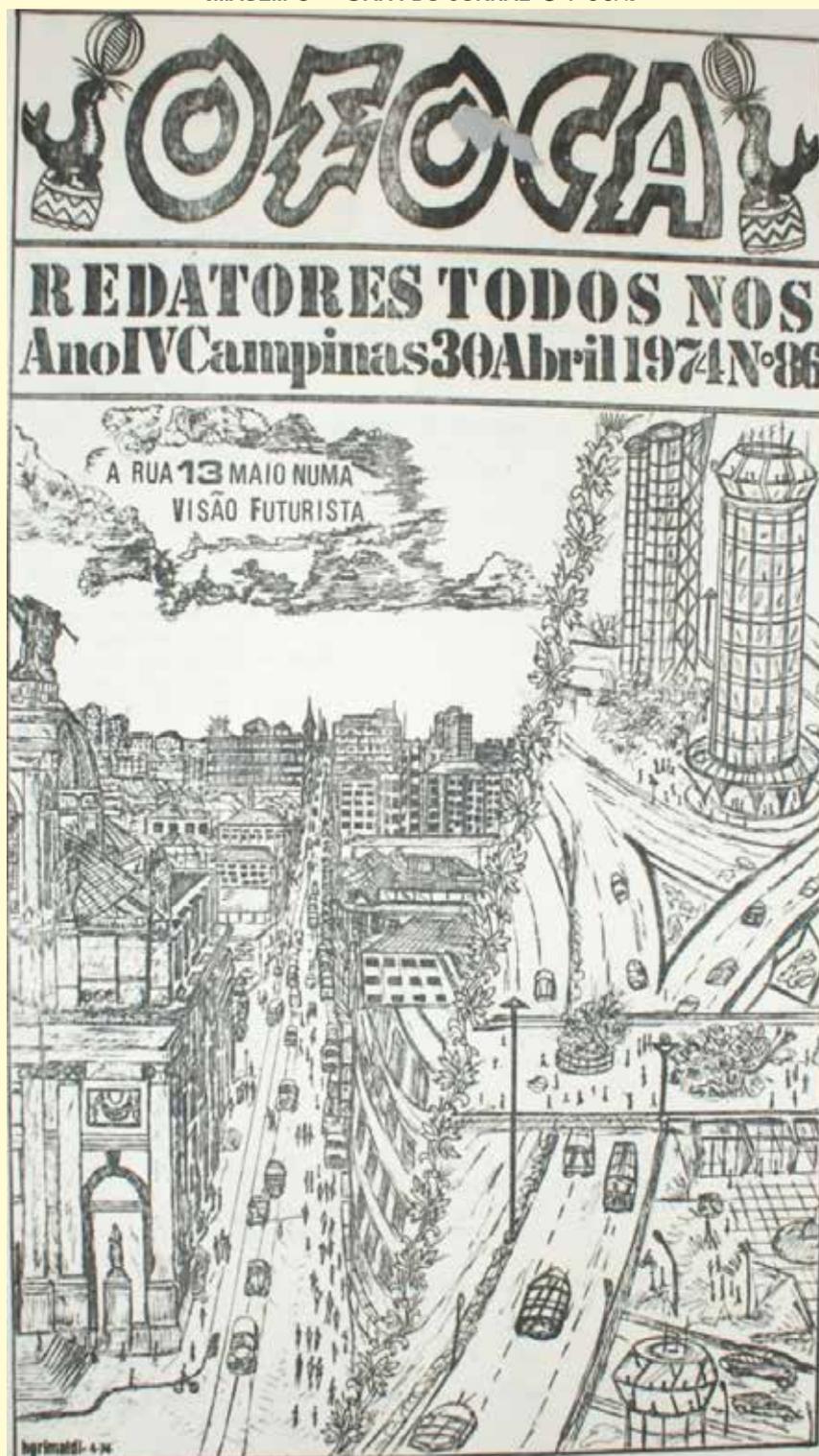
Avenida 13 de Maio:

- uma recordação da então concorrida Estação Fepasa
- uma piedosa lembrança da artística Catedral
- e nem rastros mais do esquipático Viaduto Cury.”

O futuro, aqui, se apresenta associado ao movimento incessante, com a roupagem das avenidas, dos edifícios requintados, da circulação de veículos (Imagem3). Na imaginação do jornalista, marcas importantes da história da cidade foram apagadas, suportes desta memória subsistem apenas como meras lembranças.

Se o estudante teme um futuro mais impessoal e tecnicista, o jornalista o celebra. Sensibilidades urbanas diferentes, constituídas e abrigadas pela modernidade em suas movimentações ambivalentes.

IMAGEM 3 – CAPA DO JORNAL O FOCA.



Fonte: Centro de Memória – Unicamp/Biblioteca.

E quanto ao Viaduto Cury, o futuro não apagará seus rastros, como tentou imaginar o jornalista, mas descaracterizou-o enquanto lugar privilegiado do progresso e do moderno. Processos de substituições e descaracterizações operados pelos ritmos acelerados do avanço da modernidade na cidade deterioraram a imagem de cartão postal do Viaduto. O espaço de paisagismo cuidado em torno do lago que nos anos 1960 podia permitir fruição e contemplação dos habitantes não mais existe. Barracas de camelôs e um terminal de ônibus ocupam o espaço em torno do agora velho Viaduto. Outros espaços e avenidas passaram a disputar a atenção dos cartões postais oferecidos aos visitantes da cidade...

O avanço acelerado da modernidade criando condições para a produção de ruínas, para o descarte, para substituições sucessivas do novo pelo mais novo.

## Referências

- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I*. Magia e técnica. Arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas II*. Rua de mão única. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Obras Escolhidas III*. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFGM; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUZA, C.F.; PESAVENTO, S.J. (Orgs.). *Imagens Urbanas*. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- CARPINTERO, A.C. *Momento de ruptura*. As transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta. Campinas: UNICAMP/CMU, 1996.
- CAUQUELIN, Anne. *Essai de philosophie urbaine*. Paris: PUF, 1982.
- CORREIO POPULAR. Suplemento Comemorativo. Campinas, 27 jan.1963.
- DIÁRIO DO POVO. Microfone Campineiro. Campinas, 14 nov.1960.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *O almanaque, a locomotiva da cidade moderna*. Campinas, décadas de 1870 e 1880. Tese (Doutorado em História), IFCH, UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_. A cidade como espaço de aprendizagem da História: em foco um projeto de educação patrimonial. In: SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão et al.(Orgs.). *Convergências e tensões no campo da formação do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. RJ: Zahar, 2002.
- HADLER, Maria Sílvia Duarte. *Trilhos de Modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2007.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- JORNAL HOJE, *Auditório, fãs e roupas rasgadas*, Campinas, 18/11/1979.
- MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. SP: Estação Liberdade, 2009.
- GRÊMIO ESTUDANTIL CARLOS GOMES. Colégio Estadual Vítor Meireles de Campinas. *O Coruja*. Campinas, ano VI, n.1, nov. 1969.

FOCA. Campinas, ano IV, n.86, 30 abr.1974.

SEIXAS, Jacy Alves. A imaginação do outro e as subjetividades narcísicas – um olhar sobre a in-visibilidade contemporânea [o mal-estar de Flaubert no Orkut]. In: NAXARA, Márcia R.C.; MARSON, Izabel A.; MAGALHÃES, Marion B. (Orgs.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009, p.63-88.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. 5ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SIMMEL, Georg. *Metrópole e Vida Mental*. In: VELHO, O.G. (Org.). *O Fenômeno Urbano*. RJ: Zahar Editores, 1976.

# Criminosos, Fugitivos e Litigantes pela Liberdade: os Escravos Traficados para Campinas, 1860-1888

Criminal, Fugitives and Litigants for Freedom:  
the Slaves Traded to Campinas, 1860-1888

*Leticia Grazielle de Freitas Lemes*<sup>1</sup>  
legrafreitas@gmail.com

## Resumo

Este texto traz algumas considerações iniciais, que são parte integrante de um projeto de mestrado que vimos desenvolvendo na Universidade Estadual de Campinas, cuja proposta é analisar o impacto do tráfico interno na vida dos indivíduos comercializados na segunda metade do século XIX e a sua importância para a resistência e as mobilizações cativas contra a escravidão no Sudeste. Assim, apresentamos alguns dados obtidos através do cruzamento de processos criminais envolvendo escravos, ações de liberdade e anúncios de fugas de cativos no jornal *Gazeta de Campinas*, com os registros do pagamento do imposto da Meia Sisa na Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, que indica as transações de compra e venda de cativos no período de 1860 a 1884. O objetivo deste artigo é trazer alguns elementos para a discussão sobre a relação entre os eventos retratados pelas fontes privilegiadas e a experiência do tráfico na vida desses cativos.

**Palavras-chave:** Tráfico interno de escravos; Experiência escrava; Resistência escrava.

## Abstract

This text brings some still preliminary considerations, which are part of a master's project that we have developed at the Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), whose goal is to analyze the impact of internal slave trade in the lives of individuals sold in the second half of the nineteenth century and its importance for strength and captive mobilizations against slavery in the Southeast. Thus, we present some data obtained through the intersection of criminal cases involving slaves, disputes for freedom in court and captive escapes announced in the newspaper *Gazeta de Campinas*, with the records of the payment of the Meia Sisa tax at the Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas, which indicates the transactions of captives in the period from 1860 to 1884. The objective of this paper is to provide some elements for discussion on the pertinence of the experience of the trade in the lives of captives for the events delineated by the privileged sources.

**Keywords:** Internal Slave Trade; Slave Experience; Slave Resistance.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), desde 2013. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

## Introdução

Eram os idos de 1875 quando o agente comercial Antônio Teixeira Marinho trouxe do Rio de Janeiro um comboio de escravos para ser vendido no município paulista de Campinas. Chegaram à cidade no fim do dia e passaram a noite em uma casa “destinada para isso”. Na casa, um grande número de escravos dormia em comum na sala, enquanto Marinho e duas raparigas dormiam em um quarto a parte. Ao amanhecer, o agente comercial foi chamado pelos cativos Antônio Baiano e Francisco mulato para verificar um escravo que estaria enfermo a um canto do dormitório.

Apenas Marinho chegou-se ao enfermo, saltou, de improviso, o referido Francisco, de machado alçado, e deu-lhe alguns golpes que o lançara por terra com o crânio fraturado (...). Feito isso, correu Antônio Baiano a fechar a porta, Francisco foi também a outra porta, e ambos intimaram a todos – que dali não saíssem (...). Então Antônio deu mais uma pancada de machado em Marinho, certamente com esse mesmo machado com que Francisco o ferira e deixara no lugar.<sup>2</sup>

Após realizarem o ato criminoso, os dois escravos foram ao aposento de Marinho em busca do que lá pudessem encontrar, e convidaram as duas raparigas que ali estavam para fugirem com eles, o que não teriam aceitado. Depois, enquanto Francisco e Antônio guardavam as saídas para que os demais escravos não fossem avisar a ninguém, um terceiro cativo, chamado Guilherme, pegou os papéis que o agente comercial guardava em canastras no aposento e levou para fora para que pudesse inutilizá-los, destruindo desse modo as provas da propriedade dos cativos adquiridos por Marinho para a venda.

Enquanto avaliava os papéis encontrados nas canastras, Guilherme não se deu conta da fuga do cativo Luís, que conseguiu sair da casa e avisar a autoridade. Os cativos foram todos levados à delegacia, onde os depoimentos foram tomados e um processo criminal teve início com o indiciamento dos escravos Francisco, Antônio e Guilherme.

Narrativa semelhante a esta foi contada pelo historiador Sidney Chalhoub na obra *Visões da liberdade* (1990), onde o comerciante José Moreira Veludo foi atacado pelos escravos que ele dispunha para vender em sua loja na Corte do Rio de Janeiro. Diferente de Veludo, no entanto, o agente comercial Marinho não sobreviveu ao ataque.

Outros aspectos, todavia, são semelhantes nas duas histórias e ajudam a levantar alguns questionamentos sobre a escravidão no Sudeste na segunda metade do século XIX.

Assim como os escravos da loja de Veludo, o grupo de cativos que pernoitaram com Marinho em Campinas estava destinado à venda e era nascido em diferentes províncias do Império. A maioria deles, nos dois casos, era formada por cativos oriundos das províncias do Norte.

Chalhoub (1990, p. 43-53) aponta em sua análise para a importância que o contexto de intensificação do tráfico interno de cativos no período teve para a história do levante na loja de Veludo. Os escravos que participaram desse ato criminoso na Corte, assim como os que assassinaram Marinho em Campinas, haviam sido trazidos ao “local do crime” através do tráfico interprovincial e buscavam interferir em seus destinos para além do arbítrio dos negociantes.

Junto com eles, muitos cativos foram trazidos das províncias do Norte, Centro ou Sul do Império para o Sudeste na segunda metade do século XIX, quando o fechamento do tráfico transatlântico de escravos, pela lei Eusébio de Queirós, de 1850, causou o reajuste dos negócios da escravidão. Para suprir a necessidade de mão-de-obra nas crescentes regiões cafeeiras do Sudeste, os negociantes de escravos investiram fortemente no tráfico interno, resultando em um volume de pelo menos 200 mil cativos transacionados dentro do Império no período (SLENES, 1976, p. 138). Além disso, se contabilizarmos o comércio intrarregional de escravos, isto é, entre as províncias e municípios da própria região Sudeste, é provável que os números do tráfico interno sejam o dobro (GRAHAM, 2002, p. 129; SLENES, 1976, p. 135).

No processo criminal ocorrido em Campinas, parece evidente que os escravos indiciados pelo

2 Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Fundo Autos Crimes em São Paulo (CSP), Seção Processos Crimes do Interior – Campinas (ACI), Microfilme CSP 231, Documento 004. Processo Crime. Réus: Antônio, Francisco, e Guilherme, escravos de José Júlio de Barros, Campinas, 1874.

assassinato do agente comercial Marinho estavam tentando evitar sua venda no município. Pelo depoimento dos outros escravos que estavam em poder do comerciante, soubemos que pelo menos um dos indiciados teria lutado para não ser embarcado no Rio de Janeiro e outro teria dito “que aqui não seria vendido, por que ao sair a [sic] rua havia de fazer um espalhafato tal que o tornasse invendável”<sup>3</sup>.

Como a possibilidade de ser vendido para a região do café era cada vez maior ao longo da segunda metade do século (GRAHAM, 2002, p. 122), é pertinente que se compreenda melhor o impacto do tráfico interno na vida desses homens e mulheres escravizados. As vendas representavam a desestabilização das condições de cativo nas quais os escravos estavam inseridos há certo tempo, com alterações nas políticas de domínio e na relação com o senhor a que estavam sujeitos. Além disso, esses indivíduos tiveram que lidar com a separação de familiares e a desestruturação de redes de solidariedade consolidadas nos locais em que residiam (CHALHOUN, 2009, p. 55).

Além do caso do assassinato do comerciante Marinho, a documentação criminal de Campinas está recheada de assassinatos e ofensas físicas graves praticadas por cativos aos seus senhores ou feitores, especialmente no ambiente das fazendas de café. A bibliografia sobre a escravidão tem concordado que houve um acirramento das tensões em torno da questão escravista na segunda metade do século XIX, em especial nas áreas cafeeiras do Sudeste (AZEVEDO, 1987; SLENES, 1986). Historiadores como Hebe Maria Mattos de Castro (1997), Eduardo Pena (2006), José Hilário Ferreira Sobrinho (2011), e Richard Graham (2002), por exemplo, ressaltam a relevância da intensificação do tráfico interprovincial de cativos como um dos principais fatores a moldar esse processo.

Richard Graham (GRAHAM, p. 122) defende que a dolorosa experiência do tráfico interno contribuiu sobremaneira para o aumento da resistência escrava e a progressiva perda da autoridade senhorial sobre esses mesmos cativos. Eduardo Spiller Pena (PENA, p. 190) analisou de modo semelhante o crescimento das revoltas escravas no período, concluindo que esses indivíduos “tenderam a resistir ao comércio interno sobre sua vida e seu corpo”.

Hebe Castro, por sua vez, chama a atenção para a troca de experiências e valores entre os escravos estabelecidos nas fazendas de café e os “escravos novos”, oriundos do tráfico interprovincial, que traziam consigo uma “bagagem de práticas costumeiras”:

Antes da extinção do tráfico [transatlântico], os cativos de maiores recursos comunitários pressionaram mais por privilégios do que por direitos. [...] A originalidade da argumentação dos cativos negociados no tráfico interno, nas últimas décadas da escravidão, está no sentido genérico que atribuíam ao ‘mau cativo’ e na positividade que emprestavam ao ‘bom cativo’, sem o qual o senhor não merecia obediência (CASTRO, 1997, p. 359).

Maria Helena Machado (1994), por outro lado, não concorda que tenha sido o tráfico interno o responsável pelo aumento das reações violentas dos escravos nas últimas décadas da escravidão, mas sim a rigidez cada vez maior do sistema disciplinar das fazendas, que solapava as margens de autonomia escrava, gerando tensões em torno daquilo que os cativos entendiam como direitos.

Este artigo é parte de um estudo que visa avaliar se o incremento do tráfico interno contribuiu de modo relevante para o aumento dessas mobilizações escravas em áreas de grande lavoura em expansão. Para isso, realizamos o cruzamento dos dados encontrados em processos criminais envolvendo escravos<sup>4</sup>, ações de liberdade<sup>5</sup> e anúncios de fugas de cativos no jornal *Gazeta de Campinas*<sup>6</sup>, com os registros do pagamento do imposto da Meia Sisa na Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas<sup>7</sup>, que indica as transações de compra e venda de cativos no município no período de 1860 a 1884. Essas fontes nos permitem encontrar os

3 AEL, CSP, ACI, Microfilme CSP 231, Documento 004. Processo Crime. Réus: Antônio, Francisco, e Guilherme, escravos de José Júlio de Barros, Campinas, 1874.

4 Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Fundo Autos Crimes em São Paulo (CSP), Seção Processos Crimes do Interior – Campinas (ACI), Campinas, 1860-1886.

5 Campinas. Centro de Memória - Unicamp (CMU), Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), Ações de Liberdade, Campinas, 1860-1888.

6 *Gazeta de Campinas*, 1859-1878.

7 Centro de Memória - Unicamp (CMU), Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas (CRC), Registros da Meia Sisa de escravos da cidade de Campinas, 1860-1884.

escravos comercializados em Campinas já inseridos nas escravarias de destino, ou seja, possibilitam a apreensão de suas vidas após a experiência da venda. Desta feita, é possível investigarmos aspectos da experiência vivida pelos indivíduos que foram conduzidos pelo tráfico interno para uma região de cafeicultura que se configurou como importante local de destino dos homens e mulheres transacionados na segunda metade do século XIX - o município de Campinas.

Tendo em vista os estudos historiográficos que privilegiaram, em grande medida, os aspectos econômicos e demográficos ou as experiências cativas do tráfico interno nas áreas exportadoras de escravos (FERREIRA SOBRINHO, 2011; SCHEFFER, 2012; MOTTA, 2012; CHALHOUB, 1990; ROCHA, 2004), pretendemos aprofundar uma análise da experiência da reconstrução de suas vidas nos locais de destino<sup>8</sup>.

Os historiadores já observaram que existe uma presença massiva de escravos nascidos em outras províncias entre aqueles que figuraram nos processos criminais do Sudeste. Todavia, como argumenta Maria Helena Machado (1987, p. 51), isso poderia simplesmente refletir a realidade demográfica de Campinas, cuja população escrava de 1 a 39 anos registrada na matrícula de 1873 apresenta uma proporção de 81% de cativos oriundos das províncias do Norte e Nordeste do Império (SLENES, 1976, p. 192).

Portanto, discutir a relevância do tráfico interno para as mobilizações escravas nas décadas finais da escravidão exige que se vá além da observação das origens dos cativos criminosos. A análise conjunta de outras fontes que trazem esses indivíduos forasteiros, para observá-los além do crime, isto é, em litígios pela liberdade e em fugas, possibilita apreender outros elementos da vida do cativo trazido à Campinas, como, por exemplo, as novas alianças que foram constituídas – ou não – nas escravarias de destino.

Neste texto, por sua vez, apresentamos dados colhidos na documentação que permitem discutir alguns pontos a respeito da relação entre os eventos retratados pelas fontes privilegiadas (crimes, fugas e litígios pela liberdade) e a experiência do tráfico na vida desses cativos.

### **Forasteiros<sup>9</sup>: os escravos traficados para Campinas**

Assim como já observado a respeito da predominância de cativos do Norte e Sul do Império nos atos criminosos no Sudeste, as fontes por nós inquiridas mostram que, de fato, há uma enorme proporção dos escravos nascidos em outros municípios entre os envolvidos em processos criminais ou de liberdade, ou que fugiram de seus senhores na segunda metade do século XIX em Campinas<sup>10</sup> (ver Tabela 1). Apenas 11% dos cativos crioulos presentes nessas fontes nasceram no município de Campinas. Assim, podemos considerar que pelo menos 71,6% dos cativos crioulos presentes nessas fontes eram forasteiros que chegaram ao município paulista através do tráfico interno<sup>11</sup>. Essa proporção aumenta para 91,3% se contabilizarmos os cativos africanos e os crioulos sem especificação de localidade de origem que estão presentes na documentação. O percentual de cativos nascidos no Norte, Sul ou Centro do Império chega a 47,3% de todos os nascidos no Brasil.

A busca nominal dos cativos réus, vítimas, litigantes e fugitivos nos registros de meia siza mostra ainda que o tráfico interno, ou comércio local, foi importante também para a experiência dos escravos nascidos em Campinas, uma vez que 48,7% dos que aparecem nessas fontes também haviam passado por transações de compra e venda na segunda metade do século XIX.

Isto posto, considerando tanto os escravos nascidos em Campinas como os oriundos de outras localidades, observamos que pelo menos 35,6% dos cativos envolvidos em crimes, fugas e ações de liberdade na segunda metade do século XIX já haviam passado pela experiência de compra e venda pelo menos uma vez em sua vida.

8 Destaca-se, nessa linha de análise, o trabalho de Hebe Castro (1997), em que a autora observa a importância dos laços familiares dos escravos e a troca de experiências entre os cativos das fazendas e os oriundos do tráfico para mudanças nas ações de liberdade e crimes dos escravizados após 1850.

9 Expressão emprestada de Oliveira (2012).

10 Temos informação de origem para 41,7% dos cativos encontrados nessa documentação. Os percentuais mostrados a seguir foram calculados com base no total de cativos com informação de origem.

11 Vale ressaltar que alguns desses cativos podem ter chegado à Campinas em companhia de seus senhores, em processos de migração interna.

Logo, o exame dos três fundos documentais permite perceber o protagonismo dos escravos oriundos do tráfico interno também em litígios pela liberdade e fugas, e não apenas nos registros da criminalidade escrava. Ao invés de desprezar esses dados por refletirem a realidade demográfica do município, vale considerar que a experiência do tráfico foi um elemento compartilhado por quase metade dos indivíduos escravizados que, de algum modo, perturbaram o domínio senhorial em Campinas após 1860, o que pode ter sido determinante para as ações escravas que podemos vislumbrar na documentação.

**TABELA 1: ORIGEM DOS ESCRAVOS EM PROCESSOS CRIMINAIS, AÇÕES DE LIBERDADE E ANÚNCIOS DE FUGA (CAMPINAS, 1860-1888)**

Local de origem	Número de escravos	% sobre o total com origem informada	% sobre o total de nascidos no Brasil	% sobre o total de escravos
Campinas	39	8,7	9,8	4,6
Província de São Paulo*	56	12,4	14	6,6
Região Sudeste**	53	11,8	13,3	6,2
Outras regiões	213	47,3	53,4	25
Crioulos***	38	8,4	9,5	4,4
Africanos	51	11,3	-	6
Total de informações de origem	450	100	-	52,7
Origem não informada	403	-	-	47,2
Total nascidos no Brasil	399	88,7	100	46,8
<b>Total de escravos</b>	<b>853</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100</b>

Fontes: Centro de Memória - Unicamp (CMU), Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), Ações de Liberdade, Campinas, 1860-1888; Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Fundo Autos Crimes em São Paulo (CSP), Seção Processos Crimes do Interior - Campinas (ACI), Campinas, 1860-1886; Gazeta de Campinas, 1859-1878. \*Não inclui os nascidos em Campinas. \*\*Não inclui os nascidos na Província de São Paulo. \*\*\*Localidade de origem dentro do Império não foi especificada, por isso, não contabilizamos esses 9,5% no total de escravos crioulos forasteiros.

**IMAGEM 1 – ANÚNCIO DE FUGA DOS ESCRAVOS JOSÉ E VITORIANO.**

**Rs. 100.000**

O abaixo assignado gratifica com a quantia acima a quem prender e entregar-lhe qualquer dos seus escravos fugidos de nomes José e Victoriano, com os seguintes signaes:

José, alto, espigado, mulato escuro, boa dentadura, pés grandes, sem barba, filho do Bethlém de Jundiahy, onde tem a mãe. Tem um dedo d'uma das mãos mais encolhido que os outros. Foi comprado no Amparo ao sr. Antonio Joaquim de Souza Braga em 6 de Dezembro do anno passado. Trabalha em olaria e é também carroceiro.

Victoriano, pedreiro, côr fula, com 50 annos de idade mais ou menos, altura regular, pouca barba, com falta de alguns dentes na frente, falta-lhe bastante cabello, tem signaes de ventosas no peito e nunca deixa de andar de carapuça. Levou japona preta, calça de casimira azul e alguma roupa de algodão. Foi escravo do fallecido Manoel Rodrigues do Prado, crioulo de Cuyabá, d'onde veio pequeno. Foi criado em Jundiahy onde tem parentes e em Bragança. Tem uma rendidura sobre a barriga.

Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem os acoutar. 4-1

Campinas, 2 de Outubro de 1874.  
Raphael Luiz Pereira da Silva.

Fonte: *Gazeta de Campinas*, 08/10/1874, edição nº 498.

A Tabela 1 permite observar que a proporção de cativos trazidos à Campinas pelo tráfico entre as regiões do Império foi muito grande, sinalizando experiências de grande afastamento de familiares e outras redes de solidariedade da terra natal.

Por outro lado, algumas das fontes permitiram saber que a venda para Campinas não havia sido a primeira a acontecer na vida do cativo, tendo ele sido traficado de outro local que não o do seu nascimento.

Nos anúncios de fuga na *Gazeta de Campinas*, há nas falas dos senhores a constante suspeita de que tais fugitivos teriam se dirigido aos lugares onde nasceram ou tinham algum parente, o que denota a percepção de que as fugas estavam ligadas ao comércio interno de almas. O caso de Victoriano, que fugiu em outubro de 1874, é um exemplo interessante dessa possibilidade de análise. O anúncio de fuga (imagem 1) informa que Victoriano nasceu em Cuiabá, Mato Grosso, mas foi criado em Jundiaí. Além disso, o anunciante observa que o cativo tem familiares em Bragança Paulista. Não encontramos seu registro de meia sisa, então não sabemos quando ele chegou a Campinas, mas o número de interferências que o tráfico causou em sua vida é bastante perceptível pela fonte. O senhor Antônio Rodrigues de Almeida também anunciou a fuga do seu escravo, de nome Tomé, em 1871, ressaltando que ele havia sido

trazido do Rio de Janeiro no ano anterior, mas teria sido levado para lá vários anos antes, tendo nascido na província de Minas Gerais.<sup>12</sup>

Essas falas, assim como a menção nos processos de liberdade sobre o local onde os cativos foram matriculados, permitem apreender lugares onde o escravo esteve antes de chegar a Campinas. A quantidade de informações é pequena, mas permite saber que pelo menos 12 escravos passaram pelo Rio de Janeiro antes de serem vendidos para Campinas, assim como 4 passaram por Minas Gerais, 3 estiveram na capital de São Paulo e 1 chegou a residir em Santos. A maior parte dos cativos com informação disponível, isto é, 21 deles, residiram em cidades vizinhas a Campinas antes de vir parar nas fontes que temos em mãos.

Para além do conhecimento dos locais onde os escravos estiveram, essas informações possibilitam saber que a experiência de compra e venda foi vivida mais de uma vez por esses sujeitos. Assim também, viveram mais de uma vez as situações de rompimento de laços familiares e de solidariedade, bem como de práticas costumeiras na relação com os senhores, constituídos em diferentes lugares.

A dimensão do desenraizamento sofrido por esses indivíduos é um importante aspecto a ser considerado, isto é, devem-se levar em conta os diferentes tipos de experiência vividos por cativos vindos de localidades diversas e em momentos distintos. Afinal, é bastante improvável que ser um escravo recém-chegado em Campinas no começo da década de 1860 tenha sido a mesma coisa que em fins da década de 1870, por exemplo.

Na documentação judicial e anúncios de fuga analisados, verifica-se que a maioria dos escravos que figuraram como réus, vítimas, litigantes e fugitivos no período analisado, haviam sido adquiridos por seus atuais senhores entre 1870 e 1879. De modo análogo, os números do tráfico em geral, vislumbrados através dos registros do pagamento da meia-sisa, mostram que a maior parte das transações de compra e venda de cativos em Campinas ocorreram na década de 1870, totalizando 49,7%, contra um percentual de 46,5% transacionado na década de 1860, e apenas 3,7% na década final da escravidão.

Uma observação mais detalhada das datas de compra dos escravos em relação com as datas das ações de liberdade, crimes e anúncios de fugas em que os mesmos aparecem, mostra que 51,3% dos cativos que se envolveram nesses eventos na década de 1870 tinham sido adquiridos pelos atuais senhores na mesma década, enquanto 47,8% foram comprados no decênio anterior. Os eventos ocorridos na década de 1880 tiveram também a maioria dos cativos envolvidos comprados por seus senhores na década de 1870, com um percentual de 41,1%, seguido pelos comprados nos anos 1860, com 37,5 pontos percentuais, e apenas 19,6% comprados na própria década de 1880.

A maior frequência desses eventos nos anos 1870 pode estar relacionada ao fato de ter sido nessa década o aumento do tráfico entre as regiões do Império<sup>13</sup>, trazendo para o Sudeste indivíduos nascidos em locais mais distantes e que, por isso, experimentavam uma dimensão de desenraizamento mais profunda do que os cativos comercializados entre os municípios da própria província de São Paulo. É também razoável pensar que a grande proporção de cativos forasteiros dividindo o mesmo espaço em Campinas nesse momento tenha intensificado as tensões e possibilidades para a ação desses sujeitos, afinal, pelo menos a partir de meados dos anos 1870, a maioria da população escrava do município era formada por escravos nascidos no Norte do Império.

Além disso, algumas disposições legais a respeito do elemento servil no Império contribuem para explicar a frequência desses acontecimentos na década de 1870. A partir da lei 2.040, promulgada em 28 de setembro de 1871, o direito de o escravo formar seu pecúlio e comprar sua liberdade foi formalizado. Isso explica, ao menos em parte, o aumento das ações de liberdade impetradas por escravos nos tribunais do Império após 1871, respondendo por 97% das ações de liberdade do Tribunal de Justiça de Campinas (ABRAHÃO, 1992, p. 6). Quase metade delas, isto é, 47,8%, foram iniciadas para compra da alforria. E outros 12,1% das ações consistiam em uma ação para depósito do pecúlio (ABRAHÃO, 1992, p. 7).

Somado a isso, na década de 1870 estavam vigentes duas determinações legais que diziam respeito à separação das famílias escravas em transações de venda e partilha. A primeira delas foi o decreto 1.695, promulgado em 15 de setembro de 1869, cujo artigo 2º proibia, “sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do

12 *Gazeta de Campinas*, 10/03/1871, edição 138.

13 Slenes (1976, P. 126-132) observou que o comércio de escravos dentro da própria província de São Paulo era consideravelmente mais importante que o tráfico inter-regional no período de 1850 a 1870, respondendo pela demanda das regiões cafeeiras da província em um primeiro momento.

pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”, nas vendas de escravos<sup>14</sup>. A lei 2.040, de 1871, por sua vez, estendeu essa proibição a todas as formas de alienação ou transmissão de escravos, mas diminuiu a idade dos filhos que não poderiam ser separados do pai ou mãe para 12 anos.<sup>15</sup>

Os registros do pagamento do imposto da meia sisa sobre as transações envolvendo escravos mostram, no entanto, que pelo menos 553 crianças escravas de até 12 anos foram vendidas em Campinas após 1871, e em apenas seis desses registros é mencionada a venda com um dos pais.

Desse modo, é importante olhar com atenção para a insegurança que as famílias escravas continuavam enfrentando mesmo após a promulgação dessas leis, o que pode ter sido um fator motivador para as ações que vemos nas fontes estudadas. Isto é, os indivíduos trazidos às lavouras cafezeiras com a experiência de tais rompimentos podem ter visto nesses regulamentos momentos propícios para lutar contra a separação de seus familiares.

Momentos propícios também devem ser investigados nas trajetórias de vida desses homens e mulheres escravizados. O início de um litígio pela liberdade, por exemplo, partia de uma análise do próprio cativo a respeito dos riscos advindos do enfrentamento judicial de seus senhores e as possibilidades de sucesso dentro de uma conjuntura que eles julgassem como favorável, ou como momentos limites, em que direitos estavam sendo ameaçados (FREITAS, 2012). Esses momentos limites também podem ter sido determinantes para os casos de escravos que fugiam do poder senhorial ou se envolviam em atos criminosos.

Um dos aspectos das trajetórias pessoais desses indivíduos que cabe ser inquirido é quanto tempo depois de vivenciar a experiência do tráfico, eles se envolveram nos eventos que aparecem nas fontes aqui analisadas, o que Maria Helena Machado chamou de “tempo de residência” ou “tempo de moradia” dos cativos nas fazendas ou com o atual senhor.

Na obra *Crime e Escravidão*, Maria Helena Machado (1987, p. 48-51) concluiu que a maioria dos réus escravos em Campinas não era formada por recém-chegados do “Norte”, mas sim indivíduos residentes há certo tempo nas escravarias da qual faziam parte, podendo assim, ser considerados “enraizados”, isto é, “escravos estáveis e conhecedores tanto da região em que habitavam, quanto das margens de acomodação do sistema ao qual estavam submetidos”.

O tempo de moradia era informado pelos próprios cativos no interrogatório nos processos criminais e, com a busca nominal pelos registros do pagamento de meia sisa dos escravos mencionados nas fontes, pudemos encontrar tal informação para os documentos em que ela não constava. Com a observação do tempo de moradia dos escravos presentes nessas diversas fontes (Tabela 2) pudemos chegar a uma conclusão diferente da expressa por Machado. Averiguamos que o maior número de mobilizações escravas retratadas nessas fontes aconteceu nos primeiros cinco anos em poder do novo senhor, totalizando 60,8% dos eventos (somando-se a primeira e a segunda linha da Tabela 2). Isto pode indicar que a ação escrava tenha sido uma reação mais direta ao comércio sobre seus corpos.

**TABELA 2: TEMPO DE MORADIA DOS ESCRAVOS EM PROCESSOS CRIMINAIS, AÇÕES DE LIBERDADE E ANÚNCIOS DE FUGA (CAMPINAS, 1860-1888)**

Tempo de moradia	Número de escravos	%	% acumulada
Menos de um ano	64	22,2	22,2
1 a 5 anos	111	38,5	60,8
6 a 10 anos	56	19,4	80,2
11 a 15 anos	34	11,8	92,0
16 a 20 anos	19	6,6	98,6
Mais de 20 anos	4	1,4	100,0
<b>Total de informações</b>	<b>288</b>	-	-

Fontes: Centro de Memória - Unicamp (CMU), Fundo Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), Ações de Liberdade, Campinas, 1860-1888; Fundo Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas (CRC), Registros da Meia Sisa de escravos da cidade de Campinas, 1860-1884; Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Fundo Autos Crimes em São Paulo (CSP), Seção Processos Crimes do Interior – Campinas (ACI), Campinas, 1860-1886; Gazeta de Campinas, 1859-1878.

Por outro lado, como observa Cristiany Rocha (2004, p. 248-51) a respeito das conclusões de Machado, o tempo de moradia não pode sozinho responder a questão sobre as relações entre o tráfico e as mobilizações escravas. Afinal, quanto tempo era necessário para que um cativo forasteiro deixasse de ser um “desenraizado”?

14 Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869, artigo 2º. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869, p.129-30.

15 Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, artigo 7º. In: Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, sobre o estado servil, e decretos regulando a sua execução. São Paulo: Typ. Americana, 1872, p. 9.

Para aprofundar essa discussão, cruzamos os dados referentes ao tempo em que o escravo estava em poder do senhor com o seu local de origem (tabelas 3 a 6), de modo a indagar a dimensão do desenraizamento vivido nesses casos. O que verificamos então foi a aproximação dos momentos em que crimes, fugas e ações de liberdade se deram com as situações de compra dos escravos transacionados a partir do Norte ou Sul do Império, uma vez que 62,5% desses cativos vieram para Campinas pelo tráfico inter-regional há até cinco anos. Apenas entre os cativos nascidos em Campinas, essa proporção se inverte, sendo 43,8% residentes com o atual senhor há até 5 anos, e 56,3% os residentes de 6 a 20 anos. A localidade de origem que teve maior porcentagem de escravos envolvidos em crimes, fugas e ações de liberdade nos cinco primeiros anos de cativeiro com o atual senhor foi a Província de São Paulo, com um valor de 75%, excluindo aí os nascidos no próprio município de Campinas.

**TABELA 3: TEMPO DE MORADIA DOS ESCRAVOS NASCIDOS EM CAMPINAS QUANDO SE ENVOLVERAM EM CRIMES, AÇÕES DE LIBERDADE OU FUGAS**

Tempo de moradia	Número de escravos	%	% acumulada
Menos de um ano	1	6,3	6,3
1 a 5 anos	6	37,5	43,8
6 a 10 anos	5	31,3	75,0
11 a 15 anos	3	18,8	93,8
16 a 20 anos	1	6,3	100,0
Mais de 20 anos	0	0,0	-
<b>Total de informações</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fontes das tabelas 3 a 6: Centro de Memória da Unicamp (CMU), Fundo Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), Ações de Liberdade, Campinas, 1860-1888; Fundo Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas (CRC), Registros da Meia Sisa de escravos da cidade de Campinas, 1860-1884; Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Fundo Autos Crimes em São Paulo (CSP), Seção Processos Crimes do Interior – Campinas (ACI), Campinas, 1860-1886; Gazeta de Campinas, 1859-1878.

**TABELA 4: TEMPO DE MORADIA DOS ESCRAVOS NASCIDOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO\* QUANDO SE ENVOLVERAM EM CRIMES, AÇÕES DE LIBERDADE OU FUGAS**

Tempo de moradia	Número de escravos	%	% acumulada
Menos de um ano	11	34,4	34,4
1 a 5 anos	13	40,6	75,0
6 a 10 anos	3	9,4	84,4
11 a 15 anos	3	9,4	93,8
16 a 20 anos	2	6,3	100,0
Mais de 20 anos	0	0,0	-
<b>Total de informações</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

\* Não inclui os nascidos no município de Campinas.

**TABELA 5: TEMPO DE MORADIA DOS ESCRAVOS NASCIDOS NAS PROVÍNCIAS DE MINAS GERAIS E RIO DE JANEIRO QUANDO SE ENVOLVERAM EM CRIMES, AÇÕES DE LIBERDADE OU FUGAS**

Tempo de moradia	Número de escravos	%	% acumulada
Menos de um ano	5	14,7	14,7
1 a 5 anos	18	52,9	67,6
6 a 10 anos	7	20,6	88,2
11 a 15 anos	3	8,8	97,1
16 a 20 anos	0	0,0	97,1
Mais de 20 anos	1	2,9	100,0
<b>Total de informações</b>	<b>34</b>		

**TABELA 6: TEMPO DE MORADIA DOS ESCRAVOS NASCIDOS FORA DA REGIÃO SUDESTE QUANDO SE ENVOLVERAM EM CRIMES, AÇÕES DE LIBERDADE OU FUGAS**

Tempo de moradia	Número de escravos	%	% acumulada
Menos de um ano (antes ou depois do evento)	30	26,8	26,8
1 a 5 anos	40	35,7	62,5
6 a 10 anos	21	18,8	81,3
11 a 15 anos	15	13,4	94,6
16 a 20 anos	6	5,4	100,0
Mais de 20 anos	0	0,0	-
<b>Total de informações</b>	<b>112</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Esses dados comprovam, ao menos em uma primeira análise quantitativa, que há uma importante relação entre as mobilizações escravas nos anos finais da escravidão e a experiência do tráfico interno nas vidas desses sujeitos. No entanto, consideramos que a questão ainda não está resolvida. Como dissemos a princípio, é necessário aprofundar o estudo dessa relação através de uma análise mais minuciosa dos crimes, ações de liberdade e episódios de fugas em que esses forasteiros se envolveram, de modo a compreender os significados que atribuíram a suas lutas e as alianças que formularam para tanto.<sup>16</sup>

Um exercício de cruzamento das fontes judiciais e cartoriais que se mostrou bastante instigante permite contar a história da cativa Ursulina do Carmo, que iniciou ação cível em 1875 contra os herdeiros de seu falecido senhor para comprar a liberdade mediante a apresentação de seu pecúlio<sup>17</sup>. Durante o desenrolar do processo, os herdeiros tentaram por diversas formas impedir que a escrava se alforriasse. Em determinado momento, questionaram qual seria a origem do pecúlio possuído por Ursulina. A resposta a esse questionamento ocasionou uma singular revelação:

(...) respondeu ter o acumulado em virtude de seu trabalho e de doações pequenas que lhe fizeram algumas pessoas, tendo recebido algum dinheiro de sua mãe que lhe mandou da província do Paraná e também de sua irmã, forra existente nessa cidade, que se a quantia exibida for insuficiente para completar o preço da indenização do seu justo valor, tenciona obter o que faltar, pedindo ou por empréstimo a alegue que se queira confiar para depois de liberta pagar, ou empenhando-se com sua irmã Leocádia do Carmo que lhe forneça a quantia precisa (...).<sup>18</sup>

Procuramos pelo registro do pagamento da meia sisa da compra da escrava Ursulina, mas ele não foi encontrado. Todavia, ao investigar se o seu falecido senhor, o Comendador Francisco Teixeira Vilella, havia adquirido ou vendido algum escravo no período, obteve-se um resultado bastante interessante, que elucida as possibilidades dos cruzamentos entre essas fontes para o tipo de análise proposta na pesquisa.

Os registros de meia sisa revelaram que, entre os anos de 1864 e 1868, Vilella adquiriu 307 novos escravos. Entre eles encontra-se a referida irmã de Ursulina, que teria lhe emprestado dinheiro para compra de sua alforria. A irmã se chamava Leocádia e fora comprada em meio a um enorme grupo de cativos adquiridos de uma só vez pelo comendador e registrado nos livros da meia sisa em fevereiro de 1868. Esse grupo continha 186 cativos e compunha uma comunidade escrava que existia há muitos anos na fazenda de Capão Alto em Castro, no Paraná. Apesar de o registro do pagamento da meia sisa atinente à compra de Ursulina não ter sido encontrado, tudo leva a crer que ela fazia parte desse mesmo grupo.

Com os dados presentes na Ação de Manumissão e nos registros da meia sisa, e com consulta à bibliografia (OLIVEIRA, 2012; PENA, 2006), foi possível divisar vários elementos das trajetórias de vida dessas duas mulheres: elas nasceram em Curitiba – PR e viviam em meio a várias famílias escravas na fazenda Capão Alto. Quando Leocádia e Ursulina tinham por volta de 18 e 37 anos, respectivamente, uma transação entre o

16 Um interessante trabalho nesta linha foi feito por Oliveira (2013).

17 Campinas. Centro de Memória - Unicamp (CMU), Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), 2º Ofício, Processo 1669, Caixa 95. Ação de Manumissão. Autor: Ursulina do Carmo, escrava de Francisco Teixeira Vilella, Campinas, 1875-1876.

18 CMU, TJC, 2º Ofício, Processo 1669, Caixa 95. Ação de Manumissão. Autor: Ursulina do Carmo, escrava de Francisco Teixeira Vilella, Campinas, 1875-1876.

Comendador Vilella e a firma Gavião Ribeiro & Gavião as trouxe para Campinas. A mãe das irmãs, todavia, permaneceu na localidade de origem. Aqui, conseguiram juntar certa quantia em dinheiro, que usaram para adquirir suas liberdades. Outro detalhe interessante sobre essas mulheres foi com relação ao sobrenome que Ursulina menciona no processo de liberdade: “do Carmo”. A fazenda Capão Alto fora por muito tempo administrada pela ordem dos Carmelitas, o que justifica a adoção do sobrenome “do Carmo” pelas duas irmãs, e também por outros cativos adquiridos pelo comendador naquela transação, como é possível ver nos registros da meia sisa.

Buscando essas pessoas em outras fontes documentais, verificamos que Leocádia foi acusada de tentativa de homicídio, em setembro de 1867.<sup>19</sup> Junto com ela, outros dois escravos foram citados como réus: Januário e Candido. Voltando aos registros de meia sisa, encontramos esses dois homens em outro grupo adquirido por Vilella em 1864. Januário era natural de Mogi das Cruzes – SP, e Candido, natural do Ceará.<sup>20</sup>

Os três cativos eram acusados pela tentativa de assassinato de dona Maria Leopoldina de Godoy, descrita no processo como amante de Francisco Teixeira Vilella. O processo também aponta que Leocádia fora destinada por Vilella a servir na casa de dona Leopoldina, sendo afastada de seus companheiros de Capão Alto, que permaneciam em uma fazenda do comendador.

Durante o processo, surgiu a acusação de que o senhor teria articulado o plano de matar a amante, com os serviços dos três escravos, e, em troca, teria lhes prometido a liberdade. No entanto, o plano – se a suspeita fosse verdadeira – não saiu como esperado, nem para o comendador, nem para os cativos: a amante sobreviveu, o caso amoroso veio a público e as alforrias prometidas nunca foram concedidas. Leocádia adquiriu sua liberdade anos depois, em 1873, mediante a compra por seu pecúlio.<sup>21</sup> Verificando outra fonte documental, qual seja o inventário *post mortem* de Francisco Teixeira Vilella, foram encontrados os outros dois réus, Januário e Candido, ainda escravos em 1873.<sup>22</sup>

No inventário, foi possível também observar que Leocádia e Ursulina, bem como outros cativos do comendador, estiveram doentes e foram tratados por um médico requerido pelo próprio senhor.<sup>23</sup> De fato, no processo em que litigou por sua liberdade, Ursulina alegou ser “doentia”, o que foi comprovado pelos peritos que a examinaram para arbitrar o preço de sua liberdade.<sup>24</sup>

Apesar de tantos detalhes sobre a trajetória das irmãs, ainda uma pergunta se impõe diante das palavras de Ursulina, reproduzidas algumas páginas atrás: como a mãe, residente na Província do Paraná, teria lhe enviado a quantia que a ajudou a comprar a liberdade em 1875? Como a família mantinha contato mesmo com tantos quilômetros de distância?

Em sua Dissertação de Mestrado, Joice Oliveira analisou de forma minuciosa a comunidade escrava pertencente ao Comendador Francisco Teixeira Vilella, e formulou uma hipótese muito interessante para responder essas perguntas sobre as famílias de Capão Alto:

Acreditamos que Ursulina contava com solidariedade de seu companheiro Virgilino (...) [Ele] exercia o ofício de tropeiro na comunidade de Santa Maria [fazenda de Vilella], o que deve tê-lo permitido manter contato com seus companheiros, os quais ficaram no Paraná e assim levava notícias e encomendas de um canto a outro (OLIVEIRA, 2012, p. 187).

Histórias como a de Ursulina e Leocádia do Carmo elucidam alguns aspectos da experiência vi-

19 Apesar do registro da meia sisa sobre a compra dos escravos de Capão Alto constar em fevereiro de 1868, a presença de Leocádia neste processo no ano interior leva a crer que a transação ocorrera também em 1867. Campinas. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Fundo Autos Crimes em São Paulo (CSP), Seção Processos Crimes do Interior – Campinas (ACI), Microfilme CSP 215, Documento 004. Processo Crime. Réus: *Januário, Cândido e Leocádia, escravos de Francisco Teixeira Vilella, 1867*.

20 AEL, CSP, ACI, Microfilme CSP 215, Documento 004. Processo Crime. Réus: *Januário, Cândido e Leocádia, escravos de Francisco Teixeira Vilella, 1867*, “Autos de qualificação dos réus”.

21 AEL, Fundo Peter Eisenberg, Fichas de Peter Eisenberg, Alforrias de escravos, Pasta 2, ficha n°544. Fonte citada por Oliveira (2012, p. 186).

22 CMU, TJC, 1º Ofício, Processo 4359, Caixa 211. *Inventário post mortem do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1873*.

23 CMU, TJC, 1º Of., P. 4359, Cx. 211. *Inventário post mortem do Comendador Francisco Teixeira Vilella, 1873*, “Recibo médico”.

24 CMU, TJC, 2º Ofício, Processo 1669, Caixa 95. Ação de Manumissão. *Autor: Ursulina do Carmo, escrava de Francisco Teixeira Vilella, Campinas, 1875-1876*.

vida e das estratégias de escravos que foram comercializados em Campinas após o fechamento do tráfico atlântico. Ursulina chegou ao local de destino na companhia da irmã e contou com sua ajuda para conquistar sua liberdade algum tempo depois. De modo semelhante, outros cativos forasteiros buscaram adquirir sua liberdade no Tribunal de Justiça de Campinas, ou tentaram escapar das fazendas campineiras através de fugas ou crimes. Um exame detido das particularidades de suas histórias é um passo importante para avaliar se, de fato, o incremento do tráfico interno de escravos na segunda metade do século XIX contribuiu decisivamente para o aumento da resistência escrava nas regiões de grande lavoura em expansão.

## Fontes manuscritas

### CENTRO DE MEMÓRIA - UNICAMP (CMU):

Fundo Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), Ações de Liberdade, Campinas, 1860-1888. Inventários *post mortem*, Campinas, 1860-1888.

Fundo Coletoria e Recebedoria de Rendas de Campinas (CRC), Registros da Meia Sisa de escravos da cidade de Campinas, 1860-1884.

### ARQUIVO EDGARD LEUENROTH - UNICAMP (AEL):

Fundo Autos Crimes em São Paulo (CSP), Seção Processos Crimes do Interior – Campinas (ACI), Campinas, 1860-1886.

## Fontes impressas

*A Gazeta de Campinas*, 1859-1878.

*Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1869.

*Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, sobre o estado servil, e decretos regulando a sua execução*. São Paulo: Typ. Americana, 1872.

## Referências

ABRAHÃO, Fernando Antônio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas*. Campinas: UNICAMP/CMU, 1992.

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO, Hebe M. M. de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando (Coord.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 337-383.

CHALHOUB, Sidney. Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império. In: AZEVEDO, Elciene. et al. (Orgs.) *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 23-62.

\_\_\_\_\_. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

FERREIRA SOBRINHO, José H. “*Catirina, minha Néga, tão querendo te vendê...*”: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/ CE, 2011.

FREITAS, Leticia G. B. de. *Escravos nos tribunais: o recurso à legislação emancipacionista em ações de liberdade do século XIX*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012.

GRAHAM, Richard. Nos Tumbeiros Mais Uma Vez? O Comércio Interprovincial de escravos no Brasil. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, UFBA, n. 27, p.121-160, 2002.

MACHADO, Maria H. P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; EDUSP, 1994.

- \_\_\_\_\_. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, Joice F. de S. *Forasteiros no Oeste Paulista: escravos no comércio interno de cativos e suas experiências em Campinas, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013.
- PENA, Eduardo Spiller. Burlas à lei e revolta escrava no tráfico interno do Brasil meridional, século XIX. In: LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli M. N. (Orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: Ensaio de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p.161-197.
- ROCHA, Cristiany M. *Histórias de Famílias Escravas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- SLENES, Robert. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci. (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986. p.103-155.
- \_\_\_\_\_. *The demography and economics of Brazilian slavery*. Tese de Ph.D., Stanford University, 1976.

# O Almanaque, a locomotiva da cidade moderna

Adriana Carvalho Koyama<sup>1</sup>  
ackoyama@outlook.com

O Centro de Memória-Unicamp está, no momento em que escrevo, preparando para publicação o trabalho de doutoramento de Maria Carolina Bovério Galzerani, cujo objeto são os almanaques produzidos em Campinas, entre as décadas de setenta e oitenta do século XIX.

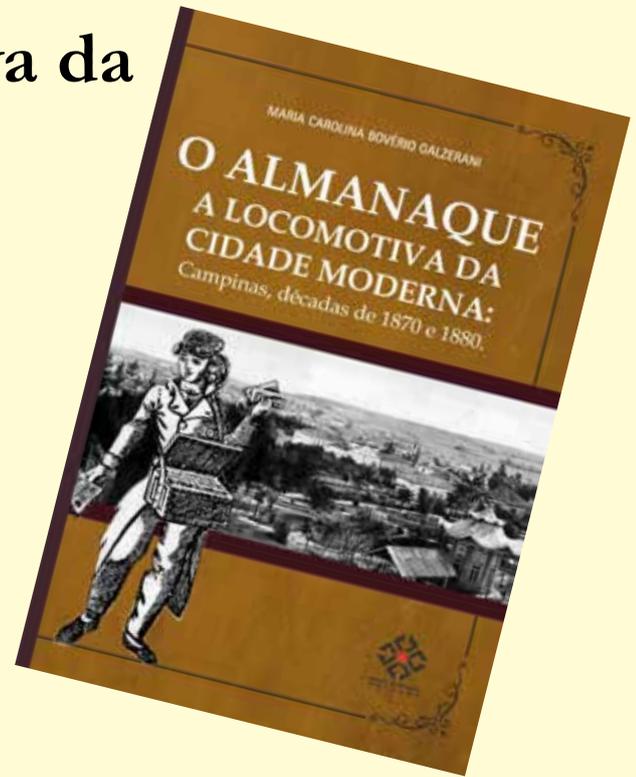
A autora foi professora da Faculdade de Educação da Unicamp entre 1986 e 2015. Pesquisadora do acervo do CMU nas décadas de oitenta e noventa do século XX, Carolina foi orientanda do professor José Roberto do Amaral Lapa em seus estudos de pós-graduação em História Social, realizados entre 1992 e 1998, no IFCH-Unicamp. Essa obra sobre os almanaques campineiros, iniciada como dissertação de mestrado, foi defendida como tese de doutorado, pela originalidade e singularidade de sua contribuição acadêmica.

Escrevendo em primeira pessoa, Galzerani nos convida a refletir sobre o engendramento das práticas culturais e das sensibilidades modernas, ditas civilizadas, republicanas, na forma como se expressam e se constroem na cidade de Campinas, nas décadas que precederam a Proclamação da República. Convite implicado, interessado, que olha para esse momento do passado como quem propõe um salto do tigre, para usarmos a expressão de Walter Benjamin. Invita-nos a “atravessar o ocorrido com a intensidade de um sonho para experienciar o presente como o mundo da vigília ao qual o sonho se refere!” (BENJAMIN, 2007, p. 916).

A razão da escolha desse percurso metodológico, que a autora nos convida a compartilhar, vem do desejo de problematizar historicamente a contemporaneidade, a partir do espaço e do tempo vivido na cidade, como lemos na introdução do trabalho:

habitando na radicalmente moderna (GIDDENS, 1991) cidade de Campinas, como mulher, professora e pesquisadora, vivendo cotidianamente o esfacelamento do social - em suas múltiplas dimensões culturais-, interessa-me, particularmente, tal viagem reflexiva, de modo a ressignificar o próprio presente.

Para tal, a pesquisadora faz uma leitura atenta e



minuciosa do acervo do CMU relativo a esse período, bem como de outros acervos relativos à cidade. Inspirada na obra de E. P. Thompson, sua pesquisa documental é extensa e paciente, tecendo relações entre os personagens urbanos que compõem as tramas de seu enredo, interrogando seus movimentos, tensionando, nesses confrontos, suas posições sociais e políticas. Escrito em forma narrativa, o texto traz, ao final, centenas de notas de referência sobre a documentação pesquisada, que sugerem novas pesquisas.

Inicialmente a autora nos apresenta dois grupos de autores e editores dos almanaques campineiros. O primeiro dialoga com as elites republicanas: são bacharéis do círculo de Campos Salles. Mas há ainda um segundo grupo, composto de intelectuais saídos “do mundo das ferragens e das costuras”. E das páginas das séries de almanaques publicadas por ambos, surgem, quase sempre a contrapelo, pelas vozes que as negam, as vozes dos sujeitos iletrados, da cidade “acanhada”, das mulheres e das crianças, objeto dos discursos e dos projetos civilizatórios que circulam, de forma predominante, pelos almanaques campineiros. Da leitura intensiva que a historiadora fez desses almanaques, vemos emergir as vozes de sujeitos que sonham outros futuros, que expõem outras práticas culturais, que se insurgem contra os projetos modernos prevaletentes. Essa dinâmica, pulsante de vida, resulta da forma como a autora se aproxima dos almanaques, recusando as abordagens que lançam mão de seus “dados” como fontes de in-

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2013), bacharel em História pela mesma universidade (1984). Pesquisadora colaboradora CMU-Unicamp.

formação sobre o período, decidindo-se a investigá-los como objetos culturais, reveladores de desejos e fantasmagorias, representações sociais e projetos políticos, que disputam o pequeno espaço dessas brochuras.

Suas observações sobre o volume de páginas dedicado às partes literária, noticiosa e às propagandas, em cada edição dos almanaques, levam-nos a perceber, no fluxo do tempo, o avanço de uma dada racionalidade, do tempo, do cotidiano e das sensibilidades, presente nos calendários anuais, mesclada à sedução dos desafios nos quebra-cabeças matemáticos e lógicos, enredada ao humor das charadas. Se nos primeiros almanaques a seção literária prevalece, nas últimas edições seu espaço míngua, em favor das “informações” administrativas, noticiosas, profissionais. Pelos olhos de Galzerani, percebemos os movimentos contraditórios e ambíguos que vão tecendo as sensibilidades modernas, e como os almanaques participam da construção e da circulação dos sonhos dessa modernidade. Flagramos como se desenham em pequenos fragmentos, em suas páginas, movimentos de educação das sensibilidades (GAY, 1988), relativos à vida pública e privada, à cidade, aos afetos, à política, à sociabilidade, ao tempo histórico.

As representações históricas prevalentes sobre “as origens e o desenvolvimento” de Campinas, em seus movimentos de constituição no final dos oitocentos, com seus autores e lugares de memória, são flagradas nos almanaques e interrogadas pela autora, que ao fazê-lo, escolhe apresentá-las como peças teatrais, sem, contudo, esquecer seu lugar na constituição da imagem fantasmagórica de progresso histórico, acoplada às de civilização e de educação. A coleção João Falchi Trinca, à qual pertence a maioria dos almanaques campineiros estudados, traz a marca do colecionador. Podemos imaginá-lo em seus diálogos com outros escritores da história campineira, compartilhando suas leituras das crônicas históricas publicadas nos almanaques oitocentistas que colecionou. Sua leitura pela pesquisadora faz um duplo salto, dialogando implicitamente com o produtor dessa coleção custodiada pelo CMU-Unicamp.

Conceber a pesquisa histórica como diálogo

entre passado e presente é, nos movimentos de pesquisa desse trabalho, uma experiência singular, na qual a leitura que a autora faz da obra de Walter Benjamin, no que se refere às relações entre história e memória, se revela de forma complexa e significativa, imbricada à sua metodologia de pesquisa. Galzerani traz para o texto sua própria voz, em sua singularidade, apresentando tessituras nem sempre visíveis, mas constituintes das investigações acadêmicas. Inspirada pela obra de Walter Benjamin e de Peter Gay, ela interroga, em sua pesquisa, as relações entre memória, educação das sensibilidades e produção de conhecimento histórico pelos sujeitos sociais, voltando-se, inclusive, para seu próprio percurso investigativo:

Mas, para além das razões de ordem racional, outras moveram-me nesta elaboração. Impressões matinais (BENJAMIN, 1986), instigam-me à decifração destes signos do século XIX. Rememoro os meus contatos infantis com os almanaques novecentistas de farmácia, na minha cidade natal, Jaboticabal, S.P., ainda na década de 1950. Vejo-me, já naquele momento, envolvida, curiosa em relação à leitura das cartas enigmáticas, das informações enciclopédicas, dos pequenos contos, das anedotas, como alguém que, em um percurso labiríntico, com potencialidades de descentração, ousa perder-se para apreender “novos” sentidos. Daí o prazer intenso que sinto na elaboração desta reflexão, pois ela me propicia articular dimensões conscientes e outras não tão conscientes.

Com essa inteireza, a autora dialoga com as vozes registradas nesses pequenos objetos da cultura material, que são os almanaques campineiros das décadas de 1870 e 1880, com seus autores e gestos, registrados nas notícias que deles se davam nos jornais do período. Se, em sua investigação, Galzerani buscou refletir sobre sua cidade na contemporaneidade, nesse momento de radicalização das práticas maquinicas modernas, em sua ousadia ela criou brechas de reinvenção dessas mesmas práticas, no coração de sua atividade profissional, na pesquisa acadêmica, de forma rigorosa e sensível.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história*. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GAY, Peter. *A Educação dos sentidos*. A experiência burguesa. Da rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

## Referência da obra resenhada

- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. *O Almanaque, a locomotiva da cidade moderna*. Campinas, décadas de 1870 e 1880. Campinas, SP: Unicamp / CMU-Publicações, 2015. (No prelo).

# Um olhar sobre o olho da serpente



*Olga Rodrigues de Moraes von Simson<sup>1</sup>*

O autor não é um historiador de ofício e carreira, mas um apaixonado por sua cidade e pelo passado da mesma. Aposentado, se propõe como missão conhecer e divulgar o passado campineiro, tendo como enfoque as epidemias de febre amarela que assolaram a cidade no final do século XIX (1889/1890).

Tomou como fontes para pesquisa as Atas da Câmara Municipal de Campinas e trechos da imprensa diária campineira, pesquisados nos arquivos do Centro de Ciências Letras e Artes (CCLA) e na Hemeroteca do Centro de Memória - Unicamp, focalizando principalmente as crônicas e as notícias veiculadas nos anos de 1889 e 1890.

Descobre Jorge que a primeira vítima da doença foi uma estrangeira recém-chegada à cidade, uma professora que foi contaminada pela febre tropical ao descer do navio, em Santos, vinda de Paris para lecionar em Campinas.

Registra o autor o esvaziamento da cidade que gradativamente via seus habitantes, dos mais ricos aos mais pobres, procurando deixá-la para se

alojarem em fazendas ou em cidades menores não infectadas, buscando abrigo na casa de parentes ou amigos. Sobravam aqueles cujos meios financeiros não permitiam grandes deslocamentos e que ficavam mais suscetíveis aos ataques da doença, pois os víveres se tornavam cada vez mais escassos com o crescente fechamento das casas comerciais. Esse movimento de abandono da cidade era incentivado pelo oferecimento gratuito de passagens pelas companhias ferroviárias que serviam ao município.

O autor pinta um cenário desesperador, com a maioria das casas fechadas e com cadáveres abandonados pelas ruas e becos da cidade, pois famílias inteiras eram dizimadas pela febre e não havia parentes que as enterrassem. A vala comum foi a única solução possível encontrada pelas autoridades.

Lima salienta o papel do então presidente da Câmara Municipal, José Paulino, que vai solicitar auxílio dos governos estadual e federal e a dedicação dos médicos que, ao exercer corajosamente sua missão de curar, muitas vezes foram dizima-

<sup>1</sup> Professora colaboradora plena do Departamento de Ciências Sociais na Educação, da Faculdade de Educação (Decise/FE/Unicamp), e pesquisadora do Centro de Memória – Unicamp (CMU).

dos pela terrível doença. Compreendemos então porque muitos deles são lembrados diuturnamente nos nomes de ruas importantes do centro da nossa cidade, como o da enfermeira Irmã Serafina, que morreu aos 44 anos no exercício de sua missão, assim como os dos médicos Costa Aguiar, Ângelo Simões, Germano Melchert, Eduardo Guimarães e muitos outros que faleceram em combate à febre.

Estas duas obras demonstram como um olhar treinado, voltado para um objetivo definido, é capaz de localizar e ressaltar aspectos inéditos do passado e, ao concatená-los ao contexto mais amplo, atribui sentido aos mesmos e nos permite entender as tramas do tempo e a complexidade das relações sociais.

O cuidadoso trabalho de reconstrução sócio-histórica nos mostra também a importância da existência em nossa cidade de bons arquivos, cuidadosamente organizados e bem mantidos, que permitem aos estudiosos revelarem aspectos do passado que servem de rica lição para as necessidades da cidade do presente, que vê sua população novamente ameaçada por nuvens de mosquitos disseminadores de doenças perigosas como a dengue.

É também este livro uma valiosa ferramenta para futuros pesquisadores porque nos apresenta muitos e variados aspectos do passado campineiro, organizados temática e cronologicamente, facilitando assim bons mergulhos no pretérito, os quais podem sugerir novos temas e abordagens do passado de nossa cidade que, como uma Fênix, foi capaz de ressurgir das desgraças causadas pelas epidemias.

No segundo volume, *O Retorno da Serpente*. Campinas/1890, o autor relata como o governo estadual e os órgãos federais, sob orientação dos engenheiros Emílio Ribas e Saturnino de Brito e graças às verbas concedidas pelos presidentes Deodoro da Fonseca e Prudente de Morais, transformaram nossa cidade eliminando pântanos, com suas águas paradas e perigosos miasmas pela canalização dos córregos, o que permitiu a construção de grandes avenidas como a Orosimbo Maia no fundo de um vale ameaçador, permitindo assim a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento da cidade, que se espalhou rumo ao norte, formando bairros residenciais, ao longo das novas avenidas.

Mostra também como a população do Rio de Janeiro, por meio da atuação de sua imprensa, deu grande apoio ao povo de Campinas, organizando coletas e subvenções cuja importância é hoje lembrada através de uma das nossas principais praças, sede de importantes atividades culturais e que recebeu o nome de Praça Imprensa Fluminense, estando situada no Cambuí, um dos novos bairros abertos pelo saneamento da cidade.

Escrito numa linguagem clara e agradável, estes livros permitem ao leitor leigo adentrar com facilidade o passado campineiro, por isso ele é recomendado como leitura para nossos jovens estudantes, que muito poderão aprender sobre o cotidiano campineiro nos séculos passados e sobre como, a partir de perigos, fracassos e derrotas, um belo porvir pôde ser elaborado na nossa querida Fênix Renascida.

### Referências das obras resenhadas:

LIMA, Jorge Alves de. *O Ovo da Serpente, Campinas/1889*. Campinas, SP: Arte e Escrita, 2013, 360p., il., v.1. (Coleção Campinas Mártir, Porém Heroica).

\_\_\_\_\_. *O Retorno da Serpente, Campinas/1890*. Campinas, SP; Arte e Escrita, 2014, 472p., il., v.2. (Coleção Campinas Mártir, Porém Heroica).

# Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades\*



Cláudia Prado Fortuna<sup>1</sup>

O livro *Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades*, organizado pelas pesquisadoras Maria Elena Bernardes e Maria Carolina Boverio Galzerani, é de atualidade premente em suas interlocuções e nos sentidos que movimenta. Os diferentes temas da coletânea surgem como fundantes de novas historicidades e respondem aos desejos e trajetos capazes de revelar um complexo processo da problematização das fontes, pautado por percepções e intuições que permitem ampliar a dimensão do ser sujeito e seus vínculos com a ação.

As abordagens que permeiam as reflexões tecidas na composição dos textos são instigantes e singulares ao revelar escolhas teóricas e metodológicas que embasam as discussões contemporâneas sobre as

relações entre memória, cidade e educação das sensibilidades. Nos diferentes textos, os conceitos de representação, de memória e de sensibilidade são as chaves para problematizar as fontes relativas às experiências vividas nas cidades modernas. Os mais diversos documentos deixam de ser apenas suporte informativo, ganham o valor de testemunho e passam a ser vestígios e indícios de acontecimentos socioculturais plurais. Os textos vão, cada um à sua maneira, revelando as diversas faces de homens e mulheres como seres historicamente localizados, com dimensões pessoais e sociais inteiras e dinâmicas.

Para garantir maior unidade discursiva na leitura dos diferentes textos, o livro se apresenta dividido em quatro partes. Compondo a primeira

\* Trata-se de uma coletânea de textos apresentados no VII Seminário Nacional do Centro de Memória - *Memória, Cidades e Educação das Sensibilidades* - ocorrido na Unicamp em 2012.

<sup>1</sup> Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

parte - *Cidade e Memória: um universo a ser (re)visitado* - o texto de Maria Stella Brescianni, intitulado *Memória, cidade e educação da sensibilidade*, nos convida a viver a experiência de nos perdermos pelo bairro de Santa Ifigênia, na região central de São Paulo, por um trajeto marcado pelas camadas de memória da autora e pelo seu estranhamento no encontro com paisagens que já não se encaixavam nas suas lembranças. Neste percurso, ganham destaque as questões sobre memória, arquitetura e sensibilidade visual e problematizam-se as sensibilidades que poderiam prevalecer nos processos de revitalização de áreas estigmatizadas das cidades. A seguir, no texto *Imagens visuais, memórias e sensibilidades*, Maria Silvia Hadler nos leva a circular pelos bondes da cidade de Campinas nas últimas décadas do século XIX e acompanhar os processos de educação das sensibilidades mediados pelas novas percepções do espaço urbano que, de acordo com a autora, confirmavam cotidianamente valores estéticos e socioculturais comprometidos com uma visão de progresso liberal, positivista e romântica. Fátima Faleiro Lopes também nos traz, em seu texto, *Viver, sentir e narrar a cidade: experiências de modernidade*, notícias sobre Campinas, agora na década de 1960, ao propor um diálogo e uma análise sensível e cuidadosa com a narrativa de um guarda municipal que discorre sobre suas memórias de migrante paranaense ao chegar à nova cidade. Neste processo, a pesquisadora vai nos apresentando Campinas pelas percepções, indagações e sentimentos desse narrador.

Compondo a segunda parte do livro, intitulada *Memória e produção de conhecimento: ambiguidades e possibilidades*, somos contemplados com o texto *História e memória: inimigas, mas nem tanto*, de Francisco Régis Lopes Ramos, que redimensiona, em diferentes situações, os processos de se dar sentido ao passado. Primeiro, problematizando, a partir do nosso presente, o opúsculo *Os monumentos do estado do Ceará*, publicado por Eusébio de Souza em 1932. Segundo, analisando as diversas esferas discursivas que fazem referência à figura histórica do General Tibúrcio, uma das estátuas inventariadas na obra de Eusébio e, terceiro, discutindo os problemas decorrentes dos movimentos identitários atuais de defesa da memória e das questões que tensionam e envolvem os campos da memória e da história. A seguir,

o texto *Desafios da memória para a produção do conhecimento histórico: uma proposta de debate*, de Maria Carolina Galzerani, nos apresenta um diálogo expressivo e analítico com a produção de Francisco Régis Lopes Ramos, principalmente no tocante às relações entre memória e história. A longo do trabalho, a autora nos contempla com novas considerações teóricas sobre o tema e demonstra sua concordância com a produção historiográfica do autor capaz de problematizar de forma racional e sensível estes dois campos de conhecimento, memória e história.

No próximo texto, *A representação da memória no documentário biográfico*, Denise Tavares da Silva realiza uma significativa discussão sobre os desafios e potencialidades encontrados pelos cineastas na realização de documentários biográficos, principalmente no que diz respeito aos lugares da memória e do “pólo imaginativo do biógrafo” nestas produções. Na realização de análises instigantes dos seguintes documentários biográficos - *Cartola - música para os olhos* (2006), *Pierre Fatumbi Verger - mensageiro entre dois mundos* (1998) e *Um tigre de papel* (2007), a autora aproxima diferentes campos do saber e possibilita diálogos sensíveis entre memória, história e cinema. Na sequência, Maria Elena Bernardes e Henrique Polidoro apresentam o texto *A mulher no Itamaraty: a conquista de Maria José e as diatribes de uma época*. Com narrativa viva e imersa no diálogo com as evidências de uma variedade documental, somos convidados a acompanhar a trajetória da primeira mulher autorizada a participar de um concurso público no Brasil, no ano de 1928. Ao narrar a história de Maria José, primeira diplomata brasileira, os autores contextualizam questões ligadas ao feminismo em uma abordagem não linear e reveladora das ambiguidades e singularidades da vida de uma mulher que acabou por merecer o papel de pioneira na luta pela causa feminista. No texto seguinte, *Paisagem, história e memória no Brasil oitocentista*, a autora Valéria Alves Esteves Lima apresenta uma elaborada reflexão sobre o lugar da natureza nas iconografias do século XIX e de que maneira elas contribuíram para a constituição de uma dada sensibilidade a respeito do território brasileiro. Compondo a discussão, a autora discorre sobre o papel da Academia Imperial de Belas Artes e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na construção de

uma memória visual da nação, analisa o papel da iconografia produzida por artistas-viajantes e retoma a historicidade dos conceitos de natureza e paisagem.

Constituindo a terceira parte do livro, sob o tema *Memória e linguagens: uma questão sensível*, temos o texto *Sobre pintura e poesia: a disputa pela memória e a emergência de questões sobre a sensibilidade moderna*, de Marcus Francisco Corrêa Carvalho. O autor recorre aos gregos ao retomar o processo de distanciamento que ocorreu na modernidade entre os fazeres do poeta e os do pintor. O autor destaca que o século XVIII foi crucial na instauração do racionalismo moderno e na disputa pela memória dos antigos. Neste processo, segundo Marcus, foram se instaurando embates teóricos promotores de mudanças e permanências capazes de impactar uma nova sensibilidade nos domínios das artes (promovendo a delimitação de fronteiras entre pintura e poesia), como também na percepção das relações entre homens, natureza e sociedade. Compondo esta terceira parte do livro, Ana Luisa Smolka, Augusta Tie Yamamoto, Daniela Anjos e Nilce Deciete apresentam uma importante discussão sobre os muitos sentidos da memória nos campos da educação e da psicologia do desenvolvimento humano com o texto *Ler e ensinar: memória dos gestos em (trans) formação*. As autoras apresentam, de forma analítica, reflexões possibilitadas pela pesquisa sobre as práticas de alfabetização, leitura e escrita que tomaram a escola e o discurso como objetos de investigação durante quatro anos de trabalho. Considerando a aula como acontecimento, as pesquisadoras buscaram pelos gestos e práticas de leitura, de ensino, de ensino da leitura e da escrita, localizando-os como lugares de memória, socialmente produzidos, historicamente instituídos e singularmente vividos por alunos e professores. O texto seguinte, *Memórias, sensibilidades e porvires: dos trânsitos entre tempos e experiências em práticas de ler, escrever e ver*, Maria Angela Borges Salvadori retoma e insere-se na materialidade discursiva dos textos de Ana Luisa Smolka e Marcos Vinicius Correa Carvalho, ajudando a estabelecer pontes entre os dois trabalhos e ampliando as discussões sobre memória, práticas sociais e sensibilidades.

Na quarta e última parte do livro, *Cidade, memória e cultura popular*, temos o texto *O tradicional na metrópole: proposta para cultura popular na cidade de São Paulo*, de Maria Celeste Mira, que tem como principal preocupação caracterizar e problematizar os diferentes processos de apropriação do que se convencionou nomear cultura popular no Brasil. A autora se debruça sobre a contemporaneidade, indicando como a discussão sobre diversidade cultural tem favorecido a retomada de práticas culturais populares e, voltando seu olhar para São Paulo, discorre sobre o que considera as quatro posturas identificáveis quanto ao tema: a folclorista, a voltada para a questão da estética e da resistência cultural, a lúdica e, por fim, a postura engajada. Já com o texto *História, cultura e patrimônios regionais: uma experiência de ensino e pesquisa*, Elison Antonio Pain faz emergir sua prática como docente do componente curricular *História, cultura e patrimônios regionais*, compartilhando com os leitores o percurso teórico e metodológico construído com os alunos do curso de matemática e mediado pelos conceitos de patrimônio imaterial, memória e rememoração e narrativa.

Convidamos todos à leitura integral dos textos presentes nesta coletânea. Consideramos que, ao enfatizar o papel das sensibilidades, dos sujeitos e das singularidades, novas maneiras de olhar, sentir e viver poderão ser trazidas à tona e se tornarem legíveis no presente. A focalização cuidadosa da discussão sobre memória é tecida por cada um dos autores em um movimento de pluralidade analítica e reflexiva capaz de revelar a cidade como locus de representações e de práticas socioculturais plurais nas quais a educação das sensibilidades se mostra como historicamente construída. Em uma época em que a ordem é apagar rastros e onde existe o perigo do desaparecimento de narrativas e da memória, acreditamos que, ao nos voltarmos para novas possibilidades metodológicas de construção do conhecimento, poderemos fazer emergir os sentidos esquecidos de outras histórias. Os textos abrem, assim, um imenso campo de possibilidades que pode nos ajudar a questionar antigas abordagens, trabalhar novas perspectivas e investigar outros pressupostos.

## Referência da obra resenhada

BERNARDES, Maria Elena; GALZERANI, Maria Carolina Bovério (Orgs.). *Memória, Cidade e Educação das Sensibilidades*. Campinas, SP: Unicamp/CMU, 2014.